

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

**INSTITUTO CEPA/SC** — INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA  
AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

**Síntese Anual**  
**da**  
**Agricultura**  
**de**  
**Santa Catarina, 1983 - 84**  
**Volume 1**

FLORIANÓPOLIS  
—1984—

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina, 1983-84. Florianópolis, 1983.  
2.v

1.Agricultura - Santa Catarina. I.Título.

CDU 631(816.4)

## SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, 1983/84

### ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira – GERENTE DO PROJETO	– <i>banana/cana-de-açúcar/pescado/mel</i>
Engo. Agro. Cesar Augusto Freyesleben Silva	– <i>Arroz</i>
Engo. Agro. Geraldo Buôgo	– <i>mandioca/produção florestal/uva</i>
Engo. Agro. Guido Boing	– <i>alho/batata-inglesa/cebola/maçã/tomate</i>
Engo. Agro. José Carlos Madruga da Silva	– <i>fumo</i>
Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina	– <i>bovinos de leite</i>
Engo. Agro. Júlio Alberto Rodigheri	– <i>Desempenho da safra 1982/83 e perspectivas para 1983/84 (*)</i>
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado	– <i>avicultura/bovinos de corte/suínos</i>

### TRABALHOS DE REVISÃO:

Engo. Agro. Hugo Gustavo Hädrich  
Engo. Agro. José Maria Paul  
Engo. Agro. Osmar Alcides da Conceição

### PARTICIPAÇÃO (Bolsistas – convênio INSTITUTO CEPA/SC – UFSC)

Antônio dos Santos Amaral  
Carlos Eduardo Arns  
Jaqueline Toneria Soares  
Renato Kilpp  
Rosana Porath  
Tabajara Marcondes

(\*) As análises anteriores são de Cesar Augusto Freyesleben Silva

### COLABORAÇÃO:

EMATER-SC/ACARESC  
ACARPESC  
EMPASC  
FETAESC  
FECOAGRO  
DFA/SC  
Cacex do Banco do Brasil  
SUDEPE/PDP  
CEASA/SC  
CIDASC  
IASC  
CFP  
IBGE/GCEA-SC  
IBDF  
COOPERBELO

### DATILOGRAFIA

Jocenir Miriam Cardoso de Sousa  
Sidaura Lessa

## APRESENTAÇÃO

É com satisfação que cumpro a agradável missão de apresentar a 8ª edição atualizada da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA, editada anualmente pelo Instituto CEPA/SC.

Reunindo as informações disponíveis sobre o setor rural, o presente documento tem por principal objetivo levar a todos os interessados os dados e os subsídios necessários ao embasamento de estudos, projetos e trabalhos desenvolvidos no setor, além de dar suporte às tomadas de decisão e à implementação de medidas que venham em benefício do meio rural.

Buscando adequar o documento às necessidades, a Síntese, a partir dessa edição, apresenta-se aos usuários dividida em dois volumes. O primeiro, ora editado, traz uma análise do setor em termos de desempenho recente e de perspectivas futuras. O segundo volume, a ser editado em meados desse ano, será destinado à divulgação de informações estruturais do setor.

Desejo, nessa oportunidade, agradecer a todas as entidades e pessoas que colaboraram na elaboração do presente documento.

Florianópolis, janeiro de 1984

VILSON PEDRO KLEINUBING  
Secretário da Agricultura  
e do Abastecimento

ERRATA

PÁGINA	LINHA	ONDE SE LÊ	LEVA-SE
24	02	além	aquém
59	26	produto	projeto
82	22	nacional	estadual
102	29	39.000 ha	39.000 produtores
104	29	144.754 t	44.737 t
114	26	11.668 ha	1.668 ha
124	18	induzem	reduzem
158	24	2.094	2.904
158	28	24.354	25.164
159	24	rendimento	crescimento
160	02	vencido	crescido
164	15	137,88	637,88
175	21	70.000,00/sc	7.000,00/sc
191	20	despontado	depositado
204	04	ha...t	1.000 ha...1.000 t
208	08	500/100.000 t	50/100.000 t
209	12	produção	redução
249	25	expectativas	exportações
250	02	55%	5,5%
276	12	13.150	13.150 mil
308	09	crítico	cíclico

OBSERVAÇÕES:

- Os produtos feijão, milho, soja e trigo foram elaborados pelo Engº Agrº Simão Brugnago Neto;
- O custo de produção do alho pode ser encontrado na página 137;
- Na tabela da página 159, na última coluna, de 1980 ao total, há uma diferença para mais de 810 ha.

## SUMÁRIO

	P.
1. INTRODUÇÃO .....	19
2. DESEMPENHO DA SAFRA 1982/83 E PERSPECTIVAS PARA 1983/84 .....	23
2.1. O contexto econômico das últimas safras .....	23
2.2. A safra 1982/83 .....	27
2.2.1. A política agrícola .....	27
2.2.2. O mercado dos principais produtos .....	32
2.2.3. Os fatores climáticos .....	33
2.2.4. As quebras da safra 1982/83 .....	38
2.3. A safra 1983/84 .....	41
2.3.1. A política agrícola .....	41
2.3.2. Mercado, fatores climáticos e área cultivada .....	53
2.4. A questão da produção animal .....	55
2.5. As últimas medidas de política agrícola .....	59
2.6. Conclusão .....	61
3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL .....	71
3.1. Alho .....	73
3.2. Arroz .....	85
3.3. Banana .....	95
3.4. Batata-inglesã .....	101
3.5. Cana-de-açúcar .....	116
3.6. Cebola .....	123
3.7. Feijão .....	138
3.8. Fumo .....	151
3.9. Maçã .....	157
3.10. Mandioca .....	171
3.11. Milho .....	182
3.12. Soja .....	199
3.13. Tomate .....	213
3.14. Trigo .....	221
3.15. Uva .....	231
3.16. Produção florestal .....	239
4. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL .....	247
4.1. Avicultura .....	249
4.2. Bovinos de corte .....	261
4.3. Bovinos de leite .....	276

4.4. Mel de abelha .....	289
4.5. Pescado .....	293
4.6. Suínos .....	305
5. INFORMAÇÕES BÁSICAS .....	321
6. FONTES CONSULTADAS .....	335

## LISTA DE GRÁFICOS

	p.
1. Índice de crescimento da área projetada, por espécie-exóticas e nativas, Santa Catarina, 1970 a 1981 .....	245
2. Relação do preço do frango de corte pago ao produtor de Santa Catarina/preço do milho/preço da ração/IGP e ORTN, dez/82 a out/83 .....	260
3. Relação dos preços recebidos pelo produtor de bovinos para abate/IGP/ORTN, dez/82 a out/83 .....	275
4. Volume mensal de leite "in natura" recebido pelas usinas de Santa Catarina, de 1980 a 1983 .....	298
5. Volume mensal de leite pasteurizado pelas usinas de Santa Catarina, de 1980 a 1983 .....	288
6. Índice mensal de crescimento dos preços de suínos, milho e concentrados, do IGP e da ORTN, dez/81 a nov/83	318
7. Preços médios mensais, a nível de varejo, verificados em São Paulo (capital), de carnes e gorduras, 1981 a 1983 .....	319
8. Relação dos preços mensais de milho, preços de suínos praticados na região Sul, 1982 e 1983 .....	319



## LISTA DE MAPAS

	p.
1. Participação das principais MRH na produção de alho em Santa Catarina, 1981/82 .....	84
2. Participação das principais MRH na produção de arroz irrigado em Santa Catarina, 1981/82 .....	92
3. Participação das principais MRH na produção de arroz sequeiro em Santa Catarina, 1981/82 .....	92
4. Participação das principais MRH na produção de banana em Santa Catarina, 1981/82 .....	100
5. Participação das principais MRH na produção de batata inglesa em Santa Catarina, 1981/82 .....	115
6. Participação das principais MRH na produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina, 1981/82 .....	122
7. Participação das principais MRH na produção de cebola em Santa Catarina, 1981/82 .....	136
8. Participação das principais MRH na produção de feijão em Santa Catarina, 1981/82 .....	150
9. Participação das principais MRH na produção de fumo em Santa Catarina, 1981/82 .....	155
10. Participação das principais MRH na produção de maçã em Santa Catarina, 1981/82 .....	170
11. Participação das principais MRH na produção de mandioca em Santa Catarina, 1981/82 .....	181
12. Participação das principais MRH na produção de milho em Santa Catarina, 1981/82 .....	198
13. Participação das principais MRH na produção de soja em Santa Catarina, 1981/82 .....	212
14. Participação das principais MRH na produção de tomate em Santa Catarina, 1981/82 .....	220
15. Participação das principais MRH na produção de trigo em Santa Catarina, 1981/82 .....	230
16. Participação das principais MRH na composição do rebanho avícola em Santa Catarina, 1982 .....	260

17. Participação das principais MRH na composição do rebanho bovino em Santa Catarina, 1982 .....	274
18. Participação das principais MRH na composição do rebanho suíno em Santa Catarina, 1982 .....	318

## LISTA DE TABELAS

	p.
1. Variação dos VBCs dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, em valores absolutos e relativos, safras de 1981/82 a 1983/84 .....	65
1 B. Quadro comparativo entre os custos variáveis de produção e os VBCs para a safra 1983/84 .....	66
1 C. Comparativo de preços básicos, mínimos e custos de produção entre as safras 1982/83 e 1983/84 .....	67
2. Preços básicos dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, safras de 1981/82 a 1983/84 .....	67
3. Custos de produção dos produtos agropecuários de Santa Catarina, jul/81 a jun/82 .....	68
4. Área plantada dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1983/84 .....	68
5. Produção dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1983/84 .....	69
6. Rendimento médio dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, safras de 1976/77 a 1983/84 .....	69
7. Índice de variação anual da área, da produção e do rendimento dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, 1982/83 e 1983/84 .....	70
8. Produção estimada e obtida dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, 1982/83 .....	70
9. Evolução do índice de crescimento da produção dos principais produtos agrícolas de Santa Catarina, 1976/77 a 1983/84 .....	70
10. Evolução da área e da produção do arroz, no Brasil, safras de 1976/77 a 1983/84 .....	91
11. Área, produção e rendimento médio do arroz, no Brasil e nos principais estados produtores, safras 1981/82, 1982/83 e 1983/84 .....	93
12. Comparativo entre o índice geral de preços (IGP) e custos de produção do arroz irrigado para Santa Catarina, jun/dez-82 a jan/jun-83 .....	93

13. Compativo dos valores básicos de custeio (VBC) das sa fras 1982/83 e 1983/84 .....	93
14. Volume mensal de banana comercializada na CEASA/SC, 1981 a 1983 .....	99
15. Preços médios da banana, a nível de atacado e varejo, constatados na CEASA/SC, 1981 a 1983 (a preços corren- tes) .....	99
16. Preços médios da banana, a nível de atacado e varejo, constatados na CEASA/SC, 1981 a 1983 (a preços de out/ 83) .....	100
17. Volume de batata comercializado na CEASA/SC, em 1983, e preços médios comercializados em 1982 e 1983 .....	111
18. Distribuição da lavoura de mandioca nas MRH de Santa Catarina, 1982/83 .....	172
19. Destino da mandioca colhida nas MRH de Santa Catarina, 1980 .....	173
20. Área colhida com mandioca em Santa Catarina, 1981/82 a 1983/84 .....	174
21. Volume total classificado e volume de EGF dos deriva - dos de mandioca em Santa Catarina, 1977 a 1983 .....	176
22. Participação relativa dos estados na produção nacional de mandioca, 1983 .....	178
23. Destino da produção de milho, das principais MRH de Santa Catarina, 1980 .....	193
24. Destino da uva colhida nas MRH de Santa Catarina, 1980.	233
25. Produção de vinhos em Santa Catarina, 1978 a 1983 ....	236
26. Produção de sucos de uva em Santa Catarina, 1977 a 1983 .....	236
27. Área e número de videiras plantadas nos principais mu- nicípios produtores de Santa Catarina, 1982/83 .....	237
28. Principais países produtores de carne de aves, média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1983 .....	251
29. Comércio internacional de carne de frango, média de 1974 a 1978 e anual de 1979 a 1983 .....	251

30. Produção e mercado de carne de aves, Brasil e Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	254
31. Estimativas da produção nacional de carne de frango, 1981 a 1983 .....	257
32. Abate total de aves (SIF, não SIF e Autoconsumo), Santa Catarina, 1981 a 1983 .....	257
33. Preço médio recebido pelos produtores de frangos de corte, Santa Catarina, 1979 a 1983 .....	258
34. Destino da produção catarinense de carne de aves, 1981 a 1983 .....	258
35. Abate de aves SIF em Santa Catarina, 1975 a 1984 .....	259
36. Volume e valor das exportações de carnes de frango, Brasil e Santa Catarina, média de 1975 a 1977 e anual de 1978 a 1984 .....	259
37. Principais países produtores de carne bovina e vitela, média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1983 .....	262
38. Comércio internacional de carne bovina e vitela, média de 1974 a 1978 e anual de 1979 a 1983 .....	263
39. Produção e mercado de carne bovina no Brasil e Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	268
40. Rebanho bovino catarinense, por faixa etária, segundo dados censitários de 1950 a 1980 e estimativas para 1981 e 1982 .....	269
41. Rebanho bovino, taxa de abate e desfrute, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980 .....	270
42. Rebanho bovino brasileiro e catarinense, e participação de Santa Catarina no total, segundo dados sensíveis de 1940 a 1980 e estimativas para 1981 e 1982 ...	270
43. Produção de carne bovina, Santa Catarina, 1974 a 1982.	271
44. Produção e Importação de carne bovina no estado de Santa Catarina, jan/80 a dez/83 .....	271
45. Abate total de bovinos (SIF, não SIF e Autoconsumo), Santa Catarina, 1981 a 1983 .....	272

46. Preços recebidos pelos produtores de bovinos para abate, Santa Catarina, 1980 a 1983 .....	272
47. Custo de produção de terneiro de um ano, Santa Catarina, (Índice de natalidade 85%), 1982 e 1983 .....	273
48. Custo de produção de terneiro de um ano, Santa Catarina, (Índice de natalidade 55%), 1982 e 1983 .....	273
49. Custo de produção de terneiro de um ano, Santa Catarina, (Bubalino), 1982 e 1983 .....	273
50. Custo de produção de bovinos, Santa Catarina, 1981 a 1983 .....	274
51. Produção brasileira e catarinense de leite "in natura", 1970 a 1983 .....	285
52. Rebanho bovino, número de vacas ordenhadas e leite produzido, por MRH, Santa Catarina, 1981 e 1982 .....	286
53. Produção leiteira aparente e industrializada, Santa Catarina, 1971 a 1984 .....	286
54. Leite recebido e processado pelas indústrias de Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	287
55. Custo de produção do leite produzido em Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	287
56. Comparativo entre preços de leite e custo de produção, 1981 a 1983 .....	288
57. Desembarque de pescados controlado em Santa Catarina, 1978 a 1983 .....	300
58. Índice de crescimento do pescado desembarcado nos principais portos e locais, Santa Catarina, 1979 a 1983 ..	300
59. Valor bruto do pescado desembarcado, "in natura", Santa Catarina, 1978 a 1983 (preços correntes) .....	300
60. Valor bruto do pescado desembarcado, "in natura", Santa Catarina, 1978 a 1983 (preços de out/83) .....	301
61. Índice de crescimento do valor bruto do pescado desembarcado, "in natura", Santa Catarina, 1979 a 1983 ....	301
62. Movimento mensal de entrada e saída de produtos pesqueiros realizado pela COOPERBELO, 1983 .....	302

63. Valor mensal das vendas de produtos pesqueiros realizada pela COOPERBELO, 1982 e 1983 .....	302
64. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em Santa Catarina, 1981.	303
65. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em Santa Catarina, 1982.	303
66. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionados em Santa Catarina, 1983.	303
67. Exportação catarinense de pescado para o mercado interestadual, 1981 a 1983 .....	304
68. Comércio estadual de pescado, 1981 a 1983 .....	304
69. Exportação catarinense de pescado para o mercado internacional, 1981 a 1983 .....	304
70. Principais países produtores de carne suína, média de 1973 a 1977 e anual de 1978 a 1983 .....	307
71. Comércio internacional de carne suína, média de 1974 a 1978 e anual de 1979 a 1983 .....	307
72. Produção e mercado de carne suína em equivalente carcaças, no Brasil e Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	309
73. Rebanho suíno, abate, taxa de abate e produção de carne em equivalente carcaça no Brasil, 1970, 1975 e 1980 a 1983 .....	313
74. Abate suíno, produção, taxa de abate e desfrute em Santa Catarina, 1977 a 1983 .....	313
75. Suínos abatidos e comercializados para outros estados da federação, Santa Catarina, 1975 a 1983 .....	314
76. Abate total de suínos (SIF, não SIF e Autoconsumo), Santa Catarina, 1980 a 1983 .....	314
77. Preços médios mensais recebidos pelos suinocultores de Santa Catarina, 1979 a 1983 (a preços correntes e de out/83) .....	315
78. Preços recebidos pelos suinocultores da região Sul, 1982 e 1983 (a preços correntes e de out/83) .....	315

79. Relação de preços mensais do milho/preços do suíno, praticados na região Sul, 1982 e 1983 .....	316
80. Preços médios mensais, a nível de varejo em São Paulo (capital), de carnes e gordura, 1981 a 1983 .....	316
81. Custo de produção de suínos, Santa Catarina, 1982 e 1983 .....	317
82. Índice mensal de crescimento dos preços, a nível de produtor, de suínos, de milho e concentrados, bem como do IGP e ORTN, dez/82 a nov/83 .....	317
83. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77 .....	323
84. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78 .....	323
85. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79 .....	324
86. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80 .....	324
87. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 .....	325
88. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 .....	325
89. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	326
90. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	326
91. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1982/83 .....	327
92. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1982/83 .....	327
93. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77 .....	328
94. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78 .....	328



95. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79 .....	329
96. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80 .....	329
97. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 .....	330
98. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1981/82 .....	330
99. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1982/83 .....	331

## 1. INTRODUÇÃO

Diferenciando-se do volume único, tradicional, a Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina de 1983-84 está sendo apresentada em dois volumes.

A divisão segue critérios técnicos que objetivam a ampliação das informações e análises fornecidas, bem como apresentar as interpretações dos fatos, o mais próximo possível da sua ocorrência.

Tais objetivos fizeram com que o Instituto CEPA/SC decidisse elaborar aquela que, tradicionalmente, era a segunda parte do trabalho e atualizá-la, ampliá-la e apresentá-la como volume I da Síntese. Com isso o desempenho da safra passada e as perspectivas da safra em andamento serão publicadas com dois meses de antecedência em comparação ao procedimento antigo.

O volume I contém duas partes principais:

- a primeira, procura fazer uma análise geral do desempenho e perspectivas do setor nas safras 1982/83 e 1983/84, respectivamente;

- a segunda, apresenta o desempenho e perspectivas dos principais produtos nessas safras.

A primeira parte (item 2) procura recuperar a evolução da política agrícola, do mercado e da situação climática das safras e suas influências sobre os resultados finais. A segunda (item 3 e 4) coloca os mesmos pontos sob a ótica dos principais produtos agropecuários do estado, e apresenta detalhes naturalmente não incluídos na anterior.

A análise geral é suficiente para se ter uma noção rápida do que foi a última safra e o que está acontecendo com a atual; e a análise específica é essencial para que se possa apreender a situação particular de cada produto.

O volume I é completado com outras informações úteis aos interessados na agropecuária catarinense (itens 5 em diante).

O volume II, a ser publicado em maio/junho de 1984, conterá informações sobre a infra-estrutura do setor agrícola estadual, os recursos naturais, os fatores de produção, os instrumen

tos de política agrícola, os insumos, o balanço de oferta e demanda, as exportações, o valor bruto da produção estadual e séries históricas mais longas que as apresentadas no volume I.

**2 - DESEMPENHO DA SAFRA 1982/83 E  
PERSPECTIVAS PARA 1983/84**

## 2. DESEMPENHO DA SAFRA 1982/83 E PERSPECTIVAS PARA 1983/84

### 2.1. O Contexto Econômico das Últimas Safras

O volume das safras é determinado por diversas variáveis, analisadas previamente pelos produtores e por outras que as condicionam durante o ciclo biológico.

As primeiras compõem-se de dois grupos principais: as condições do mercado do produto e as políticas governamentais para o setor.

Teoricamente, em condições de livre iniciativa, a situação de mercado no período que antecede a safra e sua projeção para a época da comercialização determinariam a intenção de plantio ou criação por parte do produtor. Contudo, já na agropecuária, como de resto em toda a economia, há uma grande intervenção do Governo Federal. Esse direcionamento imposto à agropecuária faz com que em muitos produtos ou situações a questão do mercado se torne irrelevante perante a política estabelecida para a atividade.

Na verdade, a intervenção do Estado vai mais longe do que a simples condução política da agropecuária, pois através do estabelecimento dos preços mínimos, pelos quais adquire a produção, participa diretamente do mercado. Sua presença como comprador busca estabilizar os preços, o que vem sendo parcialmente obtido, no sentido de impedir que os preços se aviltem caindo abaixo do mínimo estabelecido, protegendo, assim, os produtores. Entretanto, não tem impedido (e nem poderia) que os preços "disparem" no sentido oposto, o que traz sérios problemas aos consumidores.

Na questão do mercado deve-se considerar que, conforme o produto, ele é estadual, regional, nacional ou internacional. Por isso mesmo ele também pode ser mais ou menos transparente, dificultando previsões de maior prazo a respeito de suas cotações futuras.

Mais do que o mercado do produtor, deve-se ter em conta as relações de troca do produtor rural, isto é, além dos preços recebidos, os preços pagos por ele. Esses últimos, aliás, têm

trazido maiores preocupações aos produtores, porque os preços recebidos não caem além do preço mínimo que é conhecido e previa - mente estabelecido, enquanto os insumos (preços pagos) têm seus preços majorados constantemente e não recebem nenhuma ação cerceadora.

Os custos de produção têm se elevado sobremaneira porque, além do problema geral da ascendência dos custos fixos e variáveis, contêm em seu bojo o problema específico do aumento dos custos financeiros, decorrentes da alta do custo do dinheiro a nível mundial e, preponderantemente, da minimização do subsídio governamental à produção agropecuária. O subsídio que se tornara rotineiro vem sendo diminuído ano a ano, obrigando o produtor a trabalhar com taxas de juros cada vez mais próximas da correção plena.

O tomador de crédito agrícola viu sua situação agra - var-se ainda mais com o fato de que, ao invés de fornecer todo o crédito necessário à produção (Valor Básico de Custeio - VBC), a política passou a suprir apenas parte desse valor, diferenciando -se por categoria de produtor. Com isso o agricultor obrigou -se a usar recursos próprios, ou crédito a juros de mercado, o que não vinha fazendo há muito tempo.

A medida que o subsídio vai sendo retirado, os coman - dantes da política agrícola nacional têm procurado compensar o desestímulo daí proveniente, através da concessão de preços mínimos mais remuneradores.

A alta dos custos de produção, via elevação do custo dos insumos (baseada na retirada dos subsídios ao petróleo) e via ascendência dos custos financeiros (baseada na retirada paulati - na do subsídio ao crédito agrícola), aliada à compensação forne - cida ao produtor por essa nova situação, através da alta dos preços mínimos, levou necessariamente a majoração dos preços dos produtos agrícolas acima dos níveis gerais da inflação.

Some-se a essa situação geral o fato específico da re - tirada do subsídio ao trigo, que era um dos produtos mais acessíveis ao consumidor, e se terá uma pálida idéia da situação em que ficou o consumidor, consideradas apenas as modificações da política agrícola federal.

Se, a nível de consumidor, além de se considerar a elevação dos preços dos alimentos, levar-se em conta a deterioração generalizada dos salários, chega-se à conclusão, de difícil contestação, de que os hábitos alimentares das camadas de menores níveis de renda e, mesmo da classe média, modificaram-se quanto ao tipo dos alimentos e, inclusive, quanto à quantidade consumida.

Essa realidade, muito mais importante a nível social, tem que ser considerada como uma variável complicadora no estabelecimento da demanda de certos produtos, pois eles podem estar sendo substituídos ou adotados (diminuindo ou aumentando sua demanda), conforme se modifica o poder aquisitivo da população.

As outras variáveis a serem consideradas, além do mercado e da política agrícola, são as que compõem o caráter biológico da produção agropecuária. Essa condicionante (as plantas e animais serem seres vivos) traz à cena da produção agropecuária o imponderável, tendo em vista que a qualquer momento o meio ambiente (principalmente o clima) pode propiciar profundas modificações às quantidades que estão sendo produzidas, malbaratando em níveis variáveis, segundo a agressividade do meio, os planos privados e governamentais.

O período recente da agricultura nacional tem sofrido múltiplos reveses climáticos. Em Santa Catarina, os exemplos mais drásticos desse tipo de vicissitude foram as safras 1977/78, 1978/79 e 1982/83. As duas primeiras, a grosso modo, foram atingidas por períodos de estiagem, e a última por excesso de chuvas que causaram inundações consideradas verdadeiras catástrofes nacionais.

Está, portanto, no bojo da análise da safra 1982/83 a queda de safra ocorrida com produtos da maior importância para Santa Catarina, principalmente feijão, milho e soja. Tal fato é o mais importante da safra, tendo em vista que a queda brusca na quantidade estimada de produção traz profundas alterações no mercado, aumentando imediatamente os preços. A majoração dos preços no caso de quebra de safra tende a compensar, ao menos parcialmente, para o produtor a diminuição da quantidade a ser comercializada, mas acirra as dificuldades do consumidor.

As enchentes trouxeram prejuízos aos produtores relacionados não apenas à safra 1982/83, mas a todo um período subsequente difícil de estimar e de um montante não dimensionável, pois relacionam-se às perdas de solo, e outros já estimados, que incluem danificação de benfeitorias (residências e instalações), equipamentos e máquinas, morte de animais, etc.

Aliás, esse tipo de prejuízo só veio a aguçar a situação de descapitalização dos produtores rurais, porque, além dos resultados econômicos dos últimos anos não terem sido suficientes para novos investimentos, impossibilitaram a reposição de máquinas e equipamentos e a manutenção das instalações. Esse quadro foi agravado, ou mesmo exacerbado, por ter sido dificultado o crédito de investimento, pois nos últimos anos o crédito oficial foi dirigido ao custeio e à comercialização das safras, deixando de lado a preocupação com o médio e o longo prazo da atividade econômica do agropecuarista.

Das linhas mestras da política agrícola nacional, tão bem conhecidas, as de apoio à exportação e de substituição do petróleo importado têm alcançado resultados visíveis como o superávit da balança comercial em 1983 (6,5 bilhões de dólares), e o atingimento antecipado das metas do Programa Nacional do Alcool-PROÁLCOOL, o que condiz com as diretrizes gerais da política econômica, que procura diminuir a dívida externa do país.

A retirada dos subsídios ao petróleo, ao trigo e ao crédito agrícola em geral tem elevado os preços dos alimentos. Tal medida é compatível com a intenção (da política econômica) de diminuir o déficit público, mas que não se coaduna com o combate imediato da inflação, pois com isso os preços dos alimentos têm crescido a taxas maiores que as da inflação geral. O fato parece indicar que o Governo Federal está dando prioridade ao pagamento da dívida externa e à minimização do déficit público, deixando para um segundo momento, o combate à inflação e, conseqüentemente, o custo de vida para serem obtidos indiretamente, através da supressão do déficit público. E, assim, mesmo que a inflação nacional não seja impulsionada pela demanda, ela está sendo contida via poder aquisitivo da população.

Foi nesse contexto que se desenvolveu a safra 1982/83 e está se desenvolvendo a 1983/84.



As questões de produção, de mercado e de políticas agrícolas das safras 1982/83 (passada) e 1983/84 (em andamento), a nível de Santa Catarina, bem como as políticas implementadas pelo governo estadual, no sentido de minorar as dificuldades de produtores e consumidores, serão abordadas a seguir de modo sintético e genérico e no decorrer deste trabalho de forma específica e detalhada para cada um dos 22 principais produtos agropecuários do estado.

## 2.2. A Safra 1982/83

### 2.2.1. A Política Agrícola

A política agrícola para a safra da primavera/verão de 1982/83 foi definida basicamente nos meses de junho, julho e agosto de 1982. A reunião de 16/06/82 do Conselho Monetário Nacional - CMN promoveu significativas mudanças na sistemática de concessão do crédito agrícola. Os Valores Básicos de Custeio - VBCs para a safra que se iniciaria foram estabelecidos nos últimos dias do mesmo mês.

As medidas então estabelecidas pelas autoridades monetárias visaram simplificar e acelerar a obtenção do crédito de custeio das lavouras amparadas pelos VBCs. Em síntese, elas estabeleciam diversas normas que eram inovadoras em relação às safras antecedentes:

- a) a desobrigatoriedade de formalização de propostas e de apresentação de planos e projetos;
- b) a fixação do valor do crédito pela simples multiplicação do VBC pelo nº de hectares a plantar;
- c) a dispensa para o beneficiário de:
  - formulação de orçamento analítico;
  - classificação do crédito como de custeio singular ou integral;
  - uso de sementes melhoradas (fiscalizadas ou certificadas);
  - inserção de cláusulas especiais na cédula, exceto para estipular a forma de pagamento e as obrigações especiais do mutuário;

- constituição de outras garantias reais ou pessoais a não ser a colheita das lavouras financiadas;
- registro das cédulas e demais documentos; e,
- a intermediação dos bancos no pagamento das aquisições de insumos ou da prestação de serviços, bem como, sua comprovação por parte do mutuário;

d) o triplice parcelamento dos financiamentos libera - dos ao produtor rural, do seguinte modo:

- 40% do valor da operação na data de assinatura da cédula;
- 30% do mesmo valor até 60 dias após a primeira; e,
- os 30% restantes, ou 60 dias após a segunda, ou à época da colheita;

e) o reembolso dos empréstimos, a partir do término da colheita como se segue:

<u>PRESTAÇÃO</u>	<u>SALDO</u>	<u>% SALDO DEVEDOR</u>
1ª	30 dias	20%
2ª	60 dias	30%
3ª	90 dias	25%
4ª	120 dias	25%

f) uma dupla fiscalização para comprovação do uso dos recursos para o produtor:

- a primeira antes da liberação da segunda parcela;
- a segunda, após a colheita;

g) o condicionamento do reembolso da parcela do financiamento proporcional à produção frustrada, por dolo ou negligência do mutuário, à cobrança de juros de 6% a.a. e correção monetária equivalente à variação da ORTN desde o mês anterior à primeira liberação;

h) o enquadramento compulsório do financiamento ao PROAGRO, cobrando-se o adicional, da seguinte forma:

		(em percentual do VBC)			
MARGEM DE COBERTURA DO VBC OU ORÇAMENTO (%)	Nº DE INDENIZAÇÕES	ADICIONAL			
		0	1	2	3
70		1,00	3,00	5,00	7,00
80		2,50	4,50	7,50	11,00
90		3,50	6,00	10,00	15,00
100		5,50	8,00	12,50	18,50

As análises efetuadas na ocasião da divulgação dessas medidas foram consideradas positivas no que se referia à operacionalização do processo de concessão de crédito, mas preocupante quanto ao nível tecnológico que seria adotado.

Mereceram aprovação as inovações desburocratizantes por diminuírem a quantidade de papéis necessários ao financiamento, o que diminuiria o desembolso do produtor e pouparia seu tempo.

O produtor, por sua vez, sentiu-se liberado para planejar suas lavouras, segundo seus próprios critérios, já que não existiriam obrigações estabelecidas, seja pelas normas bancárias, seja pelo projeto formal do técnico. Anteriormente, existiam exigências como a que estabelecia que 15% do valor do custeio deveriam ser utilizados na aquisição de insumos.

Foi considerado, também, que o serviço público de extensão rural passaria a ter menos trabalho com os projetos e, conseqüentemente, poderia passar a dedicar-se mais integralmente à atividade de assistência técnica.

Além desses aspectos, as novas condições de ressarcimento do empréstimo (parcelas mensais durante 4 meses) foram consideradas positivas, porque o agricultor poderia igualmente escalonar suas vendas de acordo com os seus compromissos financeiros, evitando, assim, jogar seu produto no mercado no prazo de 2 meses, que era o prazo anterior.

As preocupações trazidas pela nova sistemática relacionavam-se à necessidade de aumentar o total de recursos de crédito, em vista de uma possível maior procura pelas facilidades criadas; à capacidade dos agentes financeiros executarem a dupla fiscalização prevista; e ao nível tecnológico que o produtor iria

adotar, porque passaria a não haver nenhum mecanismo de cerceamento.

Desses pontos, o último foi considerado o mais determinante para a safra, pois combinavam-se duas variáveis importantes: os preços ascendentes dos insumos e a abertura para não usá-los. Uma possível (e provável) queda no uso de fertilizantes, aliada à utilização, também previsível, de sementes comuns poderia trazer sérias conseqüências à produtividade, fazendo com que, mesmo aumentando a área cultivada, a produção declinasse.

Nos derradeiros dias de junho de 1982 o Governo Federal aprovou os novos VBCs para a safra 1982/83, que tiveram um aumento médio de 86,7% para a soja, 82,0% para o milho, 94,6% para o feijão, 77,2% para o arroz, 93,5% para a mandioca e 86,3% para a uva industrial (tabela 1).

A avaliação feita pelos produtores nos dias subsequentes a essa divulgação não foi favorável. Os VBCs da maioria das culturas não foram considerados satisfatórios, pois não cobriam sequer o índice da inflação anual (considerando-se o ano agrícola) que foi 117,40%. No entanto, na ocasião não foram julgados como o fator mais importante para a decisão de plantio dos produtores. O que se previu era que os preços-básicos, que reajustados originam os preços-mínimos, os quais são os preços de garantia de compra pelo governo, eram muito mais valiosos para a determinação da safra. A soja era considerada exceção a este raciocínio, porque sobre ela os preços mínimos não vinham influenciando, estando o preço de mercado atrelado às suas cotações internacionais. Era o VBC, portanto, mais importante para o plantio da soja e não sendo satisfatório deveria repercutir negativamente na área a ser plantada.

Essa postura, com relação à soja, reforçava-se quando era levado em conta que o VBC do feijão fora avaliado como razoável e o preço-base como estimulante. Haveria, em decorrência, uma troca de área de soja para feijão, especialmente nos plantios consorciados.

Os preços-básicos, para a safra 1982/83, em geral, não atenderam as expectativas dos produtores, pois seus reajustes não

chegaram a alcançar o nível da inflação num período aproximadamente igual (julho/81 a junho/82), que foi de 117,40%. O reajustamento dos principais produtos ficou em 90% (arroz, feijão, mandioca e soja), enquanto a raiz de mandioca foi reajustada em 89% (tabela 2).

Verifica-se, portanto, que nem os VBCs nem os preços básicos para a safra 1982/83 mereceram do Governo Federal reajustes a nível de inflação do ano agrícola anterior. Isso, provavelmente, porque as perspectivas das autoridades era de baixa dos índices inflacionários no ano agrícola que iniciava, o que se confirmou em parte (de 117,3% caiu para 97,66%). Mas os reajustes de qualquer maneira foram menores que os do custo de vida: os VBCs foram ajustados em média, aproximadamente em 87% e os preços básicos em 90%.

Se o crédito não era farto pela limitação imposta aos VBCs, e o preço básico não era estimulante, o produtor chegou à conclusão de que precisaria usar ainda mais recursos próprios<sup>(1)</sup>, e que o aumento da sua receita dependeria do mercado futuro pois o preço mínimo não seria remunerador. Por outro lado, seus custos de produção, no mesmo período (julho/81 a junho/82), cresceram, em geral, a níveis próximos aos da inflação do ano agrícola que antecedeu e que seguiu a junho/82. Os custos variáveis, na média geral de 15 custos de produção, cresceram 89%, os custos totais cresceram 90% e os custos fixos 100% (tabela 3).

Contudo há que se esclarecer que esses crescimentos médios não tinham muita importância, porque a decisão do produtor é tomada produto por produto e, inclusive, um cultivo é visto como alternativa aos demais.

Os custos que menos cresceram no período foram os que não utilizaram motomecanização (os de tração animal), tendo em vista os custos dos derivados do petróleo. Destacaram-se, nesse tipo de cultivo, os custos do feijão e da mandioca.

Portanto, mesmo que os reajustes dos VBCs e dos preços mínimos - com raras exceções - não tenham sido considerados

---

(1) O produtor, dependendo de sua categoria, já não recebia o total do VBC. Quanto maior fosse sua categoria menor o percentual recebido: 50% do VBC para os grandes produtores, 70% para os médios e 100% para os pequenos.

satisfatórios, pois não acompanharam os índices da inflação no mesmo período, não foram tão ruins assim, pois os custos de produção também não atingiram os índices da inflação.

Na verdade, a política agrícola é implementada para dar a um segmento ou produto determinada tendência. O ângulo do produtor é um, o do consumidor é outro e os dois só têm metas comuns quando se aliam com o fim de estreitar a faixa de lucro do intermediário.

A política governamental, geralmente, é diferente da que seria agradável ao produtor, ao atacadista ou ao consumidor. Aliás, a política agrícola nacional, como já foi mencionada, tem procurado beneficiar os produtos exportáveis e energéticos e mantido a produção de alimentos num nível que dê um mínimo de remuneração ao produtor, sem onerar o consumidor além de certo ponto, porque isso facilita o arrocho salarial.

Nesse sentido, a política agrícola tem sido determinante para os dois primeiros grupos de produtos, pois o apoio do governo é nítido, tendo em vista que não há conflito a ser administrado. O interesse governamental é claro: exportar, num caso, e substituir importações, noutro. No caso dos alimentos o objetivo é administrar o conflito entre produtor e consumidor, dando estabilidade ao setor. Por isso, nesse último caso, a política não tem sido decisiva no sentido de desestabilizar o mercado dos produtos. Dificilmente a política reverte a tendência de mercado do produto, como aconteceu há alguns anos com o feijão.

Em resumo, a atitude dos produtores com relação à safra 1982/83 era de manutenção das tendências dos anos anteriores. As raras modificações previsíveis ao início da safra (aumento da área de feijão em detrimento da área de soja) eram conseqüências da política agrícola aliada a fatores de mercado e não apenas da política agrícola.

#### 2.2.2. O Mercado dos Principais Produtos

Os principais produtos agrícolas do estado, a grosso modo, na época da devisão de plantio da safra 1982/83 apresentavam as seguintes condições de mercado:

- ARROZ: os preços haviam sido bons na safra anterior. Os produtores consideravam, ainda, o fato de que existiam novas variedades de maior rendimento, o que aumentava a quantidade produzida com os mesmos custos, aumentando-lhes a remuneração. Além disso, as áreas de arroz irrigado foram aumentadas e melhoradas através do PROVÁRZEAS.

- FEIJÃO: Ao contrário de outros produtos, os preços-mínimos eram considerados estimulantes pelos produtores, e eles representam o menor preço de mercado. Os preços da soja haviam sido baixos na safra anterior e os do milho estavam estagnados, o que fazia com que o feijão fosse a melhor alternativa, ainda mais considerando-se que, sendo seu ciclo mais curto, o retorno seria mais rápido.

- MANDIOCA: Os preços da raiz foram considerados desestimulantes. As cotações, em certos períodos, estiveram abaixo do preço-mínimo. Havia culturas alternativas como feijão, cebola e fumo, que eram mais promissoras.

- MILHO: A recuperação dos preços dos suínos tornava o plantio do milho atrativo para os suinocultores. Os preços estagnados do produto, no entanto, não incentivavam seu cultivo para a comercialização.

- SOJA: Os preços recebidos na última safra não eram satisfatórios e as perspectivas no mercado internacional também não eram promissoras.

Como pode-se verificar, e já foi mencionado, a combinação de política e mercado fez com que os produtores resolvessem que a maior modificação, com relação à safra anterior, seria o aumento de área de feijão, com conseqüente queda da área de soja.

Essa decisão ficou totalmente comprometida, em termos de produção, por fatores supervenientes: as adversidades climáticas durante o ciclo produtivo.

### 2.2.3. Os Fatores Climáticos

Ainda que os reveses climáticos dos anos anteriores possam influenciar a intenção de plantio de determinada safra, isso, ao que parece, não foi levado em conta na safra 1982/83, pois o feijão, normalmente mais sensível ao clima, cresceu ocupando á-

reas da soja, geralmente mais resistente. A política agrícola e a situação de mercado dos produtos jogaram para segundo plano os imponderáveis do clima.

Durante a safra, porém, as limitações impostas pelas adversidades climáticas foram determinantes das quantidades que estavam sendo produzidas pelas diversas culturas.

Já em setembro/82, houve um período de estiagem que, de pois de ocorrerem as chuvas dos últimos dias do mês, foi considerado não prejudicial, mas provocador de ligeiro atraso no plantio da safra.

A avaliação feita em outubro/82, no entanto, concluiu que, mesmo que a falta de chuvas não tenha prejudicado no mês anterior, no mês em análise ocorreram outras adversidades climáticas: o feijão foi afetado por ventos frios e geadas tardias, necessitando de replantio em algumas áreas; a maçã, ao contrário, não teve as horas necessárias de frio e sofreu geadas na floração; e o trigo foi atingido por geadas e chuvas em demasia para a fase da cultura.

A expectativa, em outubro, ainda era otimista, mas em novembro o excesso de precipitação pluviométrica transformou as perspectivas e passou-se a prever que a estimativa de produção não seria atingida. As áreas plantadas com as culturas de feijão, soja, arroz e milho, pela análise, teriam sua produtividade reduzida, ainda que não fosse possível dimensionar o "quantum". Havia também, problemas com o plantio da safra e, se as chuvas continuassem, talvez a área planejada não pudesse ser plantada.

Contudo, em dezembro/82, ainda se previa, no geral, uma safra maior que a anterior (1981/82). A exceção era o feijão que já não deixava dúvidas: a safra das águas (1ª safra) estava irremediavelmente comprometida.

No decorrer de janeiro/83, as lavouras continuaram a se ressentir dos efeitos prejudiciais do clima (ainda excesso de água) sobre as culturas de feijão, arroz, cebola, alho e maçã. O feijão da 1ª safra teria quebra de 45%, caindo de 250 mil toneladas para 120/140 mil t. O arroz irrigado teve seu plantio retardado e com isso fora prejudicado. A cebola e o alho, mesmo apresentando bom rendimento quantitativo, não eram de boa qualidade.



A maçã também fora atingida em sua produtividade.

As demais lavouras como o milho e a soja apresentavam ainda boas perspectivas de produção.

As previsões do mês de fevereiro/83 reavaliaram a quebra da 1ª safra de feijão aumentando-a para 54% e sustentavam que, em se confirmando as estimativas, haveria na safra 1982/83, quando comparada à anterior, aumentos de 43% na produção de alho, 72% na de arroz de sequeiro, 9% na de milho, 9% na de soja e 59% na de trigo.

A quebra da safra do feijão das águas poderia ser parcialmente compensada por uma boa safrinha (2ª safra), seguindo o que se previa em março/83, e o desempenho das lavouras de milho, feijão e arroz seria bom, mantidas as condições da época. A quebra na safra de maçã era ratificada.

Em abril/83 a produção de maçãs foi estimada em 60 mil toneladas para uma produção, prevista, inicialmente, em 70 mil toneladas. O milho dava sinais de quebra, mas a estimativa ainda foi mantida. Para a soja chegou-se a prever um aumento de 581 mil t (estimativa do mês anterior) para 600 mil t.

Essas perspectivas otimistas, para os principais produtos deixaram de existir em maio/83, quando voltou a chover em excesso. Maio foi, na verdade, o início da derrocada da safra 1982/83. O quadro que se desenhava então, por produto, já era alarmante:

a) o feijão, com uma previsão inicial de 90.000 t nesta 2ª safra, terá sua produção reduzida para um volume situado entre 17 e 27 mil toneladas, representando uma redução percentual que deverá situar-se entre 70 e 80%;

b) o milho, com previsão inicial de 2.860 mil toneladas, deverá ter seu volume reduzido para uma faixa de 2.400 e 2.200 mil toneladas, representando quebras que deverão variar de 16% a 23%;

c) a soja, reavaliada em abril para 600 mil toneladas, deverá ter seu volume reduzido para uma faixa entre 450 mil e 500 mil toneladas, representando perdas de 17 a 25%;

d) o arroz irrigado, com previsão inicial de 314 mil

toneladas e com 90% colhido, tem suas perdas previstas entre 9.880 t e 9.500 t, representando uma redução aproximada de 3%;

e) no tocante à pecuária, as preocupações, após a frustração da safra de grãos, voltaram-se principalmente à suinocultura, devido a sua importância sócio-econômica. A rentabilidade dessa atividade, que já vinha sendo comprometida pelo processo inflacionário desde março, foi duramente atingida com a alta dos insumos ocorrida a partir do comprometimento do abastecimento de cereais. Dessa forma, invertem-se as tendências, passando a criação de suínos de rentável para deficitária.

A análise feita pelo Instituto CEPA/SC, ao final daquele mês, admitia que as conseqüências imediatas da frustração da safra seriam drásticas:

a) perdas do poder aquisitivo, intranquilidade e insegurança do produtor rural, com riscos de abandono da atividade rural, e conseqüente êxodo;

b) insuficiência no abastecimento de insumos à suinocultura e à avicultura, com provável aumento do custo de produção, que deverá gerar uma série de conseqüências negativas a essas atividades;

c) queda no movimento de comercialização de produtos agropecuários, com estagnação do comércio em geral pela retração natural do consumo de bens e serviços, e queda na arrecadação do ICM.

Visando minimizar tal situação, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado, juntamente com outros órgãos e entidades ligados ao setor agrícola, elaboraram e encaminharam ao Ministério da Agricultura um documento apresentando a situação, bem como solicitando as providências cabíveis.

As autoridades monetárias do Governo Federal, respondendo aos apelos dos catarinenses, tomaram medidas de emergência quanto a dinamizar o PROAGRO e facilitar o ressarcimento do crédito utilizado pelo produtor. A Circular nº 776 do Banco Central colocou as providências tomadas nos seguintes termos:

a) máxima urgência nas perícias regulamentares para o rápido processamento das coberturas devidas pelo PROAGRO;

b) prorrogação das dívidas provenientes do crédito rural, nas mesmas condições pactuadas inicialmente, ajustando-se os esquemas de pagamento às expectativas de rendas futuras dos mutuários, mediante o exame caso a caso;

c) preferência aos produtores agrícolas prejudicados na concessão de novos financiamentos de custeio e de investimento.

Tais medidas atenuaram o problema dos agricultores e criadores, mas foram consideradas insuficientes perante os danos sofridos.

Ao invés de melhorar, a situação climática adversa persistiu em junho/83, quando a primeira quinzena continuou chuvosa e agravou ainda mais o quadro exposto acima. Aumentariam ainda mais as quebras do milho, do arroz e da soja.

Os pequenos agricultores foram os mais atingidos, pois na mesma área perderam o milho e a soja que cultivavam consorciados.

Passou a existir a preocupação concreta com o abastecimento do feijão para a época do final do ano, mas a maior inquietação do setor agrícola já era causada pelo milho, por ser o insumo básico de suínos e aves, que, por sua vez, é a matéria-prima de todo um segmento agroindustrial.

Em julho/83, as vicissitudes climáticas deram o arremate final na degradingolada da agricultura de Santa Catarina e, mais do que isso, provocaram uma catástrofe de tais dimensões que, não só provocaram prejuízos incalculáveis nos outros setores da economia, como, simplesmente, puseram em risco a sobrevivência física de milhares de pessoas.

O setor agrícola sofreu prejuízos sem precedentes face ao volume das águas e à extensão territorial do fenômeno. Contudo, as perdas de produto, sem considerar as já mencionadas anteriormente, foram inferiores aos danos causados ao solo agrícola e às benfeitorias das propriedades rurais.

Na ocasião, as perdas ainda não estavam avaliadas, porque o cataclisma fora de tal envergadura que se passaram dias, ou meses, até a normalização. A quebra do milho, que estava no cam-

po, em boa parte, foi avaliada em mais de 860 mil toneladas; a mandioca, que estava na terra, sofrera prejuízos que então não eram possíveis de avaliação; e o alho, a cebola e o trigo, que estavam sendo plantados, foram prejudicados pelas enxurradas, inundações e atraso no plantio.

A frustração da safra de grãos não foi restrita ao território catarinense e, já em agosto/83, ficou claro que o Brasil precisaria importar milho e arroz para sustentar o abastecimento nacional.

Em Santa Catarina, confirmou-se o volume das perdas, destacando-se com especial importância a quebra recorde na produção de milho, o que afeta a economicidade do setor agrícola, pois esse cereal é básico na pequena propriedade, como insumo para a produção de suínos e aves.

A falta generalizada de grãos provocou uma ascensão abrupta nos preços, comprometendo os custos para quem produz suínos e aves.

A produção e o rendimento obtidos na safra 1982/83 depois de todos os percalços sofridos, tanto a nível de política agrícola como a nível de processo produtivo, foram desanimadores como se pode verificar no próximo item.

#### 2.2.4. As Quebras da Safra 1982/83

Considerando a política agrícola governamental (crédito, preços-mínimos, PROAGRO, etc.) aliada à situação de mercado dos produtos, os agricultores decidiram aumentar a área cultivada com alho (3%), cebola (8%), feijão (13%), fumo (25%), tomate (8%), e trigo (138%); e diminuíram as áreas de arroz (-2%) batata inglesa (-10%), cana-de-açúcar (-6%), mandioca (-3%), milho (-1%) e soja (-9%).

Dessas modificações, conforme já se disse, a mais importante foi o crescimento do feijão, destacando-se também o do fumo. Os demais produtos que cresceram têm sua importância específica, mas não são muito importantes com relação ao todo do setor (tabelas 4 e 7).

Em compensação, produtos importantes como arroz, mandioca, milho e soja decresceram, tendo cedido área aos dois produ-

tos citados.

Quanto à produção cresceram apenas o alho (9%), o arroz (6%), a cebola (11%) e o trigo (59%), tendo os demais, decrescido com exceção do fumo que manteve a produção: batata-inglesa (-26%), cana-de-açúcar (-19%), feijão (-49%), mandioca (-12%), milho (-36%), soja (-24%) e tomate (-13%) (tabelas 5 e 6).

O quadro mais nítido do que foi a safra 1982/83, no entanto, é dado pelos valores do rendimento, no qual, só o alho (5%), o arroz (8%) e a cebola (2%) cresceram. Acontece que o alho e a cebola são culturas de inverno e não foram atingidos pelas intempéries, pois foram plantadas e colhidas dentro do ano de 1982. O arroz cujo rendimento aumentou foi o de sequeiro, que foi beneficiado pelo excesso d'água. Todos os demais produtos tiveram sua produtividade diminuída com relação à safra 1981/82: batata inglesa (-18%), cana-de-açúcar (-14%), feijão (-55%), fumo (-20%), mandioca (-9%), milho (-35%), soja (-16%), tomate (-20%) e trigo (-45%) (tabelas 6 e 7).

Esses são os dados comparativos da safra 1982/83 em relação a 1981/82.

Relacionando-se ao que se previa no início da safra, quando se esperava fosse maior que a anterior, as quebras foram ainda mais drásticas.

Antes de apresentar os números, é preciso esclarecer que, de acordo com o órgão que os publica, ou conforme a época da estimativa inicial e da avaliação final da safra, a quebra se altera, porque as bases de cálculo são diferentes, ou os produtos incluídos não são exatamente os mesmos. Se as perdas de produto armazenados forem incluídas, os dados crescem; se for utilizada como estimativa inicial a previsão feita com a safra em andamento, e não antes do seu início, as quebras diminuem.

Aqui considera-se a quebra ocorrida apenas na lavoura e que existiu entre a estimativa inicial da CEPA/SC, feita em setembro de 1982, e os dados finais da safra 1982/83 da Fundação IBGE.

Se fossem consideradas as estimativas de janeiro/83, por exemplo, os dados seriam outros, pois entre setembro/82 e janeiro/83 existiram problemas e as estimativas foram diminuídas,

o que provocaria, no cálculo final, quebras menores.

Isso posto, pode-se dizer que, considerados os 13 principais produtos vegetais, sendo três deles (arroz, batata e feijão) com duas safras, chega-se à conclusão de que houve uma quebra física de mais de 2,1 milhões de toneladas, o que equivale a 30% da produção estimada em setembro/82 (tabela 8).

Contudo, o dado médio não é o mais revelador, pois alguns produtos são parcialmente substituíveis entre si, mas outros praticamente não o são. Por isso as quebras por produto são mais importantes que a média, além de algumas terem sido muito mais acentuadas que outras.

Em termos percentuais, a maior quebra foi a do feijão (com 58%), sendo que a safrinha quebrou 72%, e na quebra física a maior foi a do milho (com mais de 1,17 milhão de toneladas). O milho, portanto, sozinho, foi responsável por quase 55% da quebra acumulada dos 13 principais produtos (tabela 8).

Além do feijão (58%), do milho (41%), da soja (32%), da batata (28%), da cana (24%), da maçã (18%) outros produtos de menor importância tiveram quebras significativas.

Quanto à tonelagem, depois do milho (1,17 milhão), as maiores quebras foram as da cana (286,6 mil), do feijão (224,6 mil), da soja (186,7 mil) da mandioca (141,4 mil), batata (46,9 mil), do arroz (44,2 mil), etc. (tabela 8).

Quebras de tal envergadura, além de elevarem os preços abruptamente, provocaram problemas no abastecimento a nível estadual e, mesmo nacional, como foi o caso do milho e do arroz - cuja importação foi necessária - ou do feijão, que foi suprido pelos estoques da CFP.

Maiores detalhes do abastecimento, por serem inerentes a cada produto, foram abordados nas análises das diversas culturas no item 3 deste trabalho.

## 2.3. A Safra 1983/84

### 2.3.1. A Política Agrícola

As primeiras modificações da Política Agrícola a serem aplicadas na safra 1983/84, surgiram em dezembro de 1982, para entrarem em vigor a partir de 1º de janeiro de 1983. Dentre as medidas destacavam-se:

a) Captação de recursos - Aumento da participação dos Bancos Comerciais e dos de Investimento na oferta de crédito rural. Os primeiros, em 1982, estavam obrigados a destinar 25% do total de seus depósitos anuais à vista ao financiamento da produção agrícola. Em 1983, deveriam mobilizar 35% de suas aplicações anuais. Além disso, deveriam manter em 10% a participação advinda da resolução nº 754 do Banco Central, mas com juros reais reduzidos, de 12% para 8%.

Já, os bancos de investimento, também, por força da mesma resolução, reservariam o mesmo percentual acima à aplicação em crédito rural, mas mantidos os juros reais em 12% ao ano. Antes, a participação compulsória dos bancos de investimento era da ordem de 5% de suas aplicações anuais;

b) Volume global de recursos - Aumento nominal do volume global de recursos destinados ao crédito rural, estimados em 85% (de Cr\$ 4 trilhões em 1982, para Cr\$ 7,4 trilhões em 1983);

c) Distribuição segundo a finalidade - Elevação das taxas de juros do crédito de custeio de 45% do INPC, em 1982, para 60%, até junho/1983, e 70% do INPC, acrescidos de 5% de juros fixos, a partir de então.

Além do mais, os limites desse adiantamento são diferenciados segundo as duas grandes regiões do Brasil. Assim, para a região Centro-Sul, os agricultores passariam a receber 90%, 60% e 40% do VBC se se enquadrassem, respectivamente, nas categorias de mini ou pequenos, médios e grandes produtores.

Foi decidido também o aumento da participação do crédito de investimento na oferta global de crédito. O Banco do Brasil expandiria 75% o volume de crédito para esse fim, e a Caixa Econômica Federal abriria uma linha de crédito de Cr\$ 300 bilhões para financiar máquinas e equipamentos.

Ressalte-se que a alteração não atingiu as taxas de financiamento para a comercialização no primeiro semestre de 1983, ou seja, a comercialização da safra 1982/83, na sua maior parte, foi efetuada ainda com 45% da correção do INPC.

Tais medidas mantêm a tendência já indicada na safra 1982/83, que se compõem de duas vertentes:

- Uma, que diminui os subsídios através da elevação da taxa de 45 para 60% da correção do INPC (1º semestre de 1983) e 70% do INPC mais 5% de juros fixos (do 2º semestre de 1983 em diante).

- Outra, que põe à disposição do produtor cada vez menos crédito subsidiado, pois diminui o percentual do VBC que é financiado:

CATEGORIA DO PRODUTOR	(% do VBC)	
	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84
Grande	50	40
Médio	70	60
Pequeno	100	90

Na verdade, as duas - uma diretamente e a outra indiretamente - conduzem a um objetivo único: seguir a recomendação do FMI<sup>(\*)</sup> no sentido de retirar os subsídios à agricultura.

A análise feita na ocasião pela CEPA/SC, sobre as compensações oferecidas pelo Governo Federal e sua eficácia, argumentava:

"E, como compensação a essa redução global dos subsídios, as Autoridades Monetárias manifestaram intenção de elevar ao mesmo tempo, em termos reais, o montante global dos recursos de crédito e os preços mínimos dos produtos amparados pelo VBC.

"Ambas essas atitudes governamentais, tem como referencial básico a sua previsão de descenso da taxa de inflação, em 1983, ao nível dos 70%. O alcance desse patamar inflacionário significaria um aumento real de recursos de crédito em torno de

---

(\*) O Brasil apelara ao Fundo Monetário Internacional em dezembro de 1982.



15%. Nesse caso, então, o montante global de crédito à disposição do agricultor voltaria a se situar nas proximidades dos de 1979 e 1980, sem dúvida, os mais elevados desde seu surgimento.

"No entanto, a própria redução dos subsídios põe em questão a consecução desse menor índice inflacionário. Isso por que tende, não só a aumentar diretamente os custos de produção, como também, a forçar o produtor (qualquer que seja sua categoria, segundo o VBP), a um maior desembolso (10% a mais, somente em relação ao custeio das safras anteriores). Esses fatores levam, com toda a certeza, a um acréscimo dos preços finais dos principais produtos agrícolas do país, o que, por sua vez, viria a amortecer o efeito da redução dos subsídios no sentido da diminuição da inflação".

Levantava, também, a preocupação com a área a ser plantada na safra 1983/84, pois a associação do aumento das taxas de juros do crédito à diminuição da parcela do financiamento do custeio permitia conjecturar a cerca da possibilidade de retração no plantio. Essa probabilidade era reforçada pelos preços, em 1982, não terem sido remuneradores para a maioria dos produtos.

À época do plantio da safra 1983/84 a situação dos preços, no entanto, era totalmente diversa, pois a quebra da safra anterior produzira uma ascendência generalizada.

Em dezembro de 1982 previa-se também que os preços poderiam não crescer muito em 1983, porque existiam estoques de feijão (da CFP) e de arroz e milho (de particulares) que a política agrícola procurava manter por mais 6 meses, no mínimo, conservando os juros do crédito dos EGFs nas mesmas taxas. Esses estoques foram muito úteis, depois, na quebra da safra, pois evitaram que os preços crescessem ainda mais.

1983 foi um ano de muitas modificações, tanto na política econômica, como, especificamente, na política agrícola. Cronologicamente, depois do primeiro lance, em dezembro/82, foi em fevereiro/83 que a economia nacional recebeu o baque que representou a maxidesvalorização do cruzeiro.

O objetivo da maxidesvalorização foi melhorar o balanço de pagamentos, inibindo as importações e incentivando as exportações. Acontece que ela afetou toda a economia brasileira,

pois seus efeitos não se restringiram à balança comercial.

A análise da CEPA/SC feita na ocasião previu três conseqüências principais, aliás que eram levantadas pela maioria dos economistas e empresários:

a) um aumento concreto dos custos finais dos vários produtos (inclusive primários) devido ao aumento de preços dos combustíveis e, no caso dos produtos transformados, dos componentes importados de suas matérias-primas (fertilizantes, pesticidas, remédios, automóveis, aciarias, etc.);

b) uma elevação de pequena monta, caso ocorra, dos níveis de exportação dos produtos brasileiros, face à atual situação de retração do mercado internacional, onde assumem os grandes oligopólios e os contratos bilaterais de compra e venda de produtos;

c) uma elevação das taxas de juros internas, que continuam vinculadas, em níveis ligeiramente superiores às taxas vigentes no mercado mundial, provavelmente porque ao tornar mais onerosa a captação de recursos no exterior, sua demanda interna seja aumentada.

A agricultura se tornara ainda mais importante para o país do que sempre fora, à medida em que o quadro de estagflação se agravava, pois nesse contexto se reforçava ainda mais a necessidade de: aumentar as exportações, substituir as importações e manter os alimentos a preços razoáveis.

Contudo, quando é utilizada a maxidesvalorização como via para implementar essas políticas, dá-se prioridade aos dois primeiros pontos. A produção interna de alimentos, porém, é atingida pela elevação do custo de produção.

Portanto, a maxidesvalorização incentivou os exportáveis, mas veio agravar a situação da produção de alimentos, aumentando ainda mais os custos já elevados com a retirada dos subsídios que ocorrera dois meses antes.

A nova leva de medidas aconteceu em 09/06/83 com o chamado "pacote" econômico, um conjunto de normas de âmbito financeiro, creditício e tributário, que visava reduzir o déficit público e baixar as taxas de juros do mercado.

Reduzir o déficit público significava, no caso, diminuir ainda mais os subsídios à agricultura, além de outras medidas complementares. Aliás, antecedendo essas medidas, já haviam sido retirados totalmente os subsídios ao petróleo, e, gradualmente, estavam sendo reduzidos os do trigo e açúcar. Esses dois produtos tinham subsídios também a nível de consumidor, enquanto que o subsídio dos demais, a nível de crédito agrícola, voltaram a ser atingidos pelo "pacote". Este foi sintetizado pelo Instituto CEPA/SC em treze pontos principais:

"a) Aprofunda o processo de retirada gradual dos subsídios embutidos nas linhas de crédito rural e agroindustrial, que passam a ser corrigidos pela variação da ORTN, nos seguintes percentuais, para a região Centro-Sul do Brasil:

- até o final de 1983: 85%
- durante o ano de 1984: 95%
- a partir de janeiro de 1985: 100%

Some-se a esses números uma taxa de juros de 3% ao ano, ao se tratar do crédito rural e 5% ao ano, ao se tratar do crédito agroindustrial.

Na modalidade de crédito rural para investimento, essas medidas só terão validade se seu valor anual não exceder a 100 MVR<sup>(\*)</sup>, caso contrário, estarão sujeitas à correção monetária plena, acrescidas da mesma taxa de juros incidente sobre o crédito rural.

Dentro dessa mesma modalidade de crédito rural, o Governo Federal ativará o Programa de Investimentos - PROINVEST, que deverá destinar cerca de Cr\$ 150 bilhões para desmatamento, adubação, correção do solo e aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

Não obstante, em todas as modalidades de crédito rural serão observados os limites do adiantamento por categoria de produtor e a correção monetária será fixada posteriormente em idêntica proporção às variações da ORTN do período de vigência do contrato.

---

(\*) 1 MVR de junho/83 = Cr\$ 17.106,90.

As operações de EGF também terão seus custos financeiros iguais aos do crédito de custeio.

Por fim, as aplicações obrigatórias dos bancos comerciais terão correção monetária plena já em 1983.

b) Reduz o nível de subsídios à exportação, mediante a elevação dos juros dos créditos à produção para exportação e dos créditos de exportação nas seguintes proporções:

- até o final de 1983: 60% ao ano
- de 1984 em diante: 70% ao ano, da variação da ORTN, mais 3% da taxa de juros anual.

c) Diminui o nível de subsídios aos créditos das micro, pequenas e médias empresas, para a região Centro-Sul do país, às mesmas proporções da variação da ORTN e da taxa de juros do crédito agroindustrial.

d) Estabelece não só limites aos empréstimos do Sistema Financeiro dirigidos ao setor público, como também um piso mínimo de encargos financeiros nas operações de crédito ou financiamento de entidades públicas cujo piso equivalente aos encargos fixados à agricultura e pequenas e médias empresas.

e) Reduz as alíquotas do IOF, nas operações financeiras, basicamente de 4,6% para 1,5%, exceto para o crédito ao consumidor.

f) Extingue o contingenciamento do crédito bancário para operações dos bancos comerciais e de investimento ao setor privado.

g) Eleva as proporções dos depósitos compulsórios dos Bancos Comerciais sobre seus depósitos à vista, como se segue:

- Bancos pequenos: 36%
- Bancos médios: 45%
- Bancos grandes: 50%

h) Ergue o limite de cobertura do PROAGRO de 80% para 100%.

i) Taxa os rendimentos auferidos em operações de mercado aberto em 4% de imposto de renda na fonte.

j) Determina a antecipação do pagamento do imposto de

renda das entidades financeiras em 6 (seis) meses, a partir do próximo mês de julho.

l) Institui um adicional de 10% sobre os rendimentos do capital (exceto as cadernetas de poupança).

m) Reduz o imposto de renda na fonte sobre os rendimentos do trabalho, através do reajuste de classes de renda, em 30% a partir do próximo mês de julho.

n) Eleva o imposto de renda na fonte das faixas de salários, superiores a Cr\$ 1.693.000,00 mensais.

Conforme já se mencionou, o mais contundente para a agricultura catarinense foram as retiradas dos subsídios ao petróleo, ao trigo e ao crédito agrícola em geral.

O aumento de 45% nos derivados do petróleo, por seu efeito multiplicador sobre a economia como um todo, elevaria os custos de produção (fertilizantes, defensivos, sementes, preparo do solo, semeadura, colheita, etc.) e transporte da safra futura. Quanto mais sofisticados, tecnologicamente, na sua produção (maior uso de insumos modernos e de motomecanização) mais atingidos seriam os produtos. Dessa forma, os produtos de exportação e as matérias-primas industriais seriam mais afetadas que os alimentos. Dentre estes os que mais se ressentiriam seriam os hortigranjeiros pelo uso intensivo que fazem de insumos industriais.

A carga de subsídios ao trigo, nos últimos 20 anos, alcançou seu máximo na década de 70 e modificou profundamente o hábito alimentar de vastas regiões do Brasil, aumentando seu consumo. Sua retirada, ainda que paulatina, tenderá a reverter o processo, pois a elevação dos preços dos derivados ao trigo dificultará seu consumo, na mesma escala, pelas famílias de baixa renda. Obter-se-ão, assim, dois resultados deliberados da política econômica: redução do déficit público (via retirada de subsídios) e diminuição da importação (via queda do consumo). Uma menor importação talvez resultante, também, do aumento da produção, pelo menos para o auto-consumo, pois muitos agricultores deixaram de plantar trigo devido ao baixo custo da farinha (subsidiada).

A retirada dos subsídios foi intensificada mais uma vez: no ano de 1982 (safra 82/83) a taxa foi de 45% do reajuste

do INPC; no primeiro semestre de 1983, 60% do INPC, e, no segundo semestre de 1983, 85% da ORTN mais 3% de juros fixos. Note-se que esses são os percentuais realmente praticados e que foram anunciados muito próximo ao plantio, por exemplo, em junho/83, e são maiores que os anunciados em dezembro/82, quando se predizia um percentual de 70% do INPC + 5% de juros, mas que acabou sendo de 85% da ORTN + 3% de juros.

Da mesma forma em junho/82 anunciou-se que no ano de 1984 seria 95% da ORTN mais 3% de juros e que em 1985 passaria a 100% da ORTN mais 5% de juros. Em dezembro de 1983 foi adotado logo para 1984, o que estava previsto para 1985.

Em resumo, a cada semestre a retirada dos subsídios era revista e intensificada, mesmo em relação à normas estabelecidas no semestre anterior para o semestre em pauta.

Posto o problema da retirada do subsídio, os produtores passaram a aguardar a publicação dos VBCs e dos preços básicos, principalmente estes últimos, pois os aumentos de custo de produção só podem ser repassados ao consumidor através dos preços, e os preço-básicos são a primeira orientação nesse sentido.

Os VBCs para a safra 83/84 foram publicados em julho/83 e confirmaram a dificuldade do Governo em conceder alguma espécie de compensação à retirada dos subsídios por escassez de recursos.

Com isso, aos altos encargos financeiros (85% da variação da ORTN mas 3% de juros), somou-se, além do VBC ser financiado só em parte (40, 60 e 90% para grandes, médios e pequenos produtores), o fato dos VBCs terem sido estabelecidos, em geral, com valores abaixo dos custos variáveis de produção.

A análise feita pelo Instituto CEPA/SC, em julho/83, comparava os VBCs aos custos variáveis de produção no mês anterior e salientava que apenas alguns produtos, dariam saldo positivo ao produtor: (Tabela 1 B):

- o arroz irrigado mecanicamente, com uma produtividade de nos arredores de 4.000 kg/ha;

- o feijão da safrinha, com produtividade em torno de 800 kg/ha e, o das águas, que utiliza tração animal e cuja produtividade situa-se na vizinhança dos 1.000 kg/ha;

- o milho, cujo preparo do solo é realizado por meio de tração animal, com produtividade próxima aos 3.000 kg/ha.

Nesses casos há um saldo positivo para o produtor: arroz (2%), feijão-tração animal (26%), feijão-tração motora (14%) e milho (6%); nos demais há defasagens que variam de -2% no arroz de sequeiro até -58% no alho, passando por -39% na mandioca (solo argiloso) e -43% na soja (tração animal). (tabela 1 B).

Cabe salientar que, além do quadro exposto, chamava-se a atenção para outro dado: "os VBCs, ao contrário dos custos, não sofrerão reajustes à época do plantio, o que, obviamente, contribuirá para aumentar a defasagem entre o VBC e os custos variáveis de produção. Mas, por outro lado, o fato de a imensa maioria dos produtores rurais catarinenses caracterizarem-se como pequenos, implica uma amenização da defasagem entre custos variáveis e VBC pelo menor desembolso, em virtude de utilizarem essencialmente mão-de-obra não remunerada (familiar)".

Os VBCs com relação aos da safra anterior, em muitos casos, cresceram mais que a inflação no mesmo período (julho/82 a junho/83), que atingiu 127,16%. Foi o caso do milho (145,33%), do arroz de sequeiro (133,56%), do arroz irrigado naturalmente (140,01%), da soja (130,00%), do feijão (129,38%), da mandioca (137,31%) e do arroz irrigado mecanicamente (144,25%). Todavia, é necessário lembrar que o mesmo não acontecera no ano agrícola anterior, quando quase todos os VBCs foram ajustados abaixo da inflação - 97,66% - (tabelas 1 A e 1 B). Portanto, o reajuste foi maior, mas partindo de uma base defasada.

Os preços-básicos, por sua vez, foram divulgados em julho e agosto/83 e, com exceção do milho, foram considerados satisfatórios pelos produtores. A variação média de todos os produtos foi de 147,6% para um período que teve inflação de 127,16%. No entanto, os preços básicos da safra anterior tinham crescido aproximadamente 90% para uma inflação de 97,66%. Portanto, como nos VBCs, a base estava defasada (tabela 1 A e 2).

Para os principais produtos, o reajuste foi de 195% para o arroz, 166% para o milho e 141% para o feijão, a mandioca e a soja. A discrepância entre eles deve-se provavelmente ao fato da quebra da safra, a nível nacional, do arroz e do milho, o que provocou a tendência altista dos preços e, inclusive, a im-

portação dos dois produtos. Os maiores aumentos foram os do milho, por isso o reajuste dado ao preço básico não foi considerado suficiente pelos produtores.

Os reajustes, acima da inflação do ano anterior, na verdade, procuravam compensar a retirada dos subsídios ao crédito e levavam em conta os índices cada vez maiores da inflação nos últimos meses, o que se confirmou, quando o ano de 1982 fechou com 211% de inflação.

A modificação introduzida na base de cálculo do reajuste dos preços mínimos a partir dos preços-básicos colabora para a melhoria daqueles: enquanto a safra passada tomou por base a variação do INPC, na safra atual (1983/84) o reajuste será feito segundo as variações das ORTNs de julho ou agosto até o início da colheita (novembro, fevereiro ou março, conforme o produto).

A análise feita pelo Instituto CEPA/SC, em agosto/83, apresentava a seguinte exposição sobre o cálculo dos preços-mínimos e a intenção de plantio:

"Esta medida parece mais adequada uma vez que baseia-se no índice geral de preços e não apenas no índice de preços ao consumidor. O maior problema está na defasagem existente entre o mês de estabelecimento dos PMs e o mês de efetiva comercialização em Santa Catarina (pique de comercialização), pois que, no caso do milho, o preço mínimo é fixado em 1º de março, enquanto o forte da comercialização corre nos meses de maio e junho, ficando o mesmo defasado em 3 e 4 meses. Semelhante problema, com menor intervalo de tempo, ocorre para os demais produtos, podendo-se verificar na coluna 9 e 6 da tabela 1 C.

"Na safra passada (1982/83), dos principais produtos da lavoura do Estado, apenas o feijão teve preço mínimo superior ao custo de produção do mês de maior comercialização. Os demais, aqui considerados, foram inferiores. Nesse mesmo período, também o feijão foi o único produto a ser comercializado com base no PM, os demais tiveram seus preços de mercado bem superiores aos PMs.

"Para a safra que se inicia, com as estimativas das variações das ORTNs no período de Correção, espera-se que os PMs sejam fixados em Cr\$ 6.690,00 para o milho, Cr\$ 7.400,00 para a soja, Cr\$ 21.410,00 para o feijão, Cr\$ 11.370,00 para o arroz e



Cr\$ 25.300,00 para a mandioca. Baseando-se nos mesmos índices para os aumentos dos custos de produção, estima-se chegar nos principais meses de comercialização com os PMs superiores aos custos de produção para o milho, feijão e arroz e inferiores para a mandioca e soja. (tabela 1 C).

"No entanto, quanto à decisão de plantio, o único produto cujo preço mínimo deverá influir na área a ser plantada será o feijão. Além do mais, na hipótese de uma boa safra de feijão, a comercialização deverá ocorrer com base nos preços mínimos que, antecipadamente, já asseguram boa remuneração aos produtores. Nos demais produtos, a forte reação dos preços de mercado - devido à perspectiva de frustração da safra americana de soja, e pela frustração da safra de milho e arroz no país - deverá ter maior influência na decisão de plantio.

"As boas perspectivas de preços para a soja poderão acarretar um leve aumento de sua área plantada, não representando os preços mínimos, estímulos de plantio, neste caso.

"No caso do milho e do arroz, embora os preços hoje vigentes no mercado sejam mais estimulantes que os mínimos, estes representam uma garantia de lucratividade destas culturas.

"Em resumo, os novos preços mínimos demonstram claramente a intenção do Governo Federal de contrabalançar - via preços - os desestímulos conseqüentes às mudanças na linha de política de crédito rural, além de estar-se apoiando na tendência alista dos preços de mercado interno e externo desses produtos".

A situação final das diversas categorias de produtores, com relação ao crédito agrícola para a safra 83/84, acabou sendo, quando comparada à correção dos preços básicos, a seguinte:

a) Grande produtor - aquele que pode financiar um máximo de até 40% do VBC/ha a juros de 3% ao ano, corrigidos a 85% da variação das ORTNs no período do empréstimo. Os restantes 60% do VBC/ha podem ser financiados com os mesmos juros, mas corrigidos a 100% da variação das ORTNs. O somatório disso resulta no seguinte: 7,52% de variação do VBC + 0,25% de variação dos juros = 7,77% de correção no 1º mês. Ao final do período de empréstimo (9 meses), verifica-se uma diferença, entre as correções do financiamento e dos preços básicos, da ordem de 25%.

b) Médio produtor - aquele que pode financiar até 60% do VBC/ha a 3% de juros, corrigidos a 85% da variação das ORTNs no período. Empréstimos cujo montante supere aquele percentual do VBC/ha - limitado, obviamente, em 40% - além do mesmo percentual de juros, terão sua reposição corrigida de acordo com a variação das ORTNs (100%). Dessa forma, tem-se 7,28% de variação do VBC + 0,25% de variação dos juros = 7,53% de correção do 1º mês. No fim do período do empréstimo, vê-se que a diferença entre sua correção e a dos preços básicos é da ordem de 20%.

c) Pequeno produtor - aquele que tem 90% do VBC por limite de financiamento a 3% de juros, e a 85% da variação das ORTNs no período. Os 10% do VBC/ha estarão submetidos à mesma taxa de juros e a uma correção integral, ou seja, 100% das ORTNs. O resultado é o seguinte: 6,92% de variação do VBC + 0,25% de variação da taxa de juros = 7,17% de correção no 1º mês. Por ocasião do término do período de empréstimo, as diferenças entre a correção do financiamento e a dos preços básicos será de cerca de 15%.

Como se depreende dos números acima citados e contidos na tabela que se segue, mesmo que haja favorecimento aos pequenos produtores, tanto estes como aqueles das demais categorias de produtores, ao se valerem de financiamento para tocar sua produção, acabam sofrendo também, por essa via, uma perda real de seu poder aquisitivo.

COMPARAÇÃO ENTRE AS CORREÇÕES DOS FINANCIAMENTOS  
E A DOS PREÇOS BÁSICOS

PERÍODO DE EMPRESTIMO (MÊS)	CORREÇÕES DOS FINANCIAMENTOS CONFORME A CATEGORIA DOS PRODUTORES			CORREÇÕES DO PREÇO BÁSICO
	Grandes	Médios	Pequenos	
1º	7,77	7,53	7,17	8,00
2º	16,14	15,63	14,85	16,64
3º	25,17	24,33	23,09	25,97
4º	34,89	33,70	31,91	36,05
5º	45,37	43,76	41,37	46,93
6º	56,67	54,59	51,51	58,69
7º	68,84	66,23	62,37	71,38
8º	81,96	78,75	74,01	71,38
9º	96,10	92,21	86,49	71,38

### 2.3.2. Mercado, fatores climáticos e área cultivada

Subjacente aos preços de mercado dos produtos, desde o segundo trimestre de 1983, está a quebra da safra que se intensificou a partir de maio e se exacerbou em julho.

Por isso, o mercado foi anômalo em relação ao que aconteceria se a safra precedente tivesse transcorrido sem transtornos.

Os preços vigentes na época do plantio da safra 1983/84 eram impressionantes, pois neles somavam-se dois fatos inéditos: a nível nacional, taxas de inflação se encaminhando para, meses depois, tornarem-se as maiores da história brasileira e, a nível estadual, uma das maiores quebras de safra já acontecidas em Santa Catarina.

A adição de um problema ao outro fez com que os preços dos produtos atingissem patamares tais que, por exemplo, no milho, os técnicos simplesmente os consideraram estratosféricos.

A quebra da safra agiu em duas formas principais sobre o mercado dos produtos: diretamente, elevando o preço dos produtos, como é óbvio, e, indiretamente, impulsionando para cima o preço dos produtos alternativos.

Os preços do milho, do arroz e do feijão foram alçados diretamente pela redução da oferta, enquanto outros produtos além dessa causa foram atingidos indiretamente. A mandioca teve sua procura aumentada por causa da retirada do subsídio ao trigo, da elevação dos derivados do milho (amido principalmente) e da sua capacidade de servir como ração e produzir álcool; os preços da soja, por sua vez, além da quebra da safra local e nacional, foram muito influenciadas pelas adversidades climáticas que atingiram as lavouras norte-americanas, fazendo os preços internacionais da oleaginosa crescerem a níveis estimulantes e revertendo a tendência declinante da área cultivada que existia desde a safra 1979/80.

Ao decidir a área a cultivar, o produtor contrabalançou os principais fatores (crédito encarecido versus preços mínimos e de mercado compensadores) no geral dos produtos, e casos específicos como os da mandioca e da soja, cujos detalhes são

apresentados na análise do produto.

O resultado foi que alguns produtos tiveram sua área aumentada: arroz (3%), batata-inglesa (3%), cana-de-açúcar (8%), fumo (7%), mandioca (5%), milho (5%), soja (8%), maçã (8%); enquanto outros tiveram suas áreas reduzidas: alho (1%), cebola (1%), feijão (8%), tomate (3%) e trigo (30%). (tabela 4 e 7).

Verifica-se que as culturas que mais cresceram em área, segundo as estimativas iniciais, foram a soja, 8% (por ter bom preço no mercado internacional e ser um exportável importante para o Brasil) e a cana-de-açúcar, 8% (que tem fins energéticos, importantes na substituição do petróleo). A mandioca cresceu 5% pelos motivos já expostos. O milho cresceu 5% e a maçã 8%, estimulados via preço.

Dentre os produtos mais importantes, o maior decréscimo aconteceu com a área do feijão, justamente porque perdeu área para a soja e também para o milho (tabelas 4 e 7).

Na verdade, o que se verificou em termos de área plantada é que a soja recuperou parte da área cedida ao feijão na safra 1982/83, pois como se viu, as perspectivas de mercado se inverteram (tabelas 4 e 7).

Plantada a safra com essas modificações na área, as preocupações voltaram-se para os fatores climáticos que na safra anterior foram determinantes.

O excesso de chuvas que prejudicou a safra 1982/83, em julho/83, provocou perdas de mudas e atraso no plantio de alho, cebola e trigo da safra 1983/84.

Em outubro/novembro os pomares de maçãs na região de São Joaquim foram atingidas por geadas tardias e precipitações localizadas de granizo. As geadas dessa mesma época atingiram no Vale do Rio do Peixe os cultivos de feijão.

Bolsões de estiagem aconteceram na primeira quinzena de dezembro no Oeste, Meio Oeste e Campos de Curitiba prejudicando o feijão, o milho, a soja e outros produtos menos considerados.

As perdas, até o final de dezembro/83, eram estimadas em aproximadamente 10% para o feijão e a maçã e 3% para o milho.

As demais culturas ainda não tinham estimativas de perdas, mas estas não pareciam ter maior importância.

A safra 1983/84 se desenvolveu até o final do ano de 1983 dentro de uma relativa normalidade climática, o que não é conclusivo à mesma época do ano anterior. Isso também era verdadeiro para o geral da agricultura catarinense, só não sendo válido para o feijão.

#### 2.4. A questão da produção animal

O setor que explora a produção vegetal tem altos riscos, porque é dependente de fatores climáticos, conforme ficou cabalmente provado na safra 1982/83. Dessas explorações as mais perigosas são as lavouras temporárias, porque, ao perder a safra, perde-se também a área cultivada, enquanto nas lavouras permanentes, via de regra, perde-se a safra mas não a plantação. Exemplos típicos dessas situações diferenciadas seriam o milho e a maçã.

A produção animal é uma terceira linha de produção agropecuária que se diferencia sobremaneira das citadas, quanto à bovinocultura, mas nem tanto na suinocultura e avicultura.

Há uma diferenciação básica - quando concluído o ciclo vegetativo da cultura seus frutos terão que ser colhidos, enquanto o animal poderá não ser abatido, mesmo que isso não seja o melhor, economicamente.

O produtor poderá colher feijão no espaço temporal de 90 a 120 dias se o tiver plantado, assim como, poderá vender um lote de frangos em 60 dias se tiver comprado e criado os pintos. Nesse sentido a produção de aves para corte é muito flexível, assemelhando-se à produção de certas hortaliças, com a vantagem de que a ave não é deteriorável.

A bovinocultura, no entanto, é uma atividade de retorno a médio prazo: para vender um boi é necessário ter decidido produzi-lo quatro anos antes, em média, mas esse tempo pode ser reduzido para 3 anos se o mercado for favorável, ou ampliado para 5 anos caso não o seja. O tempo de produção de um bovino torna a criação mais complexa, a não ser quando ela é feita de forma extensiva, onde o uso do solo não é considerado, por ser abun-

dante, e os animais ficam à espera de uma situação de mercado mais favorável.

A suinocultura tem, nesse sentido, uma situação intermediária entre a bovino e a avicultura.

Em qualquer dos casos há dependência das matrizes para a produção de pintos, leitões e bezerros. Por isso fala-se muito em ciclo na produção animal: quando as condições de mercado não são favoráveis, há a tendência para o abate das matrizes. Posteriormente, contudo, elas terão que ser criadas outra vez e isto leva tempo. Naturalmente a reposição é mais demorada na bovino - cultura, do que na suinocultura e na avicultura, respectivamente.

A produção animal é complexa também porque ao invés de utilizar insumos industriais, como na produção vegetal, utiliza preponderantemente insumos de origem vegetal. Por isso é conhecida a dependência da qual se ressentem a suinocultura e a avicultura com relação ao milho, principalmente.

Aliás, quanto mais intensiva a exploração animal, mais dependente de insumos cultivados. É o caso da avicultura industrial que se opõe à bovinocultura extensiva. Uma depende totalmente do insumo cultivado e a outra pode viver quase que da natureza. São que a primeira traz retornos imediatos e a segunda a médio prazo.

A nível de mercado, no entanto, as carnes produzidas pelas três principais criações são substitutas (até certo ponto). Nos últimos anos o consumo de carne bovina decresceu sensivelmente no Brasil. Em 1977, o consumo per capita era de 25,5 kg/ano e em 1983 caiu para 16,3 kg/ano, ou seja, diminuiu 36,1%.

Essa retração no consumo de carne bovina deu-se, em parte, pela substituição por carne de aves e suínos, porque os preços da carne de boi se tornaram proibitivos para as camadas da população de menor poder aquisitivo.

A política agrícola para a pecuária não é diferente da política agrícola já exposta quanto à produção vegetal. O objetivo de exportar o máximo também existe na pecuária e, nesse sentido, a avicultura tem tido sucesso e, secundariamente, a bovino - cultura de corte.

Quanto ao crédito, a política tem sido a mesma: taxas de juros iguais, crédito apenas para 80% do custeio, crédito de comercialização, incentivo à exportação, etc.

A exportação vem sendo determinante para o sucesso da avicultura catarinense, pois além de somar divisas permite que o produto seja colocado no mercado interno a preços mais acessíveis. Estes facilitam as vendas do frango, pois a carne bovina, que é a preferida, tem preços inibidores à demanda interna, o que faz com que ela também tenha excedentes exportáveis e contribua positivamente na balança comercial.

A carne suína se presta à substituição das outras duas e, por ser mais industrializada que aquelas, atua também em faixa própria, sendo consumida pelas classes mais abastadas.

A quebra da safra de grãos de 1982/83 gerou profundos problemas à avicultura e à suinocultura, já que seus custos foram sobrecarregados pelos preços do milho e da soja, principalmente.

A avicultura teve ainda o acréscimo da desvalorização cambial do cruzeiro, pois seu material genético é importado. Por outro lado, a maxidesvalorização tornou o frango nacional, principalmente o catarinense, mais competitivo no mercado internacional.

Os índices da avicultura nacional passaram a cair a partir de 1980. Em 1982 a atividade cresceu 6,3% e em 1983, mantendo a tendência de queda, decresceu 0,5%. Aliás, em 1983 houve diferenças gritantes: no primeiro semestre ainda cresceu 3,7% e no segundo decresceu 4,5%.

A avicultura catarinense teve índices melhores que a nacional. Em 1983 conseguiu crescer 1,6% à base de exportações, pois a comercialização estadual decresceu 26,25%. Sua participação na avicultura nacional cresceu 7,2% na produção e 6,4% na comercialização. Isso só foi possível por ser a atividade mais bem estruturada em Santa Catarina do que nos demais estados e, portanto, tendente a ganhar fatias de mercado na medida em que a crise econômica leva os competidores à derrocada.

Para 1984, a avicultura depende, por um lado, da safra agrícola em desenvolvimento e, por outro, da recuperação do po-

der aquisitivo da população.

A suinocultura brasileira teve seu melhor período no lustro 1975/80, culminando em 1981. Caiu a partir daí (-6,6% em 1982 e -5,9% em 1983) a oferta de derivados de carne suína.

Também, no caso, Santa Catarina foi exceção, pois os abates cresceram 12,8% em 1983. A participação na produção nacional passou de 19% para 27,6%, e na comercialização de 18,6% para 20,2%.

O motivo é o mesmo já referido na avicultura: a recessão tem levado ao abandono da atividade nos estados menos estruturados quanto às integrações e cooperativas.

A suinocultura, como a avicultura, dependerá da safra de milho que está no campo, tanto a nível nacional como estadual, para impulsionar a oferta de carnes, o que só será feito se o consumo se reequilibrar. Esse caiu 8,4% em 1982 e 3,0% em 1983, a nível nacional. No estado, a queda foi de 2% nos últimos dois anos.

A bovinocultura de Santa Catarina não é exemplar, a nível nacional, como a avicultura e a suinocultura.

Os preços desestimulantes para os produtores de carne bovina se iniciaram em 1980 e provocaram um desempenho fraco nos últimos anos, pois os rebanhos foram desarticulados com o abate de matrizes. Isso fará com que a oferta de bois caia em 1984: haverá pouco boi gordo e as matrizes voltarão a ser retiradas, pois há perspectivas de melhora da atividade em 1985.

A nível estadual, calcula-se que o desestímulo da atividade nos últimos anos mais o problema climático do primeiro bimestre de 1982 fizeram o rebanho retroceder aos patamares de 1980.

A produção de carne bovina decresceu no estado 18,2%, em 1983, como consequência direta do problema climático. Com isso, as importações de bois e carne de outros estados cresceram 11,3%. O consumo estadual no ano decresceu 12,3%. Os abates do primeiro semestre cresceram 2,5% e no segundo caíram 18,2%, provando a atipicidade da safra.

Como a nível nacional, também em Santa Catarina a oferta deverá ser menor em 1984 e, portanto, os preços serão ascen -



dentes, o que poderá retrair ainda mais o consumo de carne bovina em benefício da carne de aves, principalmente.

O caso da produção de leite em Santa Catarina tem um quadro inverso ao da suinocultura e avicultura e, como é óbvio, mais próximo da bovinocultura de corte.

A participação do estado na produção nacional vem diminuindo: 5,7% (em 1970), 4,6% (em 1975) e 3,7% (em 1980-82). De 1971 a 1983 a produção nacional cresceu 67% e a estadual apenas 13%.

A produção estadual em 1983 esteve no mesmo nível de 1982, também atingida pelo problema climático. Outrossim a baixa remuneração ao produtor permaneceu como uma constante. Caso o quadro não mude, prevê-se queda da produção de 407 para 405 milhões de litros.

O problema da sazonalidade da produção é particular dentro das dificuldades da bovinocultura leiteira, assim como o pequeno índice de leite pasteurizado (18,7% em 1982 e 19,7% em 1983) em relação ao total produzido.

O abastecimento não tem sido comprometido, mas isso decorre mais do poder aquisitivo da população do que da capacidade de produção.

As recomendações para a atividade, bem como o detalhamento da produção de carnes, são abordados na parte dos diversos produtos.

No caso do leite, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado está empenhada em um novo produto que beneficie produtores e consumidores.

## 2.5. As últimas medidas da política agrícola

Como já se tornou praxe o CMN, em dezembro (20/12/83), voltou a modificar as normas do crédito rural. Tais normas passam a vigorar em 1º de janeiro de 1984 e atingem os quatro tipos de financiamentos que influenciam a agropecuária (custeio, investimento, comercialização e exportação).

Para quaisquer desses casos, as taxas de financiamento foram elevadas de 85% da correção das ORTNs mais 3% de juros pa-

ra 100% de correção e foram mantidos os 3% de juros fixos.

Essa medida retifica a tomada há seis meses, como, aliás, já tinha acontecido outras vezes, pois em junho/83 o estabelecido para 1984 foi 95% da correção da ORTN mais juros, e 100% mais juros para 1985. A correção plena, que faz parte das medidas de austeridade do FMI, foi antecipada de um ano.

Mais do que isso, tais medidas se diferenciam das anteriores por que sobrecarregam a safra em andamento ao atingirem imediatamente o crédito de comercialização. A atitude a respeito é inusitada, pois mesmo na safra 1982/83 o crédito de comercialização foi mantido aos níveis de correção contratadas ao início da safra.

A consequência mais provável do aumento das taxas do crédito de comercialização é que o produtor evite tomá-lo e jogue o produto no mercado num prazo mais curto. Se isso acontecer com a maioria dos produtores e dos produtos, haverá uma concentração da oferta logo após a colheita, o que retrairá os preços no mercado.

Tal deliberação, ao que parece, foi tomada de caso pensado, com a intenção de provocar uma contenção dos preços dos alimentos e uma queda brusca na inflação provocada por eles. Essa consequência beneficiaria os consumidores, mas seria prejudicial aos interesses dos produtores.

Quanto ao crédito de investimento e de custeio, os efeitos serão óbvios: os custos financiados de produção subirão mais ainda, e o Governo deverá oferecer compensações via preços-mínimos que afetarão os preços de mercado. Os aumentos dos custos, mais uma vez, serão repassados aos consumidores.

É ainda impossível estabelecer perspectivas para a safra 1984/85, pois a correção plena é a única diretriz que existe e a safra dependerá, quanto ao crédito, dos valores dos VBCs e dos percentuais que serão financiados destes. Não é possível se saber ainda se, além da retirada do subsídio via correção plena da inflação, as autoridades monetárias manterão o crédito restrito (40%, 60% e 90% do VBC para grandes, médios e pequenos produtores, respectivamente).

Não é de se esperar a ampliação dos percentuais finan-

ciados, mas talvez não sejam reduzidos como foram nas últimas safras.

A elevação das taxas do crédito de exportação fez com que os exportadores passassem a reivindicar alguma espécie de contrapartida do governo. As autoridades, no entanto, nada determinaram nesse sentido e negam que possam vir a fazê-lo.

Por isso mesmo há um certo temor de uma nova maxidesvalorização ou intensificação das minis, com o fim de compensar a correção plena e aumentar a competitividade dos produtos brasileiros.

Não se deve esquecer a meta do Governo Federal: obter um superávit na balança comercial, em 1984, de 9 bilhões de dólares.

## 2.6. Conclusão

As safras 1982/83 e 1983/84 ocorreram dentro do quadro recessivo da economia nacional e o setor agropecuário não é imune a esse contexto.

A própria recessão faz parte das recomendações do FMI e tem o objetivo de controlar a dívida externa, o déficit público e a inflação.

Em busca desses três objetivos, a interferência do Governo Federal na agricultura do país foi se diferenciando gradativamente, nos últimos anos, e se afastando, cada vez mais, da política estabelecida para o setor há 20 anos.

O crédito subsidiado, o principal estímulo ao setor, deixou de ter essa missão, transferida totalmente aos preços mínimos, que antes tinham apenas parte dessa atribuição.

Tal decisão não é exclusivamente técnica, porque a política anterior trazia no seu bojo a idéia de que o consumidor não tinha condições de pagar os preços reais dos produtos agropecuários. Por isso, subsidiava-se a produção de todos os produtos e mais o consumo de alguns, como a farinha de trigo e o açúcar.

A retirada do subsídio ao crédito em geral e desses produtos em particular, dando estímulos de outro tipo ao produtor, como os preços mínimos, parte do princípio de que o consumi

dor deve pagar os produtos agropecuários a preços cada vez mais próximos do seu preço real de mercado.

Por trás desta decisão a orientação do FMI no sentido de melhorar o déficit público e a taxa de inflação, o que seria dificultado pelos subsídios à agricultura e à pecuária.

Para os agricultores e pecuaristas, mantendo-se o nível de remuneração da exploração, é indiferente que esse resultado seja obtido, baixando-se os custos ou elevando-se as receitas.

Todavia, a retirada dos subsídios, dentro de um quadro recessivo de arrocho salarial e desemprego, tem esbarrado no problema de poder aquisitivo da população. Este acaba retraindo a demanda dos produtos, principalmente os de maior preço relativo para a população, como é o caso das carnes.

Tal fato tem sido visto como vantajoso pelo Governo Federal, pois os excedentes podem ser exportados, contribuindo para o superávit da balança comercial.

Por isso tudo, a produção e o abastecimento não têm tido grandes problemas, a não ser quando há quebra de safra, o que dificulta ainda mais a situação do consumidor, pois apela-se para a importação e há uma alta generalizada nos preços.

Na safra 1982/83 as modificações da política agrícola, encarecendo o crédito, foram parcialmente compensadas via preços, e a área plantada acabou sendo, praticamente, a mesma das duas safras anteriores e levemente inferior (menos de 3%) à atual (tabela 4).

Nesse sentido, parece que nem a política agrícola federal, nem o mercado ou mesmo a quebra de safra afastam os produtos da atividade. O que fazem é adaptar a área cultivada jogando com culturas alternativas sem ampliá-la no seu total.

Note-se entretanto, que se não tem havido desestímulo, a ponto de provocar um retrocesso na área cultivada, também não tem havido incentivo suficiente para incrementar a área cultivada total. Alguns produtos isoladamente têm crescido a taxas muito maiores que os outros, como a maçã e o alho. (tabela 4).

Quanto ao desempenho da safra 1982/83, o determinante foi a catástrofe climática que se abateu sobre o estado. Masca-

rou quaisquer outras adaptações que possam ter ocorrido, como a menor utilização de insumos, devido aos seus custos monetários e financeiros.

A quebra da safra anterior não desestimulou os produtores para a de 1983/84. No conjunto geral, eles aumentaram levemente a área total, conforme já mencionado, e passaram a cultivar mais determinado produto em detrimento da área de outro(s).

A política agrícola federal, que só distingue duas regiões no Brasil (Centro-Sul e Norte-Nordeste), não é muito adaptada às condições de Santa Catarina. Por isso, há necessidade de que o poder público estadual tenha a sua própria participação, independente e decisiva.

O novo Governo Estadual, instalado em março de 1983, enfrentou, logo na primeira safra, o problema das enchentes e teve que adotar, de imediato, medidas condizentes com aquela conjuntura, executando-as, ou solicitando-as ao Governo Federal:

- crédito de emergência: atendeu 35 mil famílias cujas propriedades não se podiam recuperar, perfazendo um total de 24,8 bilhões de cruzeiros financiados;

- prorrogação dos empréstimos: foi solicitada e obtida a prorrogação dos empréstimos dos atingidos pelas chuvas;

- agilização do PROAGRO: foi levado ao Banco Central o pedido, também atendido, de agilizar os laudos técnicos do PROAGRO para que os produtores fossem ressarcidos num menor prazo de tempo;

- crédito de custeio e comercialização: foi solicitada a alocação de recursos para facilitar a produção e evitar que o produtor sem recursos fique à mercê do atravessador;

- necessidade de sementes: a quebra ocorreu também na produção de sementes e foram providenciadas 9.098 toneladas que beneficiaram 100 mil agricultores;

- preços mínimos: foi solicitada a liberação antecipada de preços mínimos compensadores;

- suprimento de milho: pleiteou-se o suprimento de milho, pois a quebra da safra provocou um déficit de 700 - 1000 mil toneladas no abastecimento de Santa Catarina.

O ano atípico exigiu, também, redobrados esforços nas áreas de pesquisa, extensão, fomento e abastecimento.

Mais recentemente, e agindo sobre problemas de ordem estrutural, foram lançados problemas de:

- crédito fundiário;
- equipamentos de uso coletivo;
- armazéns comunitários

Tais ações governamentais ao estado procuram amenizar os problemas da safra 1982/83 e facilitar o plantio da safra 1983/84, bem como, diminuir para o futuro, problemas estruturais como os da estrutura fundiária e o déficit de equipamentos e armazéns.

A safra 1983/84 só fracassará caso condições adversas a atingir como fez no último ano. Tendo um clima normal será uma safra dentro dos padrões catarinenses.

Difícilmente numa mesma safra tem-se uma tal conjugação de fatores que torne a safra excelente para todos os produtos.

Considerando-se as safras de 1977/78 até a presente, chega-se à conclusão de que aquela e a de 1982/83, ambas fracassadas, não tiveram a máxima produção de nenhum produto. Já a safra de 1978/79, também deficitária, teve a maior produção de batata-inglesa. A de 1979/80, considerada normal, teve as maiores produções de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo. Em 1980/81 foram produzidas as maiores quantidades de cebola, mandioca e milho. A safra de 1981/82 obteve as maiores produções de feijão e maçã. (tabela 9).

Para 1983/84 espera-se as maiores safras de alho, fumo, tomate e banana. Mas, há também boas perspectivas para outros importantes produtos: o arroz e o feijão deverão ter uma produção próxima da média dos últimos anos, e a mandioca, o milho e a soja deverão recuperar, em parte, os decréscimos das últimas safras, sendo a recuperação dos dois últimos mais acentuada.

Essa poderá ser uma supersafra, no sentido de que poderá ser igual às melhores do estado, bastando para isso que o clima seja o mais adequado e a tecnologia empregada condizente com os padrões mais recentes da agricultura catarinense.

A produção animal, por ser totalmente dependente da vegetal, também será beneficiada por uma boa safra de grãos, tendo como agravante, por outro lado, o fato de enfrentar, mais seriamente do que os produtos vegetais, o problema da queda da procura, provocada pela falta de poder aquisitivo da população.

Tabela 1  
VARIACÃO DOS VBCs DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, EM VALORES ABSOLUTOS E RELATIVOS, SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	1981/82 (a)	1982/83 (b)	1983/84 (c)	(Em Cr\$ 1.000,00)	
				REAJUSTE % (b/a)	REAJUSTE % (c/b)
<b>Milho</b>					
Até 900	7.700	14.100	35.100	83,12	148,94
901 a 1.300	11.700	20.100	45.900	71,79	128,36
1.301 a 1.700	13.400	25.800	61.100	92,54	136,82
1.701 a 2.100	16.200	29.700	71.300	83,33	140,07
2.101 a 2.500	18.900	34.300	84.200	81,48	145,48
2.501 a 3.000	21.800	41.000	100.500	88,07	145,12
3.001 a 3.500	24.700	45.000	111.200	82,19	147,11
3.501 a 4.000	28.400	50.800	127.000	28,87	150,00
4.001 a 5.000	32.800	57.900	149.400	76,52	158,03
Acima de 5.000	-	68.000	172.300	-	153,38
Média Aritmética	-	-	-	81,99	145,33
<b>Arroz de Sequeiro</b>					
Até 1.000	12.700	24.300	56.200	91,34	131,28
1.001 a 1.300	16.000	31.900	74.200	99,38	132,60
1.301 a 1.600	20.600	40.500	95.700	96,60	136,30
Acima de 1.600	26.100	49.000	114.700	87,74	134,08
Média Aritmética	-	-	-	93,76	133,56
<b>Arroz Irrigado (Irrig.Nat)</b>					
Até 3.000	37.800	63.400	153.500	67,72	142,11
3.001 a 3.600	44.300	71.200	167.700	60,72	135,53
3.601 a 4.200	52.700	83.500	197.500	58,44	136,53
4.201 a 5.000	59.400	92.300	222.000	55,39	140,52
Acima de 5.000	59.400	95.000	233.100	-	145,37
Média Aritmética	-	-	-	60,57	140,01
<b>Soja</b>					
Até 1.250	17.000	31.700	74.500	86,47	135,02
1.251 a 1.500	20.000	35.000	80.100	73,27	128,86
1.501 a 1.750	22.000	41.200	98.200	87,27	138,35
1.751 a 2.000	25.200	46.900	106.700	86,11	127,51
2.001 a 2.400	27.000	54.100	124.600	100,37	130,31
Acima de 2.400	-	59.700	131.300	-	119,93
Média Aritmética	-	-	-	86,70	130,00
<b>Feijão</b>					
Até 400	8.700	16.000	37.000	83,91	131,25
401 a 600	18.200	33.700	75.800	85,16	124,93
601 a 800	20.700	40.200	90.600	94,20	125,37
801 a 1.000	24.900	49.600	112.900	99,20	127,62
1.001 a 1.500	29.800	62.700	146.000	110,40	132,85
Acima de 1.500	-	68.000	159.300	-	134,26
Média Aritmética	-	-	-	94,57	129,38
<b>Uva Vinífera</b>					
Comum	132.200	237.000	481.200	79,27	103,04
Nobre	154.700	299.000	550.000	93,28	84,11
Média Aritmética	-	-	-	86,27	93,57
<b>Mandioca (1 ciclo)</b>					
Até 10.000	17.800	33.900	78.300	90,45	130,97
10.001 a 15.000	20.500	38.800	93.400	89,27	140,72
15.001 a 20.000	27.900	54.300	129.000	94,62	137,57
20.001 a 25.000	30.800	60.200	142.500	95,45	136,71
Acima de 25.000	33.800	66.800	160.700	97,63	140,57
Média Aritmética	-	-	-	93,48	137,31
<b>Alho Nobre</b>					
Até 3.500	138.100	268.900	453.700	94,71	68,72
3.501 a 4.500	167.800	327.200	552.100	94,99	68,73
4.501 a 5.500	195.000	381.700	691.300	95,74	81,11
5.501 a 6.500	225.400	449.900	796.300	99,60	76,99
Acima de 6.500	240.500	474.700	843.300	97,38	77,65
Média Aritmética	-	-	-	96,48	74,44
<b>Trigo</b>					
Até 600	-	19.000	35.100	-	84,74
601 a 800	-	25.200	46.500	-	84,52
801 a 1.000	-	29.800	55.200	-	85,23
1.001 a 1.200	-	34.200	63.700	-	86,26
1.201 a 1.400	-	41.200	77.100	-	87,14
1.401 a 1.600	-	46.800	88.000	-	88,03
Média Aritmética	-	-	-	-	85,99
<b>Arroz Irrigado(*) (Irrig.Mecânica)</b>					
Até 3.000	40.100	76.400	187.400	96,52	145,29
3.001 a 3.600	47.300	88.800	214.900	87,74	142,00
3.601 a 4.200	56.400	104.300	251.900	84,93	141,51
4.201 a 5.000	64.100	118.000	287.900	84,09	143,98
Acima de 5.000	-	120.700	299.900	-	148,47
Média Aritmética	-	-	-	88,32	144,25

(\*) As faixas de produtividade do arroz com irrigação mecânica para a safra 1981/82 foram as seguintes:

Até 2.800  
2.801 a 3.400  
3.401 a 4.000  
Acima de 4.000

Fonte: CFP  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela: 1 B

QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS CUSTOS VARIÁVEIS DE PRODUÇÃO  
E OS VBCs PARA A SAFRA 1983/84

	PRODUTIVIDADE/ha	CUSTOS VARIÁVEIS/ha (A)	VBC (B)	VARIAÇÃO % (B/A)
Alho nobre não curado	5.000 kg	1.637.888,00	691.300,00	- 58
Arroz irrigado natural (Vale)	5.000 kg	299.106,00	233.100,00	- 22
Arroz irrigado mecânica (Sul)	4.000 kg	246.713,00	251.900,00	2
Arroz sequeiro	2.000 kg	116.614,00	114.700,00	- 2
Feijão (safrinha - sem adubação)	1.500 kg	155.181,00	146.000,00	- 6
Feijão (tração animal)	1.020 kg	116.329,00	146.000,00	26
Feijão (tração motora)	800 kg	79.507,00	90.600,00	14
Mandioca (solo argiloso)	25.000 kg	211.421,00	129.000,00	- 39
Mandioca (solo arenoso)	18.000 kg	156.183,00	142.500,00	- 9
Milho (tração animal)	3.000 kg	94.822,00	100.500,00	6
Milho (tração animal)	4.800 kg	160.541,00	149.400,00	- 7
Milho (tração motora)	4.800 kg	178.291,00	149.400,00	- 16
Soja (tração animal)	1.620 kg	130.652,00	74.500,00	- 43
Soja (tração motora)	1.800 kg	137.394,00	106.700,00	- 22

Fonte: Instituto CEPA/SC



Tabela 1 C

COMPARATIVO DE PREÇOS BÁSICOS, MÍNIMOS E CUSTOS DE PRODUÇÃO ENTRE AS SAFRAS 1982/83 E 1983/84

PRODUTO	SAFRA 1982/83				SAFRA 1983/84				VARIÇÃO		
	Preço Base (1)	Preço Mínimo (2)	Custo de Produção (3)	Preço de mercado no principal mês de comercialização (4)	Preço Base (5)	Preço Mínimo		Custo Prod. Jun/83 (8)	Custo Prod. previsto para o principal mês de comerc. do produto (9)	Preço Base 1983-84/1982-83 (%) (10=5÷1)	Preço Mínimo 1983-84/1982-83 (%) (11=7÷2)
						Período de Reajuste (*) (6)	Estimado (7)				
Milho	1.392,00	1.974,00	Jun- 2.711,40	3.200,00	3.700,00	Ago/mar	6.689,60	2.711,40	Mai- 5.853,00	165,8	238,9
Soja	1.800,00	2.552,40	Mar- 3.837,40	3.000,00	4.338,00	Ago/fev	7.400,60	5.877,50	Abr-11.973,00	141,0	189,9
Feijão-1ª safra	5.985,00	6.905,00	Dez- 5.425,00	6.905,00	14.400,00	Jul/nov	21.412,80	9.138,50	Jan-15.630,00	140,6	210,1
Arroz Irrigado	2.276,00	2.694,50	Mar- 3.215,00	4.000,00	6.664,00	Ago/fev	11.368,80	3.673,50	Mar- 7.932,00	192,8	321,9
Mandioca-Raiz	5.804,00	9.507,00	Jun-10.805,00	10.000,00	14.000,00	Ago/mar	25.312,00	10.805,00	Mai-23.330,00	141,2	166,2

OBS: Os valores apresentados referem-se à Cr\$ 1,00/sc, exceto mandioca que é Cr\$ 1,00/t.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

(\*) VALORES UTILIZADOS PARA REAJUSTE VÁLIDOS PARA O FEIJÃO  
(Estimativa de variação das ORTNs)

PARA AS OUTRAS CULTURAS

MESES	MENSAL	ACUMULADO	MESES	MENSAL	ACUMULADO
Jul-83	7,8	7,8	Jan-84	7,0	71,8
Ago-83	9,0	17,5	Fev-84	6,0	82,2
Set-83	8,5	27,5	Mar-84	6,0	93,1
Out-83	8,0	37,7	Abr-84	6,0	104,7
Nov-83	8,0	48,7	Mai-84	6,0	117,0
Dez-83	8,0	60,6	Jun-84	6,0	130,0

MESES	MENSAL	ACUMULADO	MESES	MENSAL	ACUMULADO
Ago-83	9,0	9,0	Jan-84	7,0	59,4
Set-83	8,5	18,3	Fev-84	7,0	70,6
Out-83	8,0	27,7	Mar-84	6,0	80,8
Nov-83	8,0	37,9	Abr-84	6,0	91,6
Dez-83	8,0	49,0	Mai-84	6,0	103,1
			Jun-84	6,0	115,3

Tabela 2

PREÇOS BÁSICOS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE  
SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84

PRODUTO	1981/82 (a)	1982/83 (b)	1983/84 (c)	VARIÇÃO %	
				(b/a)	(c/b)
Arroz (Cr\$/sc 50) tipos 40x28 sequeiro	1.000,00	1.900,00	5.600,00	90	195
Feijão 1ª safra (Cr\$/sc 60)	3.150,00	5.985,00	14.400,00	90	141
Mandioca (Cr\$/t)	3.055,00	5.804,00	14.000,00	90	141
Milho (Cr\$/sc 60)	735,00	1.392,00	3.700,00	89	166
Soja (Cr\$/sc 60)	945,00	1.800,00	4.338,00	90	141

Fonte: CFP

Tabela 3  
CUSTOS DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA,  
JUL/81 A JUN/82

PRODUTO	CUSTOS VARIÁVEIS			CUSTOS FIXOS			TOTAL DOS CUSTOS POR ha			CUSTOS POR SACCA		
	Jul/81	Jun/82	Variação %	Jul/81	Jun/82	Variação %	Jul/81	Jun/82	Variação %	Jul/81	Jun/82	Variação %
	Alho	407.590,00	982.004,00	141	46.880,00	108.409,00	131	454.470,50	1.090.413,00	140	130,00 (1)	272,61
Arroz Irrigado (Cr/4.000 kg/ha)	63.398,00	123.864,00	95	14.868,00	29.109,00	96	78.266,00	152.973,00	95	978,30	1.912,17	95
Arroz Sequeiro 2.000 kg/ha	27.728,00	54.864,00	98	7.144,00	15.451,00	116	34.872,00	70.315,00	102	871,80	1.757,88	102
Cebola	104.137,00	204.046,00	96	18.829,00	73.500,00	290	122.966,00	277.546,00	126	8,20 (1)	23,13	182
Feijão - Tração animal 800 kg/ha	23.167,00	37.900,00	64	11.299,00	17.068,00	51	34.466,00	54.968,00	59	2.572,00	4.102,00	59
Feijão - Tração animal 900 kg/ha	31.194,00	55.395,00	78	11.907,00	17.772,00	49	53.101,00	73.167,00	70	2.874,00	4.304,00	50
Mandioca - Tração animal 18.000 kg/ha	43.835,00	74.603,00	70	14.191,00	25.493,00	80	58.026,00	100.096,00	73	3.223,70 (2)	5.561,80	73
Mandioca - Tração animal 25.000 kg/ha	59.633,00	107.827,00	81	20.673,00	32.734,00	58	80.306,00	140.561,00	75	3.212,20 (2)	5.622,00	75
Milho - Tração animal 3.000 kg/ha	24.703,00	48.891,00	98	8.929,00	16.312,00	83	33.632,00	65.203,00	94	673,00	1.304,00	94
Milho - Tração animal 4.800 kg/ha	41.709,00	80.863,00	94	10.351,00	18.777,00	81	52.070,00	99.640,00	91	651,00	1.246,00	91
Soja - Tração animal 1.620 kg/ha	30.296,00	57.354,00	89	7.873,00	15.604,00	98	36.169,00	72.958,00	91	1.414,00	2.702,00	91
Soja - Tração motora 1.800 kg/ha	32.204,00	64.059,00	99	6.862,00	14.089,00	105	39.066,00	78.148,00	100	1.302,00	2.605,00	100
Bovino de corte	1.034.632,00	1.749.378,00	69	465.096,00	695.622,00	50	1.499.728,00 (3)	2.445.000,00	63	55,55 (1)	90,55 (1)	63
Bovinos de Leite	380.213,00	729.567,00	92	114.130,00	263.550,00	131	494.343,00 (3)	993.117,00	101	20,60 (4)	45,14 (4)	119
Safras	1.393.364,00	2.422.677,00	74	148.615,00	265.808,00	79	1.541.979,00	2.688.485,00	74	77,60 (1)	135,30 (1)	74
MEDIA GERAL	-	-	89	-	-	100	-	-	90	-	-	92

(1) Custo por kg  
(2) Custo por t  
(3) Total dos custos/ano  
(4) Considerada só a venda do leite  
Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 4  
ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRA DE 1976/77 A 1983/84

PRODUTO	SAFRA							
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Alho	239	247	528	1.299	3.544	2.507	2.588	2.569
Arroz	148.164	133.330	156.074	153.491	148.920	148.168	144.987	148.620
Batata Inglesa	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313	19.064	17.132	17.610
Cana-de-açúcar (2)	19.664	20.913	20.124	24.667	19.809	19.641	18.499	20.000
Cebola	6.846	5.724	10.736	12.307	16.920	11.380	12.338	12.267
Feijão	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100	373.000	422.087	390.000
Fumo	80.533	90.527	76.190	76.642	61.250	71.384	89.369	95.766
Mandioca (2)	82.962	77.528	66.879	60.995	75.066	79.033	76.480	80.000
Milho	1.063.584	1.005.633	1.078.025	1.128.441	1.150.000	1.108.615	1.095.886	1.150.000
Soja	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880	445.000	404.300	437.000
Tomate	926	997	1.100	1.260	1.389	1.426	1.545	1.500
Trigo	37.522	11.620	4.587	34.749	19.255	8.953	25.812	18.000
Banana (2)	14.998	17.134	18.366	18.643	21.484	21.500	21.550 (1)	22.000 (1)
Maçã	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031	9.036	10.035	10.835
Uva (2)	4.270	4.043	4.946	5.086	5.255	5.080	5.322	5.400

(1) Estimativa  
(2) Área Colhida  
Fonte: IBGE/GCEA-SC  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 5

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1983/84

PRODUTO \ SAFRA	(tonelada)							
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 <sup>(1)</sup>
Alho	871	952	1.702	4.724	6.720	7.905	8.589	9.781
Arroz	332.950	279.012	259.794	428.871	404.068	373.978	395.317	390.000
Batata-Inglesa	128.886	115.977	172.617	142.876	151.936	160.819	118.494	149.685
Cana-de-açúcar	955.022	1.043.126	1.084.780	1.170.361	1.001.920	1.022.700	831.402	1.040.000
Cebola	49.794	47.129	94.017	103.605	151.581	113.710	125.710	128.341
Feijão	134.477	122.992	189.403	119.972	246.250	321.040	162.428	294.000
Fumo	119.846	130.299	139.876	127.401	100.303	132.130	132.063	171.163
Mandioca	1.239.687	1.208.159	1.120.967	995.195	1.254.926	1.141.097	999.746	1.040.000
Milho	2.674.175	1.587.902	1.708.649	3.016.233	3.162.499	2.628.756	1.687.325	2.875.000
Soja	476.365	354.681	433.863	718.764	648.000	534.000	405.400	568.100
Tomate	22.917	28.029	32.930	35.197	41.004	38.889	33.694	42.000
Trigo	20.328	4.279	3.791	18.864	9.033	8.606	13.650	17.280
Banana	164.308	190.072	226.269	209.712	241.488	274.125	273.250	279.400
Maçã	12.355	10.854	21.410	28.225	39.175	76.664	57.338	75.000
Uva <sup>(1)</sup>	59.896	57.323	65.104	44.428	75.383	80.530	54.747	64.800

(1) Produção esperada

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 6

RENDIMENTO MÉDIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1983/84

PRODUTO \ SAFRA	(kg/ha)							
	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Alho	3.644	3.854	3.224	3.637	1.896	3.153	3.319	3.807
Arroz	2.247	2.093	1.665	2.794	2.713	2.524	2.727	2.624
Batata-Inglesa	8.074	7.006	8.673	7.103	8.297	8.436	6.917	8.500
Cana-de-açúcar <sup>(1)</sup>	48.567	49.879	53.905	47.446	50.579	52.070	44.943	52.000
Cebola	7.273	8.234	8.757	8.418	8.959	9.992	10.189	10.462
Feijão	712	624	832	435	846	861	385	754
Fumo	1.482	1.439	1.836	1.672	1.638	1.851	1.478	1.787
Mandioca <sup>(1)</sup>	14.943	15.584	16.761	16.316	16.718	14.439	13.072	13.000
Milho	2.514	1.579	1.585	2.673	2.750	2.371	1.540	2.500
Soja	1.359	868	860	1.381	1.339	1.200	1.003	1.300
Tomate	24.748	28.113	29.936	27.934	29.521	27.271	21.808	28.000
Trigo	542	368	827	543	469	961	529	960
Banana <sup>(1)</sup>	10.955	11.093	12.320	11.249	11.240	12.750	12.680	12.700
Maçã <sup>(1)</sup>	8.985	5.524	8.025	7.398	7.410	12.098	8.015	9.339
Uva <sup>(1)</sup>	14.027	14.178	13.163	8.735	14.345	15.852	10.287	12.000

(1) Rendimento médio, calculado sobre a área colhida

Fonte: Tabelas 4 e 5

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 7

ÍNDICE DE VARIAÇÃO ANUAL DA ÁREA, DA PRODUÇÃO E DO RENDIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLA DE SC, 1982/83 E 1983/84

PRODUTO	ÁREA		PRODUÇÃO		RENDIMENTO	
	1982/83 ÷ 1981/82	1983/84 ÷ 1982/83	1982/83 ÷ 1981/82	1983/84 ÷ 1982/83	1982/83 ÷ 1981/82	1983/84 ÷ 1982/83
Alho	103	99	109	114	105	115
Arroz	98	103	106	99	108	96
Batata-Inglesa	90	103	74	126	82	123
Cana-de-açúcar	94	108	81	125	86	116
Cebola	108	99	111	102	102	103
Feijão	113	92	51	181	45	196
Fumo	125	107	100	130	80	121
Mandioca	97	105	88	104	91	99
Milho	99	105	64	170	65	162
Soja	91	108	76	140	84	130
Tomate	108	97	87	125	80	128
Trigo	288	70	159	127	55	181
Ameixa	100	-	100	-	100	-
Banan	100	102	100	102	99	100
Maçã	111	108	75	131	67	121
Nectarina	100	-	49	-	49	-
Pêssego	101	-	59	-	59	-
Uva Vinífera	100	-	54	-	54	-

Fonte: Tabelas 4, 5 e 6

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 8

PRODUÇÃO ESTIMADA E OBTIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	PRODUÇÃO ESTIMADA (t)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	QUEBRA %		QUEBRA FÍSICA (t)	
			Uma Safra	Duas Safras	Uma Safra	Duas Safras
Alho	11.368	8.589	-24	-	2.779	-
Arroz Irrigado	330.990	290.087	-12	-	40.903	44.243
Arroz Sequeiro	108.570	105.230	-3	10	3.340	-
Batata Inglesa (1ª safra)	125.450	100.018	-20	-	25.432	-
Batata Inglesa (2ª safra) (2)	40.000	18.476	-54	10	21.524	46.956
Cana-de-açúcar	1.100.000	831.402	-24	-	268.598	-
Cebola	137.720	125.710	-9	-	12.010	-
Feijão (1ª safra)	297.000	137.586	-54	-	159.414	-
Feijão (2ª safra) (2)	90.000	24.842	-72	58	65.158	224.472
Fumo	144.000	132.063	-8	-	11.937	-
Maçã	70.000	57.338	-18	-	12.662	-
Mandioca (2)	1.141.097	999.746	-12	-	141.351	-
Milho	2.860.000	1.687.325	-41	-	1.172.675	-
Soja	592.140	405.400	-32	-	186.740	-
Tomate	42.000	33.694	-20	-	8.306	-
Trigo	25.220	13.650	-46	-	11.570	-
TOTAL	7.115.555	4.971.156	-30	-	2.144.399	-

(1) Estimativa do Instituto CEPA/SC em setembro de 1982

(2) Estimativa do Instituto CEPA/SC em fevereiro de 1983

Tabela 9

EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLA DE SC, 1976/77 A 1983/84

PRODUTO	(1976/77 = 100)						
	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84
Alho	109	195	542	772	908	986	1.123
Arroz	84	78	129	121	112	119	117
Batata inglesa	90	134	111	118	125	92	116
Cana-de-açúcar	109	114	123	105	107	87	109
Cebola	95	189	208	304	228	252	258
Feijão	91	141	89	183	239	121	219
Fumo	109	117	106	84	110	110	143
Mandioca	97	90	80	101	92	81	84
Milho	59	64	113	118	98	63	108
Soja	74	91	151	136	112	85	119
Tomate	122	144	154	179	170	147	183
Trigo	21	19	93	44	42	67	85
Banana	116	138	128	147	167	166	170
Maçã	88	173	228	317	621	464	607

Fonte: Tabela 5

Elaboração: Instituto CEPA/SC

### ***3-DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL***

**Alho, Arroz, Banana, Batata-inglesa,  
Cana-de-açúcar, Cebola, Feijão, Fumo,  
Maçã, Mandioca, Milho, Soja, Tomate,  
Trigo, Uva e Produção Florestal**

### 3.1. Alho

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	528	1.702	3.223
1979/80	1.299	4.724	3.637
1980/81	3.544	6.720	1.896
1981/82	2.490	7.905	3.175
1982/83	2.588	8.589	3.319
1983/84 (*)	2.569	9.781	3.807

(\*) Estimativa Fundação IBGE/GCEA-SC

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Após a campanha, desenvolvida a nível de Brasil, em 1978, pela Gerência Nacional de Horticultura do SNAP/MA em seu Plano Nacional de Produção e Abastecimento de ALHO, visando a aumentar o volume produzido e a melhorar o abastecimento do produto, através do cultivo de variedades já existentes no país, a cultura do alho, em Santa Catarina, começou a ganhar importância econômica e a apresentar desenvolvimento marcante tanto em área plantada como em produção obtida.

Acresçam-se a isso as boas perspectivas que se vislumbraram e que persistem para o mercado de alhos de boa qualidade, principalmente para as cultivares nobres de ciclo tardio, entre as quais se inclui a cultivar CHONAN. A Chonan foi obtida por imigrantes japoneses no município de Curitibanos, através do trabalho de melhoramento, e que possui, talvez, as melhores características de mercado de todas as cultivares do país, como coloração e formato de bulbos, número e uniformidade de bulbilhos, boa cobertura de folha, resistência à debulha, e bom comportamento no armazenamento.

Assim sendo, cresce de forma invejável a área plantada com essa cultura em Santa Catarina, que, na safra 1975/76, somara apenas 240 ha dos quais somente 5 ha foram cultivados com alhos

nobres. Mesmo apesar dos altos custos de implantação, a cultura alcançou na presente safra uma área implantada de 2.569 ha, sendo 719 ha de alhos comuns e 1.850 ha de alhos nobres, representando, portanto, um acréscimo de 970% sobre a área de cultivo daquele a no agrícola.

O crescimento apresentado por essa atividade e os comparativos das áreas implantadas com cultivares nobres e comuns são mostrados na tabela a seguir:

COMPARATIVO DAS ÁREAS IMPLANTADAS COM ALHOS COMUNS,  
E NOBRES EM SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76 A 1983/84

ANO	ÁREA PLANTADA - ha		
	Cultivares Comuns	Cultivares Nobres	Total
1975/76	235	5	240
1976/77	229	10	239
1977/78	207	40	247
1978/79	239	289	528
1979/80	665	634	1.299
1980/81	600	2.944	3.544
1981/82	700	1.790	2.490
1982/83	668	1.920	2.588
1983/84 (*)	719	1.850	2.569

(\*) Estimativa em dezembro/83

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Embora cultivado em todo o estado, há certas regiões, contudo, onde o cultivo apresenta uma maior importância econômica, quer pelo volume de alho anualmente produzido, quer por apresentarem características climáticas mais favoráveis ao seu desenvolvimento. É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages e dos Campos de Curitibanos que mostram condições edafo-climáticas altamente propícias, especialmente ao cultivo dos alhos Chonan e Caçador, e que as últimas safras têm respondido por mais de 70% da área implantada e da produção obtida em Santa Catarina.

No ano agrícola 1982/83, apesar das adversidades climá

ticas ocorridas durante todo o período de cultivo - houve excesso de chuva nos meses de julho e novembro, período de estiagem no mês de setembro, além de pouco frio na fase média de desenvolvimento das plantas e ocorrência de temperaturas consideradas baixas no final do ciclo vegetativo da cultura, quando o ideal, segundo a pesquisa, seria eventualmente o inverso - e que contribuíram para um ataque mais intenso às pragas e doenças, o resultado final a apresentado pela cultura pode ser considerado como muito satisfatório. Foram plantados, em todo o estado, 2.588 ha de alhos, que, apesar de não constituir-se na maior área já cultivada, respondeu, contudo, com uma boa produtividade e proporcionou a maior colheita já alcançada em Santa Catarina, tendo sido obtidos 8.589 t do produto. O rendimento médio conseguido foi de 3.319 kg/ha.

A distribuição da área implantada naquela safra, por município, é mostrada a seguir:

PLANTIO DE ALHO EM SANTA CATARINA, POR MUNICÍPIO,  
SAFRA 1982/83

MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)	MUNICÍPIO	ÁREA PLANTADA (ha)
Curitibanos	1.400	Anitápolis	15
Campos Novos	213	Vidal Ramos	15
Ponte Alta	85	Agrolândia	15
Fraiburgo	115	Monte Castelo	14
Caçador	70	Canoinhas	12
Lebon Régis	70	Itaiópolis	12
Xanxerê	34	Águas Mornas	21
Capinzal	28	Porto União	10
Lages	26	Fachinal dos Guedes	10
Concórdia	25	Rio das Antas	10
Angelina	25	Tangará	10
Ituporanga	25	Videira	10
Matos Costa	23	Laurentino	10
Itapiranga	20	São Bonifácio	10
Rancho Queimado	20	S. José do Cerrito	10
Mafra	15	Outros (*)	195
Alfredo Wagner	15	TOTAL	2.588

(\*) Somatório dos municípios com área cultivada inferior a 10 ha.



Nessa safra houve uma grande preocupação, por parte dos produtores, no sentido de uma melhor seleção dos bulbilhos-sementes, além de terem sido observadas com maior rigor as épocas mais indicadas para o plantio, de acordo com as cultivares utilizadas. Os agricultores efetuaram, também, a necessária correção dos solos com mais antecedência, e foi dada uma atenção especial, pelos técnicos que atuaram nas várias regiões produtoras, à incidência de fungos do solo que inevitavelmente atacam os alhos recém plantados.

Em decorrência do excesso de chuvas por ocasião da colheita dos alhos nobres tardios, que somente pôde ser iniciada a partir da segunda quinzena do mês de novembro e, mesmo assim, nos intervalos dos dias chuvosos, não foi possível efetuar-se, nessa safra, a necessária pré-cura a campo, sendo o produto colhido levado imediatamente para galpões. A não efetivação dessa operação, aliada ao grande volume de alhos superbrotados, contribuíram para uma redução da oferta de alhos "in natura", para o mercado e, conseqüentemente, para um aumento do percentual de produto destinado à industrialização.

O volume total de alho catarinense, enviado à comercialização no ano de 1983 a outras unidades da Federação, foi estimado em 350.000 cx/10 kg.

As remessas de alhos nobres, de Santa Catarina, para o mercado nacional, que tiveram início a partir do ano de 1979, têm crescido de forma significativa e obedeceram, nos últimos anos, o seguinte fluxo de escoamento anual.

FLUXO DE ESCOAMENTO DE ALHOS NOBRES DE SANTA CATARINA  
PARA O MERCADO NACIONAL, 1979 A 1983

(em caixas de 10 kg)

SAFRA AGRÍCOLA	ANO COMERCIAL	VOLUME COMERCIALIZADO	OBSERVAÇÃO
1978/79	1979	800	Inclui os alhos enviados à comercialização "in natura" e o produto destinado à industrialização.
1979/80	1980	15.300	
1980/81	1981	278.900	
1981/82	1982	320.000	
1982/83	1983	350.000	

Fonte: COOPERPLAC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A comercialização da produção da safra 1982/83 transcorreu de modo um tanto tranqüilo, tendo os produtores recebido, por suas produções, cotação que variaram entre Cr\$ 4.000,00/cx/10 kg, para o alho de tipo 2 e Cr\$ 10.300,00/cx/10 kg, para o produto de tipo 6, preços esses ofertados à Cooperativa Regional Agropecuária do Planalto Catarinense Ltda, e que nessa safra teve uma participação menor que a verificada em anos anteriores, face ao desvio de grande parte da produção de seus associados a compradores particulares.

Na Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, a movimentação do produto, durante o ano em análise, atingiu a 41.641 kg, dos quais 21.756 kg foram de alhos oriundos do próprio estado catarinense e 19.885 kg constituíram-se, na sua quase totalidade, de produto nacional repassado pelas CEASAs do Paraná e Minas Gerais e pelo CEAGESP.

Os volumes ofertados mensalmente bem como os preços médios praticados, a nível de atacado e de varejo, durante o ano de 1983, naquele entreposto de comercialização, são mostrados a seguir:

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS,  
NO ATACADO E VAREJO DA CEASA/SC DURANTE O ANO DE 1983

MÊS	VOLUME OFERTADO (kg)			PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS - (Cr\$ 1,00)	
	Do Estado	Importado <sup>(*)</sup>	Total	Atacado	Varejo
Jan	853	830	1.683	314,42	836,54
Fev	1.150	540	1.690	793,18	850,00
Mar	2.254	950	3.204	861,22	921,50
Abr	3.052	650	3.702	835,44	930,00
Mai	1.320	500	1.820	800,00	925,00
Jun	3.253	300	3.553	826,00	924,00
Jul	3.389	850	4.239	872,80	1.003,93
Ago	2.173	6.195	8.368	847,46	1.033,86
Set	1.002	6.890	7.892	787,33	1.017,39
Out	1.150	1.280	2.430	808,35	1.061,65
Nov	1.080	900	1.980	789,72	1.056,67
Dez	1.080	-	1.080	1.007,97	1.128,46
TOTAL	21.756	19.885	41.641	-	-

(\*) Estão incluídos alhos argentinos e importados de outros estados

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A exemplo do ocorrido em Santa Catarina, também em termos de Brasil, a cultura do alho tem apresentado resultados altamente positivos, tanto na área cultivada como em produção obtida.

Na safra 1982/83, segundo a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estimativas Agropecuárias - CEPAGRO, da Fundação IBGE, a área plantada com essa olerácea, no país, atingiu a 18.335 ha, sendo colhidas 64.271 t do produto, valores estes que se constituíram nos mais elevados já alcançados no Brasil. O rendimento médio obtido foi de 3.505 kg/ha. A participação catarinense no volume conseguido foi de 13,4% e destacou o estado como 2º produtor nacional.

Os dados de área implantada, produção colhida e rendimento médio, verificados nessa safra, por estado produtor, são mostrados a seguir:

ÁREA PLANTADA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO OBTIDOS,  
 POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, ANO AGRÍCOLA DE 1982/83

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	REND. MÉDIO ALCANÇADO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO (%)
Minas Gerais	5.002	21.939	4.386	34,14
Santa Catarina	2.588	8.589	3.319	13,36
Goiás	2.915	7.960	2.731	12,39
Rio Grande do Sul	2.095	6.082	2.903	9,46
Bahia	1.333	4.619	3.465	7,19
Paraná	1.365	4.180	3.062	6,50
Espírito Santo	597	2.776	4.650	4,32
Mato Grosso do Sul	523	1.279	2.446	1,99
São Paulo	810	3.475	4.290	5,41
Pernambuco	340	935	2.750	1,45
Brasília	260	948	2.646	1,47
Piauí	156	739	4.737	1,15
Outros	351	750	2.137	1,17
TOTAL BRASIL	18.335	64.271	3.505	100,00

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mostra-se na tabela que segue o crescimento que a cultura apresentou nos últimos anos no Brasil, em termos de área implantada, produção colhida e rendimento médio obtido.

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO NO BRASIL,  
SAFRA 1977/78 A 1982/83

SAFRA AGRÍCOLA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO COLHIDA (t)	RENDIMENTO MÉ DIO OBTIDO (kg/ha)
1977/78	6.351	22.155	3.488
1978/79	7.060	23.975	3.396
1979/80	8.472	31.291	3.693
1980/81	12.352	40.303	3.263
1981/82	12.651	48.134	3.805
1982/83	18.335	64.271	3.505

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para o ano agrícola 1983/84, as últimas informações do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, indicaram, para Santa Catarina, uma área de cultivo da ordem de 2.570 ha e uma produção de cerca de 9.780 t, correspondendo, portanto, a um rendimento médio de 3.800 kg/ha.

Como conseqüência das condições adversas de clima ocorridos nas fases de preparo do solo, plantio e desenvolvimento das plantas, a cultura do alho, na atual safra, apresentou certos problemas que deverão influir no rendimento final das lavouras.

As chuvas em demasia, além de atrasarem o plantio, provocaram lixiviação de adubos e corretivos e criaram condições ideais para ataque mais intenso de pragas e doenças. Contribuíram também, para um maior desenvolvimento das plantas o que redundou em superbrotamento de muitas delas. Como reflexos desses fatores negativos muitas plantas responderam com produções de bulbos chochos, de menor tamanho e mesmo com não formação de bulbos, o que resultou em menor produtividade. Isso veio em prejuízo do produtor rural que terá a sua renda diminuída uma vez que as suas produções estão sofrendo classificação inferior.

Embora a colheita já tenha sido encerrada em todas as regiões produtoras do estado, não se dispõem ainda, de dados concretos sobre o volume efetivamente produzido.

O escalonamento de plantio e de colheita, na presente sa

fra, por cultivar implantada, obedeceu a seguinte distribuição mensal:

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DE PLANTIO DE ALHO,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

CULTIVAR	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	TOTAL
Comuns	50	250	350	69	-	-	-	719
Lavínia	-	50	50	-	-	-	-	100
Roxo Pérola Caçador	-	-	20	180	160	40	-	400
Chonan	-	-	80	451	400	360	59	1.350
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>300</b>	<b>500</b>	<b>700</b>	<b>560</b>	<b>400</b>	<b>59</b>	<b>2.569</b>

Fonte: Instituto CEPA/SC

DISTRIBUIÇÃO MENSAL DA COLHEITA DO ALHO,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

CULTIVÁVEIS	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Comuns	50	240	390	39	-	719
Lavínia	-	10	90	-	-	100
Roxo Pérola Caçador	-	-	20	180	200	400
Chonan	-	-	50	827	473	1.350
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>250</b>	<b>550</b>	<b>1.046</b>	<b>673</b>	<b>2.569</b>

Fonte: Instituto CEPA/SC

A distribuição da área cultivada é da produção prevista nesta safra, por microrregião produtora, após a conclusão de pesquisa de campo levada a efeito no mês de novembro, é mostrada a seguir:

ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO DE ALHO PREVISTA, POR  
MICRORREGIÃO PRODUTORA, SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)
Colonial de Blumenau	21	53
Colonial do Alto Itajaí	76	248
Florianópolis	10	39
Colonial Serrana Catarinense	114	387
Litoral de Laguna	8	32
Carbonífera	30	113
Litoral Sul Catarinense	17	49
Colonial Sul Catarinense	9	31
Campos de Lages	177	695
Campos de Curitibanos	1.584	6.251
Colonial Rio do Peixe	310	1.167
Colonial Oeste Catarinense	92	410
Planalto de Canoinhas	121	306
<b>TOTAL</b>	<b>2.569</b>	<b>9.781</b>

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Na hipótese desta produção vir a confirmar-se, cerca de 1.700 t deverão destinar-se ao plantio da próxima safra e 1.600 t ao abastecimento do mercado nacional. Ao mercado atacadista nacional serão remetidos em torno de 4.500 t, e cerca de 1.980 t terão como destino a industrialização.

ESCALONAMENTO DA OFERTA DE ALHO AO MERCADO ATACADISTA  
NACIONAL E AO MERCADO REGIONAL

MERCADO	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	TOTAL
Atacadista							
Nacional	50	200	1.800	1.750	650	50	4.500
Regional	150	200	250	200	180	130	1.110
<b>TOTAL</b>	<b>200</b>	<b>400</b>	<b>2.050</b>	<b>1.950</b>	<b>830</b>	<b>180</b>	<b>5.610</b>

Fonte: Instituto CEPA/SC

Em termos de Brasil, a produção desta safra deverá situar-se em torno de 57.970 t, inferior, portanto, em 9,80% em relação às 64.271 t obtidas no ano agrícola de 1982/83. A área cultivada no país é de cerca de 15.292 ha.

Estes informes foram divulgados pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias-CEPAGRO, da Fundação IBGE, após a conclusão dos levantamentos de novembro, e dizem respeito à sexta estimativa a nível nacional.

A distribuição da área cultivada no país, por estado produtor, e a perspectiva de produção para esta safra é mostrada a seguir:

ÁREA CULTIVADA E PERSPECTIVA DA PRODUÇÃO NACIONAL  
DE ALHO, SAFRA 1983/84

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO (kg/ha)
Piauí	107	299	2.794
Ceará	111	478	4.306
Rio Grande do Norte	22	88	4.000
Paraíba	202	510	2.525
Pernambuco	150	237	1.580
Bahia	815	2.526	3.099
Minas Gerais	4.348	19.284	4.435
Espírito Santo	425	1.800	4.235
São Paulo	870	4.153	4.774
Paraná	1.340	3.752	2.800
Santa Catarina	2.569	9.781	3.807
Rio Grande do Sul	2.134	6.145	2.880
Mato Grosso do Sul	394	686	1.741
Goiás	1.683	7.812	4.642
Distrito Federal	60	304	5.067
Outras	62	114	1.839
<b>TOTAL</b>	<b>15.292</b>	<b>57.969</b>	<b>3.791</b>

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

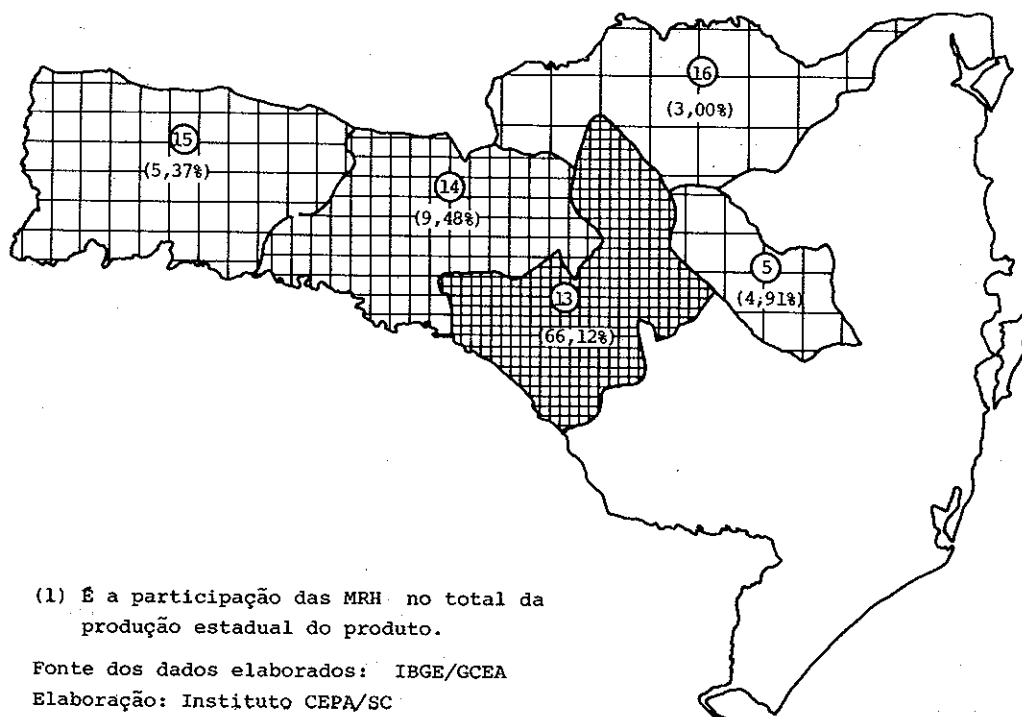
Elaboração: Instituto CEPA/SC



A produção total de alho curado, segundo a Coordenação Nacional de Horticultura, deverá oscilar ao redor de 52.000 t.

Do volume em questão, 9.000 t deverão destinar-se a reservas de sementes para o próximo plantio e 7.000 t à industrialização. Ao mercado atacadista nacional serão remetidas ao redor de 20.000 t e aos mercados regionais em torno de 16.000 t do produto.

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



### 3.2. Arroz

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	148.164	332.950	2.247
1977/78	133.330	279.012	2.093
1978/79	156.074	259.794	1.665
1979/80	153.491	428.871	2.794
1980/81	148.920	404.068	2.713
1981/82	148.168	373.978	2.524
1982/83	144.987	395.317	2.727
1983/84 (*)	148.620	390.000	2.624

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

A produção brasileira de arroz, resultante da safra 1982/83, foi da ordem de 7,8 milhões de toneladas (tabela em a nexo), conforme a última estimativa da CFP. Cerca de 19,9% infe rior, em volume, à safra anterior, esta não consegue repor sequer a quantidade anual aparentemente consumida no país, a qual gira em torno de 9,6 milhões de toneladas. Os principais fatores cau sais dessa retração podem-se resumir a:

1º) puro e simples recuo da área de cultivo do cereal na região Centro-Oeste (calculado em cerca de 10%), em razão do avanço da soja e, em escala um pouco menor, do milho. Além disso, ocorreram na mesma região, especialmente em Goiás, perdas não despre zíveis causadas por excessos pluviais;

2º) perda de produção e produtividade estimadas em 60% em decorrência da prolongada estiagem acontecida na região produtor a maranhense;

3º) a menor produtividade alcançada pela safra do arroz irrigado gaúcho motivado:

a- pela intensidade e persistência das chuvas de outubr o e novembro do ano passado, que inviabilizaram a

semeadura de cerca de 40%<sup>(1)</sup> da área destinada ao ce real, dentro dos prazos tecnicamente mais indicados;

b- pela ocorrência, neste ano, de friagem extemporânea, e, principalmente, de sucessivas e fortes chuvas acompanhadas de enchentes, que acarretaram perdas de produção (20% a 23% da produção estimada)<sup>(2)</sup>.

A produção catarinense, de modo geral, enfrentou os mesmos contratemplos que a gaúcha, pois, os fenômenos climáticos foram basicamente iguais nos dois estados. Assim, ocorreram perdas por:

a) redução de área cultivada, quer por inundações de áreas já semeadas (região de Mafra), quer pela impossibilidade de plantio na época propícia, devido ao excesso de chuvas (algumas áreas da região Oeste);

b) quebra de produtividade e de produção derivada diretamente das adversidades climáticas, como os fenômenos acima mencionados e os ventos frios no período de floração da planta.

Além disso, é de se observar a elevação da produtividade do arroz de sequeiro, causada precisamente pela excessiva pluviosidade nas suas regiões produtoras, notadamente Mafra. Quase atingiu a casa dos 2.000 kg/ha, contra pouco mais de 1.000 kg/ha da safra anterior.

A comercialização e o abastecimento do arroz proveniente dessa safra, como não poderia deixar de ser, vem sofrendo o impacto, tanto da crise econômica geral que se abate sobre o país, quanto das medidas políticas postas em prática com o intuito de manter-lhe o controle. Com efeito, por um lado, o orizicultor vem sentindo a elevação praticamente incontrolada dos seus custos de produção, devido aos elevadíssimos níveis inflacionários, às características estruturais concentradas do mercado de insumos básicos e maquinário agrícola e, ao aumento substancial dos encargos

---

(1) BOLETIM INFORMATIVO. Porto Alegre, Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, n. 396 p.1

(2) BOLETIM INFORMATIVO. Porto Alegre, Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul, n. 396 p.2

financeiros do crédito rural. Por outro lado, também é indiscutível a concentração do mercado do produto, em que grandes atacadistas e cadeias de supermercados tem influência decisiva nos seus preços finais, mesmo contando-se a maior força de pressão dos orizicultores gaúchos através da FEARROZ e do IRGA.

Além do mais, em períodos como o que se vive hoje, caracterizados pela escassez de alimentos básicos (o arroz, entre eles) é substancial a interferência governamental nos seus preços que normalmente vem em prejuízo dos produtores mais tecnificados.

Com esse "pano de fundo", a safra 1982/83 já enfrentou de pronto, um mercado retraído com um fluxo lento de escoamento do produto. É que a retração do consumo do cereal e a já tradicional carência de capital de giro do orizicultor somaram-se:

- a) uma produção da safra anterior pouco maior que a inicialmente prevista;
- b) uma maior quantidade estocada pelo Governo Federal;
- c) a liberação das importações de arroz;
- d) o acordo de ajuste de preços do produto realizados entre o Governo Federal e os representantes dos supermercados.

Num tal contexto, somente após a convicção segura da ocorrência de perdas derivadas dos sucessivos contratemplos climáticos acontecidos nessa safra, é que houve uma reação no mercado do produto. Reação reforçada pelos reflexos dos pacotes econômicos baixados em julho pelo Governo Central e amplamente interpretados como inflacionários. Porém, tal reação foi basicamente motivada pelo aumento da demanda por estoques nos últimos estágios da comercialização do cereal. Sua curta duração deveu-se, em grande medida, à atuação do Governo buscando controlar o movimento dos preços do arroz, ao reativar a "desova" dos estoques em seu poder e ao autorizar mais uma importação do produto que, desta vez, quase alcançou 300.000 t, entre outubro e dezembro de 1983.

A aproximação da nova colheita, além disso, induziu os segmentos finais da comercialização a liberarem seus estoques. A persistente baixa do poder aquisitivo do consumidor nacional, contudo, não tem permitido dinamizar o mercado do arroz, que deve "fechar" o ano em foco praticamente em ritmo semelhante ao de seu

início, fluindo morosamente.

Esse comportamento dos principais mercados compradores do país refletiu-se incisivamente sobre a produção catarinense, fundamentalmente proveniente de cultivares do tipo agulhinha e do grupo moderno e cultivados por irrigação. Essa produção, cujo "excedente comercializável" no mercado nacional girou em torno de 75.000 t<sup>(3)</sup>, ao iniciar-se sua safra, encontrou esses mesmos mercados ligeiramente reanimados em razão, basicamente, do atraso da entrada da safra gaúcha. Logo que esta se efetivou, os mercados em pauta estabilizaram-se praticamente aos níveis anteriores, reimprimindo certa lentidão nos fluxos de escoamento da produção catarinense.

De mais a mais, o produto catarinense não teve possibilidade de beneficiar-se de um novo e curto período de reativação do mercado nacional, subsequente às exacerbações pluviiais que culminaram com as grandes cheias de julho. A normalização do fluxo de abastecimento do produto estadual nos mercados centrais do país encontrou-os novamente retraídos. A tal ponto, que os estoques existentes em território estadual, ao contrário do previsto inicialmente, somente se esgotarão em fins de fevereiro de 1984.

A safra brasileira ora em desenvolvimento (1983/84), ao que tudo indica, deverá ser superior à precedente, não só em área plantada, mas também com volume de produção. Com efeito, estima-se que a cultura do arroz venha a conhecer um aumento de área próximo à casa dos 34% e um acréscimo de produção da ordem de 38%, em relação à safra 1982/83 - se bem que próximos aos números da safra 1981/82 (representando aumentos de 14% em relação à área cultivada e de 11% à quantidade produzida) (tabela 11).

Contudo, essas estimativas preliminares encerram uma forte dose de otimismo. Preconizam um aumento de cerca de 274% na importante produção maranhense, com base numa produtividade de 1.400 kg/ha, o que é considerado muito pouco provável. Aditem ainda como certos, acréscimos de produtividade nos principais es

---

(3) Segundo estimativa deste Instituto, de um total de cerca de 395.000 t excluem-se 325.000 t a título de consumo estadual aparente do cereal, das perdas normais de grãos na colheita e no beneficiamento, e do montante reservado para sementes na safra seguinte.

tados produtores, pouco condizentes com a tendência atual de redução do uso de insumos modernos, notadamente de fertilizantes (devido ao seu custo) e de disponibilidade de sementes melhoradas (devido às adversidades climáticas da safra 1982/83, principalmente no Sul). Além disso, pode-se constatar, ainda, a substituição, principalmente na região Centro-Oeste do país, de áreas de plantio de arroz por soja e, em escala um pouco menor, por milho, na medida em que estas duas culturas têm alcançado melhores preços nos seus mercados, nacional (milho) e internacional (soja).

No caso específico de Santa Catarina, nenhum acontecimento climático vem afetando a presente safra que mantém, em média, a mesma área das safras anteriores<sup>(4)</sup>. A tendência à substituição do cultivo do arroz por outros em território catarinense, provavelmente terá expressão bem mais reduzida do que em âmbito nacional. Por duas razões: a primeira é o caráter predominante de auto-consumo assumido pela orizicultura das microrregiões Colonial Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe (arroz de sequeiro); a segunda é dada não só pelo alto grau de investimento exigido pelos cultivos irrigados, como também por sua maior rentabilidade e segurança e, finalmente, pela própria tradição das regiões produtoras.

Face a todos esse aspectos, é mais razoável supor que o aumento previsto na produção da safra ora em desenvolvimento, deve colocá-la em níveis bem mais próximos aos alcançados em 1981/82. E esse aumento, tem em suas raízes, entre outras, as expectativas relativamente favoráveis geradas ao início do presente ano agrícola, pelo maior amparo governamental à valorização do arroz, e pelo desempenho dos seus preços no mercado nacional. De fato, o Governo Federal, num contexto de recrudescimento da inflação e concomitante contração do mercado de alimentos, na tentativa de recuperar a regularidade de seu abastecimento, procurou assegurar um nível mínimo de preços para o produto. Os reajustes de 140%, em média dos VBCs do arroz irrigado e de 123,5%<sup>(5)</sup> do arroz de sequeiro, em relação aos da safra passada, foram, sem dúvida, os primei

---

(4) SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1983.

(5) ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 5(7):34 jul, 1983.

ros passos dados nesse sentido. Porém, se esses VBCs tiveram um aumento relativo superior à taxa de inflação acumulada no período, e lograram superar a evolução dos custos de produção no mesmo período<sup>(6)</sup>, há que se considerar que os produtores de arroz não receberão, de financiamento, senão até 90% do VBC/ha (caso dos mini e pequenos produtores).

Porém, o substancial incremento do custo do dinheiro pela majoração da taxa de juros de crédito esmaeceu, subremaneira, a possível influência dos VBCs como instrumento de orientação às decisões de plantio do agricultor em geral e do orizicultor em particular.

Outra medida governamental destinada a tal fim, o reajuste dos preços básicos em 195% (de Cr\$ 1.900,00/saco de 50kg para Cr\$ 5.600,00/saco de 50 kg)<sup>(7)</sup>, também teve seu impacto diminuído, só que pelo comportamento dos preços de mercado do produto. Isto porque esse reajuste passou a vigorar exatamente no período de maior crescimento dos preços médios do arroz, julho e agosto. Nesses meses, o arroz em casca teve seus preços alçados, em relação a junho deste ano, em 62,5% e 87,5%, respectivamente, totalizando uma elevação anual de 209% em relação ao primeiro, e 240%<sup>(8)</sup> em relação ao segundo mês citado.

O refreamento do ritmo ascensional dos preços, nos meses subseqüentes, provocou sua estabilização nominal - entre agosto e dezembro últimos, os preços do fardo de 30 kg do arroz beneficiado catarinense (onde predomina o tipo agulhinha) oscilaram entre Cr\$ 11.500,00/12.500,00 e Cr\$ 11.000,00/12.000,00, no mercado atacadista do Rio de Janeiro - rebaixando, em consequência, o nível de remuneração do esforço produtivo do orizicultor, notadamente o mais tecnificado.

O desalento causado por essa situação entre os produtores dessa gramínea só não é mais forte, porque o comportamento no

---

(6) Conforme tabela 13.

(7) ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 5(8), ago, 1983.

(8) ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 4(8,9), ago, set, 1982.  
ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 5(6), jun, 1983.

campo da cultura vem sendo bastante satisfatório, de modo geral. Contudo, tende a reforçar o ainda incipiente movimento em direção à substituição da cultura em causa por outras mais rentáveis, tais como a soja e o milho, como vem acontecendo, notadamente na região Centro-Oeste.

A safra 1983/84, cuja colheita se inicia praticamente em fins de janeiro, aos níveis de produção esperados, não deve proporcionar um abastecimento tranqüilo durante o ano de 1984, pois, é bastante provável que o Governo se veja na contingência de autorizar novas importações de arroz, face aos baixos níveis dos estoques existentes. Estes, por sua vez, acham-se conjugados às quase 250 mil toneladas de arroz importado que deverão entrar até o início da safra sulina.

Em conseqüência, os preços do cereal tenderão a crescer a taxas inferiores à inflação, ou seja, a exercer baixa pressão inflacionária. Isso ocorrerá pelo menos nos primeiros meses do ano, quando a colheita se intensifica. Após esse período, é previsível uma certa conturbação do mercado, tornando mais problemático o controle dos preços do produto.

Tabela 10

EVOLUÇÃO DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE ARROZ, NO BRASIL,  
SAFRAS 1976/77 A 1983/84

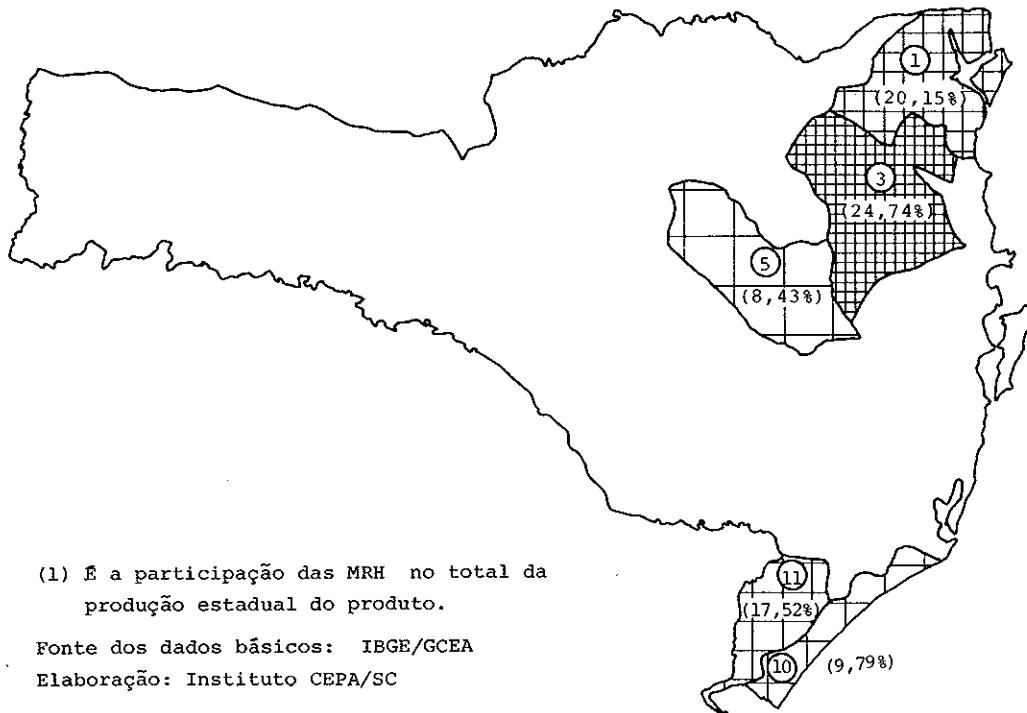
SAFRA	B R A S I L				
	Área Plantada (ha)	Índice	Produção (t)	Índice	Rendimento (kg/ha)
1976/77	5.992.090	100	8.993.696	100	1.501
1977/78	5.623.515	94	7.296.142	81	1.297
1978/79	5.452.086	91	7.595.241	84	1.393
1979/80	6.243.138	104	9.775.720	109	1.566
1980/81	6.066.426	101	8.260.547	92	1.317
1981/82	6.016.255	100	9.718.074	108	1.615
1982/83	5.117.514	85	7.782.042	87	1.521
1983/84 (*)	6.878.000	115	10.725.000	119	1.559

(\*) Estimativa: IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, out/83)

Fonte: IBGE



Mapa 2 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



Mapa 3 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>

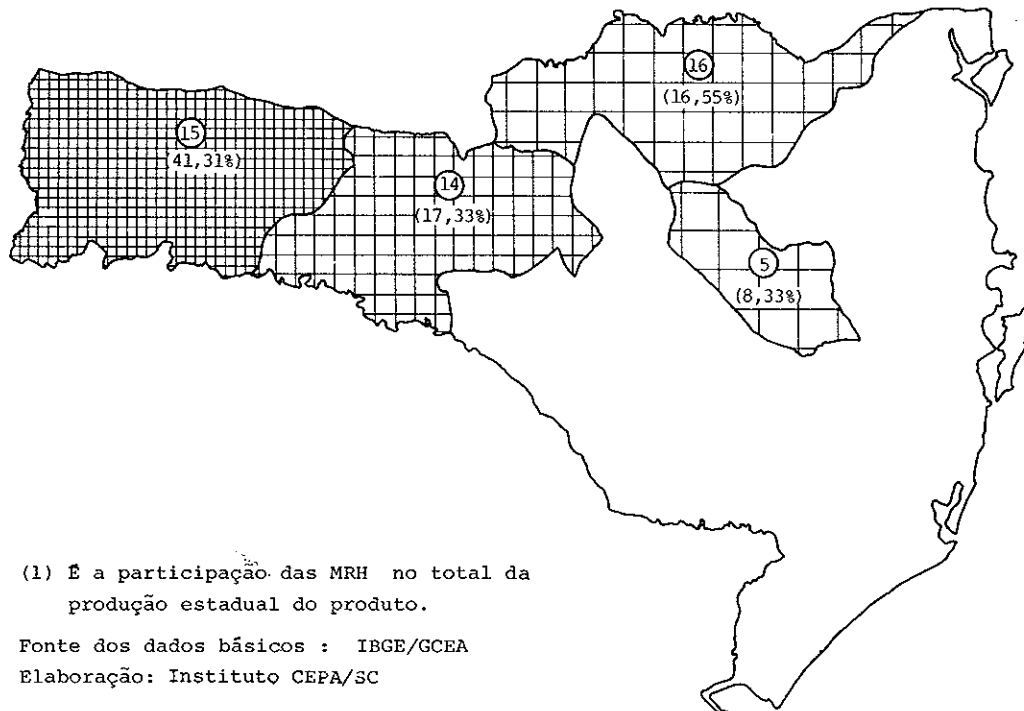


Tabela 11

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO MÉDIO DO ARROZ, NO BRASIL E NOS PRINCIPAIS ESTADOS  
PRODUTORES, SAFRAS 1981/82, 1982/83 E 1983/84 (\*)

ESTADO	ÁREA (1.000 ha)			PRODUÇÃO (1.000 t)			RENDIMENTO (kg/ha)		
	1981/82	1982/83	1983/83	1981/82	1982/83	1983/84	1981/82	1982/83	1983/84
Rio Grande do Sul	624	637	640	2.545	2.220	2.630	4.079	3.485	4.109
Goiás	1.129	985	1.250	1.398	1.080	1.737	1.238	1.096	1.390
Maranhão	1.167	723	1.150	1.577	431	1.610	1.351	596	1.400
Mato Grosso	791	708	850	996	806	1.105	1.259	1.138	1.300
Minas Gerais	563	531	600	729	779	840	1.295	1.467	1.400
São Paulo	309	334	320	464	617	576	1.502	1.845	1.800
Santa Catarina	148	143	148	374	395	390	2.527	2.762	2.635
Outros	1.438	1.057	1.920	1.598	1.454	1.837	1.111	1.376	957
TOTAL	6.021	5.118	6.878	9.681	7.782	10.725	1.608	1.521	1.559

(\*) Estimativa preliminar

Fonte: IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - out/83)  
Instituto CEPA/SC (Síntese Anual da Agricultura Catarinense, 1983)

Tabela 12

COMPARATIVO ENTRE O ÍNDICE GERAL DE PREÇOS (IGP) E CUSTOS DE PRODUÇÃO  
DO ARROZ IRRIGADO PARA SANTA CATARINA, JUN/DEZ-82 A JAN/JUN-83

MÊS/ANO	IGP	ÍNDICE	CUSTO DE PRODUÇÃO P/SACA DE 50 kg - ARROZ IRRIGADO (VALE)	ÍNDICE	CUSTO DE PRODUÇÃO P/SACA DE 50 kg - ARROZ IRRIGADO (SUL)	ÍNDICE
Jun/82	1.707,5	100	1.950,00	100	1.912,17	100
Set/82	1.986,1	116,3	2.177,87	111,7	2.189,41	114,5
Out/82	2.081,1	121,9				
Nov/82	2.185,2	128,0				
Dez/82	2.319,4	135,8	2.720,63	139,5	2.955,97	154,6
Jan/83	2.529,2	148,1				
Fev/83	2.694,1	157,8				
Mar/83	2.965,8	173,7	3.003,80	154,0	3.427,11	179,2
Abr/83	3.238,6	189,7				
Mai/83	3.455,7	202,4				
Jun/83	3.880,1	227,2	3.632,15	186,3	3.714,80	194,3

Tabela 13

COMPARATIVO DOS VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO (VBC) DAS SAFRAS  
1982/83 E 1983/84

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	1982/83		1983/84		VARIACÃO % (b/a)
	Valor Nominal	Valor Real (*) (a)	Valor Real (b)		
<b>Arroz Irrigado</b>					
Até 3.000	63.400,00	135.836,00	153.500,00		13,00
3.001 — 3.600	71.200,00	152.547,00	167.700,00		9,93
3.601 — 4.200	83.500,00	178.900,00	197.500,00		10,40
4.201 — 5.000	92.300,00	197.755,00	222.000,00		12,26
Acima de 5.000	95.000,00	203.539,00	233.100,00		14,52
<b>Arroz Sequeiro</b>					
Até 1.000	24.300,00	52.063,00	56.200,00		7,95
1.001 — 1.300	31.900,00	68.346,00	74.200,00		8,57
1.301 — 1.600	40.500,00	86.772,00	95.700,00		10,29
Acima de 1.600	49.000,00	104.984,00	114.700,00		9,25

(\*) Os valores reais dos VBCs da safra 1982/83 foram obtidos pela transformação dos valores nominais de jul/82 para jun/83 (Col.2 da Revista Conjuntura Econômica da FGV)

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ IRRIGADO (Sul)

TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 4.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 12 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	75.735	81.250	20.100	44.258	221.343	52.826	274.169	3.427
Jun/83	90.717	94.125	22.612	39.259	246.713	50.458	297.171	3.715
Set/83	126.663	143.000	30.150	75.073	374.886	78.759	453.645	5.671
Nov/83	170.019	250.573	35.175	92.900	548.667	99.733	648.400	8.105

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ IRRIGADO (Vale)

TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 5.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	68.078	121.700	34.710	12.861	237.349	62.959	300.308	3.001
Jun/83	80.420	147.000	60.075	11.611	299.106	64.109	363.215	3.632
Set/83	115.619	204.500	80.100	23.132	423.351	102.759	526.110	5.261
Nov/83	154.042	283.750	93.450	25.690	556.932	128.400	685.332	6.853

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO ARROZ DE SEQUEIRO

TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 2.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 25 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTO FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	38.050	39.675	2.700	4.819	85.244	26.691	111.935	2.798
Jun/83	57.140	50.000	4.455	5.019	116.614	31.283	147.897	3.697
Set/83	91.935	81.375	5.400	10.066	188.776	46.899	235.675	5.892
Nov/83	108.470	109.619	5.851	10.794	234.734	55.920	290.654	7.266

Fonte: Instituto CEPA/SC

### 3.3. Banana

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1978/79 A 1983/84

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79	18.366	226.269	12.320
1979/80	18.643	209.712	11.249
1980/81	21.484	241.488	11.240
1981/82	21.500	274.125	12.750
1982/83 (*)	21.550	273.250	12.680
1983/84 (**)	22.000	279.400	12.700

(\*) Estimativa do IBGE/GCEA-SC (novembro)

(\*\*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

A exploração da bananicultura no estado de Santa Catarina se caracteriza pela utilização de cultivares do tipo nanição, nanica, enxerto e branca de Santa Catarina.

A evolução da área cultivada com essa cultura, nas últimas safras, foi motivada pela melhoria dos preços recebidos pelo produtor, pela introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e pela utilização mais intensiva dos trabalhos de assistência técnica.

Conforme informações contidas no Censo Agropecuário do IBGE de 1980, há no estado 25.767 estabelecimentos rurais voltados à exploração da cultura da banana.

Seu cultivo está concentrado junto às microrregiões homogêneas Colonial de Joinville, com 45,54% da produção total, sendo o município de Corupá o principal produtor; como segunda maior MRH produtora aparece a Colonial do Sul Catarinense, com 20,9%, liderada pelo município de Jacinto Machado, segue-se pela ordem de importância, a MRH de Carbonífera, com 7,79%; MRH Colonial de Blumenau, com 7,73%. Os restantes 19,51% da produção acham-se distribuídos pelo estado (ver mapa nº 4).

A pesquisa realizada pela Empresa Catarinense de Pes -

quisa Agropecuária<sup>(1)</sup> constatou que a cultura da banana ocupa as áreas menos nobres da unidade de produção, tais como encostas de morro e locais de menos fertilidade e que, inclusive, não lhe são empregados maiores cuidados quanto à conservação do solo, fertilização, etc.

O documento afirma também que "... nas regiões maiores produtoras, o bananal se constitui na principal atividade econômica de muitas propriedades, competindo com outras culturas pelas melhores áreas e merece melhores cuidados, tanto em relação à terra, como às práticas culturais, o que resulta em maior produção e produtividade".

Conforme o IBGE/GCEA-SC, a safra de 1982/83 (novembro), a produção de banana deverá situar-se em torno de 273.250 t, contra 274.125 t, verificadas na safra anterior. Na mesma safra, a área destinada à colheita, durante o ano, foi de 21.550 ha, indicando um pequeno aumento de 50 ha em relação à safra de 1981/82.

As estimativas para a safra 1983/84 deverão situar-se em torno de 22.000 ha de área de 279.400 t de produção, levando-se em consideração que os preços praticados a nível de produtor deverão ser estimulantes, principalmente na região norte do estado (maior produtora).

A cultura da banana apresentou, na safra atual, um valor bruto da produção de Cr\$ 16,7 bilhões (a preços de outubro de 1983).

No que se refere ao destino da produção de banana, cerca de 8,3% do produto gerado é consumido na propriedade, 8,2% é vendido diretamente ao consumidor, 76,6% é entregue a intermediários, enquanto 6,7% é destinada às indústrias.

A produção da cultivar nanicão, no Litoral Norte, destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste Paranaense e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho.

A produção oriunda do Litoral Sul, também da mesma variedade, destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do

---

(1) BUBLITZ, E.O. et alii. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980. p.42.

Sul, enquanto as bananas das cultivares enxerto e branca de Santa Catarina são comercializadas nos mercados de São Paulo e Curitiba.

Embora Santa Catarina seja auto-suficiente em produção, em determinadas épocas do ano torna-se, simultaneamente, exportadora e importadora de banana.

As Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC, em Florianópolis, movimentou em 1981, um volume total de 2.185 t de bananas, sendo 1.265 t de banana caturra (nanica e nanicão) e 920 t de banana prata (branca, Santa Catarina, enxerto e maçã).

Em 1982, foram vendidas 2.824 t distribuídas entre 1.341 t do tipo caturra e 1.483 t do tipo banana prata, verificando-se um aumento no volume comercializado em 1982, em relação ao ano anterior, de 29%.

Para 1983, de janeiro a outubro, foram comercializadas 2.178 t de banana, identificando-se um acréscimo de 18%, comparados com igual período de 1981, devendo permanecer aos mesmos níveis de vendas constatados em 1982 (ver tabela 14).

Cabe salientar que a estrutura de comercialização da banana passa, no momento, por uma fase de organização, uma vez que a atividade da bananicultura na região norte do estado sofreu uma certa desagregação com a falência da COOPERBANANA, com sede no município de Garuva e com área de abrangência em 11 municípios da região, congregando em torno de 400 associados.

A causa principal do fechamento da cooperativa foi a falta de entrosamento existente entre os dirigentes e seus associados, refletindo profundamente nos assuntos administrativos e, conseqüentemente, financeiros da mesma.

No entanto, sentindo a dificuldade de comercializar seu produto, os produtores começam a se reorganizar em forma de associações, possibilitando, assim, encontrar uma maneira mais racional de fazer sua produção chegar até os centros compradores. Contudo, os acontecimentos relacionados com a Cooperativa deixam uma imagem negativa e desestimuladora junto à maioria dos produtores, prejudicando seriamente a continuidade dos trabalhos associativos.

Este espírito comunitário de se associar em grupo para comercialização de sua produção, também já chegou ao sul do estado, mais especificamente no município de Jacinto Machado.

Neste sentido, já existem entendimentos com os dirigentes da Cooperativa Agropecuária de Jacinto Machado para a criação de um setor de comercialização de banana voltados para os interesses da classe, uma vez que se pretende lançar o produto diretamente ao mercado comprador, sem a interferência dos intermediários, garantindo melhores preços e maiores lucros.

Quanto aos preços a nível de atacado e varejo da banana comercializada junto a CEASA/SC, corrigidos a preços médios de outubro de 1983 (tabela 16), observa-se que os mesmos foram decrescentes nos anos de 1981 e 1982, enquanto cresceram em 1983, tendo como fatores responsáveis pela baixa cotação do produto:

1º) a desorganização do produtor e, como consequência da produção, implicando na má qualidade do produto colocado no mercado, não apresentando condições de competitividade com a banana oriunda de outros mercados;

2º) a inexistência de maior agressividade para se conquistar novas fatias do mercado interno, principalmente, o consumidor do Oeste e Planalto Catarinense, onde o produto chega timidamente, dando abertura para a entrada da banana oriunda dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná;

3º) a falta de uma estrutura coesa de comercialização junto aos principais centros consumidores, pois as estatísticas da CEASA mostram que o maior percentual do produto vendido é oriundo de outros estados da federação;

4º) a falta de hábito de consumo da banana, seja na forma "in natura", pré-elaborada ou mesmo industrializada.

Tabela 14

VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADA NA CEASA, SANTA CATARINA, 1981 A 1983  
(toneladas)

MÊS	1 9 8 1.			1 9 8 2			1 9 8 3		
	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total
Janeiro	84,67	133,75	218,42	47,42	89,12	136,54	126,60	53,86	180,46
Fevereiro	70,46	117,78	188,24	35,51	126,40	161,91	125,54	54,16	176,69
Março	87,89	75,27	163,16	95,59	98,04	193,63	129,06	82,19	211,24
Abril	69,14	97,67	166,81	114,01	67,50	181,51	120,29	115,67	235,96
Mai	80,88	62,34	143,22	129,12	74,19	203,31	79,99	132,89	212,88
Junho	62,45	80,58	143,03	97,34	74,37	171,71	96,87	115,68	212,55
Julho	87,91	115,44	203,35	117,16	135,16	252,32	106,59	44,35	150,94
Agosto	45,96	119,40	165,36	167,03	158,09	325,12	133,33	158,56	291,89
Setembro	67,60	148,05	215,65	169,08	148,36	317,44	137,15	117,84	255,00
Outubro	79,46	157,51	236,97	168,67	114,96	283,63	150,19	100,09	250,28
Novembro	101,92	98,03	199,95	172,61	137,79	310,40	-	-	-
Dezembro	81,54	59,36	140,90	169,45	117,47	286,92	-	-	-
TOTAL	919,88	1.265,18	2.185,06	1.482,99	1.341,45	2.824,44	1.205,61	972,29	2.177,89

Fonte: CEASA/SC

Tabela 15

PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC  
- 1981, 1982 E 1983 -

MÊS	(a preços correntes-Cr\$/kg)											
	1 9 8 1				1 9 8 2				1 9 8 3			
	ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO		ATACADO		VAREJO	
Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	
Janeiro	13,66	16,64	19,00	20,00	29,60	34,00	35,16	39,36	40,79	46,06	41,34	37,45
Fevereiro	16,34	16,78	20,67	20,20	32,59	29,54	40,00	36,62	51,16	47,09	50,50	51,78
Março	19,33	17,26	22,56	20,56	35,55	31,20	44,81	34,57	45,61	47,23	51,61	49,39
Abril	19,51	18,53	-	-	33,36	20,76	43,01	37,54	46,82	52,28	50,00	50,00
Mai	17,79	18,28	22,69	22,81	31,41	30,15	42,50	35,00	58,68	61,93	55,60	54,60
Junho	19,03	17,84	22,30	22,38	35,35	34,42	43,70	42,99	70,79	80,48	85,97	86,42
Julho	20,56	18,28	22,81	22,69	35,51	34,80	45,83	42,87	80,25	92,67	108,00	97,07
Agosto	21,27	18,91	25,69	24,16	35,38	34,37	46,84	44,37	83,48	95,29	104,12	100,00
Setembro	22,06	20,60	26,88	28,28	35,55	34,60	46,39	43,30	87,98	120,78	110,66	143,33
Outubro	21,96	22,32	27,15	28,92	38,64	35,57	48,40	43,43	112,74	170,41	136,44	160,00
Novembro	22,66	27,32	25,50	29,00	40,58	36,63	46,54	43,33	-	-	-	-
Dezembro	24,96	29,62	33,00	30,09	39,22	39,92	46,89	42,38	-	-	-	-

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC



Tabela 16

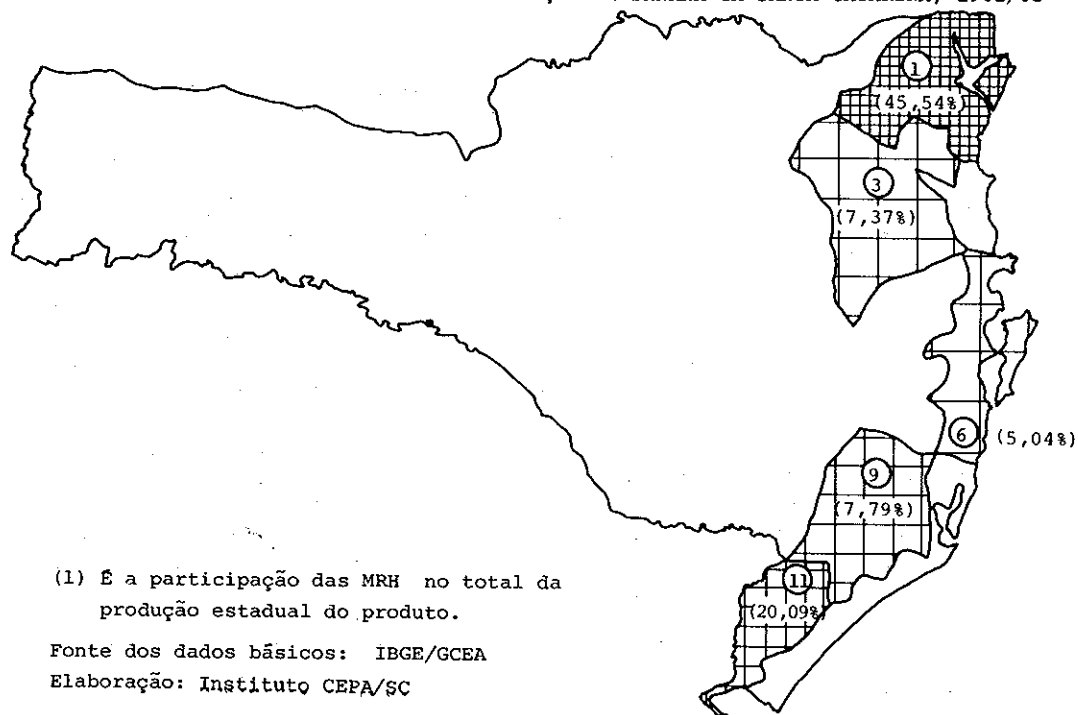
PREÇOS MÉDIOS DA BANANA, A NÍVEL DE ATACADO E VAREJO, CONSTATADOS NA CEASA/SC,  
- 1981, 1982 E 1983 -

(Cr\$ - a preços de outubro/83)

MÊS	1 9 8 1				1 9 8 2				1 9 8 3			
	ATACADADO		VAREJO		ATACADADO		VAREJO		ATACADADO		VAREJO	
	Prata	caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata	Caturra
Janeiro	133,26	162,32	185,35	195,10	148,03	170,35	175,84	196,84	99,63	112,63	125,54	116,03
Fevereiro	146,93	150,89	185,86	181,64	152,82	138,52	187,56	171,71	117,44	108,10	115,93	117,95
Março	161,91	144,57	188,96	172,21	155,47	136,45	195,97	151,19	95,11	98,49	107,62	102,99
Abril	154,93	147,14	-	-	138,47	127,68	178,52	155,82	89,41	99,84	95,48	95,48
Maió	133,01	136,68	169,66	170,55	122,85	117,92	166,22	136,90	105,02	110,83	99,51	97,72
Junho	136,22	127,70	159,62	160,20	128,03	124,67	158,28	151,71	112,83	128,28	137,03	137,75
Julho	140,05	124,52	155,38	154,56	121,27	118,84	156,51	146,40	112,89	130,36	151,92	136,55
Agosto	135,75	120,69	163,96	154,20	114,20	110,94	151,19	143,22	106,65	121,73	133,01	127,75
Setembro	134,02	125,15	163,30	171,81	110,70	107,74	144,45	134,83	99,65	136,80	125,34	162,34
Outubro	127,88	129,98	158,10	168,41	114,83	105,70	143,83	129,06	112,74	170,41	136,44	160,00
Novembro	125,24	151,00	140,94	160,28	114,85	103,67	131,72	122,63				
Dezembro	132,96	157,79	175,79	160,29	104,58	106,44	125,03	113,00				

Fonte: Tabela 15

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 4 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BANANA EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>

### 3.4. Batata-inglesa

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA-INGLESA EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84			
.1ª safra <sup>(1)</sup>	13.110	111.435	8.500
.2ª safra <sup>(2)</sup>	4.500	38.250	8.500

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dezembro/83)

(2) Estimativa: Instituto CEPA/SC (dezembro/83)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

O Estado de Santa Catarina, que nas últimas safras tem-se destacado como o quinto produtor nacional de batatas, possui características invejáveis, talvez as melhores do país, ao desenvolvimento dessa atividade agrícola.

Além de ser o primeiro produtor nacional de batata-semente certificada, insumo indispensável para a obtenção de um bom rendimento final da cultura, os solos aqui existentes e a grande diversidade de climas, com ocorrências localizadas de microclimas, propícios ao seu cultivo, permitem que, em Santa Catarina, a batata seja cultivada durante todos os meses do ano, considerando as diversidades entre as microrregiões produtoras.

Alia-se a isso a característica eminentemente minifundiária do estado, onde cerca de 90% das propriedades rurais situam-se em estrato de área de até 50 ha, o que favorece de certa forma a bataticultura, tendo em vista a maior atenção que pode ser dispensada às lavouras. Normalmente estas propriedades estão loca

lizadas em áreas de topografia acidentada e que englobam regiões tipicamente de clima temperado e sub-tropical, ideal ao desenvolvimento da cultura. Como decorrência, é possível a obtenção de uma maior produtividade por unidade de área ocupada com conseqüente maior renda ao produtor rural.

Todos esses fatores altamente positivos ao desenvolvimento da atividade, no entanto, não têm sido suficientes para motivar o produtor catarinense a um aumento da sua área de plantio e ao uso de tecnologias de cultivo mais avançadas.

Dessa forma, nos últimos anos, os dados de área implantada e de produção obtida têm permanecido praticamente constantes. Os principais motivos dessa estagnação recaem sobre os insumos utilizados, cujas cotações vem sofrendo majorações exorbitantes e sobre os preços de venda do produto que, nas últimas safras não se alteraram significativamente, reflexo da ineficiente estrutura de comercialização existente no estado, não dando, assim, ao produtor rural uma garantia de preços compensadores. Faça-se ressalva à comercialização da safra 1982/83, cuja produção foi afetada seriamente por fatores climáticos adversos, elevando bastante seus preços (tabela 17).

Em decorrência do exposto, o produtor não tem empregado técnicas mais avançadas de cultivo, como o uso de semente-certificada, além da adubação e da defesa fitossanitária corretas, resultando em uma baixa produtividade por área ocupada que, se comparada à obtida nos demais estados produtores, situa-se entre as mais baixas do país.

Cultivada por pequenos produtores rurais, que segundo o Censo Agropecuário da Fundação IBGE somaram, em 1980, cerca de 39.000 ha e que em média implantavam, por safra agrícola, 0,5 ha, a cultura de batata, em Santa Catarina, acha-se dissiminada por todas as regiões produtoras do Estado.

Destacam-se como mais importantes, no entanto, dado à proximidade de maiores centros consumidores, a existência de um clima mais propício e o próprio hábito alimentar de seus habitantes, as microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Planalto de Canoinhas, Florianópolis, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense e Alto Vale do Itajaí.

O cultivo é feito de forma ininterrupta durante todos

os meses do ano, face à diversidade de clima existente, sendo distintas quatro safras isoladas, assim subdividas de acordo com as respectivas estações do ano:

#### Cultivo de Primavera:

As áreas são implantadas de julho a outubro sendo que a colheita, com início em outubro, tem seu término no mês de fevereiro. Nessa safra as lavouras são feitas em áreas com altitudes que variam de 200 m a 1.000 m e destacam-se como maiores produtoras as microrregiões Colonial Serrana Catarinense, de Joinville, Colonial do Alto Itajaí, Planalto de Canoinhas, Campos de Lages e Campos de Curitibanos.

#### Cultivo de Verão:

As lavouras são feitas em áreas com altitudes superiores a 1.000 m. O plantio ocorre nos meses de novembro e dezembro e a colheita estende-se de março a maio. As microrregiões dos Campos de Lages e Campos de Curitibanos são as mais importantes dessa safra.

#### Cultivo de Outono:

As áreas aptas a esse cultivo são aquelas que se situam em altitudes que variam de 200 m a 1.000 m. Os plantios são efetivados de janeiro a março com a colheita tendo início em abril e término em junho. São importantes regiões produtoras nesse período, as microrregiões Colonial do Alto Itajaí, de Florianópolis, Carbonífera, Colonial Serrana Catarinense e Planalto de Canoinhas.

#### Cultivo de Inverno:

Essa safra apresenta limitações, face ao período em que é implantada, só sendo viável em regiões livres de geadas, ou seja, com altitudes inferiores a 200 m. O plantio tem início em abril e término em junho, estendendo-se a colheita de julho a outubro. As microrregiões aptas a esse cultivo são as de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera e Colonial de Joinville.

Para efeito de análise estatística, entretanto, são adotadas, para Santa Catarina, apenas duas safras, ou seja, a safra das águas e a safra das secas.

A safra das águas, ou primeiro plantio, engloba os cultivos de primavera e verão, citados anteriormente, e representa cerca de 70 a 75% do total de área implantada e de 75 a 78% da produção obtida, no estado, em cada ano agrícola.

A segunda safra ou das secas, que responde por 25 a 30% dos valores de área de plantio e de 22 a 25% da produção colhida, verificados anualmente em Santa Catarina, é a reunião dos cultivos de outono e de inverno analisados em parágrafos precedentes.

No ano agrícola 1982/83, a cultura da batata, em Santa Catarina, foi seriamente prejudicada por fatores climáticos adversos e os números finais obtidos acusaram reduções significativas, quando analisados em relação aos inicialmente previstos e aos alcançados na safra anterior.

Estimados preliminarmente pelo Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias de Santa Catarina, da Fundação IBGE, em 18.093 ha de área a implantar e em 163.231 t de produção a ser colhida, a safra 1982/83 apresentou, no entanto, como resultados conclusivos, 17.132 ha de área cultivada, onde foram produzidas 118.494 t de batatas. O rendimento médio obtido foi de apenas 6.917 kg/ha e constituiu-se na menor produtividade alcançada nos últimos dez anos. Esses valores, se comparados aos inicialmente estimados, foram menores em 5,31% e em 27,41%, na área implantada e na produção obtida, respectivamente. Em relação à safra 1981/82, a redução havida foi de 10,13% na área plantada e de 26,32% na produção colhida.

Além dos graves problemas gerados no abastecimento interno catarinense, que ficou numa maior dependência da produção de outros estados a fim de suprir a sua demanda, a quebra de produção verificada no ano agrícola 1982/83 (144.754 t, inferior à inicialmente prevista para aquela safra), representou um prejuízo aos bataticultores catarinenses da ordem de Cr\$ 3,18 bilhões de cruzeiros, considerando-se um preço médio ponderado de Cr\$ 71,13 por quilo de produto.

No cultivo de primeira época - safra das águas - o plantio não chegou a ser prejudicado por fatores climáticos e ultrapassou, inclusive, às metas preliminares estimadas.

A partir de outubro, entretanto, as condições de clima começaram a ser prejudiciais à cultura e já naquele mês verifica-

va-se freqüente variação de temperatura, com formação de fortes geadas e que afetou alguns campos de produção, notadamente os destinados à obtenção de batata-semente certificada localizados na região do Planalto de Canoinhas. O retardamento havido no normal desenvolvimento das plantas foi, todavia, contornado em parte com adubações complementares, principalmente de nitrogênio, em cobertura.

Nos meses subseqüentes, até o encerramento da safra, o excesso de chuvas foi uma constante e exigiu dos produtores freqüentes pulverizações de produtos químicos, a fim de manter os campos em bom estado fitossanitário. Mesmo assim, houve uma maior incidência de doenças e pragas, o que repercutiu negativamente no rendimento final das lavouras.

Os números finais obtidos nesse cultivo foram de 13.182 ha implantados e produção bruta que alcançou a 100.018 t. Os valores inicialmente previstos eram de 13.093 ha de área a ser plantada e 123.230 t de produção a ser colhida.

No período de abrangência da segunda safra, ou das secas, as lavouras foram, novamente afetadas por fatores adversos e que repercutiram significativamente no resultado final da cultura.

A partir de abril, e até o mês de agosto de 1983, o excesso de chuvas foi incessante em todas as regiões produtoras, afetando não somente os campos já implantados como também influenciando diretamente na área final que seria plantada naquela safra.

Dado a abrangência da época de plantio - janeiro a junho - a maioria dos campos previstos a serem cultivados, na safra de inverno, não puderam ser efetivados e a área final implantada ficou muito aquém da prevista inicialmente.

Face ao prolongamento do período chuvoso e da intensidade de tal adversidade, a maioria dos tratamentos culturais necessários ao bom desempenho das lavouras foram prejudicados, ocorrendo também, a necessidade de um maior número de tratamentos fitossanitários, o que veio contribuir para uma majoração dos já elevados custos de produção e, em decorrência, para uma redução de margem de lucro do produtor rural.

O abastecimento estadual do produto, no período em análise, ficou seriamente afetado, pois além da reduzida produção ob

tida, e que seria apenas para o suprimento da demanda das próprias regiões produtoras, houve interdição de vias de escoamento, obrigando os atacadistas instalados a se abastecerem com produção de outras unidades da Federação.

A produtividade média verificada naquela safra situou-se entre as menores já obtidas no estado, alcançando somente .... 4.670 kg/ha.

A safra das secas do ano agrícola 1982/83, em Santa Catarina, apresentou como resultados finais, 3.950 ha de área implantada, onde foram produzidas somente 18.476 t de batatas.

Os números inicialmente previstos, de 5.000 ha de área a plantar e de 40.000 t de produção a ser colhida, certamente seriam alcançados não fossem as adversidades climáticas verificadas naquele ano agrícola.

Em termos nacionais, a produção da última safra - plantio das águas e das secas - foi, também, a exemplo de Santa Catarina, seriamente afetada por fatores climáticos negativos.

Os últimos informes da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, da Fundação IBGE, indicam uma área de cultivo da ordem de 169.000 ha e uma produção bruta de 1.818.814 t, quantitativo este que se situa em 15,34% inferior ao volume obtido no ano agrícola 1981/82, quando foram produzidas 2.147.918 t do produto.

No plantio de primeira época - safra das águas - a área cultivada foi de 102.660 ha, tendo a produção alcançado 1.037.529 t situando-se, portanto, em 18,71% abaixo do total obtido em mesma safra do ano anterior, quando o país produziu 1.276.303 t de batatas.

Na tabela a seguir, são mostrados os valores de área e de produção obtidos nessa safra, por estado produtor, bem como suas participações relativas no montante alcançado.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS - PLANTIO DAS ÁGUAS,  
SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	ORDEM	ÁREA CULTIVADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO MÉDIO OBTIDO (kg/ha)
Minas Gerais	1º	16.969	285.988	27,56	16.854
Paraná	2º	30.128	271.000	26,12	8.995
Rio Grande do Sul	3º	30.609	187.887	18,11	6.138
São Paulo	4º	11.300	187.800	18,10	16.619
Santa Catarina	5º	13.182	100.018	9,64	7.587
Espírito Santo	6º	275	3.104	0,30	11.287
Rio de Janeiro	7º	176	1.617	0,16	9.188
Outros	-	21	115	0,01	5.476
TOTAL DO BRASIL	-	102.660	1.037.529	100,00	10.107

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para o cultivo de segunda época - safra das secas mais inverno - as últimas estimativas da Fundação IBGE/CEPAGRO indicam 66.340 ha de área implantada com produção prevista de 781.285 t do tubérculo.

Na hipótese desse montante vir a confirmar-se (a colheita prossegue em alguns estados produtores), essa safra terá apresentado resultado inferior a 10,36% em relação ao verificado na safra das secas do ano anterior, quando se produziram 871.615 t de batatas.

Os dados de área cultivada e produção prevista por estado produtor, são mostrados a seguir:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS - PLANTIO DAS SECAS,  
SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	REND.MÉDIO OBTIDO/ESPERADO (kg/ha)
Paraíba	782	4.322	0,55	5.527
Bahia	185	1.960	0,25	10.595
Minas Gerais	10.518	176.084	22,54	16.741
Espírito Santo	140	1.470	0,19	10.500
Rio de Janeiro	281	3.119	0,40	11.100
São Paulo	19.760	341.100	43,66	17.262
Paraná	14.876	151.870	19,44	10.209
Santa Catarina	3.950	18.476	2,36	4.677
Rio Grande do Sul	15.308	72.191	9,24	4.716
Distrito Federal	540	10.693	1,37	19.802
TOTAL DO BRASIL	66.340	781.285	100,00	11.777

OBS.: Colheita ainda não concluída nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Considerando os dois cultivos do ano agrícola 1982/83, foi a seguinte a distribuição das áreas implantadas e da produção obtida/esperada no país, por estado produtor, suas participações relativas no montante previsto e os rendimentos médios alcançados/esperados:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE BATATAS, SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	NÚMERO DE ORDEM	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIP. RELATIVA (%)	REND. MÉDIO OBTIDO/ESPERADO (kg/ha)
São Paulo	1º	31.060	528.900	29,08	17.028
Minas Gerais	2º	27.487	462.072	25,41	16.811
Paraná	3º	45.004	422.870	23,25	9.396
Rio Grande do Sul	4º	45.917	260.078	14,30	5.664
Santa Catarina	5º	17.132	118.494	6,51	6.917
Distrito Federal	6º	540	10.693	0,59	19.802
Rio de Janeiro	7º	457	4.736	0,26	10.363
Espírito Santo	8º	415	4.574	0,25	11.022
Paraíba	9º	782	4.322	0,24	5.527
Bahia	10º	185	1.960	0,11	10.595
Outros	-	21	115	-	5.476
TOTAL DO BRASIL	-	169.000	1.818.814	100,00	10.762

OBS.: Dados sujeitos a modificações

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em decorrência dos problemas verificados na última safra, o abastecimento nacional, a partir de abril de 1983, comportou-se de maneira atípica em relação a anos anteriores. O mercado da batata passou, então, a ser caracterizado por uma grande insuficiência de ofertas com o produto alcançando cotações altíssimas. Essa situação persistiu até fins do mês de outubro, quando começaram a ser ofertados volumes expressivos de batatas, oriundos das safras de inverno dos estados de São Paulo e Minas Gerais que, aliados à diminuição do poder aquisitivo da população brasileira, fizeram com que os preços do produto comesçassem a sofrer involuções.

Em termos estaduais, o comportamento da comercialização da batata durante o ano de 1983 foi semelhante ao verificado nas demais regiões do país. A partir do mês de março, face aos problemas de ordem climática, que repercutiram significativamente no volume e na qualidade do produto colhido, a produção estadual começou a ser insuficiente para atender a demanda. Houve, por conse -

guinte, a necessidade de importação de um maior volume de batatas, e os preços, conseqüentemente, começaram a sofrer majorações sucessivas.

Em fins de setembro, quando a cotação do produto atingiu o máximo verificado naquele ano, situou-se no atacado em Cr\$. 371,91/kg, acusando, portanto, uma majoração de 980% sobre a verificada em mesmo período do ano de 1982; a situação, no entanto, começou a modificar-se e já em meados de outubro os preços acusavam pequenas involuções, decorrentes do início da colheita estadual da nova safra das águas e dos expressivos volumes oriundos das safras de inverno dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

Considerando-se somente os volumes de oferta e de demanda do produto, poder-se-ia afirmar que Santa Catarina é auto-suficiente em termos de produção desse tubérculo e somente a produção de primeira safra do ano agrícola 1982/83, quando se produziu ... 100.018 t, teria sido suficiente para o atendimento das necessidades internas do Estado. Entretanto, dada a amplitude das épocas de plantio e, conseqüentemente, das épocas de colheita, Santa Catarina, efetua importações de batatinha de outros estados, especialmente do Paraná e São Paulo, em praticamente todos os meses do ano, a fim de suprir a sua demanda, estimada em 100.000 t/ano. Em 1983, face às intempéries ocorridas, essa dependência tornou-se mais aguda e acentuou-se nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, quando a produção catarinense serviu apenas para atender a demanda de suas próprias regiões produtoras.

Em contra-partida, parte da produção de Santa Catarina foi também exportada e, embora pareça um contra-senso, os mesmos estados que comumente colocam parte de suas produções no mercado atacadista catarinense foram os maiores importadores da batata aqui produzida.

No ano de 1983, segundo o Grupo de Acompanhamento de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, Santa Catarina exportou batata aos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, considerando-se somente as comercializações efetuadas nas CEASAs do país.

Responsável pelo abastecimento e disciplinamento do mercado de hortigranjeiros a nível de atacado, da região da Grande

Florianópolis, a CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, com sede no município de São José, movimentou, durante o ano de 1983, um volume de 6.086,19 t de batatas. Desse total, cerca de 3.128,59 t foram oriundas do próprio estado catarinense, sendo o volume restante, 2.957,60 t, constituído de remessas efetuadas pelos estados do Paraná (2.175,88 t), São Paulo (635,32 t) e Minas Gerais (146,40 t).

Merecem destaque, em termos de participação no total movimentado, os municípios de Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, Rancho Queimado, Angelina, Palhoça, Anitápolis, Urubici e São Joaquim.

Na tabela a seguir, são mostrados os volumes ofertados mensalmente, durante o ano de 1983 na CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1982 e 1983.

Tabela 17-VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM 1983, E PREÇOS MÉDIOS COMERCIALIZADOS EM 1982 E 1983

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS					
		Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
		1982	1983	1982	1983	1982	1983
Jan	495,59	17,00	38,50	21,28	48,60	29,52	56,87
Fev	463,40	17,50	55,00	21,55	71,60	27,70	75,83
Mar	427,48	15,00	100,00	24,42	136,07	34,38	148,72
Abr	402,44	14,00	130,00	24,65	181,50	34,20	195,28
Mai	563,12	17,00	150,00	27,86	208,78	35,80	235,98
Jun	597,20	28,00	150,00	34,97	203,34	42,53	223,05
Jul	491,78	30,00	175,00	38,29	233,39	44,03	270,18
Ago	501,14	25,00	220,00	36,50	319,12	43,88	347,87
Set	486,90	26,00	320,00	34,41	371,91	42,05	414,27
Out	590,66	30,00	250,00	38,84	310,33	48,82	336,89
Nov	523,75	31,00	170,00	41,96	228,89	48,86	254,50
Dez	542,73	24,00	130,00	34,74	172,37	44,69	208,91
TOTAL	6.086,19	-	-	-	-	-	-

(\*) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(\*\*) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para o ano agrícola 1983/84, plantio das águas, as últimas informações do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias de Santa Catarina, da Fundação IBGE, indicavam um plantio da ordem de 13.110 ha e uma produção esperada de cerca de 111.430 t de batatas.

A distribuição da área a ser implantada nesta safra, por microrregião produtora, é mostrada a seguir:

CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA, ESTIMATIVA DE PLANTIO - SAFRA DAS ÁGUAS, NO ANO AGRÍCOLA DE 1983/84

REGIÃO PRODUTORA	HECTARES A SEREM IMPLANTADOS
Colonial de Joinville	50
Litoral de Itajaí	10
Colonial de Blumenau	82
Colonial do Itajaí do Norte	150
Colonial do Alto Itajaí	1.120
Florianópolis	108
Colonial Serrana Catarinense	1.545
Litoral de Laguna	3
Carbonífera	1.470
Litoral Sul Catarinense	30
Colonial Sul Catarinense	100
Campos de Lages	2.070
Campos de Curitibanos	835
Colonial do Rio do Peixe	1.822
Colonial do Oeste Catarinense	1.690
Planalto de Canoinhas	2.125
<b>TOTAL</b>	<b>13.110</b>

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Há dúvidas, no entanto, quanto ao alcance destas metas, dada a carência de tubérculo-semente comercializado para consumo, face às excelentes cotações que a batata alcançou no mercado em meses precedentes.

As condições de clima, na presente safra, têm sido de certa forma favoráveis à cultura, e todas as operações que a ela dizem respeito encontram-se dentro do cronograma estipulado.

Supondo a efetivação da área prevista a ser cultivada, a situação da cultura, em fins do mês de dezembro de 1983, apresentava o seguinte quadro:

- Área já implantada : 13.110 ha
- Área em desenvolvimento vegetativo: 1.780 ha
- Área em frutificação (formação de tubérculos): 3.670 ha
- Área de maturação: 5.000 ha
- Área já colhida: 2.660 ha

A área já colhida até o final de dezembro é estimada em 2.660 ha. O produto obtido tem-se apresentado como de boa qualidade.

A nível nacional, as perspectivas para a safra das águas estão indicando percentuais de aumento da ordem de 2,66% e de 14,52% sobre a área cultivada e a produção obtida em relação a mesma safra do ano anterior.

A produção bruta desta safra, cuja colheita teve início a partir de dezembro de 1983 com término previsto para fins de fevereiro ou meados de março, é estimada em 1.188.165 t.

Segundo informações da Comissão de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, da Fundação IBGE, são as seguintes as perspectivas de área de plantio e de produção esperada em primeira estimativa, a nível de Brasil, para a presente safra, nos principais estados produtores de batata do país:

PERSPECTIVA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BATATA - PLANTIO  
DAS ÁGUAS, ANO AGRÍCOLA DE 1983/84

ESTADO PRODUTOR	PERSPECTIVA DE PLANTIO (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)	RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO (kg/ha)
Minas Gerais	19.357	291.516	15.060
Espírito Santo	342	3.840	11.228
Rio de Janeiro	164	1.476	9.000
São Paulo	12.030	208.384	17.322
Paraná	28.500	370.500	13.000
Santa Catarina	13.110	111.435	8.500
Rio Grande do Sul	31.907	201.014	6.300
<b>TOTAL DO PAÍS</b>	<b>105.410</b>	<b>1.188.165</b>	<b>11.272</b>

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em decorrência das boas perspectivas da produção nacional, as cotações médias do produto, que nos últimos dois meses já experimentaram involuções face às boas colheitas da região sudeste do país, deverão continuar em baixa ainda nos próximos três a quatro meses.

Santa Catarina destaca-se, também, como o maior estado produtor de batata-semente certificada no país.

Segundo a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, empresa responsável pela organização e fiscalização dos campos destinados à produção de sementes no estado, a área cultivada no ano agrícola 1982/83, visando à obtenção deste insumo, atingiu 3.860 ha, sendo 2.192 ha no primeiro plantio, ou das águas, 11.668 ha no segundo plantio, ou das secas. Da área em questão, cerca de 566 ha foram eliminados por não se encontrarem dentro dos padrões exigidos pelas normas de produção de semente certificada de batata.

A produção alcançada na última safra, considerando-se o produto já devidamente classificado e certificado, foi de 39.132,12 t, ou seja, 1.304.404 cx/30 kg, correspondentes a 19.817,61 t (660.587 cx/30 kg), obtidas no primeiro plantio e 19.314,51 t (643.817 cx/30 kg) produzidas na safra das secas.

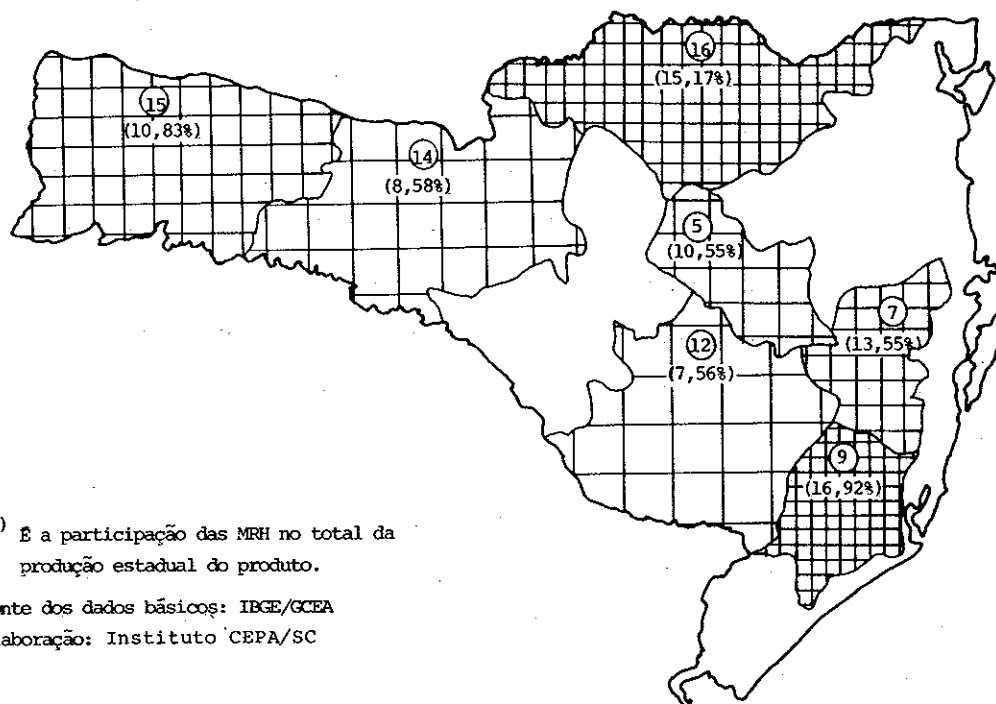
Para o ano agrícola 1983/84, as primeiras estimativas da CIDASC estão indicando um plantio em torno de 3.800 ha e uma produção que deverá situar-se ao redor de 45.500 t.

A batata-semente certificada produzida em Santa Catarina atende, principalmente, a demanda dos produtores dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

As microrregiões do estado, onde a atividade de produção de batata-semente é mais intensa, são a do Planalto de Canoinhas e a dos Campos de Lages. Merecem destaque como os maiores produtores, os municípios catarinenses de Canoinhas e São Joaquim.

As cultivares mais plantadas são a BINTJE, a DELTA, a RADOSSA e a ACHAT.

Mapa 5 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE BATATA EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC



### 3.5. Cana-de-açúcar

#### ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1978/79 A 1983/84

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	20.913	1.043.126	49.879
1978/79	20.124	1.084.780	53.905
1979/80	24.667	1.170.361	47.446
1980/81	19.809	1.001.920	50.579
1981/82	19.641	1.022.700	52.070
1982/83 (*)	18.499	831.402	44.943
1983/84 (**)	20.000	1.040.000	52.000

(\*) Situação até novembro

(\*\*) Estimativa do IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE

Segundo informações do Instituto do Açúcar e do Alcool-IAA, a produção brasileira de açúcar na safra de 1982/83, correspondente ao período de moagem de junho a dezembro de 1982, foi de 9.170.000 t, contra 9.000.000 t estimados para a safra de 1983/84 (moagem de junho e dezembro de 1983), identificando uma pequena redução na produção (-1,85%), comparada com a safra passada.

A nível macrorregional, na safra de 1983/84 a região Norte/Nordeste participou com cerca de 38% da produção nacional - 3.423.000 t. Destacaram-se os estados de Pernambuco, com 1.489.000 t e de Alagoas, com 1.376.000 t. A região Centro/Sul contribuiu com os restantes 62% da produção de açúcar, com 5.577.000 t, na qual o estado de São Paulo produziu 4.261.000 t, seguido do Rio de Janeiro, com 533.000 t, e Minas Gerais, com 501.000 t. Observa-se que a participação dos cinco estados mencionados, somam 91% na produção nacional de açúcar.

No que tange à produção de álcool, safra de 1982/83 (moagem ocorrida no período de junho e dezembro de 1982), o Brasil produziu 5.830.000 m<sup>3</sup>, atingindo, na safra de 1983/84, um total de 7.602.000 m<sup>3</sup>, identificando-se um acréscimo na quantidade produzida de 30,4%, comparado com a safra anterior. Destacaram-se co

mo maiores estados produtores, na atual safra, São Paulo, contribuindo com 63%, seguido por Alagoas, com 9%, Paraná e Pernambuco com 6% cada.

A safra 1983/84 de cana-de-açúcar, que teve seu início na região Centro/Sul em 1º de junho, apresenta, conforme consta na revista Agroanalysis, de outubro de 1983, condições favoráveis para o cumprimento das metas programadas pelo Plano de Safra do IAA.

Na região Norte/Nordeste, a safra teve seu início em 1º de setembro, prevendo uma redução na produção de cerca de 10% em relação à safra passada, em função de perspectivas quanto aos possíveis efeitos da seca que há cinco anos atinge grande parte da região.

Além dos fatores climáticos adversos, secas na região Nordeste e chuvas na região Centro/Sul, merecem destaque na presente safra, a resolução do IAA que instituiu a obrigatoriedade do pagamento ao produtor de cana, em função da qualidade do produto gerado, levando-se em consideração através desta medida que se faça uma avaliação do produto pelos fatores de pureza e teor de sacarose.

Outro aspecto a ser considerado, na presente safra, é o alto custo do dinheiro, forçando o produtor na maioria dos estados, a uma redução na utilização do crédito, uma vez que as taxas de juros cobradas aos produtores desta atividade, não diferem das aquelas praticadas a nível de mercado, implicando, desta forma, uma menor atenção aos tratos culturais, etc.

Segundo o IAA, "... além da elevação dos encargos financeiros, outros itens da estrutura de custos de produção da cana sofreram pesados aumentos de preços, tais como os fertilizantes, os combustíveis e os lubrificantes, aumentados, sobretudo, pela aceleração das desvalorizações cambiais.

"No contexto atual, de grandes dificuldades econômicas para o País, os últimos aumentos de 48,5% para a cana e de 49,8% para o açúcar e o álcool, concedidos no princípio de outubro, ainda que bem abaixo da reivindicação de 73% pleiteados pelos produ-

tores, superaram as expectativas mais pessimistas"<sup>(1)</sup>.

O Programa Nacional do Alcool - PROÁLCOOL foi instituído pelo Governo Federal, através do Decreto nº 76.593 de 14/11/75, com o objetivo de incrementar a produção nacional de álcool com vistas à substituição de derivados de petróleo. O PROÁLCOOL estabelece a expansão rápida da produção de álcool, bem como a viabilização de seu uso progressivo como combustível e matéria-prima para a indústria química.

A meta estabelecida pelo Governo e contida no PROÁLCOOL é de atingir, até 1985, uma produção de 10,7 milhões de litros de álcool por safra. Entretanto, se forem considerados os estoques em poder dos usineiros (2 bilhões e 641 milhões de litros), da PETROBRÁS (400 milhões de litros), e a produção prevista da safra 1983/84 (7 bilhões e 602 milhões de litros), concluiu-se que a meta prevista para 1985, vai ser praticamente alcançada em 1984.

"As medidas de ampliação da capacidade de tancagem das destilarias e da própria PETROBRÁS, implementadas antes do início da safra, permitiram que os atuais 3 bilhões de litros pudessem ser armazenados, uma vez que não tinham perspectiva de consumo imediato. No entanto, ainda que venham sendo superadas com sucesso as limitações físicas da tancagem do álcool, os custos de armazenagem estão se tornando muito elevados. Isto tem criado uma disputa entre os produtores e a PETROBRÁS, cada parte buscando atribuir à outra as principais obrigações na manutenção dos estoques. No centro dessa disputa, coloca-se a questão da forma de faturamento, pelas destilarias, do álcool estocado. Até a segunda quinzena de agosto último, prevalecia o sistema em que a PETROBRÁS e as distribuidoras particulares pagavam aos produtores de álcool o valor da safra, rateado em doze meses. Com isto, os produtores não faturavam, por inteiro, o álcool já produzido. Recentemente, foram estabelecidas novas normas de escoamento, comercialização e estocagem de álcool. Para as destilarias anexas, a safra é dividida em nove meses e remuneradas nesse período. Para as destilarias autônomas, o prazo é de sete meses. Desta maneira, os produtores

---

(1) CANA de açúcar. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 7(10), out, 1983.

se beneficiam com a antecipação do pagamento.

"Como solução para o problema de grande volume de álcool estocado, no atual período da safra, menciona-se a possibilidade de aumento da percentagem da mistura da gasolina com o álcool anidro, de 20% para 23%. Contudo, esta iniciativa encontra dificuldades de ordem técnica para ser implementada"<sup>(2)</sup>.

A nível internacional, conforme previsões da empresa alemã F.O. LICHT, a produção mundial de açúcar na safra 1983/84, deverá oscilar entre 92 e 95 milhões de t, contra uma produção de 99,2 milhões de t constatadas na safra anterior.

Os fatores climáticos são relacionados como os principais responsáveis pela queda na produção, uma vez que as fortes chuvas ocorridas no ano prejudicaram as safras de Cuba, Austrália, África do Sul e dos países que compõem a Comunidade Econômica Européia.

Os países que apresentam melhor desempenho nesta safra, comparados com a safra passada, são a União Soviética, com 7,1 milhões de t de açúcar; o México, com 2,8 milhões de t; as Filipinas, com 2,2 milhões de t; e a Turquia com 1,7 milhão de t.

Cabe frisar que no momento o consumo mundial de açúcar é de aproximadamente 94,2 milhões de t, portanto, inferior à produção.

O principal obstáculo para sua expansão é a contínua substituição do açúcar pelo xarope de milho em países industrializados como os Estados Unidos, o Canadá e o Japão.

Prevê-se que somente os Estados Unidos deverão consumir este ano, cerca de 3,3 milhões de t de xarope de milho, embora deva haver um aumento acentuado no preço deste produto em função da safra de milho norte americana, devendo variar de 15 a 20 centavos por libra-peso, aproximando-se do preço do açúcar cotado internacionalmente naquele mercado.

Entretanto, apesar da elevada disponibilidade mundial de estoques de cerca de 36,7 milhões de t de açúcar, em agosto, as previsões de redução de produção, aliadas às de ligeiro aumento no

---

<sup>(2)</sup> CANA de açúcar. Agroanalysis, Rio de Janeiro, 7(10), out, 1983.

consumo, provocaram uma reação, a partir de maio de 1983, nas cotações internacionais do mercado de açúcar contratados pelo IAA, de tal forma que os preços praticamente dobraram entre janeiro e setembro. A persistir tal tendência nos preços, a receita das exportações brasileiras de açúcar, segundo o IAA, deverão situar-se, em 1983, entre 600 e 700 milhões de dólares, contra 550 milhões de 1982.

O Brasil deverá exportar em 1983, também, cerca de 300 milhões de litros de álcool, gerando divisas da ordem de 80 milhões de dólares, bem como 500 mil t de melado, para um ganho em torno de 36 milhões de dólares.

Cabe menção que, no caso específico do álcool, o País está com um custo interno do produto superior ao preço de mercado internacional, além de sofrer uma sobretaxa desse produto, quando exportado para os Estados Unidos de US\$ 0,50 por galão americano (3,785 litros).

Em Santa Catarina, a produção de cana-de-açúcar, para fins industriais, está concentrada principalmente no litoral setentrional, onde se situam as usinas açucareiras, os destiladores de álcool e a maior parcela dos alambiques de aguardentes, congregando no seu conjunto cerca de 4.000 famílias que se dedicam à exportação desse produto.

No entanto, a cana é cultivada em quase todo o território catarinense como forrageira para alimentação do gado.

Na safra de 1982/83, segundo informa o IBGE/GCEA-SC, a área colhida com cana para fins industriais foi de 18.499 ha, para uma produção obtida de 831.402 toneladas, representando uma involução, quando comparada com a safra anterior, de 5,82% e 18,71%, na área e na produção, respectivamente.

Os fatores principais responsáveis pela queda da safra 1982/83 foram a desativação de uma empresa açucareira, localizada na microrregião Colonial de Joinville, que cultivava cerca de 3.000 ha de cana e que produzia em torno de 170.000 toneladas; também a correção efetuada pela Fundação IBGE, em 1983, dos dados estatísticos em áreas cuja exploração caracteriza-se por cultivo de "fundo de quintal"; e, o baixo rendimento da cana verificado naquela safra, tendo em vista as fortes chuvas ocorridas no período

de maio a julho, prejudicando seriamente os canaviais já em fase de produção.

Para a safra de 1983/84, conforme a mesma fonte, verifica-se uma estimativa de 21.000 ha de área plantada, devendo ser colhida em 1984 cerca de 20.000 ha, para uma produção esperada de 1.040.000 toneladas de cana industrial, considerando-se que não ocorram durante o ano, fatores climáticos adversos à cultura.

A cana-de-açúcar, para fins industriais, teve sua produção (safra 1981/82) concentrada junto às microrregiões homogêneas de Florianópolis, com 25,21%; Litoral de Itajaí, com 25,13%; Colonial de Joinville, com 19,00%; e, Colonial Serrana Catarinense, com 18,09% (ver mapa).

A produção catarinense de açúcar, oriunda de matéria-prima própria, conforme o IAA, foi de 54.000 toneladas, em 1983, enquanto que o volume de álcool produzido alcançou cerca de 10 milhões de litros.

Segundo a Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, Santa Catarina exportou para o mercado internacional em 1982, considerando toda a matéria-prima própria, mais aquela oriunda de outros estados da Federação, na forma de açúcar demerara, um total de 345.337 toneladas de açúcar refinado, representando um montante de 81,8 milhões de dólares.

Em 1983, de janeiro a setembro, foram vendidas através de Santa Catarina, 141.663 toneladas, resultando em 32,8 milhões de dólares.

A cotação do açúcar demerara no mercado internacional é mostrada a seguir:

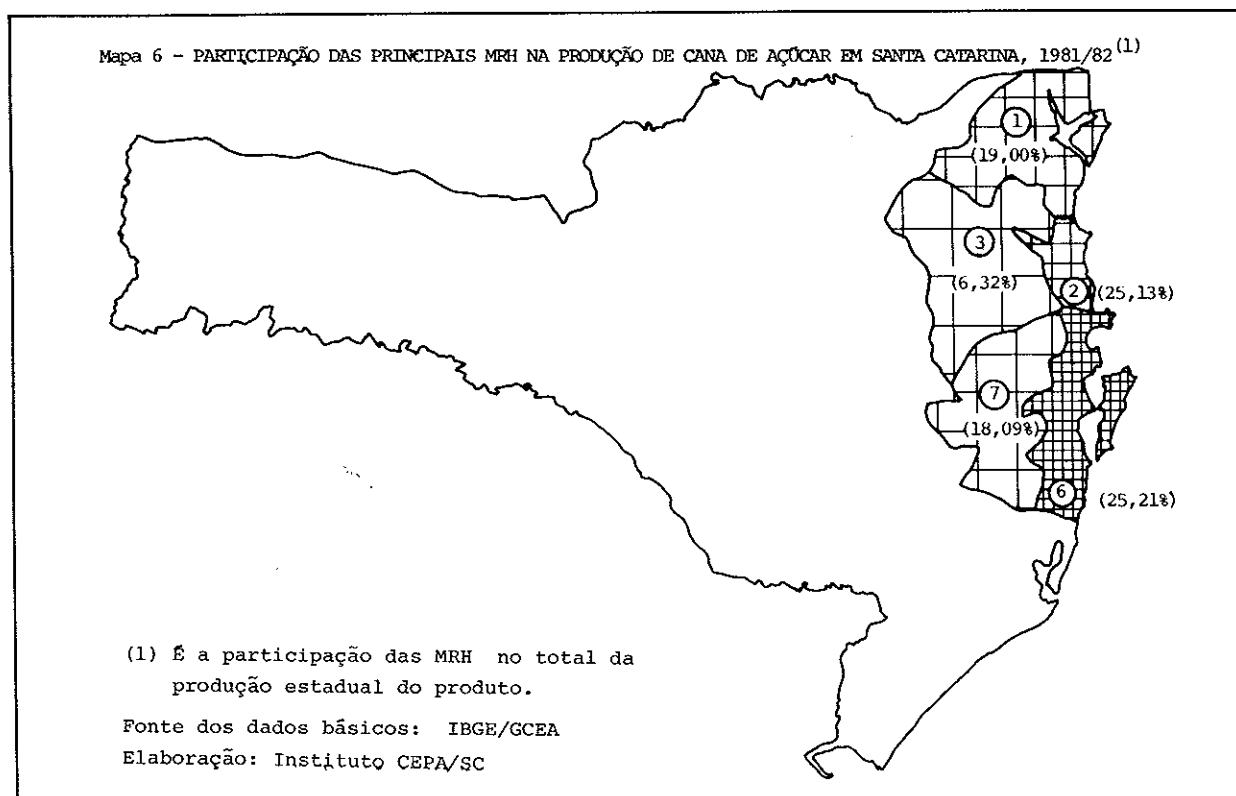
COTAÇÕES DE AÇÚCAR DEMERARA NO MERCADO INTERNACIONAL,  
1977-83<sup>(1)</sup>

(em US\$/t)

MÊS	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Jan	184,06	193,55	167,07	378,72	609,70	284,55	132,89
Fev	189,57	187,15	181,15	502,09	530,86	289,40	141,16
Mar	198,18	170,82	186,71	432,98	480,82	250,33	136,46
Abr	221,57	167,51	172,59	468,25	394,62	212,80	147,24
Mai	197,52	161,77	173,25	687,39	331,79	179,47	201,32
Jun	173,68	159,57	179,65	679,01	362,60	151,43	...
Jul	163,09	141,91	188,04	610,67	360,71	172,85	...
Ago	167,94	156,26	195,32	700,40	332,01	152,10	...
Set	161,33	180,31	218,49	765,87	257,84	127,81	...
Out	156,48	197,75	263,52	895,50	266,89	129,82	...
Nov	156,03	176,78	301,92	833,55	263,14	143,49	...
Dez	178,55	176,56	329,51	634,92	286,09	140,40	...
MÉDIA ANUAL	178,77	172,37	213,41	632,45	373,10	186,20	152,05

(1) Média aritmética das cotações do açúcar a granel em Nova York e Londres - FOB Porto do Caribe.

Fonte: Internacional Sugar Organization.



### 3.6. Cebola

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	5.934	42.899	7.229
1976/77	6.846	49.794	7.274
1977/78	5.724	47.129	8.234
1978/79	10.736	94.017	8.757
1979/80	12.307	103.605	8.418
1980/81	16.920	151.581	8.959
1981/82	11.380	113.602	9.983
1982/83	12.338	125.710	10.189
1983/84 <sup>(*)</sup>	12.267	128.341	10.462

(\*) Estimativa

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em que pesem os problemas de comercialização, comumente enfrentados pelos produtores, por ocasião da venda de suas produções, a cultura da cebola catarinense tem apresentado nas últimas safras, tomando-se por base o ano agrícola 1977/78, aumentos em termos de produção.

Esses incrementos, que variavam de acordo com os preços de venda do produto em cada safra antecedente, refletem muito bem a desorganização na produção nacional dessa olerácea. Tal desorganização ainda persiste apesar dos esforços envidados pela Gerência Nacional de Horticultura, no sentido de ordenar a produção brasileira através de uma sucessão solidária de safras das diversas regiões e estados produtores e, dessa forma, assegurar o pleno e regular abastecimento do país.

Algumas das medidas sugeridas e já colocadas em prática, nesse sentido, pela Gerência de Horticultura, em seu "Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola", foram os disciplinamentos dos períodos de solicitações, elaboração e libera-



ção de planos de créditos vinculados às cultivares recomendadas e métodos de plantio para as principais regiões produtoras do país, e o estabelecimento, em cada safra, de limites de área a serem plantadas e financiadas nas regiões concentradoras da produção de cada estado.

Assim sendo, estabeleceu-se para Santa Catarina uma área máxima de cultivo, em cada safra agrícola, da ordem de 12.000 ha, a ser implantada com as cultivares nacionais Baias Periformes, Jubileu, Crioula, Rio Grande, Norte-14 e Pêra Norte. Fixou-se, ainda, o período março-agosto para a formalização de propostas de financiamento e de liberação da primeira parcela do crédito de custeio, para o plantio das lavouras e também a data de até trinta de dezembro para a liberação da parcela destinada à colheita.

As providências adotadas já disciplinaram, sobremaneira, a comercialização da cebola a nível nacional. Contudo, sempre que os produtores, motivados pelas cotações do produto, incrementam ou induzem suas áreas de cultivo, e quando aumentam o fazem com recursos próprios, o abastecimento torna-se muito tumultuado.

Em Santa Catarina, a cultura da cebola é uma atividade que congrega pequenos e tradicionais produtores rurais e que, segundo o Censo Agropecuário da Fundação IBGE, somaram, em 1980, cerca de vinte mil. Acha-se disseminada por todas as regiões produtores do Estado, destacando-se, entretanto, como mais importante, as microrregiões Colonial do Alto Itajaí e Colonial Serrana Catarinense, que juntas respondem por aproximadamente 85% da área implantada e da produção obtida, em cada ano agrícola. Nessas regiões a cultura é conduzida visando, quase que exclusivamente, à comercialização da produção com outras unidades da Federação, enquanto que, nas demais regiões do estado, os cultivos são implantados objetivando, sobretudo, o autoconsumo familiar.

Apesar da existência crônica de certos problemas ligados à produção e à comercialização da cebola, Santa Catarina continua destacando-se como o terceiro produtor nacional dessa oleífera, graças ao volume e à qualidade do bulbo aqui produzido que, a cada ano, firma-se mais no mercado nacional.

Entre estes problemas estão o comércio, ainda desorganizado, de sementes e bulbos para consumo "in natura", o desconhecimento, por parte dos produtores, das exigências de mercado e a persistência de muitos em produzir volumes superiores às suas capacidades de armazenagem, a nível de propriedade.

Nas últimas safras, apesar da área implantada ter permanecido praticamente estacionária, e inclusive decrescido em certos anos, tem-se verificado um aumento da produtividade média e, conseqüentemente, da produção obtida no estado. Tal aumento é decorrente de uma melhor absorção, por parte dos cebolicultores, de tecnologias modernas de cultivo, como a utilização de espaçamentos menores, que permitem um maior número de plantas por hectare, proporcionam bulbos de menor tamanho e mais uniformes, com melhores características de mercado; e ainda como a utilização de mudas de tamanho ideal, transplantadas em época adequada, conforme recomendações da pesquisa, além do emprego de fertilizantes, de maneira quase geral.

No ano agrícola 1982/83 a cultura da cebola, em Santa Catarina, cuja área implantada alcançou a 12.338 ha, foi afetada por uma série de fatores climáticos adversos e que tiveram repercussões negativas sobre a produção e a qualidade do produto colhido.

Houve insuficiência de chuvas no mês de setembro, retardando as atividades de transplante de mudas, normalmente incrementadas e concluídas nesse período, e excesso de precipitação pluviométrica e ocorrência de baixas temperaturas em novembro. Estas, além de afetarem as plantas em desenvolvimento vegetativo e prejudicarem sobremaneira os bulbos já em fase de maturação, impediram também a realização dos tratamentos culturais necessários a um bom desempenho das lavouras, como capinas e controles de pragas e doenças.

Em decorrência do exposto, a qualidade do produto colhido deixou a desejar, refletindo diretamente no preço recebido pelos produtores, tendo sido elevados os índices de bulbos pouco desenvolvidos e atacados por doenças fúngicas e bacterianas. Significativo, também, foi o descarte ocorrido por ocasião da seleção dos bulbos, visando a comercialização do produto, repercutindo, sobremaneira, na composição final da renda do produtor.

O calendário de plantio e colheita da cebola, na última safra em Santa Catarina, obedeceu ao seguinte escalonamento mensal:

CALENDÁRIO DE PLANTIO E DE COLHEITA DE CEBOLA, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PERÍODO DE EFETIVAÇÃO									TOTAL
	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	
Área implantada (transplante) - (ha)	700	2.700	2.700	3.100	2.000	1.138	-	-	-	12.338
Área colhida - (ha)	-	-	-	-	-	15	556	4.500	7.267	12.338
Produção Obtida - (t)	-	-	-	-	-	150	5.560	45.000	75.000	125.710

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apesar de todos os problemas citados, a produção catarinense da última safra foi da ordem de 125.710 t, respondendo, portanto, o estado, por cerca de 17,28% da produção nacional dessa olerácea.

Os volumes destinados ao mercado regional catarinense e ao mercado nacional, mais as perdas ocorridas naquela safra, são mostrados a seguir:

VOLUME E PLANTIO DA CEBOLA PRODUZIDA EM  
SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

DISCRIMINAÇÃO	VOLUME (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
<u>Produção Bruta</u>	<u>125.710</u>	<u>100,00</u>
Consumo Estadual <sup>(1)</sup>	10.500	8,35
Perdas <sup>(2)</sup>	43.000	34,21
Volume Mercantilizável <sup>(3)</sup>	72.210	57,44

(1) Consumo médio, estimado de novembro a maio, considerando - se 405 g/hab/mês;

(2) Foi considerada uma perda média de 34% sobre a produção bruta, decorrente da desidratação normal, no processo de cura, e da deterioração de bulbos nos armazéns (armazenagem de janeiro a maio);

(3) Volume mercantilizável - compreende a oferta líquida, disponível para exportação a outros centros consumidores fora do Estado.

Fonte: Instituto CEPA/SC

O fluxo mensal de escoamento dessa oferta líquida, tomando-se por base o percentual de saídas verificadas nas coletorias do estado, em safras antecedentes, comportam-se da seguinte forma:

FLUXO MENSAL DE ESCOAMENTO DE CEBOLA,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

MÊS	VOLUME (t)	DISTRIBUIÇÃO % NO MÊS
Novembro	360	0,50
Dezembro	7.943	11,00
Janeiro	13.000	18,00
Fevereiro	18.000	25,00
Março	20.250	28,00
Abril	11.574	16,00
Maiο	1.083	1,50
TOTAL	72.210	100,00

Fonte: Instituto CEPA/SC

Não obstante as dificuldades verificadas, a comercialização da última safra transcorreu, de certa forma, de um modo tranqüilo, e os preços do produto, que no início da colheita apresentaram-se relativamente baixos (Cr\$ 45,00 a Cr\$ 60,00/kg), evoluíram de maneira significativa, à medida que a produção ia sendo escoada, proporcionando, ao final da safra, um razoável preço médio ao produtor.

De acordo com o fluxo de escoamento, e levando-se em conta os preços médios mensais recebidos pelos produtores, chegou-se a um preço médio ponderado, na safra 1982/83, de Cr\$.. 72,87 por quilo de cebola, comercializado. Considerando - se 12.000 kg/ha como produtividade média das lavouras com boa utilização de tecnologia, e deduzindo-se as perdas totais, desde a colheita até o final do período de armazenamento, a receita bruta situou-se em torno de Cr\$ 568.386,00/ha, enquanto que os custos de produção, atualizados em março/83 situaram-se em Cr\$ 473.809,00/ha, representando, portanto, um lucro líquido ao produtor rural da ordem de Cr\$ 94.577,00/ha.

Durante o ano de 1983, a Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina - CEASA/SC movimentou, em sua unidade de São José, cerca de 2.308,00 t de cebolas. Do total em questão, 1.211,91 t foram oriundas do próprio estado catarinense. O volu-

me restante 1.096,89 t, formado na sua quase totalidade de produto paulista e pernambucano, foi repassado pela CEAGESP (595,08t), CEASA/PR (456,63 t), CEASA/MG(5,88t) e CEASA/PE '39,30 t).

Os volumes ofertados mensalmente naquela Central de Abastecimento durante o ano de 1983, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1982 e 1983, são mostrados a seguir:

VOLUME DE CEBOLA COMERCIALIZADA NA CEASA/SC  
EM 1983, E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO EM 1982 E EM 1983

MÊS	VOLUME (kg)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS					
		Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
		1982	1983	1982	1983	1982	1983
Janeiro	141.006	20,00	45,00	33,00	70,00	41,00	92,00
Fevereiro	162.080	28,00	80,00	38,50	83,54	49,80	97,38
Março	149.707	53,00	100,00	66,00	121,61	78,00	135,42
Abril	169.839	72,00	110,00	78,00	132,33	89,00	158,00
Mai	148.517	125,00	120,00	157,00	131,02	166,00	159,13
Junho	192.859	125,00	150,00	158,00	231,00	185,00	255,00
Julho	203.941	-	200,00	135,00	330,70	157,00	399,50
Agosto	257.075	-	180,00	98,00	318,44	127,00	364,18
Setembro	194.095	-	180,00	108,00	276,46	129,00	318,47
Outubro	251.410	-	150,00	142,00	219,24	165,00	242,21
Novembro	240.255	60,00	90,00	108,00	156,47	141,00	198,87
Dezembro	198.012	50,00	80,00	71,00	121,16	98,00	136,54
TOTAL	2.308.796	-	-	-	-	-	-

(\*) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras do Estado.

(\*\*) Preços médios ponderados.

Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As majorações significativas verificadas nos preços do produto, nos meses de junho, julho e agosto, decorreram das inundações ocorridas em Santa Catarina naquele período, e que, ao in

terditarem vias de escoamento, tornaram o abastecimento muito deficitário.

Em termos nacionais, a produção da última safra, ainda em andamento, é avaliada em NONA estimativa pela Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO da Fundação IBGE, em 727,413 t, superior, portanto, em 8,69% à obtida na safra anterior e que alcançou 669.240 t.

Na maioria dos estados produtores, a colheita dessa safra já foi concluída, prosseguindo, contudo, em fase final, nos estados de Pernambuco e Bahia e em áreas remanescentes da região de Piedade, em São Paulo.

A distribuição das áreas implantadas e das produções obtidas/esperadas por estado produtor, na safra 1982/83, e ainda as suas participações relativas nos montantes previstos e os rendimentos médios alcançados/previstos são mostrados a seguir:

#### PRODUÇÃO BRASILEIRA DE CEBOLA, SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	NÚMERO DE ORDEM	ÁREA IMPLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA/ESPERADA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	RENDIMENTO MÉDIO ALCANÇADO/PREVISTO (kg/ha)
São Paulo	1	16.900	259.000	35,61	15.326
Rio Grande do Sul	2	19.858	167.483	23,03	8.434
Santa Catarina	3	12.338	125.710	17,28	10.189
Pernambuco	4	7.550	90.374	12,42	11.970
Bahia	5	4.360	53.044	7,29	12.166
Paraná	6	4.184	23.000	3,16	5.497
Minas Gerais	7	1.200	7.018	0,97	5.848
Sergipe	8	30	150	0,02	5.000
Outros	-	561	1.634	0,22	2.913
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>66.981</b>	<b>727.413</b>	<b>100,00</b>	<b>10.860</b>

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A comercialização dessa safra, iniciada em fins de novembro de 1982 e concluída até fins de janeiro ou meados de fevereiro de 1983, prosseguiu sem maiores transtornos, tendo os produto

res recebido, durante todo o período, preços razoáveis por suas produções. Não se verificaram problemas graves de abastecimento e a demanda aparente, avaliada em 40 a 45 mil t/mês, foi perfeitamente atendida, haja vista o expressivo volume produzido. Mesmo descontando-se as perdas decorrentes de cura do produto e de deterioração durante a armazenagem, manipulação e transporte da cebola, os quais, atingem a 30%, ainda assim a produção foi suficiente para atender ao consumo nacional.

As variações ocorridas na demanda interna estão estreitamente relacionadas aos preços praticados, que podem ou não provocar uma retração do consumo. O que se verificou em 1983 foi uma demanda retraída, face aos altos preços praticados, a nível de consumidor, e a diminuição do poder aquisitivo da população brasileira.

Na tabela a seguir são mostrados os valores alcançados a nível de Brasil, nas últimas safras, bem como a participação de Santa Catarina, na área implantada e na produção nacional de cebolas.

PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA NA ÁREA E NA PRODUÇÃO NACIONAL DE CEBOLAS, SAFRAS DE 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)		PARTICIPAÇÃO DE SC NA ÁREA TOTAL DO PAÍS (%)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)		PARTICIPAÇÃO DE SC NA PROD. NACIONAL (%)
	Brasil	Santa Catarina		Brasil	Santa Catarina	
1976/77	61.095	6.846	11,21	487.661	49.794	10,21
1977/78	56.523	5.724	10,13	488.498	47.129	9,65
1978/79	69.101	10.736	15,54	691.071	94.017	13,60
1979/80	67.044	12.307	18,36	694.585	103.605	14,92
1980/81	74.250	16.920	22,79	778.403	151.581	19,47
1981/82	62.342	11.380	18,25	669.240	113.602	16,97
1982/83 <sup>(1)</sup>	66.981	12.338	18,42	727.413	125.710	17,28

(1) Situação em outubro de 1983

Fonte: Fundação IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para o ano agrícola 1983/84, em Santa Catarina, face aos bons preços recebidos pelos produtores na safra anterior, as primeiras estimativas da Fundação IBGE/GCEA-SC indicavam uma á-



rea de cultivo da ordem de 14.000 ha e produção prevista ao redor de 150.000 t de cebolas.

Esses valores, no entanto, na medida em que os campos iam sendo implantados, foram sofrendo modificações, e, segundo as últimas informações do Grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias, da Fundação IBGE, situam-se, agora, em 12.267 ha de área cultivada com produção prevista de 128.341 t do produto.

O fato, evidentemente, acha-se ligado às fortes e constantes chuvas verificadas nos meses de maio, junho, julho e agosto que, além de provocarem o transbordamento dos rios das principais regiões produtoras do estado, causando sérias perdas em sementeiras e propiciando condições ideais ao aparecimento de doenças fúngicas e de pragas do solo, dificultando ao mesmo tempo os necessários tratamentos fitossanitários, impediram também que os trabalhos de transplante de mudas fossem efetuados nas épocas mais recomendadas.

Apesar de ter ficado um pouco atrasada em seu ciclo vegetativo, por causa das dificuldades enfrentadas no preparo do solo, com conseguinte retardamento nas operações de plantio e no desenvolvimento das plantas, face às adversidades climáticas verificadas no período, a cultura da cebola na atual safra catarinense apresenta-se com bom estado fitossanitário e excelente vigor de plantas.

Estas afirmativas permitem prognosticar uma boa produção de bulbos, tudo levando a crer, portanto, que certamente serão atingidas as metas previstas para este ano agrícola (1983/84).

A colheita do produto, iniciada em outubro na região sul do estado e em novembro nas demais regiões produtoras, prossegue sem maiores problemas estimando-se em 6.267 ha a área colhida até o final de dezembro. O término dessas operações é previsto para fins de janeiro.

O fluxo mensal de colheita da presente safra catarinense é estimado da seguinte forma:

FUXO MENSAL DE COLHEITA DE CEBOLA, SANTA CATARINA,  
SAFRA 1983/84

MÊS DE COLHEITA	VOLUME COLHIDO (t)
Outubro/83	100
Novembro/83	5.741
Dezembro/83	59.500
Janeiro/84	63.000
<b>TOTAL DO ESTADO</b>	<b>128.341</b>

Fonte: Instituto CEPA/SC

Descontadas as prováveis perdas que deverão ocorrer na fase de armazenamento do produto e o consumo interno do estado no período de dezembro a junho do próximo ano, a oferta mercantilizável de produto catarinense para outros estados deverá situar-se, ainda, em torno de 79.300 t de cebolas conforme demonstra a tabela a seguir:

VOLUME E DESTINO DA CEBOLA A SER PRODUZIDA EM  
SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

DISCRIMINAÇÃO	VOLUME (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
<u>Produção Bruta Estimada</u>	<u>128.341</u>	<u>100,00</u>
Consumo Estadual <sup>(1)</sup>	10.500	8,18
Perdas <sup>(2)</sup>	38.541	30,03
Oferta Mercantilizável <sup>(3)</sup>	79.300	61,79

(1) Consumo médio estimado de dezembro a junho, considerando - se 405 g/hab/mês;

(2) Foi considerada uma perda média de 30% sobre a produção bruta, decorrente da desidratação, normal, no processo de cura, e de deterioração de bulbos nos armazéns (armazenagem de janeiro a maio);

(3) Oferta mercantilizável - volume líquido disponível à comercialização a outros estados da Federação

Fonte: Instituto CEPA/SC.

O fluxo de escoamento da oferta mercantilizável, baseando-se em ocorrências de anos anteriores, deverá obedecer ao seguinte escalonamento mensal:

PREVISÃO DE FLUXO DE ESCOAMENTO DE CEBOLA,  
SANTA CATARINA, SAFRA 1983/84

MÊS DE COMERCIALIZAÇÃO	% DA PRODUÇÃO MERCANTILIZÁVEL	VOLUME COMERCIALIZADO (t)
Novembro	0,50	396
Dezembro	8,00	6.344
Janeiro	20,00	15.860
Fevereiro	25,00	19.825
Março	30,00	23.790
Abril	15,00	11.895
Maio	1,50	1.190
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>	<b>79.300</b>

Fonte: Instituto CEPA/SC

Essas previsões, contudo, poderão sofrer modificações face à instabilidade que normalmente apresenta o mercado da cebola.

Há uma certa preocupação por parte dos cebolicultores catarinenses com a comercialização da atual safra, tendo em vista as informações de que um expressivo volume de cebola será colocado no mercado nacional nos próximos meses, não somente por Santa Catarina, mas, sobretudo, pelo Rio Grande do Sul, acrescido, ainda, de produções oriundas do Paraná e o remanescente da produção de Piedade, no estado de São Paulo.

Esta preocupação é procedente, pois, como se sabe, a disponibilidade de cebola catarinense à comercialização para fora do estado é estimada em 79.300 t, volume que, por si só, seria suficiente para o abastecimento nacional por um período de dois meses.

Acresçam-se a isso as informações oriundas do Rio Grande do Sul que indicam, para aquele estado, nesta safra, uma área de cultivo de 23.480 ha e uma produção prevista de 198.400 t de

cebolas.

Supondo-se uma perda por deterioração e por cura, na época de armazenagem, de 60.000 t (30%) e um consumo interno de 25.000 t (período de janeiro a junho), restaria, ainda, uma oferta líquida mercantilizável da ordem de 113.400 t do produto. Esse volume, somado à oferta de Santa Catarina e à produção prevista a ser obtida no estado do Paraná (a área de plantio foi de 3.600 ha com produção estimada de 21.900 t), atenderia plenamente a demanda nacional por um período de cinco meses - janeiro a maio - e já tornaria muito instável o mercado da cebola, pelo simples fato de a oferta estar sendo superior à demanda.

Ressalte-se que já em fins de abril, ou início de maio, começa a colheita da cebola soqueira da região de Piedade, referente à safra 1983/84, quando normalmente são cultivados em torno de 3.500 ha e se obtém produção ao redor de 63.000 t do produto.

Como se isso não bastasse, houve um aumento significativo da área de plantio no estado de Pernambuco, onde foram implantados 7.900 ha da cultura - na safra passada, 1981/82, a área de cultivo foi de 4.750 ha - com produção prevista de 94.800 t. A colheita iniciada em junho próximo passado deverá prosseguir, ainda nesta safra, até fins de dezembro de 83. Em safras normais, essas operações, via de regra, têm seu término, naquele estado, em fins de outubro ou início de novembro.

No estado da Bahia, apesar da área ter permanecido em patamar idêntico ao de anos anteriores - a área plantada nesta safra 1982/83, foi de 4.360 ha - a produção deverá crescer, prevendo-se que a mesma situe-se em torno de 53.000 t. A colheita neste estado iniciou-se em abril e terá seu término, a exemplo de Pernambuco, no mês de dezembro, quando em anos normais é concluída em fins de setembro ou meados de outubro.

Em decorrência do explícito nos dois parágrafos anteriores, e aliado, ainda, ao excesso de chuvas, houve atraso nas operações de plantio e de colheita - cultivo de mudas, ano agrícola 1982/83 - da safra paulista da região de Paranapiacaba e, em especial, do município de Piedade.

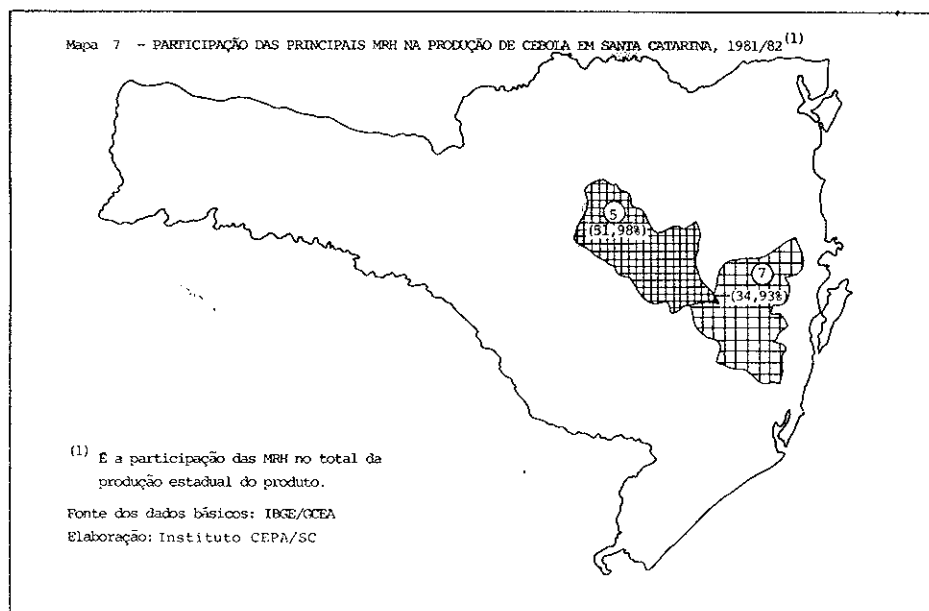
Foram plantados, naquela região, cerca de 3.800 ha da

cultura, que está respondendo com uma excelente produtividade. A média alcançada gira em torno de 20.000 kg/ha e a produção total, conseqüentemente, deverá oscilar ao redor de 75.000 t do produto. A colheita da safra dessa região, que normalmente era encerrada em fins de outubro ou início de novembro, no presente ano agrícola deverá estender-se até fins de dezembro de 83. A produção já comercializada até o final de novembro era estimada em 20.000 t, sendo que o remanescente deverá ser escoado até fins de janeiro ou meados de fevereiro. O preço recebido pelos produtores no período em análise, situou-se entre Cr\$ 50,00/kg e Cr\$ 60,00/kg.

Deduz-se da análise exposta que são sobremaneira fundamentadas as preocupações dos produtores catarinenses com referência à comercialização da presente safra de cebolas.

É preciso, portanto, como alternativa para minimizar os possíveis prejuízos, que os técnicos do Serviço de Extensão Rural continuem a orientar os produtores no sentido de efetuarem uma boa cura da cebola e seleção dos melhores bulbos para armazenagem, visando, assim, propiciar melhores condições do produto, para posterior comercialização.

Os preços recebidos pelos cebolicultores catarinenses na atual safra (83/84), oscilaram entre Cr\$ 56,00/kg e Cr\$ 100,00/kg, cotações estas verificadas em dezembro e novembro, respectivamente, nas zonas de produção. Acredita-se, caso se confirmem os dados analisados anteriormente, que os preços somente deverão reagir a partir da segunda quinzena do mês de fevereiro.



## CUSTO DE PRODUÇÃO DO ALHO

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 4.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,5 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTOS p/kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Março/83	1.022.330	81.200	298.800	61.880	1.464.210	154.860	1.619.070	405
Junho/83	1.093.400	81.200	373.500	89.781	1.637.881	247.909	1.885.790	471
Set/83	1.174.070	104.400	498.000	114.787	1.891.257	354.759	2.246.016	562
Nov/83	1.337.110	185.600	622.500	107.284	2.252.494	360.400	2.612.894	653

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DA CEBOLA

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 12.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,0 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	139.400	43.500	137.250	24.000	344.150	129.659	473.809	39,50
Jun/83	189.200	65.250	183.000	24.000	461.450	139.559	601.009	50,00
Set/83	251.152	87.000	274.500	30.000	642.652	171.259	813.911	67,80
Nov/83	340.680	87.000	274.500	27.000	729.180	176.400	905.580	75,50

Fonte: Instituto CEPA/SC

### 3.7. Feijão

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA,  
SAFRA 1976/77 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77			
. Safra	126.350	91.631	725
. safrinha	62.524	42.846	685
1977/78			
. safra	161.557	112.622	697
. safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. safra	161.551	143.609	889
. safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. safra	187.731	87.942	468
. safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. safra	190.800	194.000	1.017
. safrinha	100.300	52.250	521
1981/82			
. safra	248.000	243.040	980
. safrinha	125.000	78.000	624
1982/83			
. safra	271.474	137.586	507
. safrinha	150.613	24.842	165
1983/84			
. safra <sup>(1)</sup>	240.000	204.000	850
. safrinha <sup>(2)</sup>	150.000	90.000	600

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (dezembro/83)

(2) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: IBGE

Ao contrário do ano de 1982, quando a produção das duas safras alcançou o recorde de 321.040 t, a de 1983, mesmo com a área plantada tendo crescido cerca de 13%, situou-se em somente 162.428 t, em face das adversidades climáticas. Além do excesso de chuvas e da proliferação de doenças terem sido responsáveis pela queda de 42% na produção da primeira safra, o excesso hídrico

foi responsável também pela acentuada diminuição da safrinha o menos 72% sobre a produção inicialmente esperada). Essas quebras que perfizeram um volume total estimado em cerca de 161.500 t, representaram aos produtores um prejuízo da ordem de 22,3 bilhões de cruzeiros, dos quais 11,5 bilhões somente na safrinha.

Apesar disso, e em decorrência da frustração ter atingido também as lavouras de outros estados, Santa Catarina, com 9,6% da produção nacional, continuou a manter-se como o 4º produtor brasileiro de feijão, atrás, somente, do Paraná, São Paulo e de Minas Gerais.

No contexto da lavoura catarinense, o feijão, em 1983, situou-se como a segunda cultura em quantidade de área plantada e na sexta posição em volume de colheita, perdendo para o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar, a soja e o arroz. No que diz respeito ao Valor Bruto da Produção do Sub-setor lavouras, o feijão, que, em 1981, apresentava-se como o segundo produto em importância econômica e, que em 1982 já havia caído para a terceira posição, involuiu mais ainda em 1983, tendo situado-se na quinta posição, atrás, por ordem de importância, do milho, do fumo, da soja e do arroz.

Caracterizou-se como cultura típica de pequena propriedade e grande utilizadora de mão-de-obra familiar, a leguminosa, segundo o Censo Agropecuário de 1980, era cultivada por 132.967 agricultores, cuja área média perfazia 1,35 ha. No entanto, o incremento verificado nas três últimas safras permite acreditar que a área média de plantio já se situe ao redor de 1,9 ha. Essa última assertiva baseia-se no pressuposto de que a expansão do cultivo tenha se verificado principalmente em propriedades maiores, onde a cultura avançou sobre parcela de área anteriormente cultivada com soja. Isto até 1983, já que na safra 1983/84 a soja, em face dos bons preços, apresentou tendência de reconquistar aquelas áreas.

Como ocorre em toda a região Centro-Sul do País, o feijão em Santa Catarina é cultivado em duas safras. A primeira safra, ou das águas, é plantada de agosto a dezembro e responde por cerca de 65% da área total cultivada. A segunda safra, ou safrinha, responde pelos restantes 35%, e apresenta rendimentos médios tradicionalmente inferiores ao da primeira safra.



Para uma melhor visualização espacial da produção do feijão no estado, é bom lembrar que na safra das águas, ou primeira safra, de 1982/83, o plantio concentrou-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com aproximadamente 48,0% da área; Planalto de Canoinhas com 16,7%; Campos de Curitibanos com 13,3%; Colonial do Rio do Peixe com cerca de 7,7%; Colonial do Alto Itajaí, com 6,6%; e Campos de Lages com cerca de 2,6%. Já na safrinha os maiores plantios ocorreram nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 66%, Colonial do Alto Itajaí, com 12,13% e Carbonífera, com 5,54% da área plantada.

Com relação à safra 1982/83, plantio das águas, os dados do IBGE apontaram uma área cultivada da ordem de 271,5 mil hectares, ou cerca de 9,5% superior à da mesma safra do período anterior.

Esse aumento foi creditado, entre outros, aos seguintes fatores: preço mínimo considerado razoavelmente estimulante; certeza da compra por parte do Governo; baixo preço da soja; estagnação do preço do milho até início de outubro; o curto ciclo da lavoura de feijão que proporciona entrada de recursos a curto prazo; e relativa facilidade na obtenção de crédito para custeio.

A deficiência hídrica verificada em setembro/82 causou atraso no plantio, sem, contudo, acarretar maiores danos à cultura. Por outro lado, houve prejuízos significativos por causa dos ventos frios e granizo no Extremo-Oeste e de geadas no Meio-Oeste, no Vale do Rio do Peixe e nas microrregiões do Planalto durante o mês de outubro. Além do mais, as chuvas excessivas em out/nov e durante a colheita, juntamente com a incidência de doenças, principalmente antracnose e a ferrugem, também contribuíram para o aumento dos danos à cultura do feijão. Esses prejuízos foram reflexos não só da queda de produtividade das lavouras, mas também da perda total da produção em 9.702 ha. De qualquer forma a produção que no início fora estimada em aproximadamente 240.000 t caiu para 137.586 t.

Na safrinha, embora tenha ocorrido um aumento considerável na área plantada com relação ao ano anterior, cerca de 20%, a produção obtida constituiu-se na menor dos últimos anos.

Apesar de até março o desenvolvimento da cultura ter-se

apresentado regular, as constantes chuvas que se abateram sobre todo o estado, desde o final de abril até a época de colheita, mostraram-se catastróficas para o feijão, uma vez que alcançaram as lavouras nas fases mais críticas, ou seja, as de maturação e colheita. Além da queda na produtividade, as condições climáticas adversas foram responsáveis ainda pela perda total em cerca de 87.000 dos 150.000 hectares plantados. Com isso, a produção, que inicialmente fora estimada em cerca de 90.000 t, reduziu-se para 24.842 t ao final da safra e, mesmo assim, com a maior parte do produto colhido apresentando baixa qualidade. Estima-se que antes da chuvarada de maio, tenham sido colhidas somente 8.000 t de produto de boa qualidade.

A nível nacional, a área plantada na primeira safra, que em 1981/82 situou-se em 3.432 mil hectares, caiu, em 1982/83, para 2.366 mil ha, devido, basicamente, à queda dos preços de mercado, em termos reais, e ao reajuste dos preços mínimos a taxas menores do que a inflação. A produção que 1981/82 havia atingido o expressivo volume 1,68 milhão de toneladas, restringiu-se, em 1982/83, a 916,6 mil, não só em função da queda da área, mas também em decorrência da frustração das safras nos estados sulinos e pela seca no Nordeste. Na 2ª safra, o quadro foi semelhante, com a produção tendo involuído de 1,27 milhão de toneladas em 1981/82 para 782 mil toneladas em 1982/83.

ÁREA E PRODUÇÃO DE FEIJÃO (1ª E 2ª SAFRAS), BRASIL, POR REGIÃO, SAFRAS 1981/82 E 1982/83

REGIÕES DO BRASIL	1ª SAFRA						2ª SAFRA					
	Área Colhida (1.000 ha)			Produção (1.000 t)			Área Colhida (1.000 ha)			Produção (1.000 t)		
	1981/82 (a)	1982/83 (b)	Variação (%) (b/a)	1981/82 (a)	1982/83 (b)	Variação (%) (b/a)	1981/82 (a)	1982/83 <sup>(1)</sup> (b)	Variação (%) (b/a)	1981/82 (a)	1982/83 <sup>(1)</sup> (b)	Variação (%) (b/a)
Norte	-	-	-	-	-	-	115,4	72,2	(-37,4)	73,8	44,6	(-39,6)
Nordeste	1.514,3	776,2	(-48,7)	325,7	115,7	(-64,5)	1.048,1	583,2	(-44,4)	436,1	184,6	(-57,7)
Sudeste	668,5	475,5	(-71,1)	345,9	233,3	(-67,5)	793,2	711,5	(-9,0)	468,1	385,8	(-17,6)
Centro-Oeste	48,0	24,6	(-48,8)	21,1	11,5	(-45,5)	334,8	178,3	(-46,7)	147,2	105,0	(-28,7)
Sul	1.201,1	1.089,3	(-9,3)	987,5	556,1	(-43,7)	265,4	280,8	5,8	147,1	61,9	(-57,9)
TOTAL BRASIL	3.431,9	2.365,6	(-31,1)	1.680,2	916,6	(-45,4)	2.556,9	1.826,0	(-28,6)	1.272,3	781,9	(-38,5)

OBS.: Não estão computados os dados da 3ª safra ou safra de inverno, cultivada principalmente em São Paulo

(1) Estimativas do IBGE (Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - agosto/83)

Fonte: IBGE

Na produção mundial, o Brasil com uma participação superior a 20% da área total plantada situou-se, em 1982, como o primeiro produtor mundial de feijão. Além do Brasil, a Índia, a China, os Estados Unidos e o México são os principais produtores dessa leguminosa.

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO FEIJÃO, SEGUNDO OS PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES E TOTAL MUNDAL, 1969/82

DISCRIMINAÇÃO	1969-71	1980	1981	1982
<u>ÁREA</u> (1.000 ha)				
Brasil	3.685	4.643	5.030	6.043
México	1.789	1.763	2.150	2.100
Estados Unidos	563	737	891	747
China	2.191	1.962	1.863	1.965
Índia	7.593	8.643	8.700	8.849
Mundo	22.453	23.678	24.771	26.085
<u>PRODUÇÃO</u> (1.000 t)				
Brasil	2.366	1.968	2.339	3.052
México	904	971	1.469	1.100
Estados Unidos	790	1.197	1.443	1.161
China	1.744	1.652	1.856	1.858
Índia	2.152	2.660	2.700	2.600
Mundo	11.692	12.384	14.035	14.296
<u>RENDIMENTO</u> (kg/ha)				
Brasil	642	424	465	505
México	505	551	683	524
Estados Unidos	1.403	1.624	1.620	1.554
China	796	842	996	946
Índia	283	308	310	294
Mundo	521	523	567	548

Fonte: Food and Agriculture Organization (FAO)

Com relação a safra 1983/84, plantio das águas, as estimativas do IBGE/GCEA apontava, em novembro, para Santa Catarina, uma área de plantio ao redor de 240.000 t com uma produção potencial da ordem de 216.000 t.

O decréscimo de quase 12% na área de plantio, quando

comparado ao da safra anterior, foi creditado não só ao temor de uma nova decepção - frustração das duas safras de 1982/83 - mas também, pelas boas perspectivas dos preços do milho e da soja, culturas que tomaram parcelas de áreas anteriormente cultivadas com feijão. No entanto, é bom notar que, apesar da área à nível estadual ter decrescido como um todo, as microrregiões mais diretamente responsáveis pela retração foram as Colonial do Oeste Catarinense e Planalto de Canoinhas.

Não obstante as geadas de outubro, no Vale do Rio do Peixe, terem causado perdas totais em parcela expressiva de área até então semeada, anulando de certa forma o incremento esperado na área total cultivada naquela microrregião, as condições climáticas que imperaram até fins de novembro mostraram-se, com raras exceções, favoráveis ao desenvolvimento da cultura nas demais regiões. No entanto, a persistência de bolsões de estiagem no Oeste, Meio Oeste e Campos de Curitibanos, durante a primeira quinzena de dezembro, causaram prejuízos significativos à cultura.

A nível nacional, as informações disponíveis, em princípios de dezembro, sugeriram para o Centro-Sul uma área de cultivo, na safra das águas de 1983/84, da ordem de 1,65 milhão de hectares. Esse número espelhou bem a tendência de declínio que vinha sendo apontada em meses anteriores, já que significou uma redução de 6% sobre a área plantada na safra das águas do ano passado (1,75 milhão de hectares). A produção esperada de 1,1 milhão de toneladas, ainda que, em função da recuperação da produtividade, deva ser 37% superior às 801 mil obtidas na safra 1982/83, será, mesmo assim, significativamente inferior às 1,68 milhão produzidas em 1982. No Brasil, como um todo, e desde que se admita que o nordeste, em face da perspectiva da continuidade da seca, venha a repetir os números de 1983, a estimativa de produção da primeira safra é de alcançar 1,22 milhão de toneladas.

O preço-base do feijão da primeira safra de 1982/83, fixado em Cr\$ 5.985,00/sc de 60 kg, alcançou, após as correções do INPC de julho a novembro de 1982, o preço mínimo de Cr\$ 6.905,00/sc.

O preço mínimo para o produto da safrinha foi estabelecido em Cr\$ 8.944,80/sc, sofrendo uma elevação de 29,5%, quando comparado ao mínimo que vigorou na primeira safra. Já o feijão da 1ª safra 1983/84, cujo preço-base fora fixado em Cr\$ 14.400,00/sc,

após corrigidos pelas variações das ORTNs, alcançou Cr\$ 20.457,00/sc em novembro.

Ainda com relação à safrinha 1982/83, o Governo em fins de janeiro fixou os Valores Básicos de Custeio (VBC) nos seguintes níveis.

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC EM JAN/82	VBC EM JAN/83	VARIACÃO %
Até 400	10.400	19.100	83,7
De 401 a 600	22.700	40.700	79,3
De 601 a 800	25.800	46.600	80,6
De 801 a 1.000	34.100	59.100	73,3
Acima de 1.000	40.300	75.600	87,6

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Apesar dos VBCs apresentarem reajustes nominais inferiores à taxa inflacionária do período, não se constituíram em empecilhos à atividade, uma vez que o feijão é plantado, na grande maioria, em pequenas propriedades, onde é grande a utilização de mão-de-obra própria e menores os dispêndios para a implantação das lavouras.

Para a safra das águas, referente a 1983/84, os Valores Básicos de Custeio foram fixados nos seguintes níveis:

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC EM JUNHO/82	VBC EM JULHO/83	VARIACÃO %
Até 400	16.000	37.000	131,3
De 401 a 600	33.700	75.800	124,9
De 601 a 800	40.200	90.600	125,4
De 801 a 1.000	49.600	112.900	127,6
De 1.001 a 1.500	62.700	146.000	132,9
Acima de 1.500	68.000	159.300	134,3

OBS.: Para o caso específico do feijão, os financiamentos foram concedidos com base em 100% do VBC para todas as classes de produtores.

Fonte: CFP.

No que concerne ao feijão (safra das águas), o reajuste médio de 130% foi praticamente idêntico à inflação do período (127,3% de julho/82 a junho/83) e se mostrou razoável para o Estado, uma vez que os custos variáveis calculados pelo Instituto CEPA/SC, no período junho/82 a junho/83, sofreram uma variação de 110%.

No que diz respeito ao abastecimento nacional de 1983, a oferta total de 2,3/2,5 milhões de toneladas supriu a demanda: 1,7 milhão da produção das duas safras, mais 600/650 mil toneladas dos estoques governamentais remanescentes da safra passada, embora teoricamente abaixo das necessidades reais do País. Isso porque o consumo, que normalmente é previsto em cerca de 2,5 milhões de toneladas, mostrou sinais de declínio em decorrência das dificuldades econômicas que assolam o país e que se refletem mais significativamente no poder de compra das classes menos favorecidas.

Em Santa Catarina, apesar de em meados do ano ter havido preocupações quanto ao abastecimento estadual - em face não só de as quebras conjugadas das duas safras terem sido de grande monta, mas também por ter sido vendida parcela significativa da produção da 1ª safra para a CFP (cerca de 32.000 t) e para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro - o consumo foi razoavelmente atendido. Isto porque, além dos estoques que permaneceram em mãos das cooperativas e dos comerciantes e que desovaram normalmente no transcorrer do ano, a CFP recolocou no Estado, através da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina, cerca de 16.000 t de seus estoques durante os meses de agosto e setembro.

A nível de produtor, as cotações do feijão preto situaram-se levemente abaixo do preço mínimo até junho - tanto para o produto da primeira safra, Cr\$ 6.400,00/sc (mínimo de Cr\$ 6.905,00/sc), quanto da safrinha, Cr\$ 8.250,00/8.650,00/sc (mínimo de Cr\$. 8.945,00/sc) - pulando em julho para Cr\$ 10.000,00 e aí permanecendo até outubro, quando praticamente já não existia mais produto em mãos de agricultores. Já para o feijão carioca, os preços excluindo-se os de janeiro, abril e dezembro, mantiveram-se sempre superiores aos do mínimo.

No atacado interestadual, e no primeiro trimestre de 1983, o mercado apresentou-se calmo com o abastecimento efetuado por feijão da primeira safra e por produto da CFP. Os preços que

apresentaram tendência de alta até meados de março, principalmente para o carioca-extra, voltaram a mostrar-se em baixa na segunda quinzena daquele mês. No entanto, para as primeiras entradas do produto da nova safrinha, os preços sofreram forte elevação com o carioca-extra tendo alcançado até Cr\$ 14.000,00/15.000,00/sc no mercado paulista.

No segundo trimestre, a quebra da safra das águas e a pequena entrada de feijão novo aqueceram sobremaneira os mercados dos grandes centros até a primeira semana de abril, principalmente para o feijão carioca-extra, cujas cotações chegaram a alcançar até Cr\$ 21.000,00/sc. Daí em diante, até fins de maio, os preços para aquele tipo recuaram, em face da abundância de oferta de feijão novo, voltando a se aquecer em junho. No entanto, embora o excesso de chuvas tenha frustrado a safrinha dos estados sulinos, continuaram a chegar no mercado razoáveis quantidades de feijão, porém de produto de baixa qualidade. Esse último fato, mais as ofertas de feijão pela CFP, cujos leilões na Bolsa de Cereais de São Paulo só foram suspensos em maio, fizeram com que o abastecimento se processasse de forma tranqüila.

No terceiro trimestre, com a entrada da safra de inverno, chegou no mercado paulista produto de excelente qualidade, porém em pequena quantidade, o que manteve o mercado firme para os tipos extras, e calmo para os demais tipos até o final de agosto. Em setembro, no entanto, a procura foi predominantemente para o feijão novo da safra de inverno, e reduzida para o produto chuvado e velho. Os preços do produto de boa qualidade, principalmente o carioca novo, apresentaram-se em alta, chegando a alcançar em alguns momentos até Cr\$ 48.000,00/sc.

De qualquer forma, a contínua participação dos estoques da CFP no mercado contribuiu para segurar os preços de um modo geral.

No último trimestre do ano, com o aumento da oferta de produto do Paraná, as cotações do feijão carioca novo, tipo extra, apresentaram-se em baixa tendo declinado de Cr\$ 44.000,00/45.000,00/sc, ao final de outubro, para Cr\$ 30.000,00/35.000,00/sc, ao final de novembro. O feijão carioca da safra velha apresentou a mesma tendência. Já o feijão preto da safra velha, cujos preços vinham se mantendo praticamente estabilizados entre Cr\$ 15.000,00/

16.000,00/sc, apresentou um leve aumento em novembro, em face de ainda não haver ocorrido entrada de produto novo no mercado.

O comportamento dos preços e do mercado, em meados de dezembro, permitiram visualizar queda gradativa dos preços, à medida que se aproximava o "grosso" da safra Centro-Sul.

No médio prazo, as perspectivas são de que as cotações, a nível de produtor, devam se situar ao redor do mínimo (Cr\$ .... 20.457,00/sc, existindo fortes possibilidades de que a CFP venha a adquirir parcela de produção em janeiro/fevereiro. No longo prazo, contudo, os preços deverão se comportar de conformidade com a tendência da produção da safrinha. Se a safrinha for boa, a nível de Brasil, a oferta poderá equilibrar-se com a procura, e os preços tenderão a manter-se moderados. Ao contrário, se houver frustração, as cotações tenderão a sofrer elevações.

Segundo o Prognóstico 83/84, do Instituto de Economia Agrícola-SP, "ainda que o mercado internacional deste produto seja inexpressivo, apresenta-se, a seguir, a título ilustrativo, um indicador do comportamento dos preços<sup>(1)</sup>. Segundo dados da Organização Mundial para a Agricultura e a Alimentação (FAO), as cotações médias anuais do produto em Londres, que vinham crescendo desde 1981 até meados de 1982, passaram a declinar a partir de então, atingindo em dezembro valores inferiores à média de 1980. As cotações médias - CIF do produto naquela praça foram de £ 291,00/t em 1980, £ 412,00 em 1981 e £ 361,00 em 1982.

"A situação da balança comercial do Brasil com o exterior, no que diz respeito a este produto, mostra nos últimos anos a ocorrência de transações em níveis muito baixos, refletindo, de um lado, o crescimento da produção interna do produto, e de outro a absorção pelo Governo Federal de grande parte do excedente."

---

(1) PANORAMA internacional; feijão. Prognóstico 83/84, São Paulo. 12(1):114, 1983



IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE FEIJÃO, 1979-83

(em toneladas)

ANO	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1979	7.663,9	4.068,3
1980	39.886,8 <sup>(2)</sup>	1.697,0
1981	3.799,7	6,1
1982	3.495,3	6.648,8
1983 <sup>(1)</sup>	1.404,6	1.700,0

(1) De janeiro a abril

(2) Dado retificado

Fonte: Carteira do Comércio Exterior - CACEX

PREÇO MENSAL DO FEIJÃO A NÍVEL DE PRODUTOR  
CATARINENSE E NO ATACADO DE SÃO PAULO, 1983

(Cr\$/saca de 60 kg)

MÊS	PRODUTOR (SC) <sup>(1)</sup>		ATACADO DE SÃO PAULO <sup>(1)</sup>		PREÇO MÍNIMO
	Preto	Carioca	Preto	Carioca	
Janeiro	6.360	6.360	6.775	8.062	6.905
Fevereiro	6.400	8.250	7.175	9.588	6.905
Março	6.400	8.250	7.725	10.725	6.905
Abril	8.250	8.250	9.000	15.250	8.945
Maio	8.250	9.500	9.550	13.938	8.945
Junho	8.650	10.000	11.375	20.187	8.945
Julho	10.000	11.000	14.438	21.500	8.945
Agosto	10.000	13.000	15.250	20.500	8.945
Setembro	10.000	13.000	14.690	23.125	8.945
Outubro	10.000	13.000	16.000	24.750	8.945
Novembro	s/c	s/c	17.000	28.300	20.457
Dezembro	19.400	19.400	24.500	35.500	20.457

(1) Os preços representam a média aritmética mensal

Fonte: FECOAGRO e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO (s/adubação)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,0 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	16.900	18.463	14.000	4.747	54.110	23.563	77.673	5.796
Jun/83	23.590	27.259	23.100	5.559	79.508	36.003	115.511	8.620
Set/83	36.425	33.890	28.000	8.369	106.684	44.034	150.718	11.248
Nov/83	42.630	45.900	30.338	7.707	126.575	55.640	182.215	13.598

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.020 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2,0 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTOS p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	30.900	28.815	14.500	6.579	80.794	25.854	106.648	6.273
Jun/83	42.120	42.670	23.925	7.614	116.329	39.027	155.356	9.139
Set/83	67.200	52.700	29.000	11.666	160.566	47.634	208.200	12.247
Nov/83	77.480	72.250	31.422	10.485	191.637	59.600	251.237	14.779

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO FEIJÃO

TRAÇÃO MOTORA

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.500 kg/ha

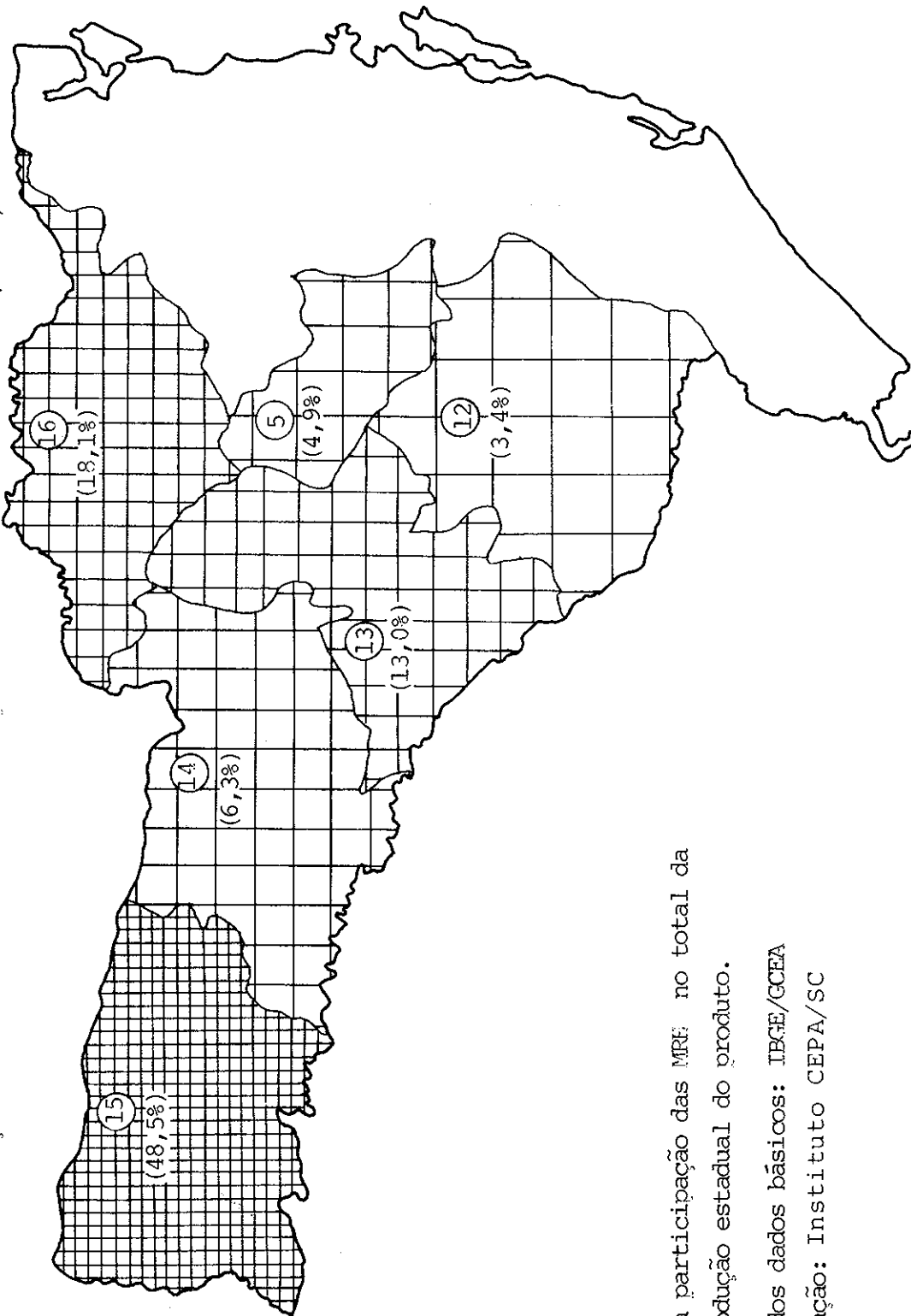
ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 6 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS p/ha	CUSTO p/SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	44.268	45.115	13.500	8.572	111.455	28.380	139.835	5.593
Jun/83	65.737	57.075	22.275	10.094	155.181	41.530	196.711	7.868
Set/83	103.277	83.050	27.000	15.026	228.353	50.134	278.487	11.140
Nov/83	122.758	109.110	29.255	14.045	275.168	61.077	336.245	13.449

Fonte: Instituto CEPA/SC

Mapa 8 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE FELIÃO EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 3.8. Fumo

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FUMO, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	76.190	139.876	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84 (*)	95.766	171.163	1.787

(\*) Estimativa do IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Informações colhidas junto a Fundação IBGE mostram que, na safra 1982/83, a área plantada em Santa Catarina com a cultura foi de 89.369 hectares, para uma produção de 132.063 toneladas, atingindo uma produtividade de 1.478 kg/ha. A região Sul do Brasil, na mesma safra, teve uma área plantada de 217.209 hectares e uma produção de 317.469 toneladas, sendo que o estado de Santa Catarina se destaca em segundo lugar em produção de fumos em geral e em primeiro lugar na produção de fumos para cigarros no Brasil. A produção brasileira no referido período, conforme a mesma fonte, foi de 399.890 toneladas, sendo que a área cultivada foi de 323.939 hectares, alcançando uma produtividade de 1.234 kg/ha. A nível mundial o Brasil se destaca como sendo o quarto produtor mundial de fumos.

Trata-se de uma cultura típica e característica das pequenas propriedades com intensa utilização de mão-de-obra familiar, sendo que a área média das propriedades que cultivam o produto é de 22,2 ha e a área média plantada com fumo é de 2,1 hectares. Outro dado presente nessas propriedades é a diversificação das culturas, ou seja, além da fumicultura, o agricultor se dedica ao plantio de milho, soja, feijão, arroz e outros cultivos de

subsistência.

Estima-se em 49.954 o número de fumicultores na atual safra, enquanto na safra anterior esse número foi de 49.800. Daí depreende-se que um número superior a 240.000 pessoas dependem diretamente dessa atividade que se impõe, portanto, como de alta relevância social para o estado.

Com relação à safra 1983/84, as estatísticas mostram que a área plantada foi de 95.766 hectares para uma produção esperada de 171.163 toneladas.

Da produção esperada, cerca de 63,50% é do tipo fumo virgínia; 13,60% do tipo Amarelinho; 20,60% do tipo Burley; e 2,30% do fumo comum.

Com relação aos fumos cultivados, nos tipos Virgínia e Amarelinho a operação de secagem é realizada em estufas. São fumos que predominam principalmente na região sul do estado e se constituem em produtos de melhor qualidade, geralmente destinados a exportação. Na região Oeste predomina a secagem em temperatura ambiente, em galpões. Na região do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas ocorre a secagem nas duas modalidades: estufa e galpão. Calcula-se que no estado a relação número de fumicultores/número de estufas e/ou galpões seja 1:1,3.

Cultivado em 182 dos 199 municípios catarinenses, as microrregiões de maior concentração da fumicultura são: Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral Sul Catarinense, Colonial de Blumenau, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense (ver mapa nº 9).

Até o presente momento as condições climáticas têm sido favoráveis ao desenvolvimento da cultura tendo ocorrido precipitações pluviométricas normais, pouca lixiviação e luminosidade suficiente. Ao contrário da safra anterior, as condições climáticas adversas (excesso de chuvas durante o desenvolvimento da cultura) resultaram na queda da qualidade e do volume da produção daquela safra.

Trata-se de uma cultura não amparada pela política de preços mínimos do Governo Federal. O comprador do produto na sua maior parte são agroindústrias. Ao todo, estima-se em 20 o número de empresas que comercializam fumo no estado. A presença do inter

mediário na comercialização vem diminuindo. No entanto, ainda se nota sua ação nas regiões onde a penetração da cultura é mais recente, como é o caso do oeste do estado.

As firmas que compram a matéria-prima e que possuem unidade de beneficiamento em Santa Catarina, num total de quatro, fazem a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfardação e expurgo. Os fardos são remetidos às fábricas de cigarros existentes no País, que podem ser da própria empresa ou de terceiros.

Parte considerável da produção catarinense é exportada na forma de fumo em folha, geralmente através dos portos catarinenses. Uma parcela também significativa da produção, na forma de fumo cru é adquirida pelas empresas que têm postos de compra no estado e executam o beneficiamento no estado do Rio Grande do Sul.

Com relação à classificação, esta é regulamentada pela Portaria Ministerial nº 875 de 22 de setembro de 1978. Considera basicamente três aspectos: posição no pé, cor e qualidade. Existem ao todo 48 classes distintas. Esta operação atualmente se realiza no posto de compra do produto por classificadores da CIDASC, que tem a tarefa de supervisionar a operação.

Anterior à classificação, o produtor realiza, a nível de propriedade, depois de receber orientação de instrutores das companhias, a chamada pré-classificação.

O modo de produção existente se caracteriza por uma estreita vinculação entre produtores e agroindústrias. Essa interdependência, que se constitui no processo de integração agroindustrial, consubstanciada num acordo de cavalheiros entre as partes, ocorre, em síntese, através dos seguintes benefícios auferidos aos agricultores: garantia de compra da produção; assistência técnica direta e intensiva; fornecimento de insumos (geralmente entregues ao agricultor durante a comercialização da safra anterior); aval junto a rede bancária para financiamento dos investimentos necessários (galpões, estufas) e do custeio das lavouras.

Cabe ressaltar ainda que o fumo se constitui numa importante receita para os cofres públicos estaduais. Dados da Secretaria da Fazenda mostram que foram arrecadados, no período de dez/82 a novembro/83, Cr\$ 7.460.324.323,00 referentes ao recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias - ICM do fumo, corres-

pondendo a 4,97% do recolhimento estadual do referido tributo no mesmo período.

Dentro da mesma lógica é importante destacar que 75,19% da composição do preço do cigarro ao consumidor refere-se à participação do Governo Federal (ver tabela anexa). Com a aprovação recente da Emenda Passos Porto, ainda não regulamentada, aumenta a incidência de tributos, uma vez que inclui-se o valor relativo à cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na tributação do ICM sobre o cigarro, escalonado seu efeito ao longo dos próximos três anos.

Com relação ao mercado interno, em decorrência dos aumentos ocorridos no preço do cigarro (19/07/82, 34%; 17/01/83, 40%; 16/05/83, 45%; 03/10/83, 25%), o consumo nacional vem decrescendo, baixando de 140 bilhões de cigarros, em 1980, para 137 bilhões em 1983. Ocorre também, que o consumidor passou a consumir cigarros de qualidade inferior e de preços mais reduzidos.

No que se refere à exportação, o Brasil se destaca como o segundo maior exportador, colocando no mercado internacional cerca de 40% da produção nacional, sendo que o maior comprador do fumo brasileiro no momento é o Mercado Comum Europeu. Dados da CACEX mostram que as exportações brasileiras vêm crescendo nos últimos anos, atingindo, em 1982, um volume de 144.926 toneladas, com uma participação das exportações catarinenses, da ordem de 31.630 toneladas, ou seja, 21,82% daquele total.

Com relação ao mercado do produto, é difícil precisar a sua tendência. O elevado estoque do produto de qualidade não satisfatória em poder do Governo norte-americano e que estaria desovando no momento; a redução do plantio e a queda da produção devido a fatores climáticos (seca) nos Estados Unidos; a retomada do mercado pelo Zimbawe com uma produção estimada de 120.000 toneladas; o aumento das restrições a entrada do fumo brasileiro nos Estados Unidos; as boas perspectivas para fumos nobres principalmente na França; a provável redução dos benefícios oferecidos pela política cambial brasileira para as exportações são, entre outros, alguns aspectos importantes e, possivelmente, determinantes no comportamento das exportações brasileiras. Cabe acrescentar ainda, relacionado ao mercado mundial, que os Estados Unidos são o maior produtor mundial com uma produção avaliada em 800.000 toneladas.

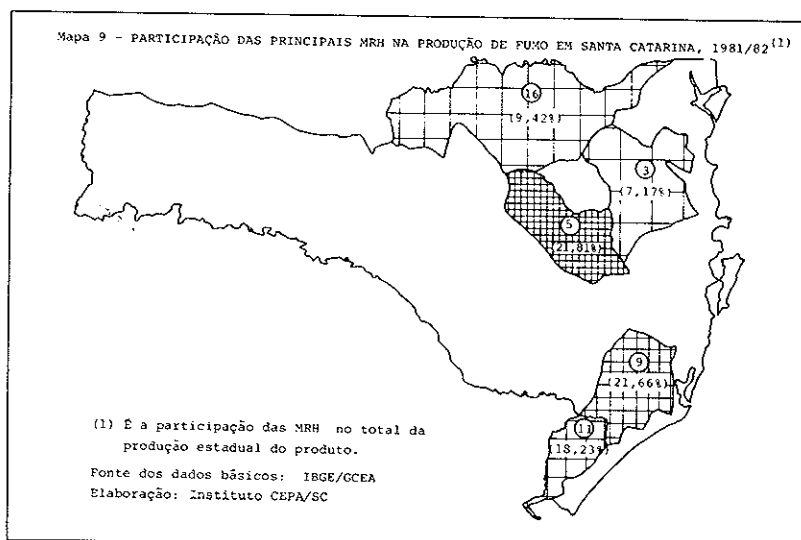
Na atual safra, 1983/84 depois de intensas mobilizações dos agricultores coordenados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina-FETAESC, reunindo em assembléias gerais mais de 15.000 fumicultores, o preço foi negociado em Santa Cruz do Sul (RS), em dezembro/83, com a participação das partes envolvidas (fumicultores e agroindústrias) e autoridades ligadas ao setor. Como resultado dessa negociação ficaram estabelecidos os seguintes índices de reajustes: Virgínia, Amarelino e Burley, 180%; e Galpão Comum, 185%.

Finalizando, trata-se de uma cultura importante social e economicamente para o estado, cujas perspectivas dependem não apenas do relacionamento agricultores/agroindústrias, como também das políticas de estímulos governamentais direcionadas a outras culturas competitivas em área e mão-de-obra.

COMPOSIÇÃO DO PREÇO DO CIGARRO (A PARTIR DE 16 DE MAIO DE 1983

CONSUMIDOR	100	GOVERNO - PARTICIPAÇÃO
Varejista	9,24	-
IPI	68,42	-
ICM/PIS/SELO/ FINSOCIAL	7,43	75,85
Fabricante	14,91	-

Fonte: Sindicato das Indústrias do Fumo





EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE FUMO EM FOLHA , 1981 A 1983

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000,00-FOB)
1981	131.690	356.486
1982	144.926	462.777
1983 (*)	149.485	400.570

(\*) Estimativa

Fonte: CACEX do Banco do Brasil

Elaboração: Instituto CEPA/SC

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE FUMO EM FOLHA, 1981 A 1983

ANO	QUANTIDADE (t)	VALOR (US\$ 1.000,00-FOB)
1981	25.636	77.473
1982	31.630	116.099
1983 (*)	31.392	100.150

(\*) Estimativa

Fonte: CACEX do Banco do Brasil

Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 3.9. Maçã

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MACIEIRA EM SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77 A 1982/83

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84 <sup>(1)</sup>	10.835	8.031	75.000	9.339

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A cultura da macieira, em Santa Catarina, tem apresentado nos últimos anos resultados altamente marcantes, tanto em termos de área cultivada quanto em produção obtida.

Isso decorreu, em grande parte, em função do clima privilegiado que possui o estado, propício ao cultivo dessa frutífera, e também pela implantação, no ano de 1968, do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, que abrange um terço da área de Santa Catarina e que é desenvolvido nas regiões fisiográficas do Vale do Rio do Peixe, Campos de Lages e Campos de Curitiba nos.

Em que pese as dificuldades financeiras enfrentadas nos últimos anos pelos produtores particulares e associações de produtores, notadamente em relação ao crédito de investimento, o sucesso dessa atividade é patente e os benefícios que já trouxe a Santa Catarina são incontáveis. Já é possível, por exemplo, ver-se a maçã viabilizando minifúndios e empresas, gerando agroindústrias, empregos, ativação comercial e de transporte, arrecadação governamental, desenvolvimento sócio-econômico de regiões inteiras, e propiciando ao consumidor brasileiro a oportunidade de utilizá-la co

mo alimento, rico em alternativa de qualidade, tanto para consumo "in natura" como para seus sub-produtos industrializados.

De importância secundária em 1970, quando o Brasil possuía somente alguns hectares plantados, a cultura da macieira passou a ter significado no contexto da produção agrícola do país e, já em 1982, alcançava a expressiva área de 23.514 ha implantados.

Nas tabelas a seguir poderão ser observadas as evoluções anuais que a cultura da macieira apresentou, no Brasil, a partir do ano de 1970.

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRA  
NO BRASIL, DE 1970 A 1983

PERÍODO ANUAL	PLANTIO NO PERÍODO - ha					
	RS	SC	PR	SP	MG	Brasil
1970	106	265	-	-	-	371
1971	28	290	-	-	-	318
1972	90	242	-	-	-	332
1973	198	578	-	-	-	776
1974	124	590	206	-	-	920
1975	572	703	174	-	-	1.449
1976	556	1.147	316	-	-	2.019
1977	1.027	1.472	490	-	-	2.989
1978	484	1.050	500	-	150	2.184
1979	1.171	817	570	2.000	7	4.565
1980	854	877	650	480	43	2.094
1981	800	1.005	744	120	20	2.689
1982	349	999	450	200	-	1.998
1983 <sup>(1)</sup>	120	800	470	200	60	1.650
TOTAL	6.479	10.835	4.570	3.000	280	24.354

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/SC-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRA  
NO BRASIL, DE 1970 A 1983

PERÍODO ANUAL	PLANTIO ACUMULADO - ha					
	RS	SC	PR	SP	MG	Brasil
1970	106	265	-	-	-	371
1971	134	555	-	-	-	689
1972	224	797	-	-	-	1.021
1973	422	1.375	-	-	-	1.797
1974	546	1.965	206	-	-	2.717
1975	1.118	2.668	380	-	-	4.166
1976	1.674	3.815	696	-	-	6.185
1977	2.701	5.287	1.186	-	-	9.174
1978	3.185	6.337	1.686	-	150	11.358
1979	4.356	7.154	2.256	2.000	157	15.923
1980	5.210	8.031	2.906	2.480	200	18.017
1981	6.010	9.036	3.650	2.600	220	20.706
1982	6.359	10.035	4.100	2.800	220	22.704
1983 <sup>(1)</sup>	6.479	10.835	4.570	3.000	280	24.354
TOTAL	6.479	10.835	4.570	3.000	280	24.354

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Esse índice de rendimento excelente, em se tratando de uma cultura permanente, que exige altos investimentos iniciais e propicia retorno somente em médio prazo, demandou, no entanto, iniciativas, ações, enquadramentos e políticas nem sempre previstas e pré-estabelecidas e resultou da necessidade de substituição das importações brasileiras de maçã.

É preciso, contudo, que se visualizem objetivos mais amplos e duradouros para esse setor da agricultura nacional que tem potencialidade e pode responder de forma eficaz aos estímulos e proteção que vier a receber.

Apesar de ser uma atividade recente, a maleicultura nacional já trouxe para determinadas regiões do país, e em especial

Santa Catarina, benefícios inquestionáveis.

A produção tem vencido de forma evidente, em que pesem as dificuldades financeiras enfrentadas pelo setor, conforme bem demonstra a tabela a seguir:

CRESCIMENTO ANUAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS,  
SAFRAS 1976/77 A 1983/84

(em toneladas)

SAFRA	ESTADO PRODUTOR					BRASIL
	RS	SC	PR	SP	MG	
1976/77	1.953	12.355	250	-	-	14.558
1977/78	3.349	10.854	500	-	-	14.703
1978/79	4.500	21.410	700	11.000	240	37.850
1979/80	9.000	28.225	1.800	9.000	240	48.265
1980/81	13.500	39.175	4.000	11.600	240	68.515
1981/82	25.000	76.664	7.900	17.000	1.300	127.864
1982/83	21.000	57.338	8.000	13.200	1.100	100.638
1983/84 <sup>(1)</sup>	37.848	75.000	21.000	25.000	1.200	160.047

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A auto suficiência, em termos de produção de maçã, poderia ser perfeitamente alcançada pelo Brasil, sem nenhum risco de deslocamento de outras explorações agrícolas, se somente 2% dos dois milhões de hectares de áreas edafo-climáticas propícias ao cultivo da macieira existentes no país viessem a ser efetivamente destinadas à produção dessa frutífera e contassem, evidentemente, com adequadas tecnologias de produção e infra-estrutura de recebimento, classificação e armazenagem frigorífica.

Para que isso se concretize é preciso, entretanto, que os agentes financeiros aloquem os recursos necessários à implantação e exploração de pomares condizentes com a atividade e oportunos em épocas e valores. Essa solicitação, aliás, tem sido uma constante quando do encontro dos maleicultores nacionais.

Ainda no corrente ano, quando da reunião de avaliação do

Programa Nacional de Produção e Abastecimento de Maças, os produtores brasileiros reivindicaram aos órgãos federais envolvidos os seguintes itens a fim de que essa atividade possa continuar a a apresentar resultados positivos:

- Reativação de linhas especiais de crédito de investimento para implantação de novos pomares, a juros de 60% a.a., com quatro anos de carência e cinco anos de reembolso;

- Crédito a juros de 45% a.a., com dois anos de carência e cinco de reembolso, para infra-estrutura de armazenagem frigorífica - esse crédito deve estar disponível em épocas oportunas e em valores suficientes e, no caso de implantação de pomares, o mesmo já deverá estar assegurado em junho do ano anterior para garantir a demanda de mudas e beneficiar os viveiristas;

- Crédito de custeio de pomares, a partir do quarto ano de implantação, a juros e correções normais;

- Eliminação total das importações de maçãs no período de colheita da safra nacional (fevereiro a maio);

- Que o produto importado no período de novembro a dezembro seja em sua origem armazenado em câmaras de atmosfera controlada, a fim de que mantenha as qualidades exigidas pelo mercado, evitando, assim, que um produto de inferior qualidade concorra com o produto nacional de melhores condições, e ainda que as suas quantidades sejam as necessárias ao suprimento do mercado por ocasião de sua importação;

- Não permitir a prorrogação de guias de importação de novembro a dezembro, no seu prazo de validade;

- Proibir a importação de maçã a granel, ou qualquer outra forma que não em caixas embandeijadas;

- Apoio à colocação da maçã e de seus sub-produtos no mercado, através de divulgação, criação e agilização de equipamentos de comercialização;

- Que o Ministério da Agricultura gestione, junto ao Ministério e Secretarias de Educação dos estados, no sentido de incluir a maçã na merenda escolar.

Estes reclamos decorreram das últimas medidas de política econômica relacionadas à agricultura e da crescente oferta da

produção nacional, que já começa a apresentar problemas de infraestrutura de recebimento, classificação e armazenagem frigorífica em alguns estados produtores. Os fruticultores nacionais acham-se preocupados e já vislumbram sérias dificuldades para o setor nos próximos anos, caso não venham a ser tomadas medidas urgentes visando a contornar problemas ligados à produção e à comercialização da maçã no país.

Em virtude das condições adversas de clima ocorridas durante, praticamente, todo o ano agrícola, e aliado, ainda, a uma provável alternância de safra, a produção catarinense de maçãs, do ano agrícola 1982/83, foi seriamente prejudicada, e o volume final obtido acusou uma redução da ordem de 22,50% sobre as primeiras estimativas, que previam 74.000 t do produto.

As adversidades acima referidas dizem respeito às registradas no período de repouso desta frutífera, quando não se verificou, como em anos anteriores, a ocorrência de um inverno rigoroso e número bastante elevado de horas de frio abaixo de 7,2°C necessários à quebra de dormência das plantas. Ademais, o excesso de precipitação pluviométrica ocorrida na fase de florescimento dificultou, além do bom andamento das práticas culturais que estavam sendo realizadas, a normal polinização das flores pelos insetos, provocando, inclusive, queda de flores antes da polinização.

Também a ocorrência de granizo em alguns municípios produtores e o prolongado período de chuvas na época da colheita foram outros fatores adversos, sentidos no presente ano agrícola, e que tiveram conseqüências negativas sobre a produção e a qualidade do produto obtido na atual safra.

Foram colhidas, nos 7.154 ha de macieiras já em idade produtiva, 57.337,80 t de maçãs. Apesar de envolver em 25,21% em relação à safra 1981/82, o volume alcançado nessa safra foi, todavia, muito expressivo, principalmente se se considerar que se trata de uma atividade recente e cujos plantios tecnicamente conduzidos começaram a ser implantados a partir do ano de 1970.

Do total produzido nessa última safra, cerca de 49.069,40 toneladas foram comercializadas "in natura" e 4.672,70 t destinaram-se à industrialização. O volume restante de 3.595,70 t foi perdido nas fases de maturação, colheita e pós-colheita.

O montante de produto "in natura" foi comercializado por 899 produtores e movimentou recursos da ordem de Cr\$ ..... 6.190.480.500,00. Representou cerca de 85,58% da produção global do estado e foi ofertado, a nível de propriedade, a um preço médio de Cr\$ 126,16 por quilo.

À maçã industrial coube uma participação de 8,15% da produção catarinense, sendo comercializada por 373 produtores. O preço médio posto na indústria foi de Cr\$ 32,68/kg, e o valor resultante dessas transações alcançou um montante de Cr\$ 152.313.720,00.

Considerando que foram comercializados ao redor de 2,45 milhões de caixas de 20 kg a um preço médio de Cr\$ 4.500,00 por caixa, o valor que a maçã produzida na última safra, em Santa Catarina, movimentou para o estado poderia ser estimado em torno de 11 bilhões de cruzeiros, aproximadamente.

A maçã catarinense produzida no ano agrícola 1982/83, a lém de atender a demanda local, foi comercializada, principalmente, para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Distrito Federal, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Na CEASA/SC, a movimentação do produto durante o ano de 1983 alcançou 1.343.433 kg, a nível de atacado, em toda a Região da Grande Florianópolis.

Ao produto nacional - de procedência, na sua quase totalidade, do próprio estado de Santa Catarina - coube uma participação bastante significativa, tendo contribuído com cerca de .. 895.373 kg, ou seja, 66,65% do total ofertado naquele entreposto de comercialização.

O volume restante 448.060 kg, constituiu-se de produto importado, repassado pelas CEASAs do Rio Grande do Sul, do Paraná e pela CEAGESP.

Os municípios que mais contribuíram, no ano de 1983, para a formação do total ofertado por Santa Catarina foram os de São Joaquim, Urubici, Bom Jardim da Serra e Fraiburgo.

Os volumes de produto nacional e importado movimentados mensalmente pela CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização, a nível de atacado e varejo, são mostrados a seguir:



VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ  
NACIONAL E IMPORTADA, NO ATACADO E NO VAREJO  
DA CEASA/SC, 1983

MÊS	VOLUME			PREÇOS MÉDIOS (Cr\$/kg)			
				Atacado		Varejo	
	Nacional	Impor- tada (*)	Total	Nacional	Impor- tada	Nacional	Impor- tada
Jan	40.015	42.575	82.590	278,05	313,07	336,11	387,60
Fev	115.716	18.550	134.266	233,17	302,36	274,57	373,03
Mar	127.570	15.205	142.775	205,81	392,33	237,14	450,00
Abr	104.385	7.800	112.185	232,06	428,63	254,65	493,33
Mai	145.175	41.050	186.225	288,37	467,97	329,67	562,13
Jun	107.847	13.625	121.472	354,72	465,26	369,64	549,44
Jul	90.245	38.425	128.670	378,90	514,50	420,86	646,26
Ago	51.450	47.550	99.000	451,81	547,58	481,61	622,58
Set	47.750	38.455	86.205	503,37	137,88	554,17	720,00
Out	26.060	61.175	87.235	626,87	674,94	652,78	816,00
Nov	13.560	66.125	79.685	664,58	677,95	716,43	954,54
Dez	25.600	57.525	83.125	767,66	824,28	996,08	1.013,00
TOTAL	895.373	448.060	1.343.433	-	-	-	-

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em termos nacionais, a safra 1982/83, foi também sensivelmente prejudicada pelas adversidades climáticas.

As ocorrências aqui verificadas foram igualmente sentidas nos demais estados produtores de maçã do país e, de forma análoga ao registrado em Santa Catarina, também trouxeram prejuízos aos produtores de maçãs dos outros estados da federação.

A produção obtida, nos cinco estados produtores, alcançou 97.000 t de maçã, considerando-se somente o produto comercializado "in natura" e o destinado à industrialização.

O volume colhido acusou redução de 33% em relação às primeiras estimativas, que previam 145.000 t do produto, e involuiu em 23% sobre o valor alcançado na safra 1981/82, quando se produziram 126.310 t de maçãs.

A produção nacional de maçã da safra 1982/83, por estado produtor, bem como as suas participações relativas, são mostradas a seguir:

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE MAÇÃS, SAFRA 1982/83

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	53.700	55,36
Rio Grande do Sul	21.000	21,65
São Paulo	13.200	13,61
Paraná	8.000	8,25
Minas Gerais	1.100	1,13
TOTAL	97.000	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O volume efetivamente destinado à comercialização "in natura" ficou em torno de 83.700 t de maçãs. A área colhida, ao redor de 16.000 ha. A maçã nacional, da qual Santa Catarina detém em torno de 55% do volume ofertado, tem conquistado, nos últimos anos, parcela significativa do mercado brasileiro.

Essa preferência de grande parte do consumidor decorreu de uma série de fatores, dentre os quais podem-se citar:

- a oferta de volume consideráveis no período de safra fevereiro a abril - com diferencial de preços expressivos em relação ao produto importado;

- a colocação no mercado de um produto de excelente qualidade, competitivo com a maçã importada;

- o aparecimento de diversas marcas de maçã nacional, propiciando uma concorrência positiva em termos de melhoria de qualidade e de preços;

- a adequação de equipamentos de seleção, classificação, embalagem e conservação do produto, permitindo, dessa forma, uma participação mais constante no mercado e criando hábitos de consumo para a maçã nacional;

- a melhor qualidade apresentada pela fruta brasileira, em relação à importada, devido, principalmente, à distância das zonas produtoras até o consumidor final, correndo, portanto, um menor risco, de apresentar os defeitos de correntes de longos percursos, armazenagem a nível de mercado e canais de distribuição deficientes;

- e ainda a melhor qualidade em relação à preocupação governamental em proteger o produto nacional, reduzindo a cada ano que passa, no período de safra brasileira, as cotas mensais de importação, propiciando, assim, à maçã nacional, melhores condições de comercialização.

A par desses itens positivos, já conquistados pelo produto brasileiro, é preciso, no entanto, uma maior definição do padrão nacional de maçãs, com uma fiscalização da padronização, tanto a nível de expedição como a nível de mercado, e ampliações progressivas do parque de armazenagem frigorífica, sempre que o aumento da produção assim o exigir.

Para o ano agrícola 1983/84, as estimativas de plantio, em Santa Catarina, situam-se ao redor de 800 ha. Essas atividades, que normalmente têm seu término em meados de setembro, prolongaram-se na atual safra, até fins do mês de outubro, tendo em vista as chuvas constantes ocorridas em junho, julho e agosto passados, impedindo que as operações de preparo do solo, com vistas ao plantio desta safra, pudessem ser concluídas. A implantação de novos pomares fora da época recomendada não terá maiores conseqüências, uma vez que as mudas utilizadas foram mantidas em dormência, em câmaras frias, só sendo retiradas na medida em que os campos iam sendo preparados e permitiam o plantio imediato das mesmas.

Na hipótese de confirmar-se o plantio previsto, o total de hectares já implantados com essa frutífera, em Santa Catarina, passará a ser de 10.835 ha, área essa que corresponderá, portanto, a 44,49% do total implantado com macieiras no Brasil.

A evolução anual da cultura, a partir do ano de 1970, bem como o número de unidades produtoras existentes no estado, pode ser visualizada a seguir:

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRA  
EM SANTA CATARINA DE 1970 A 1983

ANO	ÁREA PLANTADA - ha		NÚMERO DE UNIDADES PRODUTORAS
	No Ano	Acumulada	
1970	265	265	-
1971	290	555	-
1972	242	797	-
1973	578	1.375	-
1974	590	1.965	-
1975	703	2.668	-
1976	1.147	3.815	579
1977	1.472	5.287	910
1978	1.050	6.337	1.058
1979	817	7.154	1.186
1980	877	8.031	1.242
1981	1.005	9.036	1.290
1982	999	10.035	1.404
1983 <sup>(1)</sup>	800	10.835	-

(1) Estimativa

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Crescimento idêntico teve a oferta estadual de maçãs, resultante da entrada de novos campos em produção e do aumento de produtividade que os pomares mais antigos têm apresentado, tendo em vista terem atingido idade de plena produção.

As perspectivas atuais, para esta safra, são de uma colheita da ordem de 75.000 t de maçãs, a serem obtidas em 8.031 ha de macieiras já em idade produtiva.

A situação dos pomares de macieiras de Santa Catarina, em 1983, em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo é mostrada a seguir:

IDADE DE PLANTIO	CARACTERÍSTICAS	ÁREA OCUPADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%)
Plantio efetuado até 1976	Pomares adultos, em idade de plena produção	3.815	35,21
Plantios efetuados de 1977 a 1980	Pomares em crescimento em idade de produção inicial	4.216	38,91
Plantios efetuados de 1981 a 1983	Pomares em fase de formação, ainda improdutivos	2.804	25,88
TOTAIS		10.835	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

As condições climáticas no ano que findou foram, de certa forma, favoráveis à cultura. Faz-se exceção às geadas ocorridas em final de outubro e que provocaram redução de cerca de 10% nas estimativas de colheita - previstas inicialmente em 85.000 t.

O inverno foi bastante rigoroso, ocorrendo um número bem elevado de horas de frio abaixo de 7,2°C, condição indispensável a uma boa produtividade das plantas.

Segundo informações da EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária, até o dia quinze de setembro deste ano, registrara-se um total de 483, 410 e 938 horas de frio abaixo de 7,2°C, nas estações experimentais de Caçador, Videira e São Joaquim, respectivamente. Esses números, se analisados em relação à média verificada nos últimos anos, acusam um superávit de 424,8 horas em São Joaquim e de 29,0 horas em Caçador. Em Videira há um déficit de 21,60 horas.

Verificou-se, também, na atual safra, excesso de precipitação pluviométrica que não chegou, no entanto, a afetar os pomares, tendo em vista a época de tal ocorrência, que coincidiu com o período de repouso das plantas. O índice pluviométrico verificado nas estações da EMPASC acima referidas, até o dia quinze de outubro do ano em análise, foi de 2.254,4 mm, 2.022,0 mm e 2.222,7 mm, em Caçador, Videira e São Joaquim, respectivamente.

Tendo em vista o exposto, e a persistirem as atuais condições de clima, tem-se como certo o alcance das metas previstas para esta safra.

Em termos de Brasil, as perspectivas para o ano agrícola 1983/84 indicam uma produção da ordem de 160.000 t do produto a serem obtidos em, aproximadamente, 18.800 ha de macieiras já em idade produtiva.

As estimativas de colheita para esta safra, por estado produtor, bem como suas participações relativas, são mostradas a seguir:

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO EM MAÇÃS NO BRASIL,  
SAFRA 1983/84

ESTADO PRODUTOR	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)
Santa Catarina	75.000	46,88
Rio Grande do Sul	37.800	23,63
São Paulo	25.000	15,62
Paraná	21.000	13,12
Minas Gerais	1.200	0,75
TOTAL	160.000	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O escalonamento de colheita da safra nacional deverá obedecer os critérios apresentados a seguir:

ESCALONAMENTO PREVISTO PARA A COLHEITA DA  
MAÇÃ, SAFRA 1983/84

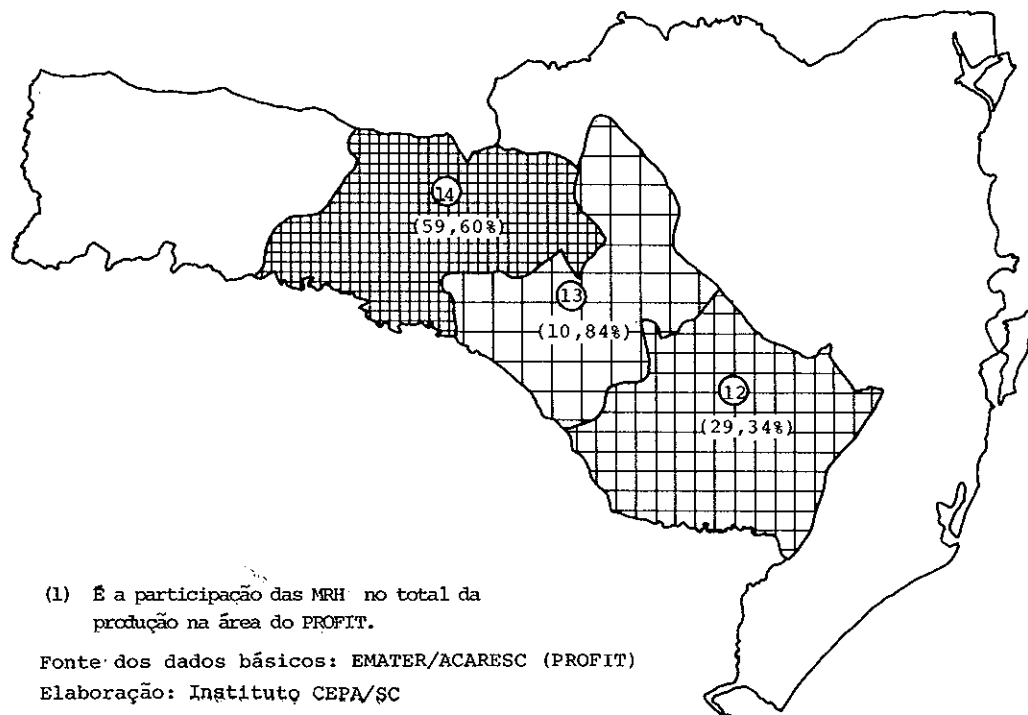
(toneladas)

ESTADO PRODUTOR	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	TOTAL
Rio Grande do Sul	-	-	1.084	10.005	10.779	9.288	6.692	37.848
Santa Catarina	-	-	1.300	20.700	36.000	17.000	-	75.000
Paraná	1.120	320	1.980	7.140	5.360	3.560	1.520	21.000
São Paulo	1.250	3.750	10.000	7.500	2.500	-	-	25.000
Minas Gerais	-	120	480	360	240	-	-	1.200
<b>TOTAL</b>	<b>2.370</b>	<b>4.190</b>	<b>14.844</b>	<b>45.705</b>	<b>54.879</b>	<b>29.848</b>	<b>8.212</b>	<b>160.048</b>

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT), CEPA/RS, IEA/SP, EMATER/PR-ACARPA, FRUTIPAR e EMATER/MG

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 10 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA, 1981/82<sup>(1)</sup>



### 3.10. Mandioca

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1977/78 A 1983/84 (\*)

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	77.528	1.208.159	15.584
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	60.995	995.195	16.316
1980/81	75.066	1.254.926	16.718
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.072
1983/84 (1)	80.000	1.040.000	13.000

(\*) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhida em cada safra (desconsideradas a área e a produção para o ano seguinte).

(1) Estimativa: Fundação IBGE/GCEA-SC

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

A lavoura da mandioca - que ocupa, em volume de produção o 2º lugar em Santa Catarina, atrás somente do milho - passa, historicamente, por períodos cíclicos de aumentos e reduções de áreas. Estes períodos, geralmente com duração de duas ou três safras, são tanto mais nítidos quanto mais a cultura é plantada para fins industriais.

A mandioca é plantada em todas as regiões do estado, envolvendo cerca de 88.574 produtores (IBGE - Censo 1980), com uma área média cultivada de aproximadamente 1,00 ha. As maiores lavouras localizam-se no Litoral Sul Catarinense (2,71 ha/produtor) e na região Colonial do Alto Itajaí (1,47 ha/produtor).

O valor da mandioca como cultura de subsistência em todo o estado é significativo, porém seu cultivo assume importância econômica no sul e no Vale do Itajaí, onde é explorada predominantemente com fins industriais. Nessas regiões, concentram-se 63,41% da área colhida e 63,85% da produção. Dos percentuais acima, o Vale do Itajaí, constituído pelas microrregiões Colonial de Blumenau, Colonial de Itajaí Norte e Colonial do Alto Itajaí, participa com 27,81% da área e 31,97% da produção, enquanto o Sul, com-



preendendo as microrregiões Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense, concorrem com 35,60% da área e 31,88% da produção.

A distribuição da lavoura nas diversas microrregiões de Santa Catarina é apresentada na tabela 18.

A mandioca, que na região do Alto Vale do Itajaí é tradicionalmente colhida no segundo ano, destina-se, principalmente, às agroindústrias feculeiras, que extraem o amido e o transformam em fécula, a qual é utilizada em indústrias de alimentação, têxteis, celulose e outras.

Nas microrregiões Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Colônia de Blumenau, Colonial de Itajaí Norte e Colonial do Alto Itajaí, aproximadamente 50% da produção é utilizada "in natura" na alimentação animal e humana, sendo o restante transformado em farinha, fécula e raspa, destacando-se a produção de fécula que absorve 40% da raiz produzida na região.

No Litoral, principalmente no sul do estado, onde a raiz de mandioca é arrancada normalmente no final do 1º ciclo, cerca de 60% da produção das microrregiões Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Litoral de Laguna e Litoral Sul Catarinense destinam-se à fabricação de farinha, que é processada por aproximadamente 2.000 engenhos existentes na região. O restante destina-se ao fabrico de fécula, raspa e ao consumo "in natura".

Nas demais microrregiões, conforme mostram os dados da tabela 19, o produto colhido destina-se, principalmente ao consumo no próprio estabelecimento produtor.

Tabela 18  
DISTRIBUIÇÃO DA LAVOURA DE MANDIOCA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA, 1982/83

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA CULTIVADA	ÁREA COLHIDA	ÁREA PLANTADA	ÁREA REMANESCENTE EM 31-12-83		PRODUÇÃO NA SAPRA 1982/83		RENDI- MENTO (kg/ha)
	31-12-83 (ha)	EM 1983 (ha)	EM 1983 (ha)	Área (ha)	%	(t)	%	
Colonial de Joinville	3.228	3.228	3.485	3.485	3,20	33.656	3,36	10.426
Litoral de Itajaí	770	432	377	715	0,66	4.858	0,49	11.245
Colonial de Blumenau	6.990	4.147	3.515	6.358	5,84	44.713	4,47	10.782
Colonial Itajaí Norte	5.150	2.800	2.300	4.650	4,27	43.400	4,34	15.500
Colonial Alto Itajaí	26.910	14.325	12.685	24.270	22,30	231.522	23,18	16.162
Florianópolis	3.885	3.650	3.080	3.315	3,05	32.550	3,25	8.918
Colonial Serrana Catarinense	3.160	2.650	2.310	2.820	2,59	28.620	2,86	10.800
Litoral de Laguna	3.510	2.696	4.480	5.294	4,87	29.562	2,96	10.965
Carbonífera	11.448	8.591	9.220	12.077	11,10	107.070	10,71	12.463
Litoral Sul Catarinense	15.270	14.048	14.698	15.920	14,63	159.167	15,92	11.330
Colonial Sul Catarinense	1.890	1.890	1.940	1.940	1,78	22.880	2,28	12.106
Campos de Lages	-	-	25	25	0,02	-	-	-
Campos de Curitiba	635	330	320	625	0,57	3.700	0,37	11.212
Colonial do Rio do Peixe	1.923	1.102	1.805	2.626	2,41	12.765	1,28	11.583
Colonial do Oeste Catarinense	13.060	11.760	15.450	16.750	15,39	181.480	18,15	15.432
Planalto de Canoinhas	7.966	4.831	4.832	7.967	7,32	63.803	6,38	13.207
<b>TOTAL</b>	<b>165.795</b>	<b>76.480</b>	<b>79.522</b>	<b>108.837</b>	<b>100,00</b>	<b>999.746</b>	<b>100,00</b>	<b>13.072</b>

Fonte: IBGE/GCEA-SC  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 19

DESTINO DA MANDIOCA COLHIDA NAS MICRORREGIÕES  
DE SANTA CATARINA, 1980

(%)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	CONSUMO NO ESTA- BELEC.	ENTREGA COOPERA- TIVA	ENTREGA INDÚS- TRIA	VENDA INTERME- DIÁRIO	VENDA CONSUMI- DOR	OUTROS (NÃO IDEN- TIFICADO)
Col.de Joinville	62,30	0,05	11,19	22,54	3,92	-
Lit.de Itajaí	24,73	0,13	32,43	38,87	3,84	-
Col.de Blumenau	73,98	0,83	19,23	2,79	2,98	0,19
Col.Itajaí do Norte	55,93	0,11	40,52	2,56	0,86	0,02
Col.Alto Itajaí	17,10	0,06	77,46	4,51	0,84	0,03
Florianópolis	55,56	0,07	12,69	22,28	9,38	0,02
Col.Serrana Cat.	63,49	-	20,65	12,80	2,85	0,21
Lit. de Laguna	25,99	-	8,95	64,08	0,69	0,29
Carbonífera	31,91	0,92	43,17	21,34	2,61	0,05
Lit. Sul Catarinense	17,72	-	59,85	21,45	0,85	0,13
Col.Sul Catarinense	59,27	-	20,56	17,23	2,81	0,13
Campos de Lages	78,73	-	6,08	3,12	12,07	-
Campos Curitibanos	81,54	-	2,24	11,42	4,76	0,04
Col.do Rio do Peixe	97,23	-	0,14	0,83	1,33	0,47
Col.do Oeste Cat.	98,56	0,02	-	0,39	0,81	0,22
Planalto de Canoinhas	86,75	0,07	5,49	4,96	2,52	0,21
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>57,27</b>	<b>0,21</b>	<b>23,66</b>	<b>15,45</b>	<b>3,28</b>	<b>0,13</b>

Fonte: Fundação IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

A área cultivada com mandioca na safra 1982/83 foi de 73.029 ha. Para a safra 1983/84 foram implantadas 79.522 ha. Este aumento da área pode ser creditado a alguns fatores que contribuíram para a melhoria do mercado, ou seja:

- 1- maior procura de fécula para composição de farinhas panificáveis, face à retirada de subsídios do trigo;
- 2- alta dos preços do milho, permitindo que a fécula de mandioca ganhe espaços conquistados pelo amido de milho;
- 3- aumento da utilização da raiz no arração de animais;
- 4- aumento da procura de raízes por parte das agroindústrias.

trias no final da safra, com preços altamente estimulantes:

5- surgimento de destilarias de álcool derivado da mandioca, na MRH Litoral de Laguna e Alto Vale do Itajaí (em fase de implantação).

Tabela 20

ÁREA CULTIVADA COM MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1981/82 A 1983/84

ÍTENS \ SAFRA	(ha)		
	1981/82	1982/83	1983/84
Área que permaneceu do ano anterior	38.283	32.766	29.315
Área plantada no ano	73.516	73.029	79.522
Área total cultivada no ano	111.799	105.795	108.837
Área colhida no ano	79.033	76.480	80.000 <sup>(1)</sup>
Área que permanece para segundo ano	32.766	29.315	28.837 <sup>(1)</sup>

(1) Estimativa de novembro/1983 da Fundação IBGE/GCEA-SC

Fonte: Fundação IBGE/GCEA-SC

Conforme pode ser observado na tabela 20, a área não colhida em 1982 - e que ficou para 2º ciclo - representou 29,3% da área total, enquanto em 1983 este percentual ficou em 27,7%.

A produtividade obtida na safra 1982/83 foi prejudicada pelo excesso de precipitação durante todo o ciclo da cultura que além de dificultar o desenvolvimento das plantas, ainda provocou expressiva perda de raízes nas áreas inundadas pela enchente de julho de 1983. Segundo avaliação do Serviço de Extensão Rural (EMATER/SC-ACARESC), onde foram considerados todos os fatores negativos que incidiram sobre a cultura, as perdas atingiram cerca de 108.000 t, o que corresponde a 7,8% da produção potencial do estado ou 10,80% sobre o volume colhido na safra 1982/83. Devido aos fatores acima citados, foram colhidas somente 999.746 t.

Os problemas ocorridos na safra 1982/83 poderão causar reflexos na produtividade das lavouras de segundo ano, cuja colheita ocorrerá a partir de abril de 1984. Desse modo, as previsões para a safra 1983/84 não são muito animadoras. Segundo o IBGE/GCEA-SC (nov/83), a produção esperada na safra ora em desenvolvi-

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS , SAFRAS  
1981/82 E 1982/83

(Cr\$ 1,00)

PREÇO	SAFRA	1981/82	1982/83	REAJUSTE (%)
Farinha - Tipo I	(Cr\$/50 kg)	1.105,00	2.147,50	94,34
- Tipo II	(Cr\$/50 kg)	1.061,00	2.051,20	93,33
- Tipo III	(Cr\$/50 kg)	1.000,00	1.943,50	94,35
Fêcula	(Cr\$/kg)	27,00	51,46	90,59
Raiz	(Cr\$/kg)	4.813,62	9.507,25	97,51

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os reajustes dos preços mínimos em relação à safra anterior foram 94,01%, 90,59% e 96,51%, respectivamente, para a farinha, a fêcula e a raiz; enquanto que a inflação oficial no mesmo período (mai/82 a abr/83), foi de 117,4%.

Em relação aos preços mínimos, vale ressaltar que a sua não fixação em época oportuna, para os derivados da mandioca (farinha e fêcula) têm reflexos negativos no setor, gerando insegurança por indecisão nas negociações tanto para produtores como para os donos de engenho.

Tabela 21

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1977 A 1983

ANO	FARINHA		FÉCULA	
	Total Classificado	EGF	Total Classificado	EGF
1977	29.802	5.941	39.206	17.122
1978	45.184	21.269	60.016	21.438
1979	28.062	4.947	49.840	11.172
1980	21.972	3.730	30.689	6.507
1981	25.072	3.852	38.036	9.027
1982	27.963	11.716	54.976	19.378
1983	20.982	3.180	44.344	11.921

Fonte: CIDASC

mento se situará ao redor de 1.040.000 t.

Em abril de 1983, início da safra 1982/83, os preços pagos aos produtores estavam ao redor de Cr\$ 9.000,00/t de raiz, tendo alcançado Cr\$ 25.000,00/t no final da safra (setembro/83). Esses valores, se comparados aos da safra 1981/82, mostram reajustes de 83,67% e de 354,54%, respectivamente, para as mesmas épocas.

Para a safra 1983/84, as expectativas são otimistas em relação a preços face às boas perspectivas de mercado que se vislumbram para 1984, em virtude dos reduzidos estoques atuais de derivados de mandioca e da ampliação da demanda de raiz (produção de álcool e maior utilização da mandioca em substituição ao milho no arração animal).

O preço da farinha grossa no início da safra ( Cr\$ .... 1.500,00/sc 50 kg) não satisfazia a expectativa dos proprietários de engenhos, pois a renda obtida com a produção de farinha apenas cobria o custo da matéria-prima. A partir da liberação do preço mínimo, ao final de abril/83 (tabela 21) os preços esboçaram uma reação positiva, alcançando Cr\$ 2.300,00/sc para o produto tipo 1. Já no final da safra (setembro/83), encontravam-se entre Cr\$ ... 6.000,00 e Cr\$ 70.000,00/sc, justificando os bons preços pagos aos produtores de matéria-prima (em torno de Cr\$ 25.000,00/t de raiz). A trajetória ascendente nos preços dos derivados deverá prosseguir, em razão dos estoques reduzidos e da grande procura por outros es

tados.

A fécula apresentou um comportamento semelhante ao da farinha. Em abril, os preços situavam-se em torno de Cr\$ 85,00 e Cr\$ 90,00/kg, enquanto no mês de novembro já atingiam Cr\$ 400,00/kg, com tendência altista.

No mês de abril de 1983, o Conselho Monetário Nacional aprovou os novos mínimos dos derivados da mandioca, válidos para a safra 1982/83, e que são apresentados a seguir:

mento se situará ao redor de 1.040.000 t.

Em abril de 1983, início da safra 1982/83, os preços pagos aos produtores estavam ao redor de Cr\$ 9.000,00/t de raiz, tendo alcançado Cr\$ 25.000,00/t no final da safra (setembro/83). Esses valores, se comparados aos da safra 1981/82, mostram reajustes de 83,67% e de 354,54%, respectivamente, para as mesmas épocas.

Para a safra 1983/84, as expectativas são otimistas em relação a preços face às boas perspectivas de mercado que se vislumbram para 1984, em virtude dos reduzidos estoques atuais de derivados de mandioca e da ampliação da demanda de raiz (produção de álcool e maior utilização da mandioca em substituição ao milho no arração animal).

O preço da farinha grossa no início da safra ( Cr\$ .... 1.500,00/sc 50 kg) não satisfazia a expectativa dos proprietários de engenhos, pois a renda obtida com a produção de farinha apenas cobria o custo da matéria-prima. A partir da liberação do preço mínimo, ao final de abril/83 (tabela 21) os preços esboçaram uma reação positiva, alcançando Cr\$ 2.300,00/sc para o produto tipo 1. Já no final da safra (setembro/83), encontravam-se entre Cr\$ ... 6.000,00 e Cr\$ 70.000,00/sc, justificando os bons preços pagos aos produtores de matéria-prima (em torno de Cr\$ 25.000,00/t de raiz). A trajetória ascendente nos preços dos derivados deverá prosseguir, em razão dos estoques reduzidos e da grande procura por outros es

tados.

A fécula apresentou um comportamento semelhante ao da farinha. Em abril, os preços situavam-se em torno de Cr\$ 85,00 e Cr\$ 90,00/kg, enquanto no mês de novembro já atingiam Cr\$ 400,00/kg, com tendência altista.

No mês de abril de 1983, o Conselho Monetário Nacional aprovou os novos mínimos dos derivados da mandioca, válidos para a safra 1982/83, e que são apresentados a seguir:

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS , SAFRAS  
1981/82 E 1982/83

(Cr\$ 1,00)

PREÇO	SAFRA	1981/82	1982/83	REAJUSTE (%)
Farinha - Tipo I	(Cr\$/50 kg)	1.105,00	2.147,50	94,34
- Tipo II	(Cr\$/50 kg)	1.061,00	2.051,20	93,33
- Tipo III	(Cr\$/50 kg)	1.000,00	1.943,50	94,35
Fêcula	(Cr\$/kg)	27,00	51,46	90,59
Raiz	(Cr\$/kg)	4.813,62	9.507,25	97,51

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os reajustes dos preços mínimos em relação à safra anterior foram 94,01%, 90,59% e 96,51%, respectivamente, para a farinha, a fêcula e a raiz; enquanto que a inflação oficial no mesmo período (mai/82 a abr/83), foi de 117,4%.

Em relação aos preços mínimos, vale ressaltar que a sua não fixação em época oportuna, para os derivados da mandioca (farinha e fêcula) têm reflexos negativos no setor, gerando insegurança por indecisão nas negociações tanto para produtores como para os donos de engenho.

Tabela 21

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1977 A 1983

ANO	FARINHA		FÊCULA	
	Total Classificado	EGF	Total Classificado	EGF
1977	29.802	5.941	39.206	17.122
1978	45.184	21.269	60.016	21.438
1979	28.062	4.947	49.840	11.172
1980	21.972	3.730	30.689	6.507
1981	25.072	3.852	38.036	9.027
1982	27.963	11.716	54.976	19.378
1983	20.982	3.180	44.344	11.921

Fonte: CIDASC

Na safra 1982/83, a grande utilização de recursos da política dos preços mínimos, tanto para a farinha como para a fécula, mostraram, além do impacto positivo dos preços mínimos, a estagnação do mercado. Nesta safra, o volume de EGF contratado de de cresceu em relação à anterior, principalmente no caso da farinha. Dentre os fatores que poderiam ser apontados como causa da redução, destacam-se os juros altos, os preços mínimos insuficientes para a fécula e a farinha, o contingenciamento do montante a con tratar e a própria conjuntura desfavorável que não incentivou a formação de grandes estoques.

Os valores básicos de custeio para a safra 1983/84 para as três faixas de produtividade mais comuns ao estado de Santa Catarina (10.000 a 15.000 kg/ha, 15.001 a 20.000 kg/ha e 20.001 a 25.000 kg/ha) apresentaram, respectivamente, os seguintes reajustes nominais em relação à safra anterior: 140,72%; 137,57% e 136,71%, enquanto que a inflação acumulada no período foi de 142,8%.

Os VBCs para a cultura da mandioca publicados pelo Governo, através da CFP, são mostrados a seguir:

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO PARA A CULTURA DA  
MANDIOCA, SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84  
(Cr\$/ha)

FAIXA DE PRODUTIVIDADE	SAFRA 1981/82 (a)	SAFRA 1982/83 (b)	SAFRA 1983/84 (c)	REAJUSTE (%) (b/a)	REAJUSTE (%) (c/b)
Até 10.000	17.800	33.900	78.300	90,45	130,97
10.001 a 15.000	20.500	38.800	93.400	89,27	140,72
15.001 a 20.000	27.900	54.300	129.000	94,62	137,57
20.001 a 25.000	30.800	60.200	142.500	95,45	136,71
Acima de 25.000	33.800	66.800	160.700	97,63	140,57

Fonte: CFP

Em relação ao Brasil, a participação relativa de Santa Catarina tem oscilado com o decorrer dos anos - 6,7% em 1960, 8,8% em 1970 e 3,7% em 1980. Atualmente, segundo as estatísticas de outubro de 1983 do IBGE/CEPAGRO, Santa Catarina participa com 3,72% da área e 4,48% da produção, situando-se como 8º produtor desta raiz em 1983.



A produção brasileira em 1983 deverá ser de 22.190.947 t (IBGE/CEPAGRO-outubro/83) contra as 24.009.355 t, da safra passada, o que representa uma diminuição de 7,57%.

Tabela 22

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS ESTADOS NA PRODUÇÃO NACIONAL  
DA MANDIOCA, 1983

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)	
	Destinada à Colheita	Participação (%)	Esperada	Participação (%)
Bahia	330.000	16,16	3.960.000	17,85
Maranhão	358.225	17,54	2.439.249	10,99
Pará	149.747	7,33	1.851.587	8,34
Rio Grande do Sul	137.959	6,75	1.680.849	7,57
Pernambuco	174.467	8,54	1.677.501	7,56
Paraná	67.000	3,28	1.306.500	5,89
Minas Gerais	98.212	4,81	1.282.313	5,78
Santa Catarina	76.000	3,72	994.000	4,48
Amazonas	73.522	3,60	882.264	3,98
São Paulo	36.280	1,78	787.270	3,55
Sergipe	42.016	2,06	610.997	2,75
Piauí	117.694	5,76	580.992	2,62
Paraíba	65.916	3,23	573.979	2,59
Espírito Santo	31.520	1,54	537.480	2,42
Ceará	82.974	4,06	442.088	1,99
Rio Grande do Norte	49.523	2,42	415.807	1,87
Rondônia	24.253	1,19	407.608	1,84
Mato Grosso do Sul	21.033	1,03	338.697	1,53
Goiás	22.903	1,12	321.116	1,45
Mato Grosso	23.071	1,13	316.065	1,42
Acre	16.572	0,81	275.094	1,24
Alagoas	21.279	1,04	218.197	0,98
Rio de Janeiro	12.351	0,60	179.090	0,81
Roraima	4.045	0,20	56.007	0,25
Amapá	5.774	0,28	53.345	0,24
Distrito Federal	294	0,02	2.352	0,01
BRASIL	2.042.630	100,00	22.190.447	100,00

Fonte: IBGE/CEPAGRO (outubro/83)

A participação brasileira no mercado internacional tem sido pequena, considerando que o Brasil é o maior produtor mundial de mandioca, com aproximadamente 20% da produção total.

Os maiores entraves a uma participação mais efetiva do Brasil no mercado internacional são decorrentes, principalmente, dos baixos rendimentos obtidos, altos custos, limitação climática no Sul do País e safras irregulares.

O comércio internacional de mandioca e seus derivados se dá, basicamente, entre a Tailândia, como principal exportador, com cerca de 85% do volume total comercializado, e a Comunidade Econômica Européia (CEE).

A CEE vem discutindo, desde 1982, um acordo com a Tailândia que restringe as exportações daquele país, fixando cotas decrescentes até 1986. Além disto, está sendo discutida também a adoção de medidas referentes à qualidade do produto, tais como a fixação de um teor mínimo de amido e de um teor máximo de impurezas da ordem de 18% nos produtos de mandioca. Estas medidas, se adotadas, causarão dificuldades às exportações da Tailândia.

Para 1983, a Comunidade Econômica Européia estabeleceu as seguintes cotas de importação: Tailândia, 5.500.000 t; Indonésia, 750.000 t; China, 370.000 t e Brasil 132.400 t.

A seguir, são apresentados os custos de produção da mandioca plantada em solo argiloso e em solo arenoso, calculados pelo Instituto CEPA/SC.

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo argiloso)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 25.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 3 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	30.300	51.000	93.750	5.446	180.496	41.609	222.105	8.884
Jun/83	36.850	63.750	103.125	7.696	211.421	53.084	264.505	10.580
Set/83	56.300	102.000	125.000	13.168	296.468	67.509	363.977	14.559
Nov/83	69.250	122.400	225.000	18.475	435.125	115.900	551.025	22.041

Fonte: Instituto CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA MANDIOCA (2 ciclos - solo arenoso)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 18.000 kg/ha

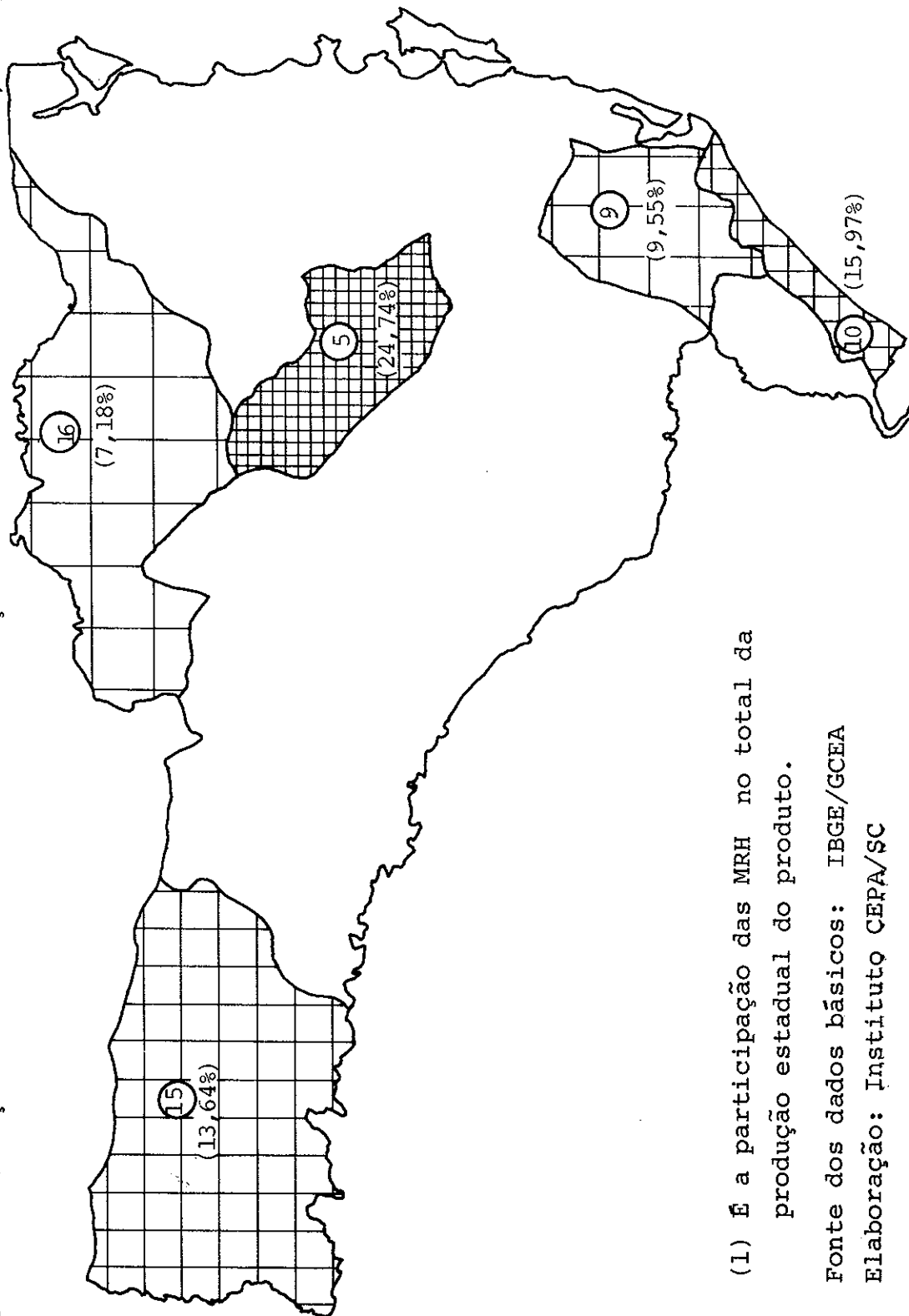
ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR t
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	31.430	24.000	62.400	4.113	121.943	32.792	154.735	8.596
Jun/83	41.250	30.000	79.200	5.733	156.183	42.365	198.548	11.031
Set/83	58.900	48.000	144.000	10.299	261.199	53.772	314.971	17.498
Nov/83	76.970	57.600	201.600	13.830	350.000	90.650	440.650	24.480

Fonte: Instituto CEPA/SC

Mapa 11 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 3.11. Milho

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	1.063.584	2.674.175	2.514
1977/78	1.055.633	1.587.902	1.579
1978/79	1.078.025	1.708.649	1.585
1979/80	1.128.441	3.016.233	2.673
1980/81	1.150.000	3.162.500	2.750
1981/82	1.108.615	2.628.756	2.371
1982/83	1.095.886	1.687.325	1.540
1983/84 (*)	1.150.000	2.875.000	2.500

(\*) Estimativa IBGE/GCEA

Fonte: IBGE

Não obstante o cultivo do milho ter-se apresentado praticamente estabilizado nos últimos dois anos, a produção em 1982/83, sofreu, em decorrência do excesso de chuvas, uma severa frustração cujas perdas foram comparáveis somente às das safras 1977/78 e 1978/79 quando o insucesso foi motivado pela ocorrência de estiagens. A quebra de mais de 1,1 milhão de toneladas sobre a produção inicialmente prevista em 2,86 milhões, representou aos produtores um prejuízo da ordem de 56,7 bilhões de cruzeiros, quando considerados os preços vigentes ao final de maio (Cr\$ ... 2.900,00/sc).

Apesar disso, o milho continuou a manter-se como o principal produto da lavoura catarinense, não só em termos de área plantada e de produção, mas também como o maior responsável na formação do Valor Bruto da Produção Agrícola.

Sendo uma cultura predominantemente de pequena propriedade, o milho, segundo os dados censitários de 1980, foi cultivado, naquele ano, por 179.000 produtores, dos quais 93.000 fizeram-no em forma simples (solteira), 52.000 plantaram-no em consórcio com outras culturas e 35.000 cultivaram-no em outras formas associadas.

Do total dos produtores, cerca de 117.000 cultivaram - no com a finalidade de produzir para o autoconsumo e 62.000 com finalidade comercial. Desses últimos, 42.000 venderam sua produção para a intermediação e os outros 20.000 comercializaram o produto através de cooperativas diretamente para as indústrias ou para outros produtores.

Estima-se que mais de 75% dos agricultores estejam se utilizando de sementes melhoradas, cujo preço médio, durante o período de plantio, oscilou ao redor de Cr\$ 400,00/kg. É bom lembrar que a quase totalidade das sementes provém de outros estados já que a produção estadual, em 1983, foi de apenas 321 t, contra uma necessidade estimada em aproximadamente 13.000 t.

No que concerne à fertilização, segundo o Censo de 1980, aproximadamente 42% da área recebeu adubação química, 6,5% adubação orgânica e 5,6% adubação mista. Cabe salientar, no entanto, que, de 1980 para cá, a adubação orgânica apresentou uma satisfatória elevação e, também, que as práticas conservacionistas (cultivo mínimo e outros) começam a encontrar ressonância entre os agricultores.

Na safra 1982/83, a manutenção da área de plantio em níveis praticamente idênticos aos da safra anterior, foi creditada, por um lado, à recuperação do preço real do suíno - o que levou os suinocultores a manterem e até expandirem levemente seus cultivos - e, por outro, à estagnação dos preços do milho (cerca de Cr\$ 1.000,00/sc) até outubro/82, fato que se constituiu em estímulo àqueles que cultivam o milho com vistas ao comércio.

Embora a deficiência hídrica verificada em setembro e o excesso de chuvas de out/nov-82 tivessem atrasado o plantio e causado problemas com a germinação das sementes, a melhoria das condições climáticas, em dezembro, faziam prever uma safra razoável. No entanto, ainda que o aspecto geral da cultura viesse exteriorizando um bom desenvolvimento vegetativo, os rendimentos obtidos nas lavouras colhidas até março/abril já se mostraram muito inferiores àquelas inicialmente esperados pelos produtores. Isso porque, a ocorrência de chuvas na maior parte do ciclo vegetativo (excessão de bolsões de estiagem no Oeste em janeiro), além de ter dificultado a polinização em grande parte das lavouras, proporcionou também a exteriorização de diversas doenças

causadas por fusarium, diplódia e spiroplasma ou microplasma, esta última, uma doença que apareceu com grande intensidade no sul do estado.

A continuidade de chuvas em maio, junho e julho veio, por sua vez, a agravar ainda mais o quadro já pessimista de abril, pois, além do rendimento já se encontrar prejudicado pelo acontecido anteriormente, grande parte da produção foi perdida pela deteriorização do produto na lavoura, ocorrendo, inclusive, perdas totais em aproximadamente 33.000 ha.

A nível de estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, com cerca de 60% da produção, continuou a despontar como a principal região produtora, seguindo-lhe, por ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com 21,0%; a microrregião Planalto de Canoinhas, com 5,3%; a microrregião Campos de Curitibanos com 2,6%; e a microrregião Colonial do Alto Itajaí, com cerca de 2,3% da produção.

No contexto nacional, Santa Catarina, com 1.687 mil toneladas, respondeu por aproximadamente 9% da produção brasileira de milho e, em face da severa frustração, o estado caiu de 5ª para 6ª posição dentre os principais estados produtores, ficando atrás, por ordem de importância, do Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Goiás.

A safra brasileira de 1982/83, por sua vez, que inicialmente apresentava um potencial de produção da ordem de 23 milhões de toneladas, transformou-se na pior dos últimos anos, já que, em decorrência das persistentes chuvas no Sul e da seca no Nordeste, foi reavaliada para 18,8 milhões de toneladas.

A produção nacional de milho nas últimas três safras pode ser vista a seguir:

PRODUÇÃO DE MILHO NO BRASIL, POR REGIÕES;  
SAFRAS DE 1980/81 A 1982/83

(em 1.000 t)

REGIÃO	S A F R A S		
	1980/81	1981/82	1982/83 (*)
Norte	240,6	313,6	200,9
Nordeste	514,2	1.133,5	355,9
Centro-Oeste	2.087,4	2.472,2	2.295,4
Sudeste	5.935,0	6.740,1	6.079,3
Sul	12.321,3	11.206,0	9.881,0
TOTAL	21.098,5	21.865,4	18.812,5

(\*) Estimativa IBGE/CEPAGRO (outubro/83)

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

PRODUÇÃO DE MILHO DOS SEIS PRINCIPAIS ESTADOS  
PRODUTORES SAFRAS 1980/81 A 1982/83

(em 1.000 t)

ESTADO	S A F R A S		
	1980/81	1981/82	1982/83
Paraná	5.350,0	5.430,0	5.018,9
Rio Grande do Sul	3.808,8	3.147,2	3.174,8
Santa Catarina	3.162,5	2.628,8	1.678,3
São Paulo	2.752,8	3.392,4	3.164,0
Minas Gerais	2.905,8	3.053,8	2.696,0
Goiás	1.667,0	1.922,1	1.722,9
TOTAL	19.646,9	19.574,3	17.463,9

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para 1983/84, as estimativas do IBGE/GCEA de novembro indicavam, para Santa Catarina, um plantio da ordem de 1.150.000 ha e uma produção de 2,87 milhões de toneladas. Estes números, ao serem comparados aos da safra passada, apresentam um acréscimo de 4,9% na área e 70,4% na produção.



As razões para o crescimento da área plantada foram creditadas à expectativa de um preço mínimo razoável, aos bons preços atuais de mercado, às necessidades dos suinocultores em recompor suas disponibilidades de milho, e à oferta de sementes, que, ao contrário da soja, mostraram-se suficientes, apesar de em algumas culturas plantadas com sementes velhas (reanalizadas) terem aparecido problemas com o vigor vegetativo.

A ocorrência, em outubro, de ventos fortes e granizo em alguns municípios do oeste, e a formação de geadas no Vale do Rio do Peixe e Planalto Catarinense, apesar de ocasionarem alguns prejuízos, não chegaram a comprometer o desempenho da cultura. Por outro lado, o surgimento de bolsões de seca no oeste, na primeira quinzena de dezembro, deverá ter um reflexo negativo mais acentuado, já que muitas lavouras das áreas atingidas pelo fenômeno se encontravam na fase de pendoamento. De qualquer forma, e ressaltando-se os problemas acima, as perspectivas de produção, ao final de dezembro, continuavam ainda razoáveis.

A nível de Brasil, as últimas estimativas disponíveis apontam para a região Centro/Sul - que respondem por cerca de 95% da produção de milho - uma expansão de plantio da ordem de 5% sobre a área cultivada na safra passada. Isso significa dizer que de 9,14 milhões de hectares cultivados na safra 1982/83, devem passar para cerca de 9,6 milhões de hectares nesta safra. Com esta área, e se as condições climáticas permitirem uma recuperação da produtividade para níveis normais, a produção do Centro/Sul poderá atingir um patamar de 21,1 milhões de toneladas contra cerca de 18,8 milhões produzidas no ano passado. Se a este volume for acrescido o potencial histórico de produção do Norte/Nordeste, de aproximadamente 900 mil toneladas, a produção brasileira, em 1984, poderá alcançar um montante de até 22 milhões de toneladas.

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO DO MILHO, SAFRAS DE  
1981/82 A 1983/84

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)		SAFRAS			REAJUSTE % (b/a)
		1981/82	1982/83 (a)	1983/84 (b)	
Até	900	7.700	14.000	35.100	150,71
901 a	1.300	11.700	20.100	45.900	128,36
1.301 a	1.700	13.400	25.800	61.100	136,82
1.701 a	2.100	16.200	29.700	71.300	140,07
2.101 a	2.500	18.900	34.300	84.200	145,48
2.501 a	3.000	21.800	41.000	100.500	145,12
3.001 a	3.500	24.700	45.000	111.200	147,11
3.501 a	4.000	28.400	50.800	127.000	150,00
4.001 a	5.000	32.800	57.900	149.400	158,03
Acima de	5.000	-	68.000	172.300	153,38

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Os novos Valores Básicos de Custeio (VBC), ainda que tenham sido reajustados em índices superiores (147,2 em média) à faixa inflacionária do período (127,3%), continuaram a mostrar-se levemente defasados, quando comparados aos Custos Variáveis de Produção. No entanto, esse fato não se traduziu em maiores empecilhos, já que o preço-base mostrou-se razoável. Isso porque, sendo a cultura do milho uma atividade predominantemente de pequena propriedade, o desembolso dos agricultores é sensivelmente minorado pela utilização da mão-de-obra familiar e de outros serviços próprios.

O preço-base para a safra 1982/83, que havia sido fixado em julho/82 em Cr\$ 1.392,00/sc, alcançou, após sofrer as correções do INPC de julho/82 a fevereiro/83, o preço mínimo de Cr\$ 1.974,00/sc. Para a safra 1983/84, o preço-base foi estabelecido em Cr\$ 3.700,00/sc, projetando-se para março, após corrigido pela variação das ORTNs, de agosto a março, um preço mínimo de aproximadamente Cr\$ 6.800,00/sc.

Por outro lado, a previsão da produção mundial para 1983/84 deverá apresentar uma queda superior a 100 milhões de

toneladas, quando comparada à de 1982/83, em face, principalmente, da acentuada queda da safra norte americana. Essa redução foi motivada, num primeiro momento, pela aplicação do Programa PIK - pagamento em espécie com produto dos estoques governamentais, aos agricultores que deixaram de cultivar o cereal, com vistas a diminuir a oferta e fortalecer os preços internacionais - que reduziu a área de plantio em 28% e, posteriormente, pelo tempo seco e quente que se registrou nas principais regiões produtoras americanas, e que foi o principal responsável pela brutal queda de 47% na produção dos Estados Unidos.

Com isso, os estoques americanos de milho, que ao final da temporada 1982/83 foi estimado pelo USDA em 79,76 milhões de toneladas, deverá decrescer para 13,0 milhões de toneladas ao final da atual temporada.

A produção mundial de milho das últimas safras foram as seguintes:

PRODUÇÃO MUNDIAL DE MILHO, SAFRAS DE  
1978/79 A 1983/84

PAÍSES	(em milhões de toneladas)				
	SAFRA 1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83
Brasil	16,3	20,2	22,6	23,3	18,8
México	10,2	9,2	10,4	12,5	12,2
Argentina	9,0	6,4	12,8	9,7	11,0
África do Sul	8,3	10,8	14,4	8,4	10,6
Tailândia	2,8	3,3	3,2	4,0	4,0
Comunidade Européia	16,9	18,1	17,7	18,6	18,7
URSS	9,0	8,4	9,5	8,4	10,5
Leste Europeu	27,7	34,5	30,3	32,0	30,4
China	55,9	60,0	61,0	59,0	60,0
Outros	50,3	50,7	54,0	53,8	54,7
TOTAL	206,4	221,6	236,1	229,7	230,9
EUA	184,6	201,7	168,8	208,3	213,3
TOTAL MUNDIAL	390,8	423,3	404,9	438,0	444,2

Fonte: USDA

OFERTA/DEMANDA AMERICANA DE MILHO, TEMPORADAS  
1982/83 E 1983/84

(em milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	1982/83	1983/84
Estoque inicial	58,06	79,76
Produção	213,29	104,67
Consumo	144,12	123,83
Exportação	47,47	47,60
Estoque financiado	29,21	3,17
Estoques livres	50,55	9,83

Fonte: USDA (dezembro/83)

Como decorrência da acentuada queda na produção mundial de milho, os estoques mundiais de grãos forrageiros (milho, sorgo e milheto), mesmo mantendo-se o atual nível de consumo, de verão cair de 137,7 milhões nessa temporada, para 64,2 milhões de toneladas na temporada 1983/84.

OFERTA/DEMANDA MUNDIAL DE MILHO, MILHETO E SORGO,  
TEMPORADA 1982/83 E 1983/84

(em milhões de t)

DISCRIMINAÇÃO	1982/83	1983/84
Estoques iniciais	114,9	137,7
Produção	783,2	686,0
Consumo	760,4	759,5
Estoques finais	137,7	64,2

Fonte: USDA (dezembro/83)

O abastecimento nacional que, ao início do ano, se con- figurava bastante tranqüilo em face da existência de um "carry- over" regular e de uma boa expectativa de produção, veio a tor- nar-se problemático ante à frustração da safra. Em setembro, após a melhor definição da safra e da espetacular subida de preços chegou-se a cogitar na necessidade de o Brasil ter de importar até 1,0 milhão de toneladas para que o abastecimento não sofres- se solução de continuidade. Isto porque, com uma produção de cer- ca de 18,8 milhões de toneladas, mais o "carry over" do ano pas-

sado (1,7 milhão de toneladas) mostrando-se insuficiente para abastecer o consumo estimado em 20 milhões de toneladas e as exportações de cerca de 700 mil, o Governo já admitia a necessidade de importação de um volume considerável de milho.

Em outubro, entretanto, já se constatava que as importações, ainda que necessárias, não deveriam atingir o montante anteriormente estimado, pois a demanda vinha se mostrando fortemente racionada pelos altos preços. Além da queda na produção de suínos e aves (estimadas em 1% para as aves e 4% para os suínos, a nível de Brasil), da racionalização do uso do milho e da substituição deste por outras alternativas alimentares terem colaborado para diminuir a demanda, a existência provável de até 1,0 milhão de toneladas de estoques em mãos de particulares e as primeiras entradas de milho importado colaboraram de forma decisiva para uma certa tranquilidade no abastecimento.

Por outro lado, as informações disponíveis, em dezembro, permitiram formar a idéia de que não deverão ocorrer grandes dificuldades no abastecimento nacional até fevereiro do próximo ano, pois, além da "desova" de estoques remanescentes, deverão entrar também no mercado entre 300 e 400 mil toneladas de milho importado.

A atual situação brasileira, quanto ao abastecimento de milho, vem mostrar mais uma vez a necessidade de o país dispor de um estoque de garantia que assegure o suprimento nacional, em pelo menos um mês de consumo, cerca de 1,7 milhão de toneladas. Isto porque, sendo o milho o produto agrícola da maior importância para o mercado interno brasileiro, principalmente para a manutenção dos plantéis de suínos e aves, o país não poderá ficar na dependência de safras ainda não realizadas, como foi o caso deste ano, sob pena de comprometer seriamente toda uma infraestrutura de produção (suínos e aves) tão arduamente conquistada. Por outro lado, e ainda que se saiba das necessidades prementes de o Brasil melhorar sua posição na Balança Comercial, exportações precipitadas de um produto estratégico como o milho, tendem a agravar o quadro interno, como o ocorrido neste ano, quando, depois de exportar milho a Cr\$ 1.900,00/sc vir-se obrigado a recomprá-lo a Cr\$ 9.600,00/10.600,00/sc, além de inflacionar os preços internamente.

Para 1984, e desde que a estimativa da produção brasileira venha a se confirmar em 22,0 milhões de toneladas, a demanda poderá ser satisfeita com certa tranquilidade. Isto porque, além de o consumo dever-se igualar ao deste ano, cerca de 20,2 milhões de toneladas (em face da redução estimada para 1984 de 2 e 3% na produção de suínos e aves, respectivamente), as necessidades de exportação deverão ser bastante pequenas - cerca de 350 a 400 mil toneladas que serão reexportados para cobrir as importações deste ano.

No entanto, essa folga aparente de cerca de 1,4 milhão de toneladas não deve ser vista com grande entusiasmo, já que as empresas e consumidores deverão iniciar o ano com estoques muito baixos e precisarão recompô-los para garantir suas necessidades futuras. Além disso, não está descartada a possibilidade de a safra sofrer algum revés.

Em Santa Catarina, o abastecimento se processou normalmente até o início da safra, pois além do remanescente da produção interna, contamos com as tradicionais entradas de milho do Paraná e com produto da CFP. O milho da CFP, que se encontrava despontado em diversas localidades de nosso estado, foi leiloado através da Bolsa de Mercadorias do Paraná, sendo que o último pregão, para Santa Catarina, ocorreu em 04/02/83.

A partir de fevereiro/março de 83, com a entrada no comércio de produto novo e com a safra ainda prometendo ter um comportamento razoável, o consumo foi atendido com tranquilidade até início de maio. No entanto, nos meses seguintes, a quebra da safra e o prosseguimento das chuvas que atrapalhou a colheita e dificultou o transporte geraram um aperto generalizado, principalmente na oferta de milho à nível de comércio. Cabe aqui salientar, que em face de aproximadamente 60% da produção estadual ficar retida na propriedade para auto-consumo, a oferta comercializável, que em anos de safras normais, gira ao redor de 800 mil toneladas, reduziu-se drasticamente neste ano. Com isso, e com a entrada dos próprios produtos no comércio para completar suas necessidades, o estado, que normalmente importava do Paraná cerca de 400 a 450 mil toneladas de milho, viu-se forçado a buscar em outras unidades da federação uma quantidade de milho estimado em mais de 800 mil toneladas.

Apesar de o consumo, estimado para este ano entre 2,4/2,5 milhões de toneladas, ser bastante superior à oferta interna estadual (1,69 milhões de toneladas), o quadro não se mostra tão dramático quanto à primeira vista poderia parecer. Isso porque, os grandes consumidores conseguiram formar estoques razoáveis de milho provenientes de outros estados, e até de certa quantidade de milho importado, e os pequenos produtores foram parcialmente atendidos pelos leilões da CFP e por vendas direcionadas do produto da CFP através da CIDASC - a galopante ascensão de preços e a possibilidade de especulação levaram a CFP a realizar na Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina leilões dirigidos somente para os pequenos produtores e cooperativas, com limite máximo de compra de 50 toneladas. Outro fator atenuante esteve no fato de que, com a relativa queda dos preços em outubro, pequenos estoques também começaram a "desovar" no mercado.

Em face do quadro acima, da possibilidade de "desova" de alguns estoques no Paraná e em Goiás, da entrada no mercado de milho importado e da provável colheita antecipada de algumas lavouras de milho ainda não completamente maduro - o que deverá ocorrer já em janeiro - acredita-se que não ocorrerão problemas significativos com o abastecimento até a entrada da nova safra.

Para 1984, e desde que as condições climáticas permitam a colheita de uma boa safra, tanto a nível estadual como nacional, as perspectivas são de normalidade no abastecimento catarinense, pois além da produção estadual, pode-se contar também com as tradicionais entradas do milho paranaense.

Com referência à oferta e à demanda regionais, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que tradicionalmente é uma exportadora de milho para outras regiões, apesar de ter vendido parcela da produção, foi, neste ano, embora em pequena escala, importadora de milho do Paraná e do produto da CFP.

A microrregião Vale do Rio do Peixe, que além da própria produção é tradicional compradora de milho do Oeste Catarinense e também do Paraná, teve neste ano de 1983, de efetuar suas aquisições quase que totalmente no Paraná e Goiás, quer por compra direta ou através dos leilões da CFP e, também, de se abastecer com parcela de milho importado.

As microrregiões Planalto Catarinense e Campos de Curitibanos, cujos excedentes normalmente destinam-se para o Meio Oeste e Vale do Itajaí, neste ano, em face da frustração atenderam praticamente só o consumo regional e, mesmo assim, com certa carência.

A microrregião litorânea, que normalmente compra de outras regiões do estado e no Paraná, teve de se abastecer quase que totalmente de milho produzido em outros estados.

Segundo o Censo de 1980, o destino da produção microrregional teve o seguinte comportamento:

Tabela 23

DESTINO DA PRODUÇÃO DE MILHO, DAS PRINCIPAIS MICRORREGIÕES PRODUTORES DE SANTA CATARINA, 1980

(em porcentagem da produção)

MICRORREGIÕES	DESTINA DA PRODUÇÃO						PARTICIPAÇÃO DAS MICRORREGIÕES NA PRODUÇÃO ESTADUAL
	Consumo no Estabelecimento	Entrega à Cooperativas	Venda Direta à Indústria	Venda à Intermediários	Venda Direta à Consumidores	Total	
Colonial do Oeste Catar.	53,61	11,29	2,12	28,85	4,13	100,0	54,36
Colonial do Rio do Peixe	75,00	1,82	1,28	11,12	10,78	100,0	22,74
Planalto de Canoínhas	61,25	6,84	1,11	17,42	13,38	100,0	4,86
Campos de Curitibanos	30,19	9,89	1,61	51,49	6,82	100,0	4,59
Colonial do Alto Itajaí	71,14	1,89	2,45	15,17	9,35	100,0	3,38
Carbonífera	67,06	0,33	2,51	20,73	9,37	100,0	1,89
Outras	62,47	0,39	3,22	25,39	8,53	100,0	8,18
<b>TOTAL ESTADUAL</b>	<b>59,39</b>	<b>7,45</b>	<b>1,96</b>	<b>24,35</b>	<b>6,85</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1980)



No que tange às vendas para o exterior, o Brasil exportou em 1983, cerca de 700 mil toneladas de milho, contra 544 mil em 1982 e 7 mil em 1981. O destino do milho exportado e os portos brasileiros utilizados para tal, podem ser vistos a seguir:

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR PAÍS DE DESTINO  
- 1981 A 1983 -

(em 1.000 toneladas)

PAÍS	1981	1982	1983(*)
Alemanha Ocidental	-	-	44
Chile	-	19	-
Espanha	-	491	363
Nigéria	-	5	-
Países Baixos	-	-	6
Porto Rico	6	3	-
Síria	-	25	-
URSS	-	-	270
Outros	1	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>7</b>	<b>544</b>	<b>683</b>

(\*) Total até 16.10.83

Fonte: SAFRAS & MERCADO

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE MILHO POR PORTO DE  
EMBARQUE, 1982 E 1983

(em 1.000 toneladas)

PORTO	1982	1983
Porto Alegre	8	-
Rio Grande	42	-
Paranaguá	474	613
Santos	19	-
São Francisco	-	69
Outros	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>544</b>	<b>682</b>

Fonte: SAFRAS & MERCADO

Essas vendas, cujo recebimento deu-se quase que totalmente ainda no final de 1982, renderam ao país cerca de 64,0 milhões de dólares, ou US\$ 92,00/tonelada. Além da inoportunidade, em face da indefinição da safra nacional, a precipitação das vendas gerou prejuízos ao Brasil, já que no transcorrer de 1983 as cotações do milho apresentaram uma sensível elevação no mercado internacional.

No mercado estadual, os preços do milho, que se apresentaram levemente aquecidos nos primeiros dias de janeiro, mantiveram-se calmos até a segunda semana de março, experimentando a partir daí, até fins de abril, um leve aquecimento, em face de os vendedores se mostrarem retraídos e apostarem numa melhor remuneração para o produto.

Os grandes consumidores, entretanto, não se sentiram, até aquele momento muito pressionados a comprarem dos intermediários, já que, para o consumo mais imediato, estavam adquirindo milho diretamente dos produtores e também do Paraná. Até essa altura do ano, ainda se esperava que os preços do milho viessem a ter um comportamento semelhante ao de 1982, quando, à nível de produtor, mantiveram-se estabilizados ao redor do mínimo, até outubro.

Entretanto, a partir de meados de maio, com a paralisação da colheita em função das chuvas e com o prosseguimento das enxurradas até julho, os preços começaram a apresentar sensível elevação. Em agosto, quando as quebras já estava, mais bem dimensionadas e se constatava também a pouca disponibilidade de milho, tanto no mercado catarinense, quanto no dos estados vizinhos, a procura pelo cereal acirrou-se, principalmente nos leilões da Bolsa, e os preços continuaram a ser pressionados para cima. Em setembro, o quadro agravou-se ainda mais, não só em face das perspectivas de que o milho importado chegaria ao consumidor a níveis superiores a Cr\$ 9.000,00, mas também devido a um certo grau de especulação por parte dos fabricantes de rações e comerciantes. Esses fatos, mais a exigüidade da oferta, empurraram os preços do milho para níveis considerados estratosféricos - os preços evoluíram mais de 100% em um mês.

De outubro até o final do ano, a continuidade da oferta de milho pela CFP, as notícias da existência de razoáveis es-

toques de milho em mãos de particulares, a "desova" de parte desses estoques e a entrada de milho importado proporcionaram uma estabilização dos preços à níveis inferiores aos de setembro.

A CFP, vendeu através da Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina 105.000 toneladas de milho, desde 4 de agosto até dia 12 de dezembro de 1983.

Para os dois primeiros meses de 1984, alguns indicadores permitem deduzir que os preços do milho venham a sofrer nova reação, ainda que não muito acentuada. Entre os fatores que deverão influenciar a alta destacam-se: o provável encerramento dos leilões de milho nacional em mãos da CFP, em dezembro; a confirmação de que a safrinha do Paraná só estará disponível a partir de fevereiro; e, o preço do milho importado que deverá chegar em janeiro ao redor de Cr\$ 11.000,00/sc.

No que se refere ao novo preço mínimo, as estimativas do Informe CRIAEC/FIDENE/UNIJUI/RS são de que o mesmo deva se situar em Cr\$ 6.764,00/sc em março.

O comportamento dos preços no primeiro semestre de 1984, em nossa opinião, estará muito condicionado ao desempenho da safra em curso. Se as condições climáticas permitirem a colheita de uma produção razoável, tanto no estado, como no Brasil, acredita-se que os preços venham a se situar em níveis pouco superiores aos do mínimo, caso contrário os preços tenderão a manter-se altos, podendo, inclusive, superarem as cotações de dezembro.

PREÇOS DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR E ATACADO EM SANTA CATARINA, NA BOLSA DE MERCADORIAS E CEREAIS DE SANTA CATARINA, E NA BOLSA DE CHICAGO, 1983

MÊS	PRODUTOR (1)	ATACADO (1)	(Cr\$ 1,00/sc de 60 kg)	
			LEILÕES NA BOLSA (2)	BOLSA DE CHICAGO US\$/t (1.ª entrega)
Jan	1.750/2.000	1.950/2.200	1.800/2.050	102,56
Fev	1.750/2.000	2.000/2.200	1.900/2.050	107,48
Mar	1.800/2.050	2.200	-	112,80
Abr	1.950/2.100	2.300/2.400	-	123,72
Mai	2.600/2.900	3.600	-	120,60
Jun	3.200/3.600	3.800/4.000	-	122,34
Jul	4.000/4.100	4.400	-	128,44
Ago	4.500/5.000	5.000/5.500	4.150/4.440	139,96
Set	9.000/10.000	11.000	7.920/11.020	140,08
Out	8.500/9.000	9.000/9.500	6.560/7.080 <sup>(3)</sup>	136,88
Nov	8.500/9.000	9.000/9.300	7.000 <sup>(3)</sup>	137,00
Dez			7.000 <sup>(3)</sup>	

(1) Preços da região Oeste/Principal Produtora.

(2) Jan e Fev - Bolsa de Mercadorias do Paraná - Restante do ano - Bolsa de Mercadorias e Cereais de Santa Catarina.

(3) Milho depositado em Goiãs, acrescer mais frete, ICM e outras despesas.

Fonte: FECOAGRO e Safras & Mercado  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO/FEIJÃO (consorciado)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO - Milho: 3.000 kg/ha

Feijão: 800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO P/ SACA MILHO	CUSTO P/ SACA FEIJÃO
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Mar/83	46.340	40.055	22.500	5.785	114.680	32.938	147.618	1.740	4.525
Jun/83	60.679	55.689	37.125	7.130	160.623	52.002	212.625	2.483	6.601
Set/83	89.720	69.628	45.000	12.547	216.895	77.034	293.929	3.518	8.811
Nov/83	109.049	99.760	48.758	12.007	269.574	100.640	370.214	4.599	10.466

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO/SOJA (consorciado)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO - Milho: 3.000 kg/ha

Soja: 900 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO P/ SACA MILHO	CUSTO P/ SACA SOJA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis					
Mar/83	37.820	40.825	26.000	4.316	108.961	28.909	137.870	1.800	3.193
Jun/83	51.055	56.775	42.900	5.729	156.459	48.246	204.705	2.582	5.039
Set/83	74.730	70.575	52.000	13.413	210.718	82.384	293.102	3.638	7.414
Nov/83	93.318	103.000	56.342	13.625	266.285	108.400	374.685	4.729	9.215

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO (Colonial Rotineiro)

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 3.000 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 2 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	18.870	29.700	17.000	2.209	67.779	24.409	92.188	1.844
Jun/83	23.995	39.875	28.050	2.902	94.822	40.747	135.569	2.711
Set/83	34.350	50.500	34.000	6.416	125.266	63.634	188.900	3.778
Nov/83	43.723	73.650	36.839	6.510	160.722	85.900	246.622	4.932

Fonte: Instituto CEPA/SC

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 4.800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 4 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	42.923	56.520	14.900	3.295	117.638	29.071	146.709	1.834
Jun/83	54.301	77.300	24.585	4.355	160.541	48.765	209.306	2.616
Set/83	76.602	97.000	29.800	9.911	213.313	81.372	294.685	3.684
Nov/83	97.029	141.240	32.288	10.188	280.745	110.150	390.895	4.886

Fonte: Instituto CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DO MILHO

TRAÇÃO MOTORA

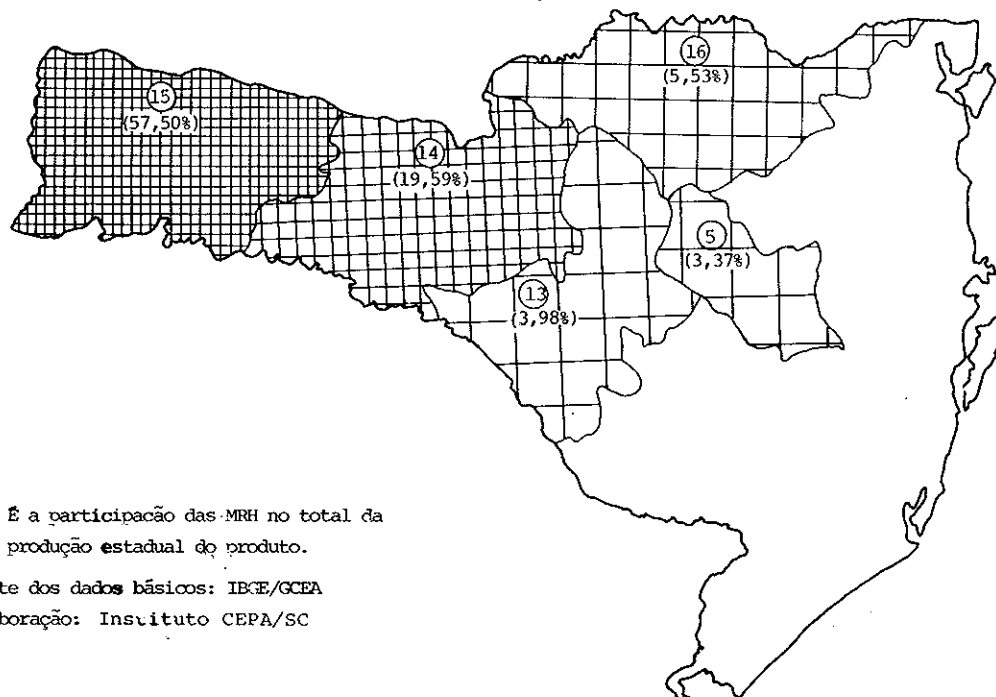
RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 4.800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 10 ha

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha.	CUSTO POR SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	52.643	63.800	10.000	3.295	129.738	26.184	155.922	1.949
Jun/83	80.236	77.200	16.500	4.355	178.291	44.021	222.312	2.779
Set/83	104.902	110.800	20.000	9.911	245.613	75.184	320.797	4.010
Nov/83	138.584	155.366	21.670	10.188	325.808	101.109	426.917	5.346

Fonte: Instituto CEPA/SC

Mapa 12 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA, 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 3.12. Soja

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84 (*)	437.000	568.100	1.300

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC (novembro/83)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O cultivo da soja, que se mostrava declinante desde a safra 1979/80, apresentou em 1982/83 a menor área plantada das últimas seis safras. Além da queda na área, a persistência de condições climáticas desfavoráveis, durante a maior parte do período de colheita, colaborou para que a produção obtida fosse uma das menores dos últimos anos, sendo superior somente à da safra 1977/78, quando houve severa frustração por estiagem. A perda de 195.000 t sobre a estimativa de 600.000 t, formulada em abril/83, representou, a preços de final de maio (Cr\$ 4.900,00/sc), um prejuízo global da ordem de 15,9 bilhões de cruzeiros.

Não obstante os problemas acima, a oleaginosa continuou a figurar, no contexto da lavoura catarinense, como a quarta colocada em volume da produção colhida - os primeiros foram o milho, a mandioca e a cana-de-açúcar - e na terceira posição quanto à área plantada, perdendo somente para o milho e para o feijão, quando consideradas as duas safras desse último. No que tange à formação do Valor Bruto da Produção do sub-setor lavouras, a soja, em 1983, melhorou sua posição, tendo passado da quarta para a terceira colocação, ficando atrás, por ordem de importância, somente do

milho e do fumo.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, a soja, naquele ano, foi cultivada por 59.157 produtores, dos quais 12.839 a cultivavam na forma solteira, 42.101 em consorciação e 4.217 de forma intercalada. Já em termos de área plantada, os primeiros responderam por 45% do total cultivado, os segundos por 49% e os terceiros por 6%. O plantio em consórcio com o milho, que, segundo o Censo Agropecuário de 1975, era superior a 65% do total, caiu, como vimos, para 49% em 1980, em face de o crescimento da área plantada ter-se dado principalmente com lavouras motomecanizadas, onde o cultivo se processa em forma de cultivo simples. Acredita-se que, de 1980 até 1982, o declínio do cultivo associado tenha-se acentuado em decorrência da substituição do consórcio milho/soja, por milho e, principalmente, por feijão solteiro, cujos preços se apresentavam mais estimulantes.

A nível de Estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense continuou sendo a maior produtora, respondendo, na safra 1982/83, por cerca de 64,3% da produção estadual, seguindo-lhe em importância, as microrregiões Campos de Curitibanos, com 14,5%, Colonial do Rio do Peixe com 10,0% e Planalto de Canoinhas com 9,9%. No conjunto, essas quatro microrregiões responderam por 98,7% da produção catarinense.

Na safra 1982/83, a redução de 9,0% na área plantada foi creditada, a exemplo da safra anterior, aos seguintes fatores: financiamento de custeio baseado em apenas 50% do VBC para os grandes e 70% para os médios produtores; aumento significativo nos custos de produção; fixação do preço-base em apenas Cr\$ 1.800,00/sc; comportamento negativo dos preços recebidos pelos produtores; perspectivas não promissoras de preços no mercado internacional e tendência à substituição de soja por feijão, principalmente nas pequenas propriedades.

Apesar dos percalços sofridos pela cultura na fase de plantio - excesso de chuvas em outubro/novembro/82 que ocasionou atraso no plantio, erosão e redução no "stand" das lavouras - a normalização das condições climáticas, a partir de dezembro até abril, gerou perspectivas de que o rendimento médio poderia alcançar níveis recordes para Santa Catarina. No entanto, o excesso de chuvas que ocorreu em maio/junho frustrou as expectativas, tendo

alcançado somente 405,4 mil toneladas, ou 32,5% menos do que as 600 mil previstas em abril. Além da redução na produção, as adversidades climáticas foram responsáveis também pela perda total da produção em aproximadamente 45.000 hectares.

As perdas da produção catarinense só não foram maiores, porque mais de 50% das lavouras já se encontravam colhidas antes da chuvarada, sendo que deste percentual, grande parcela correspondia a culturas mecanizadas (solteiras), cujos rendimentos, além de serem normalmente superiores aos das lavouras consorciadas, apresentaram-se mais elevados do que os tradicionalmente obtidos.

Embora o decréscimo de produção tenha-se constituído, por si só, em um fato desalentador para a economia catarinense, os maiores reflexos foram sentidos pelos pequenos produtores, cujas lavouras foram as mais prejudicadas. Isto porque, enquanto se estimou que entre 70 e 80% das culturas mecanizadas haviam sido colhidas antes das chuvas, apenas 10% das culturas consorciadas, ou mesmo solteiras de pequena dimensão, tinham sido colhidas até aquela época.

No contexto nacional, Santa Catarina, participou com 405.400 t - 2,8% da produção - e situou-se como o 8º produtor brasileiro de soja, precedido por ordem de importância dos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

A produção brasileira de soja, que chegou a ser estimada, ao final de abril, num nível de 16 milhões de toneladas, sofreu uma sensível quebra, em face dos prejuízos causados pelas chuvas nas lavouras do Sul do país. Mesmo assim, as 14,6 milhões de toneladas colhidas foram 14% superior à produção de 12,8 milhões obtidas na safra 1981/82.

A produção nacional de soja das últimas três safras e as estimativas para 1983/84 poderão ser visualizadas a seguir:



PRODUÇÃO BRASILEIRA DE SOJA, POR ESTADO,  
SAFRAS DE 1980/81 A 1982/83

(em 1.000 t)

UNIDADE DA FEDERAÇÃO	S A F R A S			
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84 (*)
Paraná	5.246,0	4.200,0	4.315,0	4.599/4.840
Rio Grande do Sul	6.090,0	4.196,0	5.268,9	5.704/5.968
Mato Grosso do Sul	1.389,0	1.517,0	1.801,0	1.827/1.938
São Paulo	1.088,0	993,0	966,0	912/956
Goiás	407,0	560,0	690,3	822/846
Santa Catarina	686,0	534,0	405,4	526/587
Minas Gerais	284,0	390,0	477,5	510/540
Mato Grosso	225,0	372,0	622,6	855/900
Distrito Federal	25,5	32,3	39,8	60/80
Bahia	1,1	0,4	4,2	10
<b>TOTAL</b>	<b>15.441,6</b>	<b>12.794,7</b>	<b>14.590,7</b>	<b>15.825/16.665</b>

(\*) Estimativa: Safras & Mercado (nº 312)

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Para 1983/84, as estimativas do IBGE/GCEA-SC de dezembro, indicavam para Santa Catarina um plantio da ordem de 437.000 ha e uma produção de 568,0 mil toneladas. Estes números, quando comparados aos da safra passada, apresentam uma evolução de 8,0% na área de cultivo e de 40,0% na produção.

O espetacular aumento das cotações de soja no mercado internacional e as boas perspectivas de preços futuros - em face da quebra na safra americana - influíram significativamente para uma elevada intenção de plantio. No entanto, a escassez de sementes - principalmente das variedades tardias para o plantio consorciado - e o elevado preço das mesmas refrearam uma maior expansão do cultivo da oleaginosa. Além disso, o alto custo dos investimentos para a cobertura de novas frentes mecanizadas tornou esse processo muito oneroso, deduzindo-se daí que o crescimento do cultivo mecanizado ocorreu somente em função da recuperação de algumas parcelas de área que a cultura havia perdido anteriormente para o feijão.

Já o aumento estimado de 40% na produção está centrado

exclusivamente na perspectiva de que as condições climáticas se apresentem normais até a colheita, fato que proporcionaria um retorno do rendimento médio aos níveis de safras normais.

A ocorrência em outubro de ventos e granizo em áreas localizadas do Oeste e a presença de geadas, principalmente nas microrregiões do Planalto, não chegaram a prejudicar a cultura, uma vez que o plantio, no momento daqueles acontecimentos, estava recém iniciado e com muita semente ainda em germinação. Por outro lado, apesar de algumas seqüelas que forçosamente advirão das estiagens da primeira quinzena de dezembro, as perspectivas, ao final do ano, eram de que a soja, ainda venha a apresentar um bom desempenho.

A produção estadual de sementes, cujo montante alcançou entre 14.000/15.000 t, foi insuficiente para cobrir as necessidades estaduais avaliadas em cerca de 21.000 t. A escassez de sementes fiscalizadas, obrigou o produtor, ao contrário de anos anteriores - quando exportava excedentes - a trazer sementes de outros estados, principalmente do Rio Grande do Sul.

Estima-se que cerca de 70% da área seja plantada com sementes fiscalizadas, cujos preços em setembro/83 oscilaram entre Cr\$ 20.000,00/25.000,00/sc para as variedades precoces e alcançaram até Cr\$ 35.000,00/sc para as variedades tardias. Em outubro, os preços das variedades normais atingiram até Cr\$ 31.000,00/sc em Videira, e as variedades tardias alcançaram até Cr\$ 45.000,00/sc em São Miguel D'Oeste.

A área de plantio da nova safra brasileira apresentou uma tendência de crescimento superior à inicial, em face, principalmente, da melhor expectativa de plantio nos estados do Paraná, Goiás e Rio Grande do Sul. As últimas previsões apontavam para uma área de plantio entre 9,0 e 9,1 milhões de hectares, ou um incremento entre 6 e 8% sobre a área cultivada na safra anterior. Apesar de a tecnologia utilizada em algumas regiões produtoras ser inferior à usual - menor uso de fertilizantes e maior utilização de sementes próprias - as perspectivas de produção, contando naturalmente com condições climáticas favoráveis, são de um potencial entre 15,8 e 16,7 milhões de toneladas.

A produção de soja no Brasil, nos últimos anos pode ser vista a seguir:

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DE SOJA, BRASIL,  
SAFRAS DE 1972/73 A 1983/84

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1972/73	3.615	5.012	1.386
1973/74	5.143	7.877	1.532
1974/75	5.825	9.893	1.698
1975/76	6.417	11.227	1.750
1976/77	7.070	12.513	1.770
1977/78	7.782	9.541	1.226
1978/79	8.256	10.240	1.240
1979/80	8.774	15.156	1.727
1980/81	8.485	14.978	1.765
1981/82	8.202	12.810	1.562
1982/83	8.486	14.591	1.719
1983/84 <sup>(*)</sup>	9.088	16.245	1.788

(\*) Média das previsões de novembro de Safras & Mercado

Fonte: IBGE

Ainda que os reajustes médios dos VBCs tenham-se situado em 129,1%, aproximadamente igual ao índice inflacionário do período (127,3% de julho/82 a junho/83) e aos percentuais de aumento dos custos variáveis de produção, há que se considerar que os reajustes foram consignados sobre os VBCs da safra passada, os quais já se encontravam bastante defasados para a época. Para esta safra, os VBCs encontram-se ainda mais defasados, cerca de 25% a menos do que os custos variáveis de produção calculados em junho pelo Instituto CEPA/SC:

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SAFRAS DE 1982/83 E 1983/84

FAIXA DE PRODUÇÃO VIDADE (kg/ha)	SAFRA 1982/83 (Cr\$/ha)	SAFRA 1983/84 (Cr\$/ha)	VARIAÇÃO (%)
Até 1.250	31.700	74.500	135,02
De 1.251 a 1.500	35.000	80.100	128,86
De 1.501 a 1.750	41.200	98.200	138,35
De 1.751 a 2.000	46.900	106.700	127,51
De 2.001 a 2.400	54.100	124.600	130,31
Acima de 2.400	59.700	131.300	119,93

Fonte: CFP

Além do descompasso entre o desembolso efetivo e o Valor Básico de Custeio já ser bastante significativo para aquele momento, e com tendência a crescer até a época do plantio em outubro/novembro, tem-se que considerar também que os empréstimos de custeio foram concedidos com base em apenas 40% do VBC para os grandes e 60% para os médios produtores, fato que agravou ainda mais aquela diferença.

O preço-base para a safra 1982/83, que havia sido estabelecido em julho/82, em Cr\$ 1.800,00/sc alcançou o preço mínimo de Cr\$ 2.552,40/sc após sofrer as correções do INPC no período julho/82 a fevereiro/83. Para a safra 1983/84 o preço base foi estabelecido em Cr\$ 4.338,00/sc, projetando-se para fevereiro, após corrigidos pela variação das ORTNs, do período, o valor de Cr\$ ... 7.275,00/sc.

A produção estadual, que tradicionalmente tem sido insuficiente para abastecer as indústrias catarinenses, neste ano, esteve muito aquém, em face da frustração da safra. Para atender a operacionalização do parque esmagador de grãos do estado, cuja capacidade nominal é estimada em 1.350.000 t, as empresas tiveram de adquirir, neste ano de 1983, volumes mais expressivos de grãos em outros estados.

Estima-se que a comercialização das produções microrregionais seguiu aproximadamente o seguinte fluxo:

- Das 40.000 t colhidas na microrregião Planalto de Canoinhas, uma parcela foi comercializada para o mercado do Paraná, e a maior parte para as indústrias de Gaspar e Videira.

- As 301.000 t produzidas nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe destinaram-se primordialmente às indústrias da própria região e também uma pequena parcela para o mercado do Paraná.

- As 59.000 t produzidas na microrregião Campos de Curitiba foram comercializadas, principalmente, com as indústrias de Joaçaba, Videira e Gaspar.

A produção sulamericana de soja para 1983/84 está avaliada entre 21 e 22 milhões de toneladas (Brasil, Argentina e Paraguai). Isto representa um incremento em potencial de 13%, ou entre 2,5 e 3,3 milhões de toneladas a mais do que a parcialmente frustrada safra deste ano. Esse incremento da produção deverá ocorrer não só em função do aumento de 8 a 9% na área de plantio no Brasil, mas também pelo aumento esperado de 15,0% no cultivo da Argentina e de cerca de 20% no Paraguai.

A produção americana de 1983/84 situou-se em 41,8 milhões de toneladas, ou 31,1% a menos do que as 60,68 milhões colhidas no ano passado. Esse recuo deveu-se não somente à redução de 12% na área plantada, mas principalmente à frustração causada pela severa estiagem que se abateu sobre as regiões produtoras dos Estados Unidos.

A produção mundial, por sua vez, segundo as últimas informações, deverá situar-se, em 1983/84, ao redor de 78,5 milhões de toneladas, ou 17,5% inferior à produção colhida na safra 1982/83.

PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA, SAFRAS DE 1981/82 A 1983/84

(em milhões de t)

PAÍS	SAFRA 1981/82	SAFRA 1982/83	SAFRA 1983/84
EUA	54,40	60,68	41,83
Brasil	12,80	14,75	16,20 (1)
China	9,20	9,03	9,50
Argentina	4,00	3,57	4,70
Paraguai	0,60	0,50	0,62
Outros	5,10	6,60	5,62
TOTAL	86,10	95,13	78,47

(1) Potencial da produção brasileira, contra 15,3 milhões estimadas pelo USDA.

Fonte: USDA (novembro/83)

Segundo as estimativas do USDA de dezembro, o estoque mundial de soja grão para a temporada 1983/84 deverá se situar ao redor de 10,15 milhões de toneladas, ou 43% menor do que as 17,72 milhões de toneladas estimadas para a temporada que passou.

No que tange às exportações brasileiras, a elevação acentuada dos preços da soja e seus derivados, no mercado internacional, beneficiou a receita cambial. Assim, o ano de 83 poderá apresentar uma receita em torno de 2,5 bilhões de dólares, o que configura um aumento de 17% sobre os US\$ 2,14 bilhões exportados em 1982. Já a receita líquida deste ano (descontadas as importações pelo regime de draw-back) deverá se situar também ao redor de 2,5 bilhões de dólares - as importações estão estimadas em apenas 50 mil toneladas de grãos - contra somente US\$ 1,82 bilhão do ano passado.

A evolução das exportações e das importações brasileiras do complexo soja, nos últimos tempos, e considerando apenas o desempenho no ano civil (janeiro/dezembro), pode ser visto a seguir:

COMPLEXO SOJA, BRASIL, COMÉRCIO EXTERIOR, 1981 A 1984

	(em 1.000 t)			
	1981	1982	1983 <sup>(1)</sup>	1984 <sup>(2)</sup>
<u>Exportações</u>				
- Grãos	1.450	501	1.300	1.500
- Farelo	8.891	7.800	8.000	8.000/8.500
- Óleo	1.281	849	900	900/1.000
- TOTAL	11.622	9.150	10.200	10.400/11.000
<u>Importações</u>				
- Grãos	931	1.252	50	200
- Óleo	-	22	-	-
- TOTAL	931	1.274	50	200
TOTAL LÍQUIDO	10.691	7.876	10.150	10.200/10.800

(1) Previsões revisadas

(2) Projeções iniciais

Nota: ano civil - não confundir com ano comercial que vai de fevereiro a janeiro.

Fonte: Safras & Mercado

Para 1984, considerou-se a expectativa de um forte cres

cimento na produção e diante do esperado incremento de preços é possível formular a hipótese de que as exportações do complexo soja possam alcançar um montante entre 3,0 e 3,5 milhões de dólares, fato que, ao se confirmar, poderia superar o recorde de quase 3,2 bilhões de dólares alcançados em 1981.

Com relação à oferta/demanda brasileira de 1983, o Boletim Safras & Mercado nº 312, estima que as importações, no ano comercial (fev/jan) deverão se situar entre 500/100.000 toneladas de grãos e 30 t de óleo. Por outro lado, a oferta total, no mesmo período, foi estimada em torno de 15,3 milhões de toneladas de grãos, 10,46 milhões de toneladas de farelo e 2,63 milhões de toneladas de óleo. As necessidades internas de óleo e farelo foram estimadas em 1,55 e 2,5 milhões de toneladas, respectivamente.

OFERTA/DEMANDA DE DERIVADOS DE SOJA, BRASIL, ANO COMERCIAL <sup>(1)</sup> DE 1983/84 E PREVISÃO PARA 1984/85

	GRÃOS		FARELO		ÓLEO	
	1983/84 <sup>(2)</sup>	1984/85 <sup>(3)</sup>	1983/84 <sup>(2)</sup>	1984/85 <sup>(3)</sup>	1983/84 <sup>(2)</sup>	1984/85 <sup>(3)</sup>
<u>Oferta</u>	<u>15.309</u>	<u>16.804</u>	<u>10.459</u>	<u>10.777</u>	<u>2.629</u>	<u>2.711</u>
. Estoque inicial	549	209	494	159	181	149
. Produção	14.685	16.245	9.965	10.618	2.418	2.562
. Importação	75	350	-	-	30	-
<u>Demanda</u>	<u>15.100</u>	<u>16.450</u>	<u>10.300</u>	<u>10.400</u>	<u>2.480</u>	<u>2.530</u>
. Moagem interna	12.900	13.700	-	-	-	-
. Exportação	1.200	1.750	8.000	8.000	930	950
. Sementes e outros	1.000	1.000	-	-	-	-
. Consumo interno	-	-	2.300	2.400	1.550	1.580
<u>Estoque final</u>	<u>209</u>	<u>354</u>	<u>159</u>	<u>377</u>	<u>149</u>	<u>181</u>

(1) Ano comercial (fev/jan)

(2) previsões

(3) projeções

Fonte: Safras & Mercado (novembro/83)

No mercado internacional, as cotações da soja que ao final de 1982 já apresentavam sinais de recuperação, continuavam a

mostrar movimentos ascendentes até meados de fevereiro, em decorrência principalmente, do plano apresentado pelo Governo americano de reduzir a área de plantio de cereais naquele país (Programa PIK).

De meados de fevereiro até meados de março, os preços da soja voltaram a cair influenciados pela grande oferta do produto e pelas facilidades de crédito ofertado pelo Governo americano aos compradores de soja daquele país.

A partir da segunda quinzena de março, as cotações apresentaram tendência de recuperação em face da divulgação pelo USDA de que os produtores americanos estavam efetivamente se engajando no programa de produção da área de plantio. A elevação substancial dos preços em abril e a estabilidade verificada no início de maio, deveu-se principalmente pelas indicações fornecidas pela ASA (American Soybean Association), de que a área a ser plantada com soja nos Estados Unidos iria cair em 11% com relação à safra anterior. No entanto, o relatório divulgado pelo USDA, em maio, dando conta de que a redução de plantio nos Estados Unidos seria de apenas 9%, e prevendo um elevado estoque americano para o final da temporada, fizeram com que os preços oscilassem em baixa, o que foi agravado, no final daquele mês, pela grande liquidação de posições e fetuadas na Bolsa de Chicago pelos produtores americanos que estavam temerosos quanto à eficiência do programa de garantia dos cereais (PIK).

Refletindo as possibilidades de crescimento modesto na demanda mundial de soja e da possibilidade de os Estados Unidos plantarem uma área de soja maior do que o previsto em decorrência do atraso do plantio de milho, as cotações internacionais da soja mostraram-se declinantes durante a maior parte do mês de julho. Entretanto, o anúncio da redução efetiva de 12% na área de plantio americana aliado ao tempo quente na fase de desenvolvimento da cultura foram responsáveis pela queda substancial da produção americana. Esse fato fortaleceu o mercado com as cotações da soja tendo evoluído aproximadamente US\$ 100,00/t no período de um mês (US\$ 345,68/t). A partir daí, os preços começaram a sofrer uma forte resistência em sua marcha ascendente, tendendo a oscilar em baixa.

A reavaliação para maior da safra americana, a estimati



va de estoques mundiais mais otimistas apresentados pelo USDA, em novembro, as boas notícias sobre a safra sulamericana de soja e a redução da demanda, aliadas e um mercado essencialmente técnico (final de mês) foram os principais fatores fundamentalistas responsáveis pelas baixas em novembro.

Contudo, no médio e longo prazos, existem possibilidades de reversão nas tendências dos preços, não só em face da menor oferta mundial de oleaginosas, especialmente da soja, cujos estoques poderão ser consumidos até set/84, mas também pela possibilidade de as safras brasileira e argentina sofrerem uma pequena redução em relação às perspectivas atuais, já que os números anunciados estão beirando o limite superior de aumento.

No mercado interno estadual, a comercialização que esteve praticamente estagnada, desde a maxidesvalorização do cruzeiro e da instituição do imposto de exportação, em fevereiro/83, voltou a reativar-se a partir de 15 de março, quando foi anunciada a redução da taxa das exportações de 20 para 5% - essa taxa que deveria vigorar até 31 de março de 1984. A partir daí, os preços internos subiram consideravelmente, impulsionados não só pela diminuição da taxa mas também pela redução da produção nacional e pela frustração da safra americana, acompanhando o movimento das cotações internacionais. No entanto, no período junho/agosto os preços internos se mostraram mais altos do que a paridade internacional, em face da pequena oferta de grãos. Desde setembro, até o final do ano, os preços internos praticamente estabilizaram-se ao redor de Cr\$ 14.000,00/15.000,00/sc, não só em face de os preços internacionais mostrarem-se em baixa, mas também pelo pequeno volume físico disponível para negociação e pela decisão da CACEX de suspender as vendas ao exterior em setembro/outubro. Essa decisão da CACEX, sobre a suspensão das exportações, foi tomada, em decorrência da constatação de que as vendas ultrapassavam os excedentes exportáveis e poderiam prejudicar o abastecimento interno.

"Para evitar a propagação das pressões inflacionárias causadas pela maxidesvalorização, o Governo decidiu controlar os preços internos do óleo de soja e das margarinas. Os reajustes nesses produtos, conforme Portaria CIP nº 13, não poderiam ser superiores aos 90% da correção monetária (ORTN) sobre os preços vigentes em outubro de 1982, até 31 de agosto de 1983. Esse percentual

foi revisto no final de julho, conforme a Portaria CIP nº 16, ficando estabelecido que os aumentos não poderão ser superiores a 80% da ORTN, para um preço-base de Cr\$ 7.387,00 computados 16% de ICM e pagamento em 30 dias. Outra medida tomada pelo Governo, que inclui todos os derivados de soja, foi a redução de 25% no montante dos financiamentos subsidiados às exportações de produtos industrializados (Resolução BACEN nº 674). O financiamento, que é feito com base na receita de exportação obtida por empresa no ano anterior, no caso do farelo e do óleo de soja em bruto, teve seu percentual reduzido de 9% para 7%; no caso do óleo de soja refinado a granel, de 12% para 9%; e no caso do refinado enaltado, de 20% para 15%<sup>(1)</sup>.

A evolução dos preços do complexo soja, durante o ano de 1983, pode ser visualizada a seguir:

PREÇOS MENSAIS DE SOJA E DERIVADOS, 1983

MÊS	SOJA GRÃO		ÓLEO REFINA- DO B.C.SP (Cr\$/lata 20 ℓ)	FARELO B.C.SP (Cr\$/kg)
	Mercado Cata- rinense (Cr\$/sc)	Bolsa de Chica- go - 1 <sup>a</sup> entre- ga (US\$/t)		
Janeiro	2.878	213,85	3.450	57
Fevereiro	2.950	217,42	3.400	58
Março	3.750	217,90	3.725	63
Abril	4.360	233,72	4.483	77
Mai	4.760	228,36	5.138	82
Junho	5.050	221,41	5.888	89
Julho	6.450	240,95	6.538	96
Agosto	11.150	309,40	10.125	160
Setembro	15.000	329,55	15.700	238
Outubro	14.000	310,29	16.213	225
Novembro	14.500	300,28	15.350	225
Dezembro	14.600	285,61	15.350	225

OBS.: Os preços representam a média aritmética mensal

Fonte: FECOAGRO (cotações de Chicago e mercado catarinense)

Safras & Mercado (cotações do óleo refinado na Bolsa de Ce-  
reais de São Paulo).

Elaboração: Instituto CEPA/SC

(1) SITUAÇÃO interna soja. Prognóstico 83/84, São Paulo (12):135, 1983.

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA

TRAÇÃO ANIMAL

RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.620 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 3 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	30.280	36.695	16.600	3.302	86.877	21.209	108.086	4.003
Jun/83	45.390	53.220	27.390	4.652	130.652	35.804	165.456	6.138
Set/83	68.530	66.645	33.200	11.482	179.857	60.259	240.116	8.893
Nov/83	87.409	92.140	35.972	12.089	227.610	75.900	303.510	11.241

Fonte: Instituto CEPA/SC

CUSTO DE PRODUÇÃO DA SOJA

TRAÇÃO MOTORA

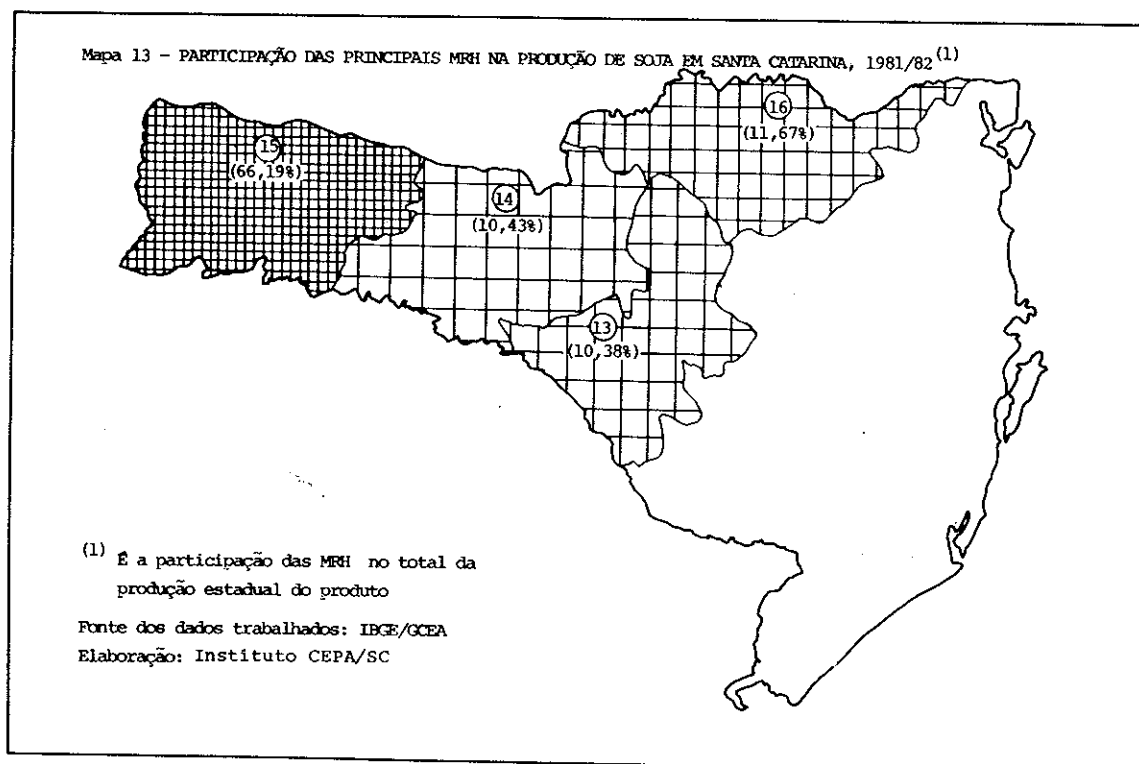
RENDIMENTO MÉDIO PREVISTO: 1.800 kg/ha

ÁREA MÉDIA CULTIVADA: 60 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ha	CUSTO POR SACA
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Mar/83	47.037	44.910	700	3.704	96.351	18.772	115.123	3.837
Jun/83	73.985	57.050	1.155	5.204	137.394	31.102	168.496	5.617
Set/83	98.351	86.700	1.400	12.683	199.134	56.859	255.993	8.533
Nov/83	136.793	120.727	1.517	13.384	272.421	70.866	343.287	11.443

Fonte: Instituto CEPA/SC



### 3.13. Tomate

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA, SAFRA DE 1975/76 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84 <sup>(1)</sup>	1.500	42.000	28.000

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC(dez/83)

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

A tomaticultura em Santa Catarina é uma atividade que congrega pequenos e tradicionais produtores rurais.

Absorve em torno de 3.200 agricultores que cultivam, em média, 0,50 ha por ano agrícola e que enfrentam sérios problemas na venda de suas produções, dada a precariedade do sistema de comércio existente no estado. Ficam, dessa forma, com um produto altamente perecível à mercê dos intermediários, o que torna muito inseguro o sucesso econômico desse empreendimento agrícola.

Essa inadequada estrutura de comercialização tem repercutido sobremaneira sobre a cotação do produto, a nível de produtor e, talvez, seja a maior responsável pelo pequeno ganho de área que a atividade apresentou nos últimos anos, apesar das invejáveis condições de clima e solo aqui existentes e que permitem o cultivo do tomate em todos os meses do ano tendo em conta os diversos microclimas encontrados no Estado.

Em decorrência do exposto, Santa Catarina é ainda dependente, em certas épocas do ano, da produção de outras unidades da

Federação, a fim de suprir a sua demanda interna, calculada em 2.000 t/mês. Essa dependência é mais acentuada nos meses de agosto, setembro, outubro e novembro, época em que a produção catarinense é praticamente nula e, em menor grau, nos demais meses do ano, quando ocorre um superávit em termos de produção. Mesmo assim são efetuadas importações mensais, tendo em vista o não escalonamento correto de plantio e a ineficácia do comércio praticado. Acrescente-se, também, o fato de que os atacadistas instalados, e que operam em maior volume com frutas, completam suas cargas na CEASA/PR e na CEAGESP, com hortaliças, entre as quais se inclui, em quantidade bastante significativa, o tomate.

Embora cultivado em todo o estado, há algumas regiões, no entanto, onde a atividade apresenta uma importância mais significativa, dada as características como clima mais propício, ou proximidade de maiores centros consumidores. É o caso particular das microrregiões dos Campos de Lages, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, Carbonífera, Florianópolis e Colonial de Joinville que, juntas, respondem por mais de 70% da área normalmente implantada com tomate em Santa Catarina.

A colheita é processada durante todo o ano com concentração nos meses de janeiro a março na região do planalto serrano, e nos meses de abril a julho no litoral catarinense.

Estimados preliminarmente em 1.400 ha de área de cultivo 30.000 kg/ha de rendimento médio e uma produção bruta de 42.000 t, a safra catarinense de tomate, referente ao ano agrícola 1982/83, apresentou como dados finais, levantados pela Fundação IBGE/GCEA-SC, uma área efetivamente implantada de 1.545 ha, onde foram produzidas 33.694 t do produto. O rendimento médio obtido foi de apenas 21.808 kg/ha e constituiu-se na menor produtividade alcançada nos últimos dez anos.

Tais fatos decorreram das péssimas condições de clima verificados durante praticamente todo o período de cultivo, com chuvas excessivas que, em certas épocas, impediram a correta realização dos tratamentos fitossanitários e todas as demais tarefas necessárias ao bom desempenho das lavouras.

As áreas mais afetadas e onde os prejuízos fizeram-se sentir mais significativamente foram as localizadas nas microrregiões de Florianópolis, Colonial Serrana Catarinense, Colonial de

Blumenau, Colonial do Alto Itajaí e Colonial de Joinville, tidas como mais tradicionais no cultivo de hortaliças, quer pela proximidade a grandes centros consumidores, quer pelo hábito alimentar de seus habitantes.

As fortes e constantes chuvas verificadas, além de impedirem a correta condução dos campos de produção, provocaram, em certas regiões, transbordamento de rios que causaram a destruição total de muitas áreas e interditaram vias de escoamento, comprometendo seriamente o abastecimento estadual do produto. Assim sendo, houve a necessidade da importação, em determinados meses do ano de 1983, de um maior volume de tomate de outros estados, uma vez que a produção local, além de insuficiente para atender a demanda, era formada de um produto de péssima qualidade.

Os dados de rendimento médio e de produção obtidos nessa safra, se comparados aos inicialmente previstos e que certamente seriam alcançados não fossem as adversidades climáticas, mostram reduções da ordem de 27,30% e de 17,77%, respectivamente. Em relação à safra 1981/82, os valores dessa última também se situaram em níveis inferiores, à exceção do item de área cultivada que ficou em patamar idêntico ao de safras passadas. A produção foi menor em 13,33%, e o rendimento médio involuiu em 20,05%.

Em termos nacionais as últimas estimativas - ainda sujeitas a alterações - para a safra 1982/83 da Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias - CEPAGRO, órgão da Fundação IBGE, indicam uma área de plantio da ordem de 48.778 ha e uma produção bruta que deverá oscilar ao redor de 1.590.282 t.

Apesar de todos os entraves ocorridos, o estado catarinense ainda se destacou como o 129 produtor nacional dessa hortaliça.

Na tabela a seguir são mostrados os valores de área plantada e de produção obtida no país, na última safra, nos principais estados produtores, bem como as suas participações relativas na área plantada e no total de produção alcançada.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE, SAFRA 1982/83<sup>(\*)</sup>

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PLAN- TADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
			Área	Produção
Maranhão	401	10.132	0,82	0,64
Ceará	1.381	39.809	2,83	2,50
Paraíba	1.382	40.792	2,83	2,57
Pernambuco	4.531	120.434	9,29	7,57
Sergipe	153	1.881	0,31	0,12
Bahia	3.917	102.888	8,03	6,47
Minas Gerais	4.040	146.521	8,28	9,21
Espírito Santo	845	40.794	1,73	2,57
Rio de Janeiro	2.742	127.715	5,62	8,03
São Paulo	21.050	758.280	43,16	47,68
Paraná	1.090	46.000	2,24	2,89
Santa Catarina	1.545	33.694	3,17	2,12
Rio Grande do Sul	3.283	42.904	6,73	2,70
Mato Grosso do Sul	118	3.500	0,24	0,22
Mato Grosso	70	2.116	0,16	0,13
Goiás	1.246	53.329	2,56	3,35
Distrito Federal	188	9.400	0,39	0,59
Outros	787	10.093	1,61	0,64
<b>TOTAL</b>	<b>48.778</b>	<b>1.590.282</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(\*) Dados sujeitos a modificação

Fonte: IBGE/GEPAGRO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Além de suprir a maior parte da demanda interna catarinense, a produção aqui obtida na safra 1982/83 serviu, também, para atender algumas das necessidades de outras unidades da Federação, em especial Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, estados que se constituem nos maiores importadores do produto catarinense.

Segundo informações do Grupo de Acompanhamento Conjuntural de Hortigranjeiros da Companhia Brasileira de Alimentos - COBAL, a remessa de produto catarinense enviado à comercialização atingiu até out/83 8.578,50 t, somente nas várias Centrais de Abastecimento do país e no entreposto Terminal de São Paulo, da

Companhia de Entrepostos de Armazenagens Gerais do Estado de São Paulo - CEAGESP. Os estados compradores, além dos já mencionados anteriormente, foram Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

As microrregiões catarinenses ofertantes do produto foram Joinville, Florianópolis, Campos de Lages, Campos de Curitiba e Carbonífera.

De acordo com estimativas do Instituto CEPA/SC, 18.000 t a 20.000 t de tomate devem ter sido comercializadas no Estado, no ano de 1983. Incluem-se nesses totais, além do produto local, as importações efetuadas, notadamente dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Somente na CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina, localizada no município de São José, responsável pelo disciplinamento e abastecimento de hortigranjeiros, a nível de atacado, da região de Grande Florianópolis, foi movimentado, durante o ano em análise, um total de 4.237,10 t do produto.

A participação catarinense no "quantum" de tomate ofertado alcançou a 2.266,30 t, merecendo destaque, em função do volume enviado à comercialização, os municípios de São José, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, Rancho Queimado, Angelina, Anitápolis e Urubici.

A oferta restante (1.970,80 t), foi composta por remessas efetuadas pelos estados de São Paulo (1.024,42 t), Paraná (552,28 t), Minas Gerais (391,50 t) e Rio Grande do Sul (2,60 t).

Os volumes movimentados mensalmente, durante o ano de 1983, na CEASA/SC - unidade de São José, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo, nos anos de 1982 e 1983, são mostrados na tabela a seguir:



VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC, EM  
1983, E PREÇOS MÉDIOS DE COMERCIALIZAÇÃO, EM 1982 E 1983

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS (Cr\$/kg)					
		Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
		1982	1983	1982	1983	1982	1983
Jan	304,21	14,00	55,00	16,80	79,40	30,09	115,58
Fev	367,75	20,00	55,00	25,78	74,02	43,34	99,03
Mar	299,37	22,00	55,00	30,50	77,17	51,41	111,02
Abr	252,28	22,00	100,00	31,22	143,32	52,56	201,60
Mai	265,94	23,00	85,00	39,45	113,53	63,83	183,21
Jun	291,32	35,00	80,00	46,09	120,51	70,57	166,41
Jul	287,91	40,00	70,00	47,76	88,66	72,03	163,20
Ago	478,05	42,50	120,00	59,30	158,85	85,59	227,50
Set	418,48	50,00	120,00	65,05	147,82	94,24	211,84
Out	451,80	50,00	145,00	65,32	172,52	88,63	230,94
Nov	450,53	50,00	150,00	63,64	180,35	97,89	268,71
Dez	369,46	60,00	100,00	75,99	137,18	112,44	153,42

(\*) Preços coletados pelo Instituto CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(\*\*) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Para o ano agrícola 1983/84, as últimas informações do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, indicam, para Santa Catarina, uma área de cultivo da ordem de 1.500 ha. A produção a ser colhida deverá situar-se ao redor de 42.000 t, com um rendimento médio de 28.000 kg/ha.

As condições climáticas, à exceção das chuvas ocorridas no mês de julho, têm sido favoráveis a todas as operações de cultivo, encontrando-se as atividades de preparo do solo, sementeira e transplante de mudas dentro do cronograma estipulado para a cultura.

A área já implantada, até o final de dezembro, é avaliada em cerca de 1.305 ha.

A colheita desta safra, iniciada em outubro próximo passado, prossegue dentro do escalonamento previsto. A área já colhida é avaliada em 180 ha, onde foram produzidas em torno de 5.000 t de tomate.

As cotações médias recebidas pelos produtores, na presente safra, situaram-se entre Cr\$ 100,00/kg e Cr\$ 150,00/kg, para o produto de classificação "Extra AA".

O encerramento das operações de plantio e colheita, da safra 1983/84, deverá ocorrer em junho e outubro próximos.

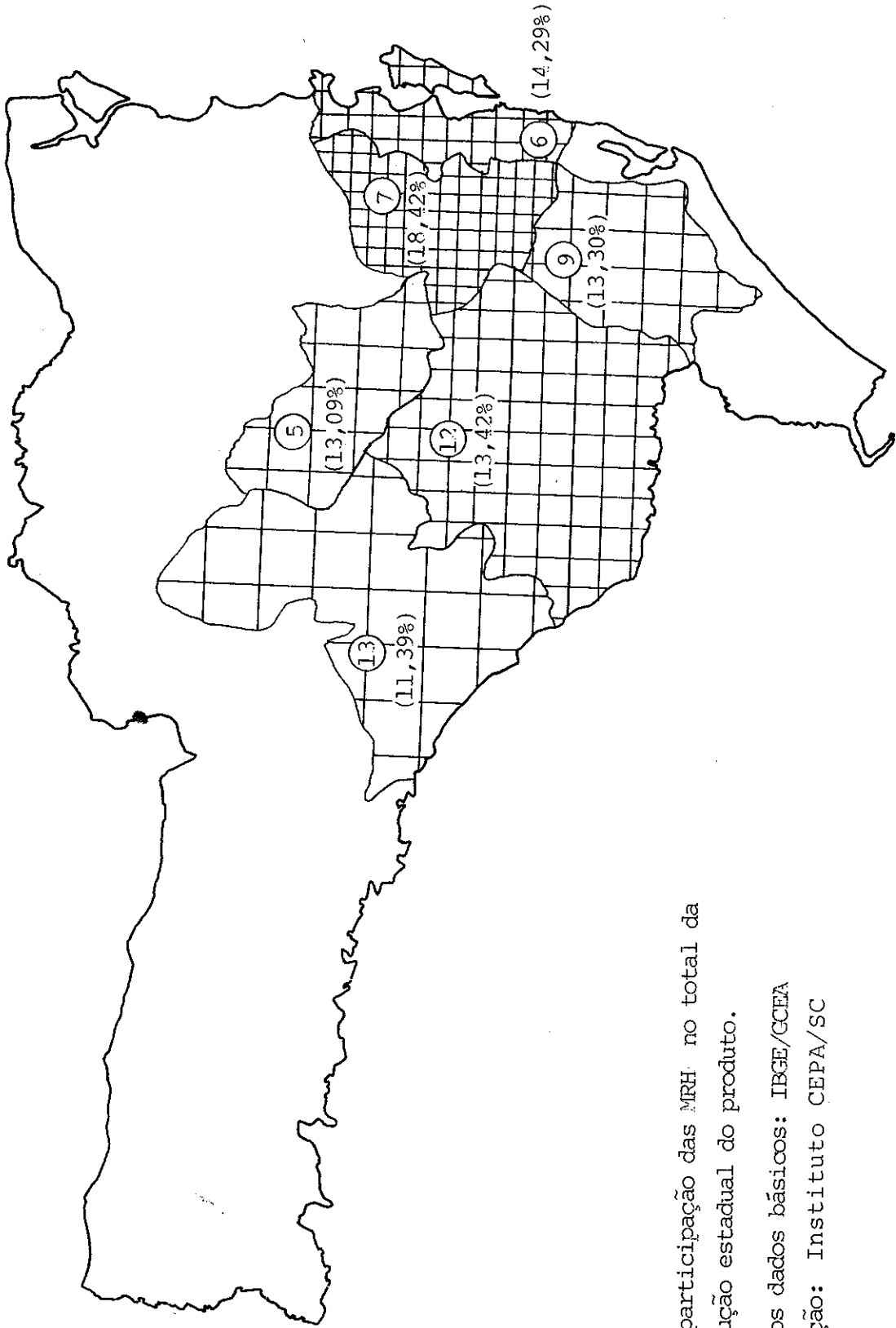
Em termos nacionais, as previsões para a próxima safra, segundo a Comissão Especial de Planejamento, Controle e Avaliação das Estatísticas Agropecuárias da Fundação IBGE, estão indicando uma área de cultivo de 34.901 ha e produção esperada da ordem de 1.202.504 t.

Os valores previstos para esta safra, por estado produtor, são mostrados na tabela a seguir:

PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TOMATE -  
SAFRA 1983/83 - REGIÃO CENTRO-SUL DO PAÍS

ESTADO PRODUTOR	ÁREA PREVISTA A SER IMPLANTADA (ha)	PRODUÇÃO ESPERADA (t)	RENDIMENTO MÉDIO ESPERADO (kg/ha)
Minas Gerais	5.000	169.250	33.850
Espírito Santo	1.077	54.785	50.868
Rio de Janeiro	2.691	121.095	45.000
São Paulo	19.000	658.692	34.668
Paraná	1.000	45.000	45.000
Santa Catarina	1.500	42.000	28.000
Rio Grande do Sul	3.014	47.174	15.652
Mato Grosso do Sul	130	3.682	28.323
Mato Grosso	79	2.116	26.785
Goiás	1.200	48.000	40.000
Distrito Federal	210	10.710	51.000
TOTAL	34.901	1.202.504	34.455

Mapa 14 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA PRODUÇÃO DE TOMATE EM SANTA CATARINA 1981/82 (1)



(1) É a participação das MRH no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: IBGE/CCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

### 3.14. Trigo

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1983/84

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/hg)
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1080/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84 <sup>(1)</sup>	18.000	17.280	960

(1) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em Santa Catarina, o cultivo do trigo já teve uma significância bastante superior à atual. Até meados da década de 70, quando a motomecanização ainda era incipiente, a área plantada com trigo situava-se ao redor de 100.000 ha, tendo alcançado até 150.000 ha na década de 50 (safra 1952/53). A maior expressão dessa atividade no passado recente, se devia não só à tradição dos agricultores em cultivar o cereal para o auto-consumo, principal-mente no Oeste, mas também em face de os preços da farinha, a nível de comércio, situarem-se em níveis reais ou próximo a estes.

A progressiva ingerência governamental, subsidiando os preços do grão aos moinhos e por conseqüência os da farinha a nível de consumidor, além de ter estimulado o consumo desta em substituição muitas vezes, a outros produtos básicos da produção interna, também desestimulou o plantio, principalmente por parte dos pequenos produtores, que viram mais vantagens em comprar a farinha, a preço baixo, do que em correr o risco de produzir o próprio trigo. Por outro lado, o sistema de distribuição de cotas aos maiores moinhos (trigo subsidiado) inviabilizou a operacionaliza-ção dos moinhos coloniais, fato que contribuiu também para deses-

timular o cultivo do cereal pelos pequenos produtores.

Além disso, a ocorrência de fatores climáticos adversos e a relativa instabilidade da política oficial de preços e de financiamento à atividade colaboraram para que a produção apresentasse sensível declínio, tendo alcançado seu nível mais baixo na safra 1978/79, quando foram plantados 4.587 ha e colhidas somente 3.791 toneladas.

Atualmente, apesar de o estado contar com significativa parcela de áreas motomecanizadas, o cultivo do trigo tem-se mostrado insignificante e, mesmo assim, vem apresentando flutuações bastante acentuadas de um ano para outro. Essas flutuações na área plantada dependem de diversos fatores, entre os quais sobressaem-se as políticas de preços e de crédito (VBC) e, principalmente, o rendimento obtido na safra anterior. Esse último é o que se tem mostrado de maior peso, tanto que é normal esperar-se crescimento da área plantada, quando na safra anterior o rendimento das lavouras mostrou-se favorável e decréscimos acentuados em anos subsequentes às safras frustradas.

Essa premissa aparece como verdadeira, já que na safra 1982/83 (ano 1982) o crescimento do plantio foi creditado principalmente ao bom desempenho que a cultura apresentou em termos de rendimento físico em 1981. Por outro lado, não se pode desprezar a influência de outros fatores, haja vista que, apesar de os Valores Básicos de Custeio terem se mostrado insuficientes, principalmente para os grandes e médios produtores, a fixação do preço de compra, arbitrado pelo Governo em US\$ 275,00/t, e que resultou em um preço final, em dezembro, de Cr\$ 4.164,00/sc, influiu positivamente na intenção de plantio com a área tendo alcançado 25.812 ha, ou 188% superior aos 8.953 ha cultivados em 1981 (safra 1981/82).

A produção, por sua vez, que inicialmente era estimada em 25.820 t, caiu para 13.650 t em decorrência de condições climáticas adversas, principalmente à época da colheita.

A incidência de chuvas e altas temperaturas, verificadas durante o transcorrer dos meses de julho e agosto, e a estiagem de setembro não chegaram a prejudicar a cultura. No entanto, a queda acentuada de chuvas em outubro e novembro e a ocorrência de geadas nos dias 14 e 19 de outubro (1982) causaram prejuízos significativos.

No Oeste, onde grande parte das lavouras encontrava-se na fase de maturação, embora as geadas não tivessem causado maiores problemas, o excesso de chuvas e a ocorrência de ventos acamaram o trigo e atrapalharam a colheita, acarretando prejuízos em parcelas significativas das lavouras. Já nas regiões do Planalto, onde o plantio ocorre mais tarde (junho/julho), os prejuízos correram por conta das geadas, que atingiram as lavouras nas fases de floração e formação de grãos, e também devido às chuvas na colheita, durante a segunda semana de novembro.

O preço-base de aquisição do cereal para a safra deste ano (1983/84) foi fixado pelo Governo, em Cr\$ 5.087,00/sc de 60 kg equivalente a US\$ 210,00 a tonelada, mantendo o valor real - em face da maxi-desvalorização de 30% - em comparação aos US\$ 275,00/t que vigoraram na safra anterior. Assim sendo, o preço-base para esta safra, comparado aos Cr\$ 2.434,00 da safra anterior, apresenta um reajuste de 109%, levemente superior aos 104% de inflação ocorrida no período.

Com a manutenção da correção mensal, os preços recebidos pelos produtores para o trigo dessa safra evoluiu de Cr\$ ... 5.087,00/sc, em abril, para Cr\$ 11.127,00/sc em dezembro.

Os Valores Básicos de Custeio para a safra 1983/84 e a variação percentual, quando comparados aos VBCs da safra anterior, podem ser visualizados a seguir:

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha) 1982	VBC (Cr\$/ha) 1983	VARIAÇÃO PERCENTUAL
Até 600	19.000	35.100	84,7
de 601 a 800	25.200	46.500	84,5
de 801 a 1.000	29.800	55.200	85,2
de 1.001 a 1.200	34.200	63.700	86,3
de 1.201 a 1.400	41.200	77.100	87,1
de 1.401 a 1.600	46.800	88.000	88,0

Fonte: CFP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

O reajuste médio dos VBCs, 86,3%, foi bastante inferior ao INPC do período (103,97% de fev/82 a fev/83). A defasagem des

tes reajustes somada ao baixo percentual de financiamento para os grandes e médios produtores - 40% e 60% do VBC, respectivamente - obrigou a um grande desembolso de recursos próprios para a formação das lavouras.

Este fato, aliado à elevação dos juros agrícolas de 45% para 60% (no caso das lavouras de inverno), à falta de sementes, ao atraso no plantio ocasionado pelo excesso de chuvas e à relativa frustração da safra passada foram os principais responsáveis pela retração no plantio, que nesta safra (1983/84) situou-se em torno de 18.000 ha. A retração do cultivo só não foi maior em face de a retirada do subsídio à farinha de trigo ter levado alguns pequenos produtores a retornarem à atividade.

Ainda que o plantio não tenha se realizado em condições favoráveis - excesso de umidade e ocorrência de erosão que levou parte do adubo e das sementes - e as constantes chuvas tenham a trapalhado o desenvolvimento vegetativo das lavouras, a cultura apresentou-se, de um modo geral, com bom aspecto até meados do mês de setembro.

A ocorrência de geadas, granizo, ventos e chuvas localizadas, na segunda quinzena de setembro, não chegaram a prejudicar de forma generalizada a produtividade das lavouras do Oeste e do Vale do Rio do Peixe. A exceção coube aos municípios de Abelardo Luz e Xanxerê, onde o rendimento médio apresentou uma quebra de aproximadamente 20% sobre o inicialmente esperado, em função não só daqueles fenômenos, mas também em decorrência da proliferação de doenças (ferrugem), principalmente na variedade CNT-10. Nas microrregiões do Planalto, e não obstante a alta incidência de ferrugem, as condições climáticas apresentaram-se favoráveis, tendo a colheita mostrado rendimentos significativamente superiores aos do ano passado.

No Oeste, o rendimento médio obtido oscilou entre 800 e 900 kg/ha, com o produto apresentando peso hectolítrico que variou de 68, em Abelardo Luz, a 75 em Cunha Porã.

Nas microrregiões do Planalto, a colheita teve início ao final da segunda quinzena de novembro, com os rendimentos tendo oscilado entre 900/1.100 kg/ha na região de Mafra e ao redor de 1.200 kg/ha em Campos Novos.

Embora a colheita já tenha se encerrado em dezembro, os dados finais somente serão conhecidos em janeiro/84. De qualquer forma permanecia, ao final do ano, a expectativa de que as 17.000 t inicialmente previstas serão alcançadas.

No âmbito estadual, o plantio de trigo continuou a predominar, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 84,5% do total da área plantada; Campos de Curitibanos com 8,8%; e Vale do Rio do Peixe, com 3,4%.

A nível de Brasil, a produção da safra 1982/83 (ano 1982), mesmo com o plantio tendo crescido em mais de 50% em relação à da safra anterior, acabou se transformando na pior dos últimos anos, em decorrência de condições climáticas desfavoráveis e da proliferação de doenças fúngicas nos dois principais estados produtores (Paraná e Rio Grande do Sul).

Para a atual safra, o plantio foi da ordem de 1,85 milhão de hectares, ou cerca de 37% menos que o anterior. A substancial redução na área cultivada - já era prevista em função da falta de sementes, do desestímulo resultante da frustração da safra passada e das mudanças da política econômica que elevaram os custos financeiros - foi acentuada em decorrência do impedimento do plantio causado pelo excesso de chuvas, principalmente no Paraná.

Não obstante a sensível redução da área, as condições climáticas favoráveis propiciaram bons rendimentos às lavouras, com a produção tendo alcançado cerca de 2,13 milhões de toneladas, contra 1,81 milhão do ano anterior.



ÁREA E PRODUÇÃO DE TRIGO, BRASIL, POR ESTADOS,  
SAFRAS DE 1982/83 E 1983/84

ESTADOS	ÁREA (EM 1.000 ha)		PRODUÇÃO (EM 1.000 t)	
	1982/83 <sup>(1)</sup>	1983/84 <sup>(2)</sup>	1982/83 <sup>(1)</sup>	1983/84 <sup>(2)</sup>
Paraná	1.175,0	908,0	1.025,0	1.050,0
Rio Grande do Sul	1.302,9	688,0	481,7	720,0
São Paulo	134,0	117,0	134,0	166,0
Mato Grosso do Sul	163,4	106,0	120,0	152,0
Minas Gerais	24,6	19,0	39,4	28,0
Santa Catarina	25,8	16,6	13,7	15,0
Goiás e D.F.	0,9	1,8	1,0	1,0
BRASIL	2.826,5	1.850,4	1.814,8	2.132,0

(1) Fonte: IBGE/CEPAGRO

(2) Estimativa: CETRIN (08/12/83)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Já a produção nacional de trigo dos últimos 10 anos po  
de ser visualizada a seguir.

PRODUÇÃO NACIONAL DE TRIGO, 1974 A 1983

ANO	ÁREA (1.000 ha)	PRODUÇÃO (1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1974	2.471	2.859	1.157
1975	2.932	1.788	610
1976	3.540	3.216	908
1977	3.153	2.066	655
1978	2.811	2.691	957
1979	3.831	2.927	764
1980	3.122	2.702	865
1981	1.920	2.209	1.151
1982	2.827	1.815	642
1983 <sup>(*)</sup>	1.850	2.132	1.152

(\*) Estimativa: CETRIN dez/83

Fonte: IBGE/CEPAGRO

Por sua vez, a produção mundial de trigo, estimada pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em novembro/83, foi a seguinte:

ESTIMATIVA MUNDIAL DA PRODUÇÃO DE TRIGO, POR PAÍS,  
SAFRA 1982/83 E 1983/84  
(em milhões de toneladas)

PAÍS	PRODUÇÃO		VARIÇÃO PERCENTUAL (b/a)
	1982/83 (a)	1983/84 (b)	
EUA	76,4	65,5	(-) 14,27
Canadá	27,6	26,5	(-) 3,99
Europa Ocidental	68,1	69,0	1,32
Europa Oriental	33,9	33,1	(-) 2,36
URSS	86,0	90,0	4,65
China	68,4	71,0	3,80
Índia	37,8	39,5	4,50
Turquia	13,8	13,0	(-) 5,80
Argentina	14,5	11,5	(-) 20,69
Austrália	8,7	17,0	95,40
Outros	44,1	45,3	2,72
<b>TOTAL MUNDIAL</b>	<b>479,3</b>	<b>481,4</b>	<b>0,44</b>

Fonte: USDA (nov/83)

A redução da safra americana de trigo foi parcialmente compensada pela elevação da produção em outros países grandes produtores, principalmente a União Soviética e a China. No entanto, a queda da produção americana de outros cereais e oleaginosas, que contribuiu para a elevação acentuada das cotações internacionais desses produtos, teve, também, embora em menor escala, repercussão nos preços do trigo. Na Bolsa de Chicago, as cotações que no início do ano vigoravam ao redor de US\$ 122,00/t evoluíram para US\$ 140,00/t em agosto. Já ao final do ano, a ampla oferta do produto a nível mundial e a estagnação da demanda de exportação, aliadas às quedas de cotações das "comodities" em geral, forçaram os preços do trigo para baixo.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES DO TRIGO, MERCADO FUTURO,  
BOLSA DE CHICAGO, 1983

MÊS	US\$/t <sup>(*)</sup>	MÊS	US\$/t
Janeiro	122,73	Julho	127,42
Fevereiro	123,95	Agosto	140,55
Março	122,55	Setembro	138,31
Abril	129,80	Outubro	134,00
Maiο	128,48	Novembro	125,91
Junho	127,23		

(\*) Os preços representam a média aritmética mensal

Fonte: Safras & Mercado

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Em 1982, o Brasil importou cerca de 4,2 milhões de toneladas de trigo, com um dispêndio de divisas da ordem de US\$ 630 milhões. Considerando a exígua produção nacional de 1982, cerca de 1,82 milhão de toneladas, a reserva de sementes para o plantio desta safra, e a expectativa de que com a gradativa retirada do subsídio o consumo tendesse a cair, a SUNAB, através da Portaria nº 001 de 28 de janeiro de 1983, fixou em 5,5 milhões de toneladas as previsões para o abastecimento do país em 1983. As cotas distribuídas aos moinhos foram fixadas em 2,9 milhões de toneladas para o 1º semestre e 2,6 milhões para o 2º semestre, sendo que, deste volume, cerca de 1,5 milhão de toneladas correspondem a trigo oriundo da produção nacional, e 4,0 milhões de toneladas seriam importadas. Segundo aquela mesma Portaria, as cotas distribuídas aos moinhos da Região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) deveriam montar a 845.653 toneladas para o ano de 1983.

No entanto, a expectativa de que o consumo nacional viesse a se situar em 5,5 milhões de toneladas não chegou a se confirmar, porque, apesar de a política de redução do consumo, através da retirada do subsídio, ter-se mostrado relativamente eficaz até início deste ano (tanto que o consumo caiu de 6,6 milhões de toneladas em 1980, para 5,8 milhões de toneladas em 1982), o mesmo não vem acontecendo atualmente. A farinha de trigo embora tenha sofrido sensível aumento, o fato é que os outros produtos alimen-

tares, como o arroz e o feijão, sofreram altas ainda maiores, fazendo com que o consumo de massas, ao invés de cair, viesse a aumentar.

A consequência mais palpável - da redução das cotas de moagem de 2,9 milhões de toneladas no primeiro semestre, para 2,6 milhões de toneladas para o 2º semestre - foi a acentuada falta de farinha que se verificou no final de agosto/início de setembro. Com isso o Governo viu-se forçado a estudar a liberação antecipada de cotas aos moinhos numa quantidade de 300 mil toneladas até início de dezembro, estimando-se que, até o final de 1983, tenha alcançado 400 mil toneladas. Esse volume extra, apesar de não ter inviabilizado o consumo para aquele ano, deverá forçar o Governo a aumentar suas importações em 1984. Isso porque, da produção da atual safra (2,1 milhões de toneladas) somente 1,6 a 1,7 milhão de toneladas serão destinadas ao consumo humano (devendo o restante servir como sementes para o plantio da próxima safra) e destas, grande parte já será consumida ainda neste ano. Daí conclui-se que, se o consumo permanecer ao redor de 5,8 milhões de toneladas em 1984, o Brasil precisará importar mais de 4,0 milhões de toneladas de trigo para cobrir as necessidades de consumo.

No que concerne aos preços de comercialização do trigo, teve prosseguimento a política de retirada gradativa de seus subsídios, só que neste ano com maior intensidade, em face do acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que previu a retirada total dos subsídios a curto prazo. Para tal, o Governo implementou, no transcorrer do ano, três reajustes nos preços do grão, sendo que o primeiro de 30% ocorreu em fevereiro, o segundo de 100% em junho, o terceiro de 40% em setembro.

Com isso, o grão de trigo com peso hectolítrico de 78 foi colocado à disposição dos moinhos aos preços de Cr\$ 35.290,00/t em fevereiro, Cr\$ 70.580,00/t em junho, Cr\$ 98.812,00/t em setembro, contra Cr\$ 27.144,00/t que vigorava desde maio de 1982 até fevereiro de 1983.

No entanto, ainda que os reajustes dos preços do grão tenham se situado em 264,0% de janeiro a dezembro de 1983, as constantes desvalorizações cambiais impediram um maior corte dos subsídios, tanto que serve de exemplo, o reajuste de 100% de julho - que naquele momento representou queda do subsídio de 70% para 40%

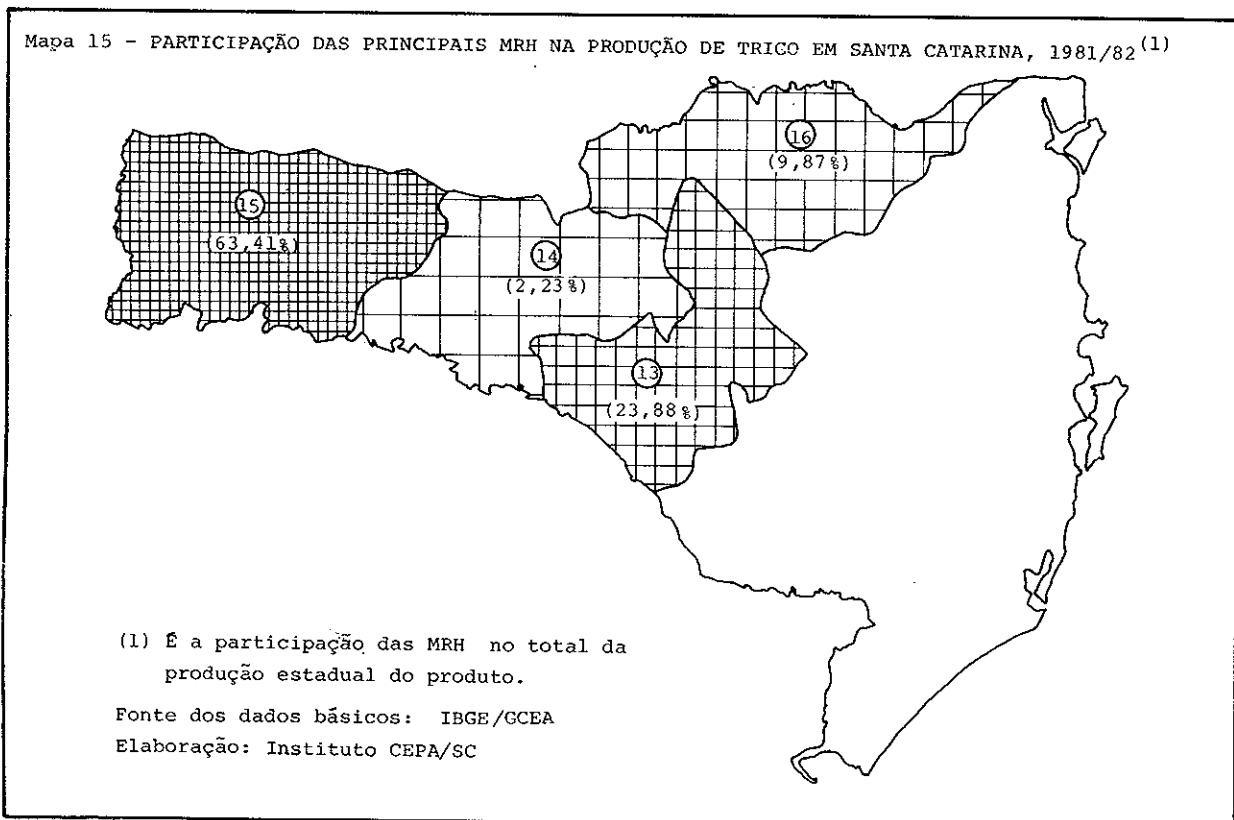
- mas que em setembro, antes do novo reajuste, já se encontrava novamente em 55%. Segundo declarações oficiais, espera-se que a conta-trigo venha a ser zerada até junho de 1984, o que indica aumentos substanciais nos preços do trigo, para o ano vindouro.

Os preços da farinha, por sua vez, apresentaram a seguinte evolução.

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DA FARINHA DE TRIGO  
- FOB MOINHOS -

FARINHA	MAIO/82	FEVEREIRO/83	JUNHO/83	SETEMBRO/83
Comum - kg	45,40	62,00	120,40	162,00
Comum - sc 50 kg	1.894,00	2.616,00	5.080,00	6.902,00
Especial - kg	56,40	78,0	151,50	204,00
Especial - sc 50 kg	2.424,00	3.348,00	6.503,00	8.834,00

Fonte: SUNAB



### 3.15. Uva

#### EVOLUÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1977/78 A 1982/83

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	4.043	57.323	14.178
1978/79	4.946	65.104	13.163
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.255	75.383	14.345
1981/82	5.080	80.530	15.852
1982/83	5.322	54.747	10.287
1983/84 (*)	5.400	64.800	12.000

(\*) Estimativa: IBGE/GCEA-SC

Fonte: IBGE/GCEA-SC

A videira, segundo o Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE, é cultivada, em Santa Catarina, por aproximadamente 25.000 estabelecimentos rurais, distribuídos por todo o estado.

Entretanto, a cultura adquire maior importância econômica na microrregião Colonial do Vale do Rio do Peixe (municípios de Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará, Fraiburgo, Rio das Antas) e Carbonífera (município de Urussanga), já que nessas regiões concentram-se os estabelecimentos que industrializam a uva.

Nas microrregiões acima citadas, concentram-se 66,27% da produção e 68,79% da área. Dos percentuais acima, a microrregião Colonial do Vale do Rio do Peixe participou com 58,00% da produção e 64,62% da área, enquanto a região Carbonífera contribuiu com 8,27% da produção e 4,17% da área.

Na microrregião Colonial do Oeste Catarinense, que participa com 18,73% da área e 21,86% da produção, a importância econômica da cultura é sensivelmente diminuída, porque praticamente toda a produção (96%) é consumida no próprio estabelecimento produtor.

Nas demais regiões do estado, a produção destina - se, principalmente, ao consumo no estabelecimento, embora haja uma comercialização relativamente pequena entre produtor e intermediário e entre produtor e consumidor (tabela 24 ).

A tabela a seguir mostra a distribuição da cultura nas diversas microrregiões do Estado.

DISTRIBUIÇÃO DA CULTURA DA VIDEIRA NAS DIVERSAS  
MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

MICRORREGIÃO	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO (kg/ha)
	Safra 1982/83	%	Safra 1982/83	%	
Col. de Blumenau	18	0,34	361	0,66	20,055
Col. Alto Itajaí	248	4,66	2.277	4,16	9,181
Col. Serrana Cat.	135	2,54	1.538	2,81	11.393
Carbonífera	222	4,17	4.526	8,27	20.387
Col. Sul Catarinense	54	1,01	446	0,81	8.259
Campos de Lages	11	0,21	154	0,28	14.000
Campos de Curitibanos	100	1,88	796	1,45	7.960
Col. do Rio do Peixe	3.439	64,62	31.747	58,00	9.231
Col. do Oeste Cat.	997	18,73	11.969	21,86	12.005
Plan. de Canoinhas	98	1,84	933	1,70	9.520
<b>SANTA CATARINA</b>	<b>5.322</b>	<b>100,00</b>	<b>54.747</b>	<b>100,00</b>	<b>10.287</b>

Fonte: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

As áreas plantadas e as produções dos principais municípios produtores do estado são mostradas na tabela 27.

A cultura tem apresentado, no decorrer dos anos, uma desuniformidade bastante acentuada, tanto na produção quanto no rendimento. Isso pode ser atribuído a diversos fatores que, nas várias safras, atuaram, às vezes, isoladamente e, às vezes, conjugando-se e fazendo com que o volume produzido caísse. Basicamente, as causas dessas variações seriam os preços baixos praticados, a modalidade de pagamento das indústrias aos produtores, e

as ocorrências climáticas desfavoráveis à videira. Aos fatores acima citados, pode-se acrescentar, também como causadores dos baixos rendimentos observados, o declínio produtivo de muitos pomares antigos, a entrada em produção de novos pomares e a baixa tecnologia adotada na maioria dos plantios.

A safra 1982/83 foi uma das mais baixas dos últimos anos, tanto em produção quanto em rendimento. Em relação à safra anterior (1981/82) houve uma redução de 32% e 35% na produção e no rendimento, respectivamente, que pode ser atribuída aos preços baixos praticados, na safra passada, à modalidade de pagamento (em prestações) das indústrias aos produtores que por isto diminuíram o nível de tecnologia empregada e às condições climáticas adversas - falta de frio na dormência, geadas na floração e excesso de chuvas durante o desenvolvimento vegetativo.

Para a próxima safra (1983/84) a produção está sendo estimada (IBGE/GCEA-SC) em 64.800 t, e o desenvolvimento da cultura tem se apresentado sem problemas significativos. A produtividade esperada é de 12.000 kg/ha.

A tabela a seguir identifica o destino da produção de videira colhida nas diversas MRH.

Tabela 24 - DESTINO DA UVA COLHIDA NAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA, 1980

MICRORREGIÃO	CONSUMO NO ESTAB.	ENTREGA COOPERATIVA	ENTREGA INDÚSTRIA	VENDA INTERMEDIÁRIOS	VENDA CONSUMIDOR	(%)
						OUTROS (NÃO IDENTIFICADOS)
Col.de Joinville	94,74	-	-	-	5,26	-
Lit.de Itajaí	97,22	-	-	-	2,78	-
Col.de Blumenau	59,58	-	3,72	4,84	31,86	-
Col.Itajaí Norte	63,93	-	-	10,95	25,12	-
Col.do Alto Itajaí	32,63	-	13,41	21,67	32,28	0,01
Florianópolis	39,13	-	-	42,03	18,84	-
Col.Serrana Cat.	72,05	-	0,60	15,65	11,63	0,07
Lit.de Laguna	46,67	-	-	46,67	6,66	-
Carbonífera	33,47	-	30,66	24,29	11,58	-
Lit.Sul Catarinense	100,00	-	-	-	-	-
Col.Sul Catarinense	85,42	-	6,73	0,90	6,95	-
Campos de Lages	67,43	-	-	27,30	5,27	-
Campos de Curitibanos	61,43	21,39	0,12	12,67	4,39	-
Col.Rio do Peixe	13,45	10,26	69,92	3,84	2,50	0,03
Col.Oeste Cat.	96,00	-	0,08	1,02	2,71	0,19
Plan.de Canoinhas	67,22	-	-	19,45	12,47	0,36
TOTAL	34,03	7,36	49,66	4,88	4,01	0,06

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC



Santa Catarina dedica-se, principalmente, ao cultivo de uvas comuns, tipo americana. A seguir, são apresentadas as variedades plantadas nos principais municípios produtores do estado.

VARIEDADES DE UVA PLANTADAS NOS PRINCIPAIS (\*)  
MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SANTA CATARINA, 1982/83

VARIEDADES	PÉS C/ATÉ 2 ANOS		PÉS C/MAIS DE 2 ANOS			ÁREA TOTAL (ha)
	Nº de Pés	Área (ha)	Nº de Pés	Produção (kg)	Área (ha)	
Alphose Lavalier	200	0,09	200	100	0,09	0,18
Zarbera	1.200	0,54	16.322	110.787	7,26	7,80
Zordeaux	18.786	8,41	150.670	834.173	67,27	75,68
Zuridin	-	-	150	-	0,06	0,06
Cabernet	500	0,22	153.135	358.101	68,78	69,00
Carnauba	-	-	1.200	7.200	0,54	0,54
Concord	-	-	11.196	12.362	4,98	4,98
Couderc	25.606	11,45	266.980	1.378.361	119,05	130,50
Golthe	682	0,30	30.434	183.988	13,63	13,93
Herbemont	200	0,09	21.712	152.714	9,47	9,56
IAC	-	-	210	1.206	0,09	0,09
Isabel	99.789	44,65	1.849.872	14.416.642	829,12	873,77
Jacques	-	-	3.876	19.954	1,72	1,72
Capasset	-	-	60.733	312.250	27,30	27,30
Malvasia	-	-	550	1.500	0,24	0,24
Merlot	-	-	83.137	430.423	37,20	37,20
Moscato	7.650	3,43	57.204	236.621	25,61	29,04
Niagara	64.331	28,72	823.387	3.985.975	368,23	396,95
Peverella	-	-	2.254	5.380	1,00	1,00
Pinot Blanc	-	-	135	1.500	0,06	0,06
Piravano	200	0,09	13.504	28.540	6,01	6,10
Riesling	6.405	2,88	21.297	45.144	9,57	12,45
Sangiovese	-	-	320	-	0,14	0,14
Seibel	7.375	3,29	170.851	880.783	76,19	79,48
Semillon	-	-	12	180	-	-
Seyve Villard	6.000	2,70	300	195	0,13	2,83
Syrah	-	-	200.153	138.418	90,06	90,06
Trebiano	-	-	15.503	54.053	6,96	6,96
Outras	2.950	1,32	3.000	21.364	1,32	2,64
Outras Americanas	520	0,23	7.730	23.710	3,47	3,70
Outras viníferas	-	-	7.069	7.000	3,17	3,17
<b>TOTAL</b>	<b>242.394</b>	<b>108,41</b>	<b>3.973.096</b>	<b>23.648.624</b>	<b>1.778,72</b>	<b>1.887,13</b>

(\*) As variedades plantadas referem-se aos municípios de Arroio Trinta, Caçador, Fraiburgo, Herval do Oeste, Pinheiro Preto, Pouso Redondo, Rio das Antas, Salto Veloso, Tangará, Videira, Pedras Grandes e Urussanga.

Fonte: MA/SNAD - SIPV/CP

Os sindicatos dos trabalhadores rurais da região vitícola do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, no seu "ESTUDO DO CUSTO DA PRODUÇÃO DA UVA COMUM - safra 1983/84", publicado em novembro de 1983, fizeram as seguintes constatações:

a) o custo médio de produção encontrado para essa safra (Cr\$ 99,67/kg) aumentou 148% em relação ao custo médio da safra anterior, e representa um aumento de 269% em relação ao preço mínimo básico fixado pela CFP na safra passada (Cr\$ 27,00/kg para 15 graus glucométricos);

b) o aumento médio dos preços dos diversos equipamentos foi de 172% (set/82 a set/83) - em igual período da safra anterior, o aumento foi da ordem de 78%;

c) o aumento médio dos preços dos diversos insumos foi de 185% (set/82 a set/83), enquanto na safra anterior havia sido de 89%;

d) esses aumentos estiveram acima do índice oficial da inflação (IGP-FGV) para o período (ago/82 a ago/83), que foi de 152,7%.

Segundo o SERV/DFA-SC, em 1983, vinte e quatro estabelecimentos da região de Videira vinificaram 15.078.396 kg de uva produzindo 11.188.569 litros de vinho. Nesta mesma região foram industrializados para suco 2.051.223 kg da uva, com uma produção de 1.556.032 litros de suco.

No sul do estado, sete estabelecimentos produziram 1.359.584 litros de vinho vinificando 1.849.882 kg de uva. Desse total, 1.640.360 kg, ou seja, 88,67% da uva industrializada foram adquiridas no Rio Grande do Sul, assim discriminadas:

UVAS TINTAS (kg)		UVAS BRANCAS (kg)	
Cabernet	36.920	Couderc	37.940
Bordeaux	861.020	Seibel	129.040
Isabel	503.240	Moscato	72.200
TOTAL	1.401.180	TOTAL	239.180

Tabela 25

## PRODUÇÃO DE VINHOS EM SANTA CATARINA, 1978 A 1983

ANO	(1.000 litros)			
	BRANCO	TINTO	ROSADO	TOTAL
1978	2.549	12.272	395	15.216
1979	2.117	16.697	919	19.733
1980	1.535	14.337	835	16.707
1981	3.635	16.516	928	21.079
1982	3.680	14.803	702	19.185
1983	2.614	8.462	1.471	12.547

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Tabela 26

PRODUÇÃO DE SUCOS DE UVA EM SANTA CATARINA,  
1977 A 1983

ANO	SUCO INTEGRAL (ℓ)	SUCO CONCENTRADO (kg)
1977	2.525.296	-
1978	1.973.701	-
1979	2.910.994	104.560
1980	1.994.617	-
1981	2.112.701	41.600
1982	2.447.576	-
1983	1.556.032	-

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Como pode ser observado na tabela 25, o comportamento da produção de vinhos tem sido cíclico em decorrência da desuniformidade da produção de uvas causada por fatores descritos anteriormente, principalmente as adversidades climáticas.

As principais regiões consumidoras de uva "in natura", no estado, são as regiões produtoras e a região litorânea. A nível nacional, os principais mercados consumidores da uva e do vinho produzidos no estado são: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.

Tabela 27

ÁREA E NÚMERO DE VIDEIRAS PLANTADAS NOS PRINCIPAIS  
MUNICÍPIOS PRODUTORES, SANTA CATARINA, 1982/83

MUNICÍPIO	PÉS COM ATÉ 2 ANOS		PÉS COM MAIS DE 2 ANOS		ÁREA TOTAL (ha)
	Nº de Pés	Área (ha)	Nº de Pés	Área (ha)	
Arroio Trinta	711	0,31	32.467	14,47	14,78
Caçador	60.919	27,28	473.261	212,05	239,33
Fraiburgo	12.777	5,73	505.584	227,23	232,96
Herval do Oeste	1.400	0,63	7.200	3,23	3,86
Pinheiro Preto	3.816	1,68	609.839	273,00	274,68
Pouso Redondo	-	-	11.900	5,35	5,35
Rio das Antas	13.954	6,21	110.007	49,18	55,39
Salto Veloso	4.426	1,97	59.118	26,11	28,08
Tangará	50.402	22,60	671.119	300,29	322,89
Videira	86.849	38,81	1.428.813	639,29	678,10
Pedras Grandes	4.985	2,23	44.395	19,84	22,07
Urussanga	2.155	0,96	19.393	8,68	9,64
TOTAL	242.394	108,41	3.973.096	1.778,72	1.887,13

Fonte: MA/SNAD - SIPV/CP

SITUAÇÃO DA UVA NO BRASIL, SAFRA DE 1982/83

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MÊS FI NAL DE COLHEI TA	ÁREA (ha)		PRODUÇÃO (t)		RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	
		Ocupada c/pés em produção	Colhida	Espera da	Obtida	Espera da	Obtida
Rio G. do Sul	abr	-	39.646	-	347.495	-	8.765
São Paulo	abr	-	9.194	-	141.460	-	15.386
Santa Catarina	mar	-	5.322	-	54.747	-	10.287
Paraná	mar	-	2.288	-	19.550	-	8.545
Minas Gerais	mar	-	945	-	3.933	-	4.162
Pernambuco	dez	541	-	5.410	-	10.000	-
Outras	-	170	-	830	-	4.882	-
BRASIL	-	58.106 <sup>(1)</sup>	-	573.425 <sup>(2)</sup>	-	9.869	-

(1) Inclui as áreas colhidas

(2) Inclui as produções obtidas

Fonte: IBGE/CEPAGRO (out/83)

No âmbito nacional, Santa Catarina ocupa a 3.<sup>a</sup> posição tanto em área quanto em volume de produção, concorrendo com 9,16% da área e com 9,54% da produção a ser obtida no país em 1983.

Com uma produção nacional, em 1983, de 573.425 t, contra 688.589 t verificadas em 1982, deverá ser inferior em 16,72%, quando comparada com a safra anterior.

Conforme dados da CACEX, o Brasil exportou, em 1982, um volume de 3.592 t de suco de uva, correspondendo a um montante de 2.797 mil dólares (FOB).

Segundo a mesma fonte as importações brasileiras de uvas frescas, em termo de valores, foram:

A N O	VALOR FOB (US\$ 1.000,00)
1978	3.819
197 <sup>o</sup>	3.171
1980	2.327
1981	2.537
1982	3.166

### 3.16. Produção Florestal

Santa Catarina apresentava, originalmente, ao redor de 80% de seu território cobertos com florestas. Isso fez com que a proximadamente dois terços da área do estado tivessem seu desenvolvimento econômico baseado na atividade madeireira, representa da por indústrias de serrarias, laminação, móveis e celulose.

As matas naturais, principalmente as de pinheiro, eram os principais sustentáculos dessas indústrias. Essas florestas estão sendo gradativamente extintas, embora o estado ainda apresente um percentual relativamente alto de cobertura florestal. A tualmente, ao redor de 33% da superfície de Santa Catarina estão cobertas com matas nativas primárias e secundárias. Acredita-se, no entanto, que somente 8% do estado possuam florestas passíveis de exploração econômica. O Paraná e o Rio Grande do Sul possuem, respectivamente, 3% e 2% com cobertura florestal.

Os reflorestamentos artificiais já substituem quase que integralmente a madeira de florestas nativas para o abasteci mento das indústrias de celulose e papel. Nas serrarias, a substituição está sendo aumentada, à medida que se obtêm toras com diâmetros maiores.

A situação acima está ocorrendo, em parte, devido à po lítica de reflorestamento através de Incentivos Fiscais, que ace lerou este processo de substituição e já liberou o país da depen dência externa de celulose e caminha para consolidar a auto sufi ciência na siderurgia a carvão vegetal.

Essa política iniciou em 1966 quando o Governo Federal percebeu que devido à demora no retorno do capital, os investimentos em reflorestamento eram pouco atraentes e criou a Lei 5.106 incentivando o plantio de florestas, mediante o abatimento do Imposto de Renda devido pelas pessoas físicas e jurídicas.

Em 1970, foi publicado o Decreto-Lei 1.134 que previa a dedução do Imposto de Renda para as pessoas jurídicas, observando-se determinados limites do Imposto de Renda devido na declaração de rendimentos, para aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tivessem sido aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF.

O Decreto-Lei 1.376, de 1974, alterou a legislação do Imposto de Renda relativo aos Incentivos Fiscais, principalmente no que tange a florestamento e reflorestamento e instituiu o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), o Fundo de Investimento da Amazônia (FINAM) e o Fundo de Investimento Setorial (FISSET), comprometendo, este último, os setores de turismo, pesca e reflorestamento.

A Portaria Normativa 001/IBDF/DR, de 1979, sistematizou a aplicação dos Incentivos Fiscais ao florestamento e reflorestamento, definindo todos os aspectos ligados ao encaminhamento legal das solicitações de incentivos.

Paralelamente à legislação que regulamenta e sistematiza a utilização dos Incentivos Fiscais, as Portarias 784, 707, 1.283, 1.384 e 1.683 regulamentam a reposição florestal a que estão obrigadas, pelos artigos 20 e 21 do Colégio Florestal (Lei 4.771/65), as empresas que consomem matéria-prima florestal.

Santa Catarina, estado com longa tradição nas atividades florestais, também se utilizou desta política para implantar grandes maciços florestais. As áreas aumentaram ano a ano, desde a criação dos Incentivos Fiscais, até atingirem, aproximadamente, 41.000 ha em 1973. Desse ano até 1978, mantiveram-se entre 30.000 e 40.000 ha/ano, tendo, a partir daí, começado a declinar, conforme pode ser observado nas tabelas e gráfico a seguir:

PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO DE CADA MICRORREGIÃO  
EM RELAÇÃO AO PROGRAMADO E EXECUTADO, 1966 A 1981

MICRORREGIÕES	TOTAL	
	Programado	Executado
Colonial de Joinville	10,20	9,58
Litoral de Itajaí	0,43	0,35
Colonial de Blumenau	4,00	3,03
Colonial de Itajaí Norte	0,85	0,78
Colonial do Alto Itajaí	2,01	1,41
Florianópolis	1,39	1,10
Colonial Serrana Catarinense	2,50	2,02
Litoral de Laguna	0,73	0,76
Carbonífera	0,92	0,63
Litoral Sul Catarinense	1,28	1,18
Colonial Sul Catarinense	0,43	0,17
Campos de Lages	17,51	19,34
Campos de Curitibanos	20,06	21,99
Colonial do Rio do Peixe	12,21	11,98
Colonial do Oeste Catarinense	5,55	5,02
Planalto de Canoinhas	19,93	21,21
ÁREA TOTAL PROJETADA (ha)	382.807,74	
ÁREA TOTAL EXECUTADA (ha)	330.057,92	
PERCENTUAL MÉDIO DE EXECUÇÃO	86,2%	

Fonte: MA/IBDF (Inventário Nacional das Florestas Plantadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina).

ÁREA TOTAL PROJETADA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR ANO DE PLANTIO E POR ESPÉCIE, ENGLOBALANDO TODAS AS LEIS

ANO DE PLANTIO	ESPÉCIES EXÓTICAS		ESPÉCIES NATIVAS		OUTRAS ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS	TOTAL
	Pinus spp.	Eucalyptus spp.	Araucária Angustifolia	Euterpe Edulis		
Anterior						
a 1966	932,56	145,91	37,70	-	87,13	1.203,30
1966	108,86	1,66	7,60	-	-	118,12
1967	2.724,44	12,50	28,10	-	29,47	2.794,51
1968	6.529,38	17,68	483,09	-	49,97	7.080,12
1969	10.823,41	295,60	824,81	-	90,67	12.034,49
1970	21.063,83	736,05	2.315,74	219,15	662,70	24.997,47
1971	24.460,97	1.321,70	2.942,41	499,20	279,83	29.504,11
1972	34.057,83	702,95	4.211,05	269,10	874,75	40.115,68
1973	34.525,73	1.265,98	3.348,61	963,78	1.024,97	41.127,07
1974	29.383,94	3.021,96	2.244,60	1.341,93	968,21	36.960,64
1975	31.423,74	4.046,67	1.783,32	1.127,08	1.971,03	40.351,84
1976	28.900,96	1.506,24	3.260,08	404,54	2.987,86	37.059,68
1977	22.759,27	2.256,32	4.910,17	398,60	1.339,51	31.663,87
1978	21.579,30	1.440,80	8.453,23	1.703,96	3.133,80	36.331,09
1979	12.342,97	595,42	2.902,95	1.006,95	1.942,27	18.790,56
1980	8.163,87	536,92	1.551,63	598,07	2.421,23	13.271,72
1981	4.977,79	3.042,59	928,46	-	454,63	9.403,47
TOTAL	294.756,85	20.946,95	40.233,55	8.532,36	18.338,03	382.807,74
%	77,0	5,5	10,5	2,2	4,8	100

Fonte: MA/IBDF (Inventário Nacional das Florestas plantadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, 1982).

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA ÁREA TOTAL PROJETADA POR ESPÉCIE - EXÓTICAS E NATIVAS, SANTA CATARINA, 1970 A 1981

(1970 = 100)

ANO	PINUS spp.	EUCALYPTUS spp.	ARAUCÁRIA ANGUSTIFOLIA	TOTAL GERAL
1971	116	180	127	118
1972	162	96	182	160
1973	164	172	145	164
1974	139	411	97	148
1975	149	550	77	161
1976	137	205	141	148
1977	108	307	212	127
1978	102	196	365	145
1979	59	81	125	75
1980	39	73	67	53
1981	24	413	40	38

Fonte: MA-IBDF (Inventário Nacional das Florestas plantadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina).



Entre os fatores que contribuíram para a diminuição da área reflorestada pode-se citar a revogação da Lei 5.106, o aumento da área mínima exigida, o aumento dos preços da terra e a diminuição na concessão de cartas-consulta.

Nos maciços florestais implantados foram usadas, predominantemente, as espécies pinheiro americano (*Pinus elliottii* e *Pinus taeda*), eucalipto (*Eucalyptus* sp), pinheiro brasileiro (*Araucária angustifolia*) e palmitreiro (*Euterpe edalis*).

As espécies *Pinus elliottii* e *Pinus taeda* são as utilizadas na quase totalidade dos reflorestamentos com essa conífera.

O uso dessas duas espécies foi incrementado, principalmente, por apresentarem crescimento rápido, rusticidade, facilidade de pegamento, abundância de sementes e técnicas silviculturais conhecidas. Isso pode ser comprovado observando-se povoamentos com bom desenvolvimento numa grande variedade de condições e dâficas e climáticas.

Os *Pinus* participam com 77% da área total dos reflorestamentos programados para Santa Catarina, enquanto a participação do gênero *Eucalyptus* nos programas de reflorestamento do estado é de 5,5% (até 1981).

Os maciços implantados com *Eucalyptus* apresentam grande heterogeneidade que é ocasionada, muitas vezes, pelo uso de sementes provenientes de árvores não selecionadas e pela escolha de espécies inadequadas. Isso tem levado a povoamentos mal formados, com bifurcação e, em certas ocasiões, sensíveis à geada.

A *Araucária angustifolia* tem sido a principal espécie florestal nativa utilizada, embora o reflorestamento com ela esteja sendo feito de maneira insatisfatória, tanto em quantidade quanto em qualidade.

Dada a exigência legal do plantio de 1% de nativas nos projetos beneficiados pelos Incentivos Fiscais, e devido à utilização generalizada de *Araucária Angustifolia* para cumprí-la, muitos plantios foram estabelecidos em locais não indicados tecnicamente. Além disso, o mau armazenamento e estratificação das sementes, a falta de tratamentos culturais adequados e os estoques de roedores e formigas, contribuem para a heterogeneidade de muitos

plantios.

Segundo a Delegacia Estadual do IBDF em Santa Catarina, foram projetados para plantio no estado 40.233 ha com Araucaria Angustifolia, entre 1966 e 1981, e a média de execução foi de 70%.

Além das espécies acima, outras são usadas nos programas de reflorestamento, mas nenhuma delas ocupa área expressiva, com exceção do palmitreiro (2,2% da área total) e do grupo das frutíferas (principalmente a macieira).

Com a crise da energia, em alguns locais, começa-se a dar atenção ao reflorestamento com bracatinga (Mimosa scabrella), que é uma espécie nativa de muitas regiões do estado e apresenta crescimento muito rápido.

Estima-se que em Santa Catarina, sejam consumidos cerca de 1.200.000 t de florestas nativas para fins energéticos, o que exigiria uma reposição anual da ordem de 16.128 ha. Como estão sendo implantados somente ao redor de 6.000 ha, há, anualmente, um déficit de 10.128 ha de reflorestamento para fins energéticos. Para o suprimento da demanda de papel e celulose e processamento mecânico estima-se um déficit de reflorestamento por volta de 30.000 ha.

A produção do setor florestal pode ser dividida em quatro subsetores: o madeireiro, o alimentício, o industrial e o energético.

O subsetor madeireiro, que desdobra a matéria - prima, produz madeira serrada e laminada, que embora possa ser destinada para uso final, fornece, em grande parte, insumos para outras indústrias, tais como as de móveis, compensados e aberturas. Este subsetor, atualmente, tem utilizado quantidades maiores de toras vindas da Amazônia e de toras provenientes de reflorestamentos de Pinus já em exploração no estado. A madeira de Pinus tem-se revelado excelente para mobiliário.

No subsetor alimentício, despontam duas espécies tradicionais nos hábitos da população sulina : a erva-mate (Ilex paraguariensis) e o palmitreiro. A política governamental, aliada à necessidade dos estabelecimentos industriais, garantiu o fornecimento de matéria-prima e incrementou o plantio do palmitreiro, que

alcançou uma área de 8.532 ha, em 1981. O plantio de novos ervais também aumentou significativamente nos últimos anos, podendo-se observar, inclusive, muitos ervais em implantação ou recentemente implantados por iniciativa dos próprios agricultores.

O subsetor industrial, que utiliza diretamente a árvore para transformá-la em produtos altamente diferenciados, é representado em Santa Catarina pela produção de óleo de sassafrás e pela produção de celulose sob a forma de pasta mecânica ou pasta química e, mais recentemente, a produção de papel em grandes instalações industriais no Planalto Catarinense, a partir, principalmente, de florestas plantadas com espécies exóticas.

O subsetor energético tem a tradicional aplicação doméstica na calefação, na região do Planalto e no preparo de alimentos. Com a crise petrolífera, a lenha adquiriu importância estratégica, pois possibilita a substituição de derivados de petróleo em instalações onde a energia elétrica é anti-econômica. Atualmente, já se observa a preocupação dos estabelecimentos industriais que consomem lenha, com a implantação de florestas de eucalipto cuja finalidade principal é a produção de lenha. Deve-se lembrar, também, que novos processos para transformar a lenha em carvão, gás, álcool e pó poderão substituir o petróleo e o carvão mineral em praticamente todas as aplicações.

A produção florestal, em 1983, foi grandemente afetada pelas condições climáticas adversas que se fizeram sentir em todo o estado no outono-inverno. Durante os meses em que as chuvas foram mais intensas, as atividades de muitas indústrias literalmente paralisaram, uma vez que não era possível retirar a matéria-prima e transportá-la até as indústrias.

A atividade florestal - principalmente no que se refere à implantação de novos maciços - que foi grandemente incrementada com o advento dos Incentivos Fiscais, deverá retrair-se à medida em que os mesmos forem diminuindo. Em 1984, deverão ser implantados somente 5.800 ha de florestas, com a utilização dos Incentivos Fiscais e a perspectiva é de que venham diminuir ainda mais, dadas às dificuldades financeiras do Governo Federal.

A seguir é apresentada a área reflorestada no estado, de acordo com os projetos protocolados no IBDF, nas diversas microrregiões.

ÁREA REFLORESTADA EM SANTA CATARINA, CONFORME PROJETO REGISTRADO NO IBDF,  
DE 1967 A MARÇO DE 1982

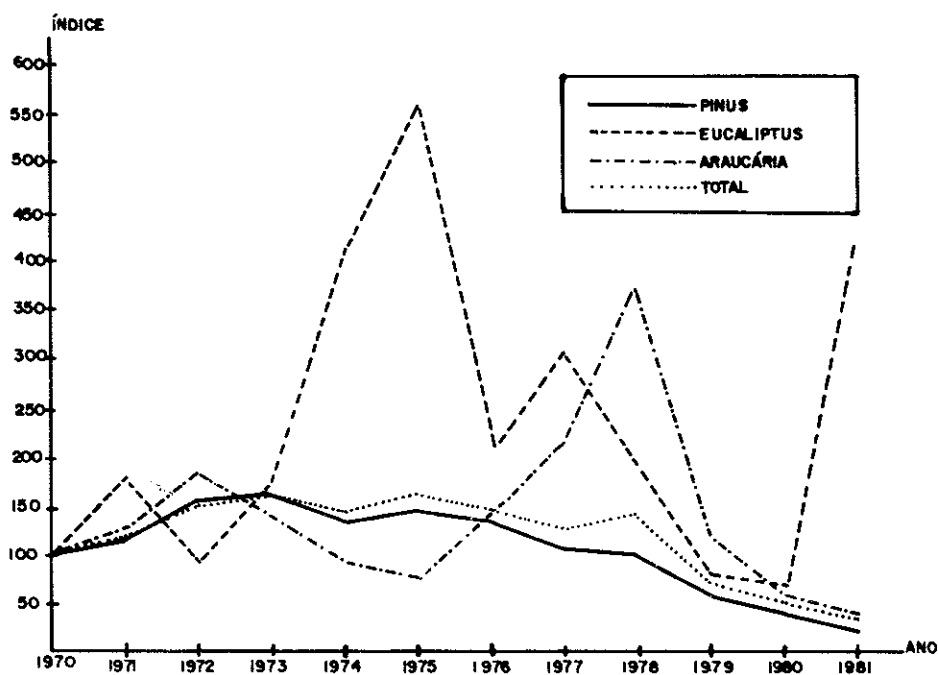
MRH	ESPÉCIES	(hectare)					TOTAL	
		ARAUCÁRIA	PINUS	FRUTÍFERAS	EUCALÍPTO	PALMITO		OUTRAS ESPÉCIES NATIVAS
Col.de Joinville		799,60	24.370,25	1.076,90	5.122,22	4.325,28	3.805,61	39.499,86
Lit.de Itajaí		5,00	1.045,80	-	714,20	319,90	118,51	2.203,41
Col.de Blumenau		702,61	9.347,77	-	2.063,33	1.887,49	2.166,61	16.167,81
Col.de Itajaí Norte		320,66	2.738,13	-	41,00	-	246,66	3.346,45
Col. Alto Itajaí		1.180,16	5.768,73	-	324,78	135,90	692,95	8.102,52
Florianópolis		53,85	3.229,38	-	1.795,25	296,00	860,00	6.234,48
Col.Serrana Catar.		605,83	7.894,60	-	911,74	50,07	268,07	9.730,31
Lit. de Laguna		37,20	1.455,10	-	936,70	892,00	105,25	3.426,25
Carbonífera		143,80	639,25	-	11.891,58	-	239,86	12.914,49
Lit. Sul Catarinense		-	2.909,08	-	12.940,15	-	33,84	15.883,07
Col. Sul Catarinense		12,00	314,40	-	4.781,30	90,00	104,60	5.302,30
Campos de Lages		4.754,40	65.875,40	103,60	1.240,56	-	161,00	72.134,96
Campos de Curitibaos		8.880,51	67.113,80	1.260,00	1.847,74	-	304,72	79.406,77
Col.do Rio do Peixe		12.285,55	34.252,07	1.199,61	1.231,25	-	927,88	49.896,36
Col. Oeste Catarinense		6.158,26	8.870,53	4.032,50	1.810,50	-	2.133,47	23.005,26
Plan.de Canoinhas		6.995,97	69.337,80	104,00	1.447,11	-	986,94	78.871,82
SANTA CATARINA		42.935,40	305.162,09	7.776,61	49.099,41	7.996,64	13.155,97	426.126,12

Fonte dos dados Básicos: IBDF/SC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

GRÁFICO I

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA ÁREA TOTAL PROJETADA, POR ESPÉCIE-  
EXÓTICAS E NATIVAS, SC. 1970 A 1981



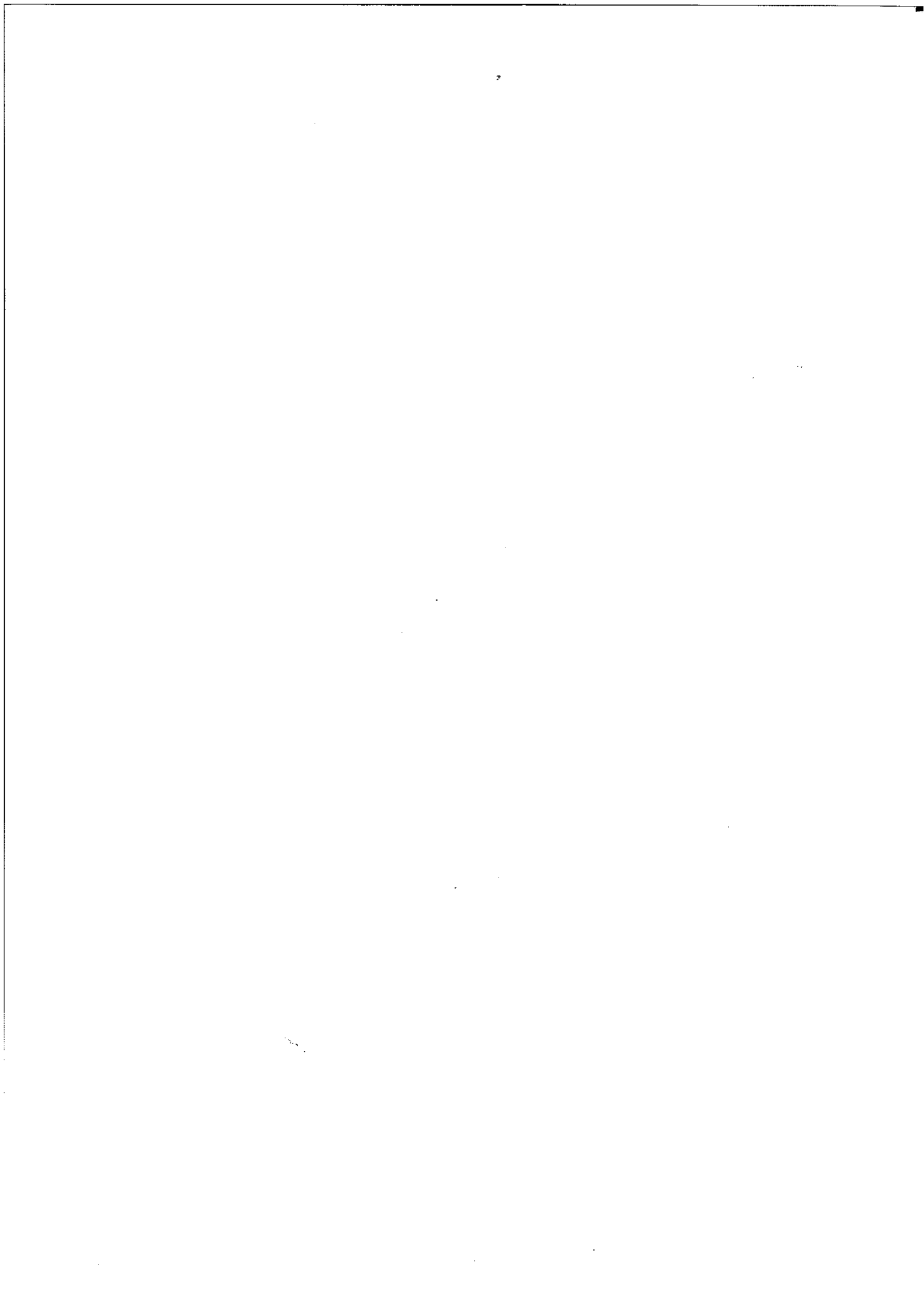
FORNE DOS DADOS BRUTOS: MA-IBDF

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC



## ***4- DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL***

**Avicultura, Bovinos de corte,  
Bovinos de leite, Mel de abelha,  
Pescado e Suínos**



#### 4.1. Avicultura

##### 4.1.1. Produção e Mercado Mundiais

A avicultura mundial comportou-se em expansão, em 1983. A taxa de 2,06% esperada está abaixo da média dos recentes anos. Embora até o início dos anos 80 crescesse acima de 5,0%, a partir de 1981 tendeu a apresentar crescimentos menores (tabela 28). Esses índices menores de incremento tiveram sua causa principal na recessão econômica. As quedas no consumo constatadas nos principais países produtores e consumidores impediram a continuidade do avanço da avicultura à semelhança dos anos 70. Também o comprometimento no abastecimento de grãos com elevação dos preços desses insumos foram fatores determinantes em alguns países, como Espanha, Holanda, Alemanha Ocidental, Hungria e Brasil.

O aumento da produção mundial de carne de aves num patamar inferior, apesar da demanda deprimida, deve-se, fundamentalmente, à penetração de carnes de aves em mercados de carnes vermelhas. Com um crescimento de 9,4% na participação da produção total de carnes, a avicultura deverá passar dos 21,01% em 1980, para 22,98% do total de carnes produzidas em 1983.

A mudança no comportamento dos consumidores norteou as tendências da produção, com exceção na Polônia e nos países fora da Comunidade Econômica Européia onde o consumo caiu para todas as carnes.

Os dados preliminares do comércio mundial de carne de aves indicaram aumentos para 1983. As expectativas cresceram 3,84%, passando de 1.693,0 para 1.758,0 mil toneladas métricas. O Brasil, a Comunidade Econômica Européia e os Estados Unidos serão os principais fornecedores mundiais. As previsões destacam como maiores exportadores em volume, a Comunidade Econômica Européia, o Brasil e os Estados Unidos, com 856,0, 315,0 e 287,0 mil toneladas métricas, respectivamente (tabela 29). As importações deverão crescer mais largamente, devido às necessidades da Polônia e URSS suprirem as suas deficiências. O Oriente Médio continua a ser o grande balizador do comércio internacional, ao lado da crescente presença do Japão como importador. Embora com uma perspectiva de aumento no volume comprado da ordem de 65 mil toneladas, esse incremen



to é insignificante diante das taxas dos anos de 1979 a 1982, onde as exportações evoluíram em 55% ao ano (tabela 36). Essa pequena recuperação na quantidade comercializada de carne de aves elevou o volume exportado para os níveis de 1981. A estabilização do movimento das exportações ficou mais comprometida nos anos recentes com a queda nas cotações do frango. Particularmente para o Brasil, que obteve cotações mais elevadas do que outros concorrentes no mercado externo, em razão da qualidade de seu produto, os preços em 1983 ficaram ao redor de 30% inferiores aos de 1981.

Com uma produção e comércio virtualmente iguais a 1981, devido à redução no consumo, e frustrando qualquer recuperação generalizada nos preços, a avicultura mundial, em 1983, teve seus custos elevados, pelo aumento das cotações das "commodities" (1).

Esse maior peso dos custos com a alimentação dos plantéis deu-se a partir do conhecimento da redução da safra americana de grãos, embora os preços destes já viessem desde o início do ano comprometendo o desempenho da atividade.

Sem uma conclusão definitiva para 1984 espera-se uma estabilização da produção mundial, sem afastar a possibilidade de um novo recuo na oferta. Se persistirem os preços altos para as "commodities" a tendência será de diminuição, com a ressalva de que a Comunidade Econômica Européia poderá se utilizar de alimentos alternativos. Todavia a maior expectativa está na dependência dos resultados a serem obtidos na safra sul americana de 1983/84, que poderá segurar os preços internacionais dos cereais e das oleaginosas. Contudo, cabe considerar que as cotações do frango comecem a apresentar sinais de movimentação para cima.

A continuidade da competição internacional através dos subsídios oferecidos pela Comunidade Econômica Européia e, a possibilidade dos americanos estimularem a sua produção em 1984, a postando numa recuperação econômica da atividade, a partir de um incremento nas exportações, afetarão os planos de expansão da avicultura nacional, baseada no aumento da procura internacional.

---

(1) Balizar essa informação, comparando-a com análises sobre milho e soja nesse documento.

Tabela 28

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE DE AVES, MÉDIA DE 1973 A 1977  
E ANUAL DE 1978 A 1983

(em mil t métricas)

PAÍS	MÉDIA 1973-77	1978	1979	1980	1981	1982 (a)	1983 (b)	PARTICI- PAÇÃO PERCEN- TUAL (EM 1983)	VARIACÃO ANUAL (b-a) X 100 a
U.R.S.S.	1.391	1.902	2.017	2.103	2.300	2.500	2.650	11,68	6,00
Itália	851	896	908	953	950	973	974	4,29	0,10
França	844	963	1.034	1.122	1.252	1.322	1.318	5,81	- 0,30
Japão	791	1.027	1.109	1.145	1.131	1.210	1.244	5,49	2,81
Grã-Bretanha	688	783	752	754	743	801	821	3,62	2,50
Espanha	662	755	748	771	886	890	870	3,84	- 2,25
Brasil	534	858	1.096	1.330	1.485	1.490	1.483	6,54	- 0,47
Canadá	455	484	539	530	543	538	544	2,40	1,12
México	328	388	404	476	522	564	565	2,49	0,18
Romênia	328	332	383	377	381	382	392	1,73	2,62
Holanda	327	347	359	376	399	410	375	1,65	- 8,54
Alemanha	290	350	364	374	380	377	359	1,58	- 4,77
Hungria	273	315	313	325	350	405	399	1,76	- 1,48
Polônia	257	380	421	445	454	190	200	0,88	5,26
Argentina	232	181	193	231	234	218	218	0,96	0,00
África do Sul	222	279	324	342	361	374	418	1,84	11,76
Austrália	196	245	271	313	303	277	280	1,23	1,08
Iugoslávia	192	254	267	276	290	295	305	1,34	3,39
Venezuela	150	188	191	232	264	304	312	1,38	2,63
<b>TOTAL</b>	<b>14.127</b>	<b>16.807</b>	<b>18.200</b>	<b>19.103</b>	<b>20.213</b>	<b>20.566</b>	<b>20.980</b>	<b>90,50</b>	<b>2,01</b>
<b>TOTAL DEMAIS PAÍSES</b>	<b>1.320</b>	<b>1.613</b>	<b>1.708</b>	<b>1.777</b>	<b>1.834</b>	<b>1.656</b>	<b>1.700</b>	<b>7,50</b>	<b>2,66</b>
<b>TOTAL MUNDIAL</b>	<b>15.447</b>	<b>18.420</b>	<b>19.908</b>	<b>20.880</b>	<b>22.047</b>	<b>22.222</b>	<b>22.680</b>	<b>100,00</b>	<b>2,06</b>

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 29

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE DE FRANGO, MÉDIA DE 1974 A 1978 E ANUAL DE 1979 A 1983

(mil t métricas)

PAÍS/MERCADO	MÉDIA 1974-78		1979		1980		1981		1982 (a)		1983 (b)		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL (EM 1983)		VARIACÃO ANUAL (b-a) X 100 a	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
	E.U.A.	148	-	228	-	316	-	375	-	261	-	287	-	16,33	-	9,96
C.E.E.	473	389	604	420	676	425	818	383	832	385	856	388	48,69	36,53	2,88	0,78
Leste Europeu	173	8	196	13	208	13	242	12	263	17	264	103	15,02	9,70	0,38	505,88
U.R.S.S.	-	71	-	140	-	159	-	253	-	240	-	250	-	23,54	-	4,17
Japão	2	39	-	72	-	72	-	98	-	112	-	117	-	11,02	-	4,46
Brasil	23	-	81	-	171	-	280	-	305	-	315	-	17,92	-	3,28	-
Canadá	3	23	2	30	6	22	5	28	2	30	3	30	0,17	2,83	50,00	-
Hong-Kong	-	36	1	79	1	88	1	88	1	104	2	102	0,11	9,60	100,00	-1,92
Egito	-	-	-	26	-	55	-	77	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>822</b>	<b>566</b>	<b>1.112</b>	<b>780</b>	<b>1.378</b>	<b>834</b>	<b>1.721</b>	<b>939</b>	<b>1.664</b>	<b>888</b>	<b>1.727</b>	<b>990</b>	<b>98,24</b>	<b>93,22</b>	<b>3,79</b>	<b>11,49</b>
<b>TOTAL OUTROS PAÍSES</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>52</b>	<b>67</b>	<b>57</b>	<b>65</b>	<b>38</b>	<b>91</b>	<b>29</b>	<b>71</b>	<b>31</b>	<b>72</b>	<b>1,76</b>	<b>6,78</b>	<b>6,30</b>	<b>1,41</b>
<b>TOTAL PAÍSES SELECIONADOS</b>	<b>852</b>	<b>590</b>	<b>1.164</b>	<b>847</b>	<b>1.435</b>	<b>899</b>	<b>1.759</b>	<b>1.030</b>	<b>1.693</b>	<b>959</b>	<b>1.758</b>	<b>1.062</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>3,84</b>	<b>10,74</b>

Fonte: USDA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

#### 4.1.2. Produção e Mercado Nacionais

A vulnerabilidade da avicultura brasileira está intrínseca a três componentes estruturais do processo produtivo.

No primeiro, tanto avicultores como industriais são dependentes da importação de material genético e de alguns insumos indispensáveis à manutenção da tecnologia adotada. A intensificação das restrições às importações e as sucessivas desvalorizações cambiais contribuíram para a elevação interna dos custos a partir de 1980.

No segundo, aparecem as exportações como desencadeado - ras do crescimento da produção, pois o consumidor brasileiro tem a preferência pela carne bovina. O mercado externo, a partir de 1980, assume preponderância sobre o interno, uma vez que os seus preços eram mais compensadores, ao lado de subsídios governamentais estimulantes. No período 1981-83 os preços internacionais começaram a declinar; a produção mundial aumenta, o consumo decresce e surge a competitividade, antes inexistente. Esses embaraços internacionais, as ineficiências de alguns exportadores e algumas dificuldades nos embarques tumultuaram as vendas externas e pressionaram a comercialização interna, influenciando nos preços, nos últimos dois anos, ao ponto de prejudicarem o desempenho da atividade.

O terceiro fator vulnerável relaciona-se com a política agrícola, a inconstância no abastecimento de grãos e a estrutura de armazenagem mal distribuída. As safras que vinham suprindo normalmente os anos de 1981 e 1982 permitiram ao Governo formar um estoque de 1,5 milhão de toneladas de milho, que foram exportados sem levar em consideração o consumo interno. Após a confirmação da frustração da safra 1982/83, a produção obtida não foi suficiente para atender com folga o consumo interno desse cereal. A soja por sua vez, acoplada ao mercado internacional, também sofreu os efeitos da quebra da safra americana e teve seus preços elevados. A não garantia no suprimento de grãos pelos interesses exportadores, com a finalidade de obter saldo positivo na balança comercial brasileira, tem comprometido a rentabilidade e prejudicado as possibilidades de ampliação do parque avícola no Brasil.

Os fatores estruturais interagindo determinaram, após

1980, índices de crescimento menores dos que até então foram obtidos. Em 1982, a atividade cresce apenas 6,3%. A tendência persiste com mais clareza em 1983, quando a produção decresceu 0,47%. Assim, o esvaziamento real dos salários ocasionando queda no consumo interno, a estagnação das exportações em volume, a queda dos preços internacionais e a vertiginosa elevação dos preços dos insumos acabaram por esvaziar os planos de expansão da avicultura nacional. Isto fica evidenciado pela análise das informações divulgadas pela Associação Brasileira de Produtores de Pintos de Corte, onde constata-se a perda de 5,67% no potencial de produção daquele segmento, em relação a 1982. A mesma fonte revela uma redução no alojamento de pintos, no período de janeiro a outubro/83, de 1,77% ficando a produção 21,25% abaixo de seu atual potencial produtivo.

Dessa forma, a avicultura brasileira, após ter atingido um estágio avançado de desenvolvimento, com absorção de tecnologia e equipamentos modernos, incluindo melhoria no manejo e defesa sanitária, encontra-se atualmente em fase de relativas dificuldades frente à situação econômica geral do País.

Pode-se afirmar que os melhores desempenhos conseguidos pela avicultura nacional se deram até 1979. De lá para cá, essa atividade manteve um ritmo menos acelerado, crescendo apenas nos estados mais preparados tecnologicamente e que tiveram o cuidado de organizar e adequar a produção às novas exigências dos mercados. Com os constantes comprometimentos dos custos de produção, cresceu quem tinha melhor controle do processo produtivo. Após 1979, tornou-se um empreendimento que passou a exigir contínuas remodelações, forçando a saída do mercado de muitos avicultores e industriais, fato mais sentido em 1983. No período 1979-83 a produção que mais evoluiu tecnicamente foi a catarinense, apesar de os preços reais do frango vivo e da carne terem sido decrescentes desde 1979.

Ainda que a participação da carne de frango no abastecimento interno, em relação as outras carnes, tenha aumentado significativamente nos últimos anos, o seu consumo ainda deixa muito a desejar. Conquanto, o consumo por habitante/ano no Brasil tenha aumentado aproximadamente 2,2 kg/ano, equivalendo a uma taxa média de 4% ao ano, é pouco provável que esse ritmo de crescimento

se mantenha no futuro próximo, uma vez que incrementos de demanda estão diretamente relacionados com os aumentos de renda.

A desaceleração do crescimento da avicultura constituiu numa resposta à depressão do consumo interno, que teve sua influência mais contundente a partir de junho/83. No primeiro semestre a atividade cresceu 3,7%, enquanto na segunda metade de 1983 a produção decresceu 4,46%, quando comparada com iguais períodos do ano anterior.

Comportamento um pouco diferenciado teve a avicultura catarinense, aumentando a sua produção durante o mesmo ano, em 1,6%. Porém, conquanto o consumo catarinense caiu 10,39% o brasileiro baixou apenas 3,3%. A menor participação da produção catarinense no mercado interno, em 40,9 mil toneladas e a queda no consumo regional foram compensados pelo aumento de 39,41% na participação das exportações brasileiras. A atividade avícola catarinense - mesmo com uma redução de 26,25% na comercialização regional em relação a 1982, devido à acentuada queda no consumo, com diminuição dos abates nos pequenos abatedouros - teve sua participação aumentada em 7,2% na produção e 6,4% na comercialização em termos nacionais, conquistando novas fatias e firmando nossas principais marcas no mercado brasileiro.

Tabela 30

PRODUÇÃO E MERCADO (\*) DE CARNE DE AVES, BRASIL E SANTA CATARINA, 1982 E 1983

DISCRIMINAÇÃO	(toneladas)						
	ANO	BRASIL		SANTA CATARINA		PARTICIP.% DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL	
		1982	1983	1982	1983	1982	1983
1. Produção	1.490.062	1.483.044	411.692	418.286	27,63	28,20	
2. Exportação	301.792	304.622	146.481	204.210	48,54	67,04	
3. Comerc. Nacional	1.188.270	1.178.422	155.811	114.911	13,11	9,75	
4. Consumo							
. Interno	1.188.270	1.178.422	107.870	99.165	9,08	8,42	
. Per capita/kg	9,35	9,04	27,9	25,0	-	-	

(\*) Não estão considerados os estoques ao final do ano

Fonte: Instituto CEPA/SC

Os últimos dois anos, em termos financeiros foram maus para a avicultura, notadamente, no segundo semestre de 1983, devido ao arrocho dos salários. O consumo entrou em forte retração, dando continuidade a deteriorização da lucratividade, que vinha ocorrendo desde 1980. Soma-se à conjuntura interna desfavorável o crescimento de 1,0% nas vendas externas, bem abaixo das previsões iniciais, agravadas por uma nova queda nos preços internacionais do frango, em aproximadamente 8,0%. Adicionalmente, a quebra da safra brasileira de milho e a majoração estratosférica dos preços da soja forçaram ainda mais a redução dos ganhos. Assim, com preços reais decrescentes, custo de produção elevado e rigidez no consumo aparente (demanda interna mais exportações), os planos da avicultura de corte brasileira não puderam contar com a recuperação de seus níveis de lucratividade.

As perspectivas para 1984 não se configuram no sentido de reverter as atuais condições negativas, uma vez que a avicultura entrará no próximo ano dependente da disponibilidade de milho da safra 1983/84 e dos níveis salariais da população. Como os estoques de milho são praticamente inexistentes, a eventual expansão da produção avícola fica condicionada, preliminarmente, ao comportamento da safra 1983/84 de grãos. Quanto ao crescimento do consumo, tudo parece indicar que ele não sofrerá recuperação sem um aumento da renda da população.

A ociosidade em muitas empresas produtoras de matrizes, pintos de corte, terminadoras e frigoríficos está determinando uma desarticulação do processo produtivo, cujas conseqüências podem ser previsíveis por duas hipóteses.

A primeira delas está embasada no baixo desempenho da avicultura brasileira no último ano. A persistência das tendências apontadas pelos números disponíveis para a análise revela-se como indicadora de uma redução mais acentuada na produção nacional, em 1984, até mesmo com uma oferta insuficiente para atender a demanda interna. Caso tal situação persista, a oferta nacional deverá situar-se num intervalo entre 103 e 110 mil toneladas mensais, produção insuficiente para atender o consumo aparente (demanda interna mais exportações). Com isso ganhará mais quem tiver fôlego financeiro suficiente para permanecer na atividade.

A segunda hipótese, um pouco mais otimista, está na de

pendência da real situação dos produtores de pintos de corte em incubar em maior ou menor quantidade de ovos, no curtíssimo prazo, aumentando a oferta desse insumo primordial para suprir as exigências do mercado. No entanto, para essa possibilidade ser verdadeira, tem-se que considerar qual é a atual capacidade financeira dos mesmos em revigorar a atividade, quando o mercado exigir.

Essa situação desestimuladora da avicultura, não atinge de forma muito contundente aquelas fatias que participam do mercado externo. Apesar de os preços internacionais do frango virem mantendo-se estabilizados ao longo do ano, até com períodos de baixa, mesmo assim sempre foram mais compensadores do que os internos. Com isso as empresas catarinenses, de um modo geral, tiveram melhor desempenho por dois motivos: maior participação no volume exportado e custos mais baixos. Enquanto para a avicultura nacional a quebra da safra de milho teve um efeito mais avassalador, a catarinense, pelo seu suporte organizacional e principalmente de armazenagem, estocou esse cereal a preços mais competitivos, consolidou-se e ganhou novas fatias do mercado.

A permanecer essa tendência estabilizadora do mercado, pelos indicadores numéricos, tudo leva a crer que a primeira hipótese abordada nessa análise deverá ser o importante argumento para quem deseja permanecer na atividade. Da queda na oferta nacional apontada na projeção, acrescida da expectativa de uma razoável safra de grãos, é deduzível uma reação do mercado ao ponto de superar os prejuízos dos anos recentes somente a partir de 1984.

Há ainda que considerar, para a possibilidade de uma eventual expansão da atividade, mesmo que em ritmo lento, a permanência de alta generalizada nos preços da carne bovina, para que a carne de frango tenha suporte no mercado interno, no próximo ano. Contudo, a garantia do abastecimento de milho será o mais importante embasamento para qualquer plano de crescimento da avicultura, com a visão de angariar uma maior fatia dos mercados interno e externo. Todas as condições acima enumeradas valem para as estimativas da avicultura catarinense. Porém, as condições de organização da produção e o grau de adaptabilidade às exigências dos mercados indicam um crescimento para a avicultura catarinense, que preencherá a lacuna da provável diminuição da produção nacional.

Tabela 31

## ESTIMATIVAS DA PRODUÇÃO NACIONAL DE CARNE DE FRANGO, 1981 A 1983

MÊS \ ANO	ABATE (mil cabeças)			PRODUÇÃO DE CARNE (t)			VARIÇÃO ANUAL (b-a) X 100 a
	1981	1982	1983	1981	1982 (a)	1983 (b)	
Janeiro	77.269	90.584	98.385	104.314	124.644	131.317	5,35
Fevereiro	71.970	84.371	94.966	97.159	116.094	126.753	9,18
Março	78.820	84.596	90.573	106.609	116.404	124.628	7,07
Abril	77.200	88.872	89.401	104.220	122.288	128.015	4,68
Maior	79.188	89.717	89.622	106.904	123.450	123.319	- 0,11
Junho	88.221	90.392	91.023	119.098	124.379	125.247	0,70
Julho	90.963	92.392	90.381	122.800	127.131	124.364	- 2,18
Agosto	94.709	93.286	91.031	127.857	128.361	125.259	- 2,42
Setembro	95.305	92.106	90.519	128.662	126.738	124.554	- 1,72
Outubro	94.796	92.010	88.110	127.974	126.605	121.239	- 4,24
Novembro	95.305	92.453	84.271	128.662	127.215	115.957	- 8,85
Dezembro	94.914	92.117	85.314	127.932	126.753	117.392	- 7,39
TOTAL	1.038.660	1.082.896	1.083.596	1.402.191	1.490.062	1.488.044	- 0,14

(\*) Para chegar-se às estimativas de abate e produção nacional de carne de frangos, levou-se em consideração o alojamento efetivo de pintos de corte, decrescido de uma taxa de mortalidade (4%), perdas da matança (3%) e peso médio das carcaças (1,376 kg).

Fonte dos dados básicos: APINCO

Fonte dos dados trabalhados: Instituto CEPA/SC

Tabela 32

## ABATE TOTAL DE AVES (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO), SANTA CATARINA, 1981 A 1983

MÊS \ ANO	(1.000 cabeças)				VARIÇÃO ANUAL (b-a) X 100 a
	1980	1981	1982 (a)	1983 (b)	
Janeiro	13.870,3	17.401,2	19.540,4	21.345,1	9,24
Fevereiro	12.875,8	15.904,0	18.678,3	19.527,4	4,55
Março	13.217,8	16.493,4	21.161,4	22.726,8	7,40
Abril	12.837,2	16.778,4	20.262,7	19.567,8	-(3,43)
Maior	13.797,1	17.287,4	20.668,0	19.897,0	-(3,73)
Junho	13.394,9	17.359,2	20.318,0	20.443,0	0,62
Julho	14.742,0	18.473,6	20.991,0	19.580,0	-(6,72)
Agosto	14.206,1	18.107,2	20.667,0	22.168,0	7,26
Setembro	14.888,2	18.371,3	19.730,0	21.114,0	7,01
Outubro	15.925,4	18.530,0	21.661,0	21.182,0	-(2,21)
Novembro	16.062,5	18.952,9	21.394,0	21.828,0 (*)	2,03
Dezembro	16.704,8	19.603,4	21.388,0	21.580,0 (*)	0,90
TOTAL	172.522,1	213.262,0	246.459,8	250.959,1	1,83

(\*) Estimativa

Fonte: Instituto CEPA/SC



Tabela 33

PREÇO MÉDIO RECEBIDO PELOS PRODUTORES DE FRANGOS DE CORTE, SANTA CATARINA,  
1979 A 1983

MÊS	(em Cr\$/kg)									
	1979		1980		1981		1982		1983	
	Corrente	Real <sup>(1)</sup>	Corrente	Real <sup>(1)</sup>	Corrente	Real <sup>(1)</sup>	Corrente	Real <sup>(1)</sup>	Corrente	Real <sup>(1)</sup>
Janeiro	17,00	635,00	29,00	596,00	59,00	575,00	85,00	426,00	180,00	440,00
Fevereiro	17,60	634,00	32,50	641,00	57,60	518,00	95,00	445,00	185,00	424,00
Março	16,60	565,00	31,00	574,00	63,00	527,00	102,00	446,00	215,00	448,00
Abril	17,50	574,00	31,00	543,00	61,50	488,00	95,00	394,00	230,00	439,00
Mai	17,60	564,00	33,00	543,00	58,00	434,00	95,00	371,00	280,00	501,00
Junho	18,20	563,00	33,90	527,00	59,30	424,00	98,00	355,00	295,00	470,00
Julho	18,60	552,00	34,00	487,00	64,00	435,00	117,00	399,00	310,00	436,00
Agosto	19,10	535,00	37,00	496,00	80,00	510,00	113,00	365,00	356,00	555,00
Setembro	22,30	580,00	42,30	539,00	84,00	510,00	135,00	420,00	540,00	612,00
Outubro	24,20	599,00	44,00	520,00	84,00	489,00	135,00	401,00	530,00	530,00
Novembro	27,60	647,00	52,00	572,00	85,00	469,00	145,00	410,00	550,00	-
Dezembro	29,00	633,00	54,60	567,00	85,00	452,00	157,00	419,00	-	-
MÉDIA ANUAL	20,44	590,08	37,86	550,42	70,03	485,92	114,33	404,25	333,73	485,50

(1) Corrigidos a preços de out/83 - IGP, col.2 da revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC e FGV

Tabela 34

DESTINO DA PRODUÇÃO CATARINENSE DE CARNE DE AVES, 1981 A 1983

MERCADO COMPRADOR	VOLUME COMERCIALIZADO (t)				PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL			
	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>	1980	1981	1982	1983
SP	28.759,5	29.590,9	36.095,5	32.130,5	13,89	12,10	10,18	10,81
RJ	26.048,7	25.477,6	34.784,1	28.704,5	12,58	10,41	9,80	9,66
PR	10.291,6	10.869,8	9.188,0	5.984,1	4,97	4,45	2,59	2,01
MG	7.558,8	9.713,2	13.132,4	7.588,4	3,65	3,97	3,70	2,55
RS	5.986,9	3.703,3	4.581,6	5.302,3	2,89	1,51	1,29	1,78
BA	4.741,4	5.061,2	10.133,7	4.954,9	2,29	2,07	2,86	1,67
PE	4.107,2	3.397,9	8.683,8	7.570,3	1,98	1,39	2,45	2,55
Demais Estados	10.502,8	17.030,6	24.529,8	15.852,4	5,07	6,97	6,91	5,33
Mercado Catar.	40.863,8	35.951,9	67.162,7	49.948,1	19,75	14,70	18,93	16,81
Mercado Internac.	68.155,2	103.711,2	146.481,4	139.180,6	32,93	42,43	41,29	46,83
TOTAL	207.015,9	244.507,6	354.773,0	297.216,1	100,00	100,00	100,00	100,00

(\*) Janeiro a outubro

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 35

ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL EM SANTA CATARINA  
- 1975 A 1984 -

ANO	TOTAL ABATIDO (cabeças)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE CRES- CIMENTO DA PRODUÇÃO
1975	49.686.513	69.561	100
1976	62.000.000	84.150	121
1977	81.557.494	111.733	161
1978	98.984.266	139.047	200
1979	115.911.011	162.275	233
1980	136.025.376	197.749	284
1981	182.340.000	244.500	351
1982	216.359.800	354.773	510
1983	224.349.100	356.659	513
1984 (*)	247.000.000	392.730	565

(\*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 36

VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO, BRASIL E  
SANTA CATARINA, MÉDIA DE 1975 A 1977 E ANUAL DE 1978 A 1984

ANO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t)	VALOR FOB (US\$)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t)	VALOR FOB (US\$)	PARTICIPAÇÃO DE SC NO TOTAL DO BRASIL (%)
1975-77 (*)	55.934	54.426.880,00	37.402	36.190.584,00	67
1978	50.805	46.871.775,00	31.975	29.457.050,00	63
1979	81.095	81.148.255,00	52.305	52.338.475,00	65
1980	170.400	209.315.136,00	68.156	83.726.055,00	40
1981	290.000	350.900.000,00	100.159	121.192.390,00	35
1982	301.792	285.475.700,00	146.481	138.778.200,00	49
1983 (**)	304.622	255.864.000,00	204.210	171.528.000,00	67
1984 (**)	350.000	332.500.000,00	245.000	232.275.000,00	70

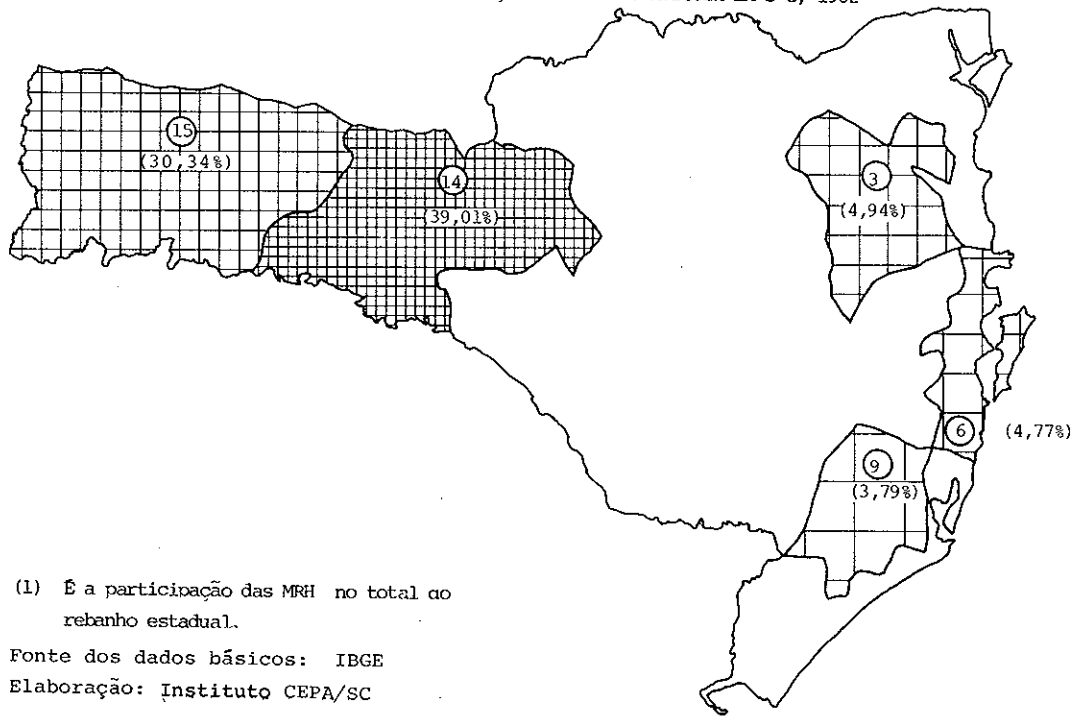
(\*) Considerou-se o somatório do período de 1975 a 1977

(\*\*) Estimativa

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 16 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM S C, 1982 (1)



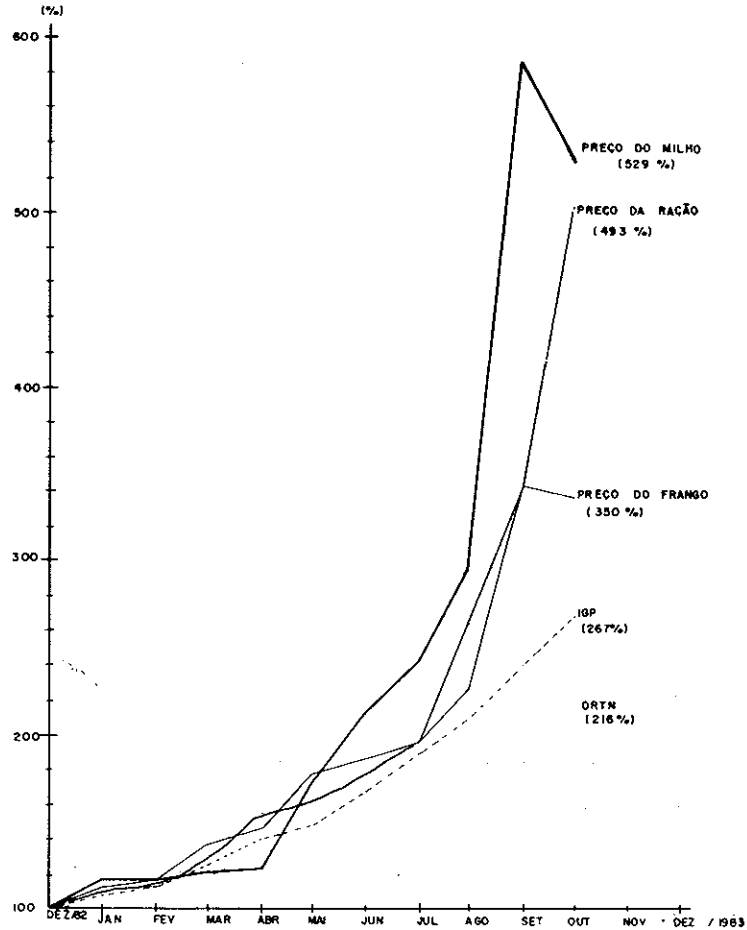
(1) É a participação das MRH no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 2

RELAÇÃO DO PREÇO DO FRANGO DE CORTE PAGO AO PRODUTOR DE SC / PREÇO DO MILHO / PREÇO DA RAÇÃO / IGP E ORTN, DEZ/82 Á OUT/83



Fonte: INSTITUTO CEPA/SC e FGV

Elaboração: INSTITUTO CEPA/SC

## 4.2. Bovinos de Corte

### 4.2.1. Produção e Mercado Mundiais

A produção mundial de carne bovina e vitela, após apresentar aumentos em 1981, voltou a decrescer 2,12% em 1982, devido, principalmente, ao declínio da produção da Comunidade Econômica Européia (CEE), Argentina, URSS, Canadá, Colômbia e Uruguai. Essa queda foi compensada por um pequeno crescimento da oferta de carne de aves. Para 1983 foi estimado um moderado declínio na produção mundial de aproximadamente 1,0% (tabela 37). A diminuição da oferta de carne bovina e vitela em 6,7%, no período 1978-83, determinou um rebaixamento dos estoques internacionais que, apesar da queda do consumo, movimentaram o comércio mundial em 1983. Contudo, a situação econômica mundial retardou a elevação dos preços internacionais, pois a queda na produção nos principais países exportadores coincidiu com a redução na demanda.

Pela liderança do Reino Unido, França e Alemanha, a produção da CEE deverá crescer cerca de 3,0% sobre os baixos níveis de 1982, pois os plantéis começaram a ser recompostos naquele ano. As secas na Oceania foram determinantes para as drásticas quedas na produção da Austrália e Nova Zelândia. Com o retorno das chuvas nesses países os abates decresceram, pois a oferta tende a diminuir, na medida em que o rebanho, devido às condições climáticas mais favoráveis comece a se recompor.

A continuidade dos problemas econômicos na Argentina, México, Polônia e Colômbia será a causa determinante de novas quedas na produção de carne bovina. No entanto, a produção deverá ter um fraco incremento nos EUA e na URSS, em que pese a elevação nos preços dos insumos. Pelos mesmos problemas a produção no Brasil, Canadá e Uruguai deverá permanecer nos mesmos níveis de 1982.

O comércio internacional que se mostrava decrescente, desde 1979 começou a dar sinais de reativação em 1983, tendo as exportações incrementadas em 6,0%. A grande movimentação no mercado externo, com 256 mil toneladas a mais, deu-se basicamente em cima das vendas dos EUA, Argentina, Brasil e Canadá. O aumento do volume exportado por esses países foi mais uma consequência da depressão no consumo interno do que aumento nos excedentes exportá

veis (tabela 38). As importações foram mais significativas nos EUA, URSS, Japão, CEE e Leste Europeu, com 7,56%, 5,68%, 11,43%, 2,96% e 2,20%, respectivamente, maiores do que 1982.

Apesar da produção mundial ter sido decrescente e o comércio virtualmente aquecido, o volume ofertado foi bem maior do que o potencial das compras. A redução do consumo no Brasil, Argentina e França, principalmente, pressionou a oferta e estabilizou os preços internacionais. Por outro lado, as altas taxas de juros que prevaleceram no Mercado Comum Europeu resultaram em forte redução nos estoques de carne, normalmente mantidos pelos países daquela comunidade. No entanto, a adoção pelos países desenvolvidos de políticas visando recuperação econômica, numa tentativa de redução das taxas de juros, mais a expectativa de novo crescimento na produção mundial, aliadas aos pequenos estoques reguladores do Mercado Comum Europeu deverão fomentar a procura mundial de carne bovina, com reflexos positivos nas cotações internacionais para 1984.

Tabela 37

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE BOVINA E VITELA, MÉDIA 1973-77  
E ANUAL DE 1978-83

PAÍS	MÉDIA DE 1973-77	1978	1979	1980	1981	(em mil t métricas)		PARTICI- PAÇÃO % EM 1983	VARIÇÃO ANUAL ( $\frac{b-a}{a}$ ) X 100
						1982 (a)	1983 (b)		
EUA	11.162	11.283	9.925	9.999	10.353	10.425	10.514	26,57	0,85
URSS	6.434	7.086	7.029	6.673	6.700	6.672	6.700	16,93	0,42
Argentina	2.495	3.193	3.092	2.876	3.000	2.515	2.400	6,07	-4,57
Brasil	2.276	2.200	2.100	2.150	2.250	2.350	2.400	6,07	2,13
Austrália	1.702	2.134	1.770	1.539	1.411	1.680	1.340	3,39	-20,24
França	1.689	1.663	1.824	1.831	1.840	1.741	1.794	4,53	3,04
Alemanha Ocidental	1.353	1.435	1.519	1.564	1.535	1.470	1.510	3,82	2,72
Grã-Bretanha	1.043	1.028	1.042	1.102	1.014	970	1.048	2,65	8,04
Canadá	1.039	1.060	946	971	1.020	1.035	1.030	2,60	-0,48
Itália	1.037	1.027	1.106	1.148	1.130	1.085	1.100	2,78	1,38
México	874	1.054	1.025	1.060	1.105	1.250	1.100	2,78	-12,00
Polônia	770	802	842	800	596	720	580	1,47	-19,44
África do Sul	519	589	637	619	542	592	603	1,52	1,86
Nova Zelândia	509	562	512	505	490	500	457	1,16	-8,60
Colômbia	477	570	614	654	721	677	655	1,66	-3,25
Checoslováquia	419	421	432	436	413	428	434	1,10	1,40
Espanha	410	391	394	422	415	425	425	1,07	0,00
Alemanha Oriental	409	410	400	386	401	391	374	0,95	-4,35
Uruguai	346	354	266	336	407	385	390	0,99	1,30
Iugoslávia	311	338	341	335	323	330	335	0,85	1,52
TOTAL	35.274	37.600	35.816	35.406	35.666	35.641	35.189	88,96	-1,27
TOTAL DEMAIS PAÍSES	4.536	4.830	5.091	5.159	5.119	4.280	4.377	11,04	2,27
TOTAL DEMAIS SELECIONADOS	39.810	42.430	40.907	40.565	40.785	39.921	39.566	100,00	-0,89

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 38

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE BOVINA E VITELA, MÉDIA DE 1974-78 E ANUAL 1979-83

PAÍS/MERCADO	MÉDIA DE 1974-78		1979		1980		1981		1982 (a)		1983 (b)		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL EM 1983		VARIÇÃO ANUAL (b-a) x 100 a	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
CEE	1.224	1.380	1.472	1.552	1.778	1.497	1.716	1.345	1.741	1.353	1.636	1.393	35,74	43,02	- 6,03	2,96
Leste Europeu	195	85	188	90	213	132	176	151	196	91	380	93	8,30	2,87	93,88	2,20
EUA	43	844	78	1.103	80	946	100	799	103	780	126	839	2,75	25,91	22,33	7,56
URSS	38	248	33	250	30	405	30	421	30	440	30	465	0,66	14,36	0	5,68
Argentina	483	-	697	-	469	-	486	-	480	-	520	-	11,36	-	8,33	-
Brasil	136	52	110	114	169	46	285	55	330	25	400	5	8,74	0,15	21,21	- 80,0
Canadá	40	100	53	86	65	80	82	81	84	81	90	81	1,97	2,50	7,14	0
Nova Zelândia	335	-	343	-	344	-	335	-	320	-	330	-	7,20	-	3,13	-
Austrália	856	-	1.089	-	840	-	690	-	710	-	650	-	14,19	-	- 8,45	-
Japão	-	107	-	185	-	174	-	165	-	175	-	195	-	6,02	-	11,43
TOTAL	3.350	2.816	4.063	3.380	3.988	3.280	3.900	3.017	3.994	2.945	4.162	3.071	90,91	94,84	44,21	14,28
TOTAL OUTROS PAÍSES	334	232	311	294	294	138	352	188	328	172	416	167	9,09	5,16	26,83	- 2,91
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	3.684	3.048	4.374	3.674	4.282	3.418	4.252	3.205	4.322	3.117	4.578	3.238	100,00	100,00	5,92	3,88

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

#### 4.2.2. Produção e Mercado Nacionais

A fase de preços desestimulantes para a pecuária de corte iniciada em 1980, responsável pelo fraco desempenho tanto da produção como do mercado nos últimos anos, entrou no período de descompressão em 1983. Essa compressão dos preços ocasionou nos anos 1981 e 1982, gradativamente, uma desarticulação do rebanho, devido ao aumento dos abates de matrizes, até o final do primeiro semestre de 1983. Em que pese a importância do achatamento salarial no consumo das carnes, a decomposição dos plantéis foi fundamental para a escalada dos preços.

Por sua vez, o aumento paralelo dos preços dos animais de reposição, o crescimento das exportações, o pequeno estoque regulador formado e as adversidades climáticas também contribuíram para a alta generalizada.

A descompressão dos preços já era esperada a partir da entressafra de 1982, quando se acreditava no início da retenção de animais de cria e recria. O inverno pouco rigoroso manteve a oferta de animais gordos, durante todo o ano. Por outro lado, os estoques em mãos do governo e dos frigoríficos funcionaram como reguladores dos preços e os abates de matrizes persistiram, aumentando o volume ofertado. Com isso a produção permaneceu próxima a 2,4 milhões de toneladas que, apesar da expressiva exportação de 322 mil toneladas, não enxugou suficientemente o mercado interno, para facilitar a majoração dos preços (tabela 39).

A demanda interna de 2,1 milhões de toneladas indicou um consumo por habitante/ano de 16,3 kg, inferior em 36,1% aos 25,5 kg "per capita" de 1977. A par da perda do poder aquisitivo de uma população crescente, o quadro da reversão do ciclo pecuário começou a se tornar transparente em plena safra de 1983. Inicialmente, as cotações do boi gordo se elevaram com a imediata majoração dos preços a nível de varejo. Posteriormente, na entressafra, observou-se a tendência de decréscimo no abate de matrizes e uma valorização dos bezerros. Mesmo assim, os preços reais ainda não foram superiores aos praticados em 1979, mas começaram a remunerar a atividade.

As estimativas para 1983 indicavam uma produção superior a 2,4 milhões de toneladas. O menor abate de fêmeas, a par

tir do segundo semestre, e as adversidades climáticas reverteram essa tendência. O clima não veio favorável desde novembro de 1982, quando as colheitas de sementes forrageiras foram frustradas. Com a intensificação das chuvas, tanto o plantio como o ciclo vegetativo das pastagens cultivadas foram prejudicadas. A continuidade dos fatores climáticos adversos, notadamente na região Sul do país, aliada a um inverno muito rigoroso, determinou alta mortalidade e acentuada perda de peso nos animais. Diante desses acontecimentos, as previsões apontam para um volume produzido ao redor de 2,35 milhões de toneladas, ou, quando muito, estabilizado nos mesmos níveis de 1982.

Para uma análise mais apurada das atuais condições e perspectivas para a bovinocultura de corte no Brasil, tem-se que considerar as possibilidades dos altos preços do gado estarem retratando apenas uma escalada conjuntural, pois os fatores cíclicos do rebanho não podem ser facilmente descartáveis devido à conjuntura fortemente recessiva da economia brasileira. A reforçar esse argumento está o esmorecimento do mercado interno, onde a demanda estimada de 1,9 milhão de toneladas representou 14,8 kg por habitante, configurando um decréscimo no consumo de 9,8%, em relação ao do ano anterior.

Por outro lado, a receptividade do mercado externo tende a continuar sendo a via de escoamento dos excedentes de retração do consumo da carne bovina (tabela 39). As 430 mil toneladas exportadas em 1983 podem ser aumentadas tanto em valor como em volume, o que poderá dar continuidade ao otimismo setorial. Mesmo com os índices inflacionários mascarando os ganhos reais, houve o esperado arrefecimento no abate de fêmeas - eis o indício, de certa forma seguro, de que os produtores confiantes no mercado estão apostando na escassez real de carne bovina, prevista para 1985. De qualquer forma, a continuidade dessas tendências indicam uma oferta declinante, a partir de 1984, não só pelo menor afluxo de bois terminados para o abate, mas também pelo retorno do descarte de fêmeas à normalidade.

A diminuição da disponibilidade interna de carne bovina permitirá a prática de preços firmes na safra e crescentes na entressafra, mas a redução salarial vai promover nova queda no consumo. No entanto, as expectativas de aumento no volume exportado



em 1984 são favoráveis ao Brasil, devido à redução da produção nos dois importantes exportadores, Argentina e Austrália, ambos em fase de recuperação do rebanho. Assim, o mercado externo continuará dando vazão aos excedentes, oriundos da retração do consumo interno de carne bovina.

#### 4.2.3. Produção e Mercado Catarinenses

O crescimento moderado do rebanho catarinense, tendo como base o Censo Agropecuário de 1980, acompanhou o movimento cíclico da pecuária nacional, onde os preços reais decrescentes de estimularam a bovinocultura nos anos recentes. Com as adversidades climáticas de 1983, o rebanho deve ter retornado a um efetivo aproximado de 2,63 milhões de cabeças, praticamente o mesmo rebanho de 1980.

No exame dos índices de produtividade do rebanho devem ser consideradas as características e as finalidades próprias do mesmo. Na conformação do efetivo, embora as informações censitárias não separem claramente a aptidão do rebanho, os dados do Censo Agropecuário de 1980 dividem o rebanho em corte, leite e colonial.

Essa divisão está embasada no modo como o rebanho é explorado. A parcela de maior significado, representando 59,2% do efetivo total, é chamada de colonial por ser geralmente destinada à subsistência familiar (leite e animal de tração). As outras duas parcelas exploradas mais economicamente são separadas em corte e leite, mas no geral não apresentam padrões definidos. Do rebanho total 26,3% é classificado como gado de corte e 14,5% está presente em propriedades que visam a venda do leite.

Como o maior contingente de animais não é explorado de forma racional, os níveis de produtividade do rebanho total são baixos. Para 1982 estimou-se uma taxa de abate de 7,6%, no entanto, o acompanhamento do rebanho nos últimos cinco anos, indicam uma taxa de abate de aproximadamente 12,0% para o efetivo de corte e de 6,3% para o restante. Todavia, a análise intercensitária indica uma redução substancial tanto no desfrute como na taxa de abate.

As causas determinantes da queda nas taxas indicadoras

do desempenho do rebanho estão relacionadas com o ciclo pecuário que de 1978 a 1979 estava com tendência de alta, estimulando a retenção de animais, à espera de melhores preços, com menor envio para abate. Também, o crescimento vegetativo do rebanho foi maior, no período 1970 a 1975 ( 19,52%), do que nos anos de 1975 a 1980 (11,84%), ficando o desfrute comprometido, e, com redução no n<sup>u</sup>m<sup>e</sup>ro de animais abatidos, a taxa de abate novamente decresceu (tabela 41). Esses índices voltaram a decrescer em 1983 devido às condições climáticas desfavoráveis, causando mortalidade principal - mente de vacas e animais novos. As intensas chuvas que se abateram, prejudicaram a capacidade de suporte das pastagens, determinando perda de peso nos plantéis, com menos envio de animais para o abate.

Tradicionalmente, o Estado tem-se caracterizado como im - portador líquido de carne bovina, pois a produção catarinense não é suficiente para atender o consumo estadual. Nos anos de 1981 e 1982 essas importações começaram a declinar, principalmente pelos esforços no sentido de produzir na entressafra. Como esse programa teve suas intenções frustradas, em 1983 as importações passaram de 26,0% para 33,% de nossas necessidades, determinando custos so - ciais elevados, não só pela evasão de divisas, mas também pela elevação dos preços a nível de consumidor.

Tabela 39

PRODUÇÃO E MERCADO (\*) DE CARNE BOVINA NO BRASIL E  
SANTA CATARINA, 1982 E 1983

(tonelada)

COMPORTAMENTO \ ANOS	BRASIL		SANTA CATARINA		PARTICIP.% de SC EM RELAÇÃO AO BR	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983
1. Produção	2.400.000	2.350.000	46.040	37.655	1,92	1,60
2. Exportação	322.464	430.000	-	-	-	-
3. Importação Estadual	-	-	16.617	18.489	-	-
4. Comercializ. Interna	2.077.536	1.920.000	64.012	56.134	3,08	2,92
5. Consumo .Interno	2.077.536	1.920.000	64.012	56.134	3,08	2,92
.Per capita/kg	16,34	14,73	16,60	14,23	-	-

(\*) Não estão considerados os estoques ao final do ano.

Fonte: Instituto CEPA/SC

A produção catarinense de carne bovina decresceu, em 1983, aproximadamente 18,2%, reflexo imediato do clima adverso sobre o rebanho. Apesar das importações terem aumentado em 11,3%, na tentativa de suprir o déficit de carne bovina, a perda do poder aquisitivo acarretou uma queda no consumo de 12,3%. Mesmo assim, a quebra da produção foi significativa para explicar a alta generalizada dos preços em todos os níveis (tabela 39).

O quadro nada alentador para a pecuária de corte começou a delinear-se em novembro de 1982, quando as colheitas de sementes forrageiras foram prejudicadas. A falta generalizada de sementes impediram o plantio de algumas áreas tradicionalmente cultivadas com pastagens de inverno. As áreas que foram plantadas, com as intensas chuvas ou foram danificadas, ou estiveram impedidas de serem pastoreadas. Como o ciclo vegetativo das pastagens nativas estavam em declínio, com as quedas bruscas da temperatura ocorreu a queima dos pastos. Os animais remanescentes da safra propriamente dita não puderam ser comercializados; perderam peso e a oferta de animais gordos entrou em fase de declínio. Assim os abates no primeiro semestre cresceram 2,5%, enquanto no segundo

período do ano decresceram 18,25%, comprovando a atipicidade da entressafra de 1983 (tabela 39).

A tendência de menor oferta de bois para 1984 no Brasil também é esperada em Santa Catarina, na medida que a persistência da reação real dos preços deverá fomentar a recomposição do rebanho. Com a menor disponibilidade de carne no mercado regional, os preços tenderão a continuar subindo. Essa possibilidade pode deprimir mais o consumo, pois não é possível afastar as variáveis negativas do contexto recessivo da economia, cujas indicações puxam no sentido contrário à alta dos preços. Isto quer dizer que os preços não poderão se distanciar demasiadamente do poder de compra dos consumidores, que ficariam sem acesso, até mesmo, aos níveis baixos de oferta. Por outro lado, entretanto, a flexibilidade potencial da avicultura poderá ser mobilizada para conquistar novas fatias do mercado e frear o ritmo dos preços da carne bovina.

Tabela 40

REBANHO BOVINO CATARINENSE, POR FAIXA ETÁRIA, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS DE 1950 A 1980 E ESTIMATIVAS PARA 1981 E 1982

CENSO	INFORMANTE	(cabeças)			TOTAL
		MENOS DE 1 ANO	DE 1 A MENOS DE 2 ANOS	DE 2 ANOS E MAIS	
1950	87.698	175.284	173.448	565.695	914.427
1960	132.576	163.464	212.583	825.946	1.201.993
1970	173.363	349.273	309.743	1.296.212	1.955.228
1975	179.280	413.657	314.639	1.508.534	2.236.830
1980	187.649	471.258	409.751	1.732.551	2.613.560
1981 (*)	-	-	-	-	2.638.117
1982 (*)	-	-	-	-	2.652.851

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira período de 1950 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 41

REBANHO BOVINO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE, SANTA CATARINA,  
1970, 1975 E 1980

ANO	REBANHO (cabeça)	TAXA DE ABATE (%)	DESFROUTE (%)
1970	1.955.228	-	-
1975	2.336.830	8,5	24,8
1980	2.613.560	6,8	16,04

Fonte: IBGE (Censo Agropecuário de 1970, 1975 e 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 42

REBANHO BOVINO BRASILEIRO E CATARINENSE, E PARTICIPAÇÃO  
DE SANTA CATARINA NO TOTAL, SEGUNDO DADOS CENSITÁRIOS  
DE 1940 A 1980 E ESTIMATIVAS PARA 1981 E 1982

CENSO	(cabeças)		
	BRASIL	SANTA CATARINA	PARTICIPAÇÃO DE SC NO BRASIL (%)
1940	34.392.419	734.389	2,14
1950	44.600.159	914.377	2,05
1960	56.041.307	1.201.993	2,14
1970	78.562.250	1.955.228	2,49
1975	101.673.753	2.236.830	2,20
1980	117.755.923	2.613.560	2,22
1981 (*)	118.933.482	2.638.117	2,22
1982 (*)	120.122.816	2.652.851	2,21

(\*) Estimativa

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira,  
período de 1940 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 43

## PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, SANTA CATARINA, 1974 A 1982

ANO	PRODUÇÃO EM CARCAÇAS (t)
1974	51.578
1975	54.107
1976	54.497
1977	53.341
1978	54.480
1979	58.520
1980 (*)	41.749
1981 (*)	42.263
1982 (*)	46.046
1983 (*)	37.655

(\*) Não considerada a importação de bovinos vivos

Fonte: MA/DFA-SC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 44

## PRODUÇÃO E IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, JAN/80 A DEZ/83

ANO	(tonelada)											
	1980			1981			1982			1983		
MES	Produção	Importação	Total	Produção	Importação	Total	Produção	Importação	Total	Produção	Importação	Total
Jan	4.108,3	1.837,2	5.945,5	4.260,7	2.060,8	6.321,5	4.129,0	1.605,0	5.734,0	3.777,0	1.777,0	5.554,0
Fev	3.442,6	1.539,4	4.982,0	3.769,7	1.823,3	5.593,0	3.892,0	1.513,0	5.405,0	3.701,0	1.745,0	5.446,0
Mar	3.653,7	1.633,8	5.287,5	4.086,5	1.976,5	6.063,0	4.433,0	1.724,0	6.157,0	3.890,0	1.830,0	5.720,0
Abr	4.270,8	1.909,7	6.180,5	4.244,9	2.053,1	6.298,0	4.535,0	1.763,0	6.298,0	4.040,0	1.900,0	5.940,0
Mai	4.449,4	1.989,6	6.439,0	4.276,6	2.068,4	6.345,0	4.331,0	1.685,0	6.016,0	3.979,0	1.873,0	5.852,0
Jun	3.182,7	1.423,3	4.606,0	3.262,8	1.578,2	4.841,0	3.434,5	1.336,0	4.770,5	2.903,0	1.563,0	4.466,0
Jul	3.280,2	1.466,8	4.747,0	2.835,2	1.371,3	4.206,5	3.367,5	1.209,0	4.576,5	2.152,0	1.434,0	3.586,0
Ago	2.695,6	1.205,4	3.901,0	2.898,5	1.402,0	4.300,5	3.206,5	1.460,0	4.666,5	2.099,0	1.399,0	3.498,0
Set	2.663,1	1.190,9	3.854,0	2.883,0	1.394,0	4.277,0	3.587,0	1.395,0	4.982,0	2.469,0	1.161,0	3.630,0
Out	2.971,7	1.328,8	4.300,5	2.898,5	1.402,0	4.300,5	3.621,0	1.408,0	5.029,0	2.633,0	1.239,0	3.872,0
Nov	3.199,0	1.430,5	4.629,5	3.326,2	1.608,8	4.935,0	3.406,0	1.324,0	4.730,0	2.828,0	1.330,0	4.158,0
Dez	3.832,3	1.713,7	5.546,0	3.519,9	1.702,6	5.222,5	4.103,0	1.595,0	5.698,0	3.184,0	1.238,0	4.422,0
TOTAL	41.749,4	18.669,1	60.418,5	42.262,5	20.441,0	62.703,5	46.045,5	18.017,0	64.062,5	37.655,0	18.489,0	56.144,0

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 45

ABATE TOTAL DE BOVINOS (SIF, NÃO SIF E AUTOCONSUMO),  
SANTA CATARINA, 1981 A 1983

(em mil cabeças)

MÊS \ ANO	1980	1981	1982 (a)	1983 (b)	VARIAÇÃO ANUAL $\frac{(b-a)}{a} \times 100$
Janeiro	25,3	26,9	24,4	25,2	3,28
Fevereiro	21,2	23,8	23,0	24,8	7,83
Março	22,5	25,8	26,2	26,0	-(0,76)
Abril	26,3	26,8	26,8	27,0	0,75
Maio	27,4	27,0	25,6	26,6	3,91
Junho	19,6	20,6	20,3	20,3	0,00
Julho	20,3	17,9	19,9	16,3	-(18,09)
Agosto	16,6	18,3	19,8	15,9	-(19,70)
Setembro	16,4	18,2	21,2	16,5	-(22,17)
Outubro	18,3	18,3	21,4	17,6	-(17,76)
Novembro	19,7	21,0	21,5	17,8 <sup>(*)</sup>	-(17,21)
Dezembro	23,6	23,5	23,5	20,0 <sup>(*)</sup>	-(14,89)
TOTAL	257,2	268,1	273,6	254,0	-(7,16)

(\*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA) e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 46

## PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA ABATE, SANTA CATARINA, 1980 A 1983

(Cr\$/kg)

MÊS \ ANO	1980		1981		1982		1983	
	Preço Corrente	Preço Real <sup>(1)</sup>	Preço Corrente	Preço Real <sup>(1)</sup>	Preço Corrente	Preço Real <sup>(1)</sup>	Preço Corrente	Preço Real <sup>(1)</sup>
Janeiro	34,50	709,88	54,00	526,76	76,66	384,11	140,00	342,34
Fevereiro	35,00	690,91	52,00	467,58	76,66	359,47	150,00	344,34
Março	34,50	639,02	53,00	443,91	76,66	335,25	166,67	347,56
Abril	35,00	613,20	53,00	420,88	78,33	325,13	196,67	375,57
Maio	36,50	601,17	52,30	391,07	82,33	322,02	216,67	387,77
Junho	41,00	637,93	52,90	378,66	86,66	313,88	286,67	456,93
Julho	50,00	717,30	62,80	427,79	114,00	389,31	316,67	445,46
Agosto	50,00	670,93	70,00	446,77	126,66	408,84	400,00	511,01
Setembro	49,16	626,49	72,60	441,02	135,00	420,38	533,33	604,07
Outubro	54,76	648,29	72,60	422,63	123,33	366,51	533,33	533,33
Novembro	58,30	641,80	75,00	414,59	127,00	359,44	550,00	
Dezembro	55,00	571,69	78,34	417,21	130,00	346,64		
MÉDIA ANUAL	44,48	647,38	62,38	433,24	102,77	360,92	317,27	434,84

(1) Corrigidos a preços de out/83 - Col.2(IGP) revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 47

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA (ÍNDICE DE NATALIDADE 85%),  
1982 E 1983

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cus- tos Variá- veis				
Março/82	806.160	60.185	215.343	14.700	1.096.388	308.368	1.404.756	12.715
Junho/82	1.057.716	76.383	298.944	15.960	1.449.003	366.990	1.815.993	18.400
Setembro/82	1.223.140	115.899	298.944	26.250	1.664.233	480.028	2.144.261	17.729
Novembro/82	1.565.786	161.659	424.224	26.250	2.177.919	551.289	2.729.208	26.238
Março/83	1.780.874	215.990	424.224	28.350	2.449.438	701.062	3.150.500	31.508
Junho/83	2.207.580	269.096	625.968	39.900	3.142.544	865.512	4.008.056	37.688
Setembro/83	3.315.070	515.173	625.968	69.300	4.525.511	1.205.470	5.730.981	46.234
Novembro/83	4.393.160	609.415	1.028.160	96.600	6.127.335	1.529.190	7.656.525	59.258

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 48

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA, (ÍNDICE DE NATALIDADE 55%),  
1982 A 1983

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cus- tos Variá- veis				
Março/82	276.685	55.939	212.343	14.700	559.667	296.757	856.424	9.587
Junho/82	340.216	71.163	298.944	15.960	726.283	352.043	1.078.326	15.712
Setembro/82	462.370	80.520	298.944	36.750	878.584	607.690	1.486.274	15.581
Novembro/82	581.944	79.885	424.224	26.250	1.112.303	526.092	1.638.395	21.014
Março/83	615.188	116.050	424.224	28.350	1.183.812	657.586	1.841.398	25.264
Junho/83	733.890	178.126	625.968	28.000	1.565.984	823.246	2.389.230	28.330
Setembro/83	1.143.660	242.719	625.968	35.000	2.047.347	1.190.220	3.237.567	16.627
Novembro/83	1.430.630	345.021	1.028.160	38.500	2.842.311	1.388.230	4.230.541	13.091

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 49

CUSTO DE PRODUÇÃO DE TERNEIRO DE UM ANO, SANTA CATARINA, (BUBALINO), 1982 E 1983

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO POR BEZERRO
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cus- tos Variá- veis				
Março/82	143.681	20.120	212.343	9.450	385.594	342.146	727.740	4.663
Junho/82	172.536	25.052	298.944	10.260	506.792	392.604	899.396	6.520
Setembro/82	229.440	28.712	298.944	63.750	620.846	367.214	988.060	4.174
Novembro/82	295.128	26.116	424.224	16.875	762.343	598.188	1.360.531	9.140
Março/83	322.072	41.140	424.224	18.225	805.661	690.835	1.496.496	10.293
Junho/83	379.510	42.162	625.968	25.650	1.073.290	924.322	1.997.612	12.955
Setembro/83	571.581	76.191	625.968	44.550	1.318.290	1.172.540	2.490.830	9.451
Novembro/83	712.386	76.401	1.028.160	62.100	1.879.047	1.346.530	3.225.577	9.888

Fonte: Instituto CEPA/SC



Tabela 50

CUSTO DE PRODUÇÃO DE BOVINOS, SANTA CATARINA, 1981 A 1983

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ANO	CUSTOS POR KG
	Alimen- tação	Sanidade	Mão-de- Obra	Outros Cus- tos Variá- veis				
Março/81								
Julho/81	757.430	88.400	152.352	36.450	1.034.632	465.096	1.499.728	55,55
Outubro/81	848.658	108.160	152.352	49.005	1.158.175	571.959	1.730.134	64,00
Dezembro/81	926.748	108.833	212.343	52.853	1.300.777	607.959	1.908.736	70,70
Março/82	1.077.604	112.675	212.343	51.705	1.454.327	621.778	2.076.105	76,90
Junho/82	1.252.724	141.685	298.944	56.025	1.749.378	695.622	2.445.000	90,55
Setembro/82	1.529.294	159.910	298.944	85.725	2.073.873	939.023	3.012.896	112,00
Novembro/82	1.888.588	161.725	424.224	85.725	2.560.262	1.025.593	3.585.855	132,81
Março/83	2.133.405	230.210	424.224	101.250	2.889.089	1.284.722	4.173.811	154,59
Junho/83	2.672.830	353.442	625.968	145.800	3.798.040	1.605.180	5.403.220	200,00
Setembro/83	4.002.840	481.826	625.968	371.250	5.481.884	3.211.360	8.693.244	321,97
Novembro/83	5.125.360	685.916	1.028.160	361.125	7.200.561	3.177.750	10.378.311	384,38

Fonte: Instituto CEPA/SC

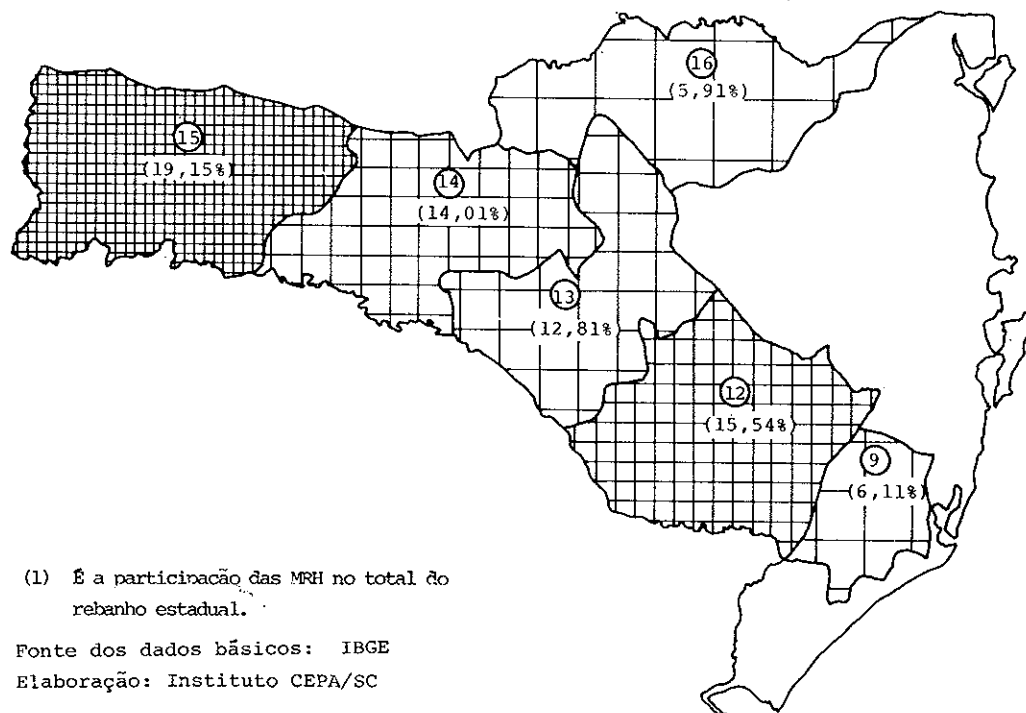
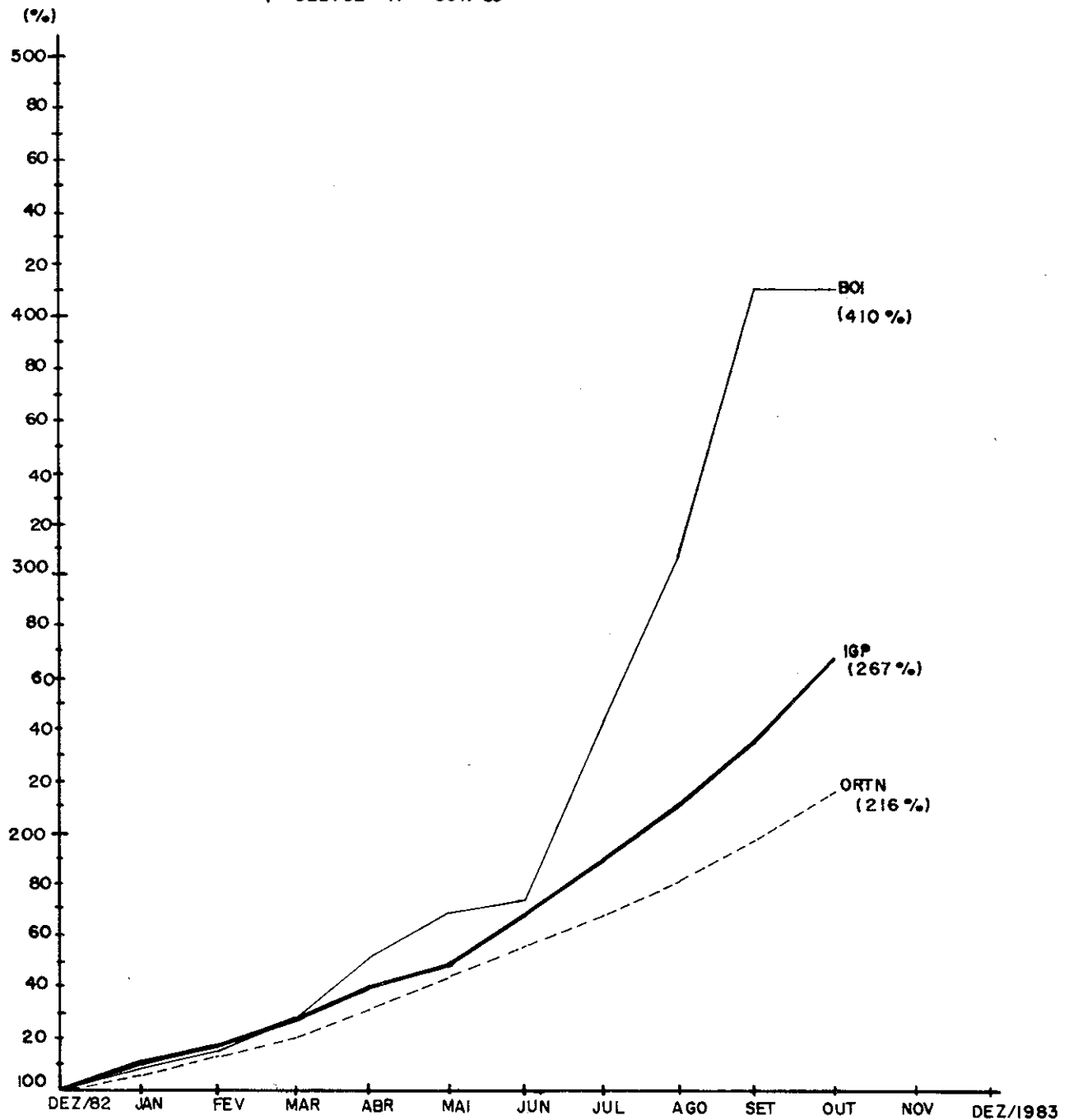
Mapa 17 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO BOVINO EM S.C., 1982<sup>(1)</sup>

GRÁFICO 3

RELAÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR DE BOVINOS PARA ABATE / IGP / ORTN, DEZ/82 À OUT/83



FONTE: INSTITUTO CEPA /SC E FGV  
ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA / SC

### 4.3. Bovinos de Leite

Ainda que o presente trabalho pretenda apresentar a situação catarinense de 1983 e previsões para 1984, inicialmente se são feitas algumas considerações da produção mundial e brasileira. Pretende-se, com isso, oferecer ao leitor uma visão comparativa desta atividade em Santa Catarina com o resto do mundo, e permitir, também que se façam algumas inferências sobre a realidade catarinense que, em princípio, não vem atendendo as necessidades alimentícias da população nem oferecendo rentabilidade econômica na sua exploração.

Segundo dados da FAO (Production Year Book)<sup>(1)</sup>, o Brasil, em 1980 possuía o 3º rebanho leiteiro do mundo, com 13.150 vacas leiteiras, sendo superado apenas pela Rússia (43.016 mil vacas) e pela Índia (20 milhões de vacas).

Apesar de o Brasil possuir um dos maiores rebanhos do mundo, segundo a mesma fonte, sua produção naquele ano foi de 10.600 milhões de litros/ano, representando 2,5% da produção mundial e colocando-o como 8º país produtor de leite, conforme pode ser visto na tabela a seguir. Observe-se que a produção brasileira de leite, segundo fontes do Ministério da Agricultura em 1980, foi de 11.160 milhões de litros.

---

(1) Publicado no Informe Agropecuário nº 78 de junho de 1981 da EPAMIG (pag.6) de onde extraíram-se todos os dados não referentes ao Brasil, citados neste trabalho.

MAIORES PAÍSES PRODUTORES DE LEITE DE VACA  
DO MUNDO EM 1980

PAÍS	PRODUÇÃO 1.000 t	PARTICIPAÇÃO DO TOTAL (%)
Rússia	92.800	22,1
USA	56.073	13,4
França	31.800	7,6
Alemanha	24.000	5,7
Polônia	16.800	4,0
Reino Unido	16.012	3,8
Holanda	11.562	2,7
Brasil	10.600	2,5
Índia	10.000	2,4
Itália	9.060	2,4

Fonte: FAO (Production Year Book) 1980

A produção de leite no Brasil, com algumas exceções no Centro-Sul, geralmente é obtida a partir de animais rústicos que conseguem sobreviver e produzir em condições adversas, resultando em lactações curtas e de pouca produção e num pequeno percentual de nascimento por ano. Além de a produção não ser obtida a partir de vacas especializadas, estas são alimentadas precariamente em pastagens localizadas em terras descartadas para a exploração agrícola, pelo menos num período de seis meses ao ano, agravado, ainda, pela insuficiente assistência sanitária.

Esses fatos, aliados aos baixos índices do nascimento dos rebanhos brasileiros (50 - 60%), explicam os 806 kg de leite/vaca/ano citados pela FAO. Contudo, mesmo sendo baixa a produtividade, esse índice é um pouco maior se a produção for calculada a partir de vacas em lactação, ao contrário do cálculo apresentado pela FAO que considera o total de vacas existentes.

A baixa produtividade verificada no Brasil, e também em Santa Catarina, é decorrente de exploração semelhante à do período de colonização. A exploração no Brasil, com exceção de algumas regiões, contrasta bastante com a produção de leite no mundo, que está intimamente ligada ao desenvolvimento tecnológico. Nenhuma nação desenvolvida apresenta problemas sérios no setor, sendo que,

normalmente, são autosuficientes no que se relaciona ao leite. Nesse caso excetuam-se países como os Estados Unidos e o Reino Unido que compram produtos lácteos para atender o elevado consumo "per capita".

Assim sendo, pode-se admitir que a capacidade de produzir leite independe do clima ou de região geográfica, pois existem exemplos marcantes de incapacidade produtiva em regiões temperadas e consideradas favoráveis. Basta lembrar como exemplos a Espanha e a Iugoslávia, que mantêm um grande rebanho para solucionar o problema da baixa produtividade e, portanto, da disponibilidade de leite para a população. Por outro lado verificam-se altas produtividades em áreas quentes e problemáticas, como o caso de Israel, que ocupa atualmente a primeira posição mundial, em termos de produtividade, com 6.795 quilos de leite por vaca/ano. Enquanto isso seus vizinhos, Egito e Síria, que mantiveram a pecuária convencional, limitada por deficiência do meio, revelam incapacidade total de produzir leite, com produtividade de 657 kg/vaca/ano no Egito e de 1.282 kg/vaca/ano na Síria. Tais valores são bastante semelhantes aos do Brasil e de Santa Catarina, razão por que se admite a possibilidade de boas produtividades em nosso meio, desde que se dêem condições para tanto.

No tocante à disponibilidade teórica de leite por habitante<sup>(2)</sup>, verifica-se na tabela a seguir que o Brasil e Santa Catarina possuem uma disponibilidade próxima da média mundial, ficando, contudo, bem abaixo do volume mínimo necessário para uma alimentação adequada do homem (500 g/hab/dia), evidência de que a produção brasileira de leite necessita aumentar em mais de 100%.

---

(2) Leite exclusivamente de bovinos, que representa cerca de 90% da produção mundial total.

## DISPONIBILIDADE MUNDIAL TEÓRICA DE LEITE EM 1980

DISCRIMINAÇÃO	DISPONIBILIDADE DE LEITE (g/hab/dia)
Média mundial	265
Países desenvolvidos	835
Países em desenvolvimento	58
América do Sul	267
Brasil	242
Santa Catarina <sup>(*)</sup>	310

(\*) Cálculo do Instituto CEPA/SC

Fonte: FAO 1980 Production Year Book, publicado no Informe Agropecuário nº 78 de jun/81 da EPAMIG.

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Traçando um paralelo entre a produção estadual, apresentada na tabela 51, com a nacional verifica-se que Santa Catarina participava em 1970 com 5,7% do leite produzido no Brasil, baixando sua participação em 1975 para 4,6% e de 3,7% no período de 1980-82<sup>(3)</sup>.

Quanto à decrescente participação catarinense na produção nacional de leite, uma explicação plausível seria a implantação em Santa Catarina, nesse período, apenas de usinas de pasteurização e empacotamento de leite especial "tipo C", enquanto a nível nacional e principalmente nos grandes centros, ocorreram implantação de indústrias de derivados e usinas de leite "tipo B", atividades mais atrativas e rentáveis e capazes de gerar maior demanda junto ao produtor, razões que levaram a produção brasileira, no período de 1971 a 1983, a um crescimento acumulado de 67%, enquanto para Santa Catarina foi de apenas 13%, no mesmo período. No entanto, deve-se considerar que o maior avanço tecnológico a nível de Brasil, não trouxe grandes benefícios, visto que, conforme se apresenta acima, o consumo "per capita" de leite em Santa Catarina é maior que o nacional.

(3) É de se observar que a produção catarinense de leite apresentada refere-se apenas àquela destinada ao consumo humano

O estado catarinense, em 1980, possuía um rebanho bovino de 2.613,6 mil cabeças, evoluindo para 2.638.117 cabeças em 1981 e 2.652.851 bovinos em 1982<sup>(4)</sup>, admitindo-se um decréscimo em 1983 aos níveis de 1980.

Na tabela 52, apresenta-se por microrregião homogênea e referente aos anos de 1981 e 1982, o rebanho bovino, número total de vacas, vacas ordenhadas, volume de leite produzido e produção por vaca/ano. Ressalte-se que nesta tabela é apresentado, o volume total da produção leiteira, enquanto adiante será citada apenas a produção destinada ao consumo humano.

Constata-se, na referida tabela, que a média de produção de leite/vaca/ano em Santa Catarina, quando consideram-se as vacas em lactação, foi de 1.003 litros em 1981 e de 1.000 litros em 1982, destacando-se com melhor produtividade as bacias leiteiras das regiões, Colonial de Joinville, Colonial de Blumenau e Colonial Itajaí do Norte. As menores produtividades aparecem nas regiões do Litoral de Laguna, de Campos de Lages e de Curitibanos, em decorrência de a primeira ser uma região de solos pobres e de baixa fertilidade com pequena produção de pastagens, e as outras duas por possuírem plantéis orientados, principalmente, à produção de carne.

Do rebanho bovino total, técnicos ligados à atividade, admitem que cerca de 55% possuem alguma aptidão leiteira, verificando-se, contudo, que apenas 14% dos bovinos existentes no Estado localizam-se em propriedades que visam à venda do leite.

Segundo o IBGE/SC, em Santa Catarina foram produzidos 517.718 e 510.180 mil litros de leite, respectivamente em 1981 e 1982 (tabela 52). Entretanto, nem todo esse leite foi destinado ao consumo humano, pois admite-se que 45% das vacas ordenhadas alimentam terneiros que consomem em média 450 litros cada. Assim sendo, em 1981, 232.250 terneiros consumiram cerca de 104.513 mil litros, restando 413.205 mil litros para consumo humano. Para 1982 chega-se a 229.525 terneiros que teriam consumido 103.286 mil litros, ficando 406.894 mil litros para o consumo humano.

---

(4) Levantamentos municipais efetuados pelo IBGE em Santa Catarina.

Em 1983, estima-se que tenham sido produzidos cerca de 407 milhões de litros, volume este semelhante ao do ano anterior, face às adversidades climáticas enfrentadas pelo rebanho leiteiro e ainda pela conjuntura desfavorável em que vive o país, com o custo de produção alto, em decorrência, principalmente, da alta de senfreada dos insumos, e, conseqüentemente, do preço pouco compensador pago pelo leite ao produtor. Caso esta situação não se altere substancialmente para melhor, a produção em 1984 não deverá ultrapassar a casa dos 405 milhões de litros, gerando problemas sérios de abastecimento no período de entressafra.

Na tabela 53, verifica-se a produção aparente destinada ao consumo humano e o volume de leite para industrialização e pasteurização recebido pelas usinas localizadas em Santa Catarina, no período de 1971 a 1984. Constata-se, com esses números, uma evolução da produção em 9,6% no período 1971-76 para oscilar entre 385 milhões a 415 milhões de litros no período de 1976 a 1984, em decorrência das adversidades climáticas e desestímulo em que vive a atividade, tendo em vista a falta de uma política de longo prazo, que norteie e oriente a exploração, e a pequena rentabilidade conseguida com a produção leiteira. Quanto ao volume recebido pelas usinas e destinado à pasteurização e produção de derivados, ocorreu no período de 1971-84 uma evolução de 20,6 para 100 milhões de litros. Este aumento substancial ocorreu face à implantação de diversas usinas de leite e postos de coleta e resfriamento em diversos pontos do estado.

Ainda que tenha ocorrido um significativo aumento do leite entregue às usinas, principalmente a partir de 1976, o percentual em relação ao volume produzido e destinado ao consumo humano é bastante pequeno, não chegando nos anos 83/84 sequer a 25% (tabela 53).

Apresenta-se, a seguir, no gráfico 4, a evolução mensal da entrega de leite às usinas no período de 1980-83, onde fica evidenciada a queda de produção em todos os anos, a partir de janeiro/fevereiro até o mês de junho. Verifica-se, ainda neste gráfico, uma menor queda de produção no inverno de 1982, em relação aos outros anos apresentados, em decorrência, principalmente, do inverno ameno naquele ano. Constata-se ainda, um aumento da produção apenas no início de 1983, ano em que se esperava uma produção



anual aproximadamente 20% superior a de 1982. Esta previsão otimista para 1983 não ocorreu, principalmente, tendo em vista as freqüentes chuvas do primeiro semestre que culminaram com as enchentes de julho, e também o desestímulo causado pelo preço pouco compensador recebido a nível de unidade produtora.

O volume de leite entregue às usinas catarinenses em 1982 e em 1983 foi, respectivamente, de 96.249,1 e 100.382,5 milhões de litros (tabela 54). Deste volume foram pasteurizados com 3,2% de gordura 79% em 1982 e 80% em 1983. O restante do leite foi transformado em derivados ou vendido para outros estados, principalmente para o Paraná, já pasteurizado, ou apenas resfriado.

A partir dos números apresentados na tabela citada, verifica-se que do volume total de leite produzido e destinado ao consumo humano, apenas 18,7% e 19,7%, respectivamente em 1982 e 1983, foram pasteurizados, de onde se conclui que, além da população rural, grande parte da urbana vem consumindo leite não beneficiado e empacotado.

Conforme se visualiza no gráfico 5, que apresenta a evolução mensal do volume de leite pasteurizado nos últimos quatro anos, a diminuição de oferta de leite pasteurizado nos meses de entressafra vem sendo amenizada a partir dos últimos três anos. Ressalte-se que a queda acentuada, verificada no mês de julho/83, foi causada pelo excesso de chuvas e enchentes que ocorreram no estado.

Ainda que em Santa Catarina, salvo alguns momentos de entressafra, não existam maiores problemas de abastecimento da população, deve-se considerar que esta aparente normalidade está mais ligada ao baixo poder aquisitivo da população que à oferta efetiva de leite para uma alimentação que satisfaça as mínimas exigências orgânicas.

Estas considerações se tornam mais claras e mais evidentes quando se comparam os dados da tabela a seguir, com os 500 g/hab/dia citados anteriormente neste trabalho, e indicados pela Organização Mundial de Saúde como o mínimo indispensável para uma alimentação humana.

CONSUMO PER CAPITA DE LEITE EM SC, 1980 A 1983

ANO	CONSUMO APARENTE (*) (1.000 ℓ)	POPULAÇÃO CATARINENSE (hab)	DISPONIBILIDADE DE LEITE (g/hab/dia)
1980	414.586	3.687.659	308
1981	413.205	3.771.000 (*)	300
1982	406.894	3.856.200 (*)	289
1983	407.000	3.943.370 (*)	283

(\*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Do ponto de vista técnico, e visando a um abastecimento adequado de leite à população brasileira e catarinense, há que se promover mudanças estruturais na pecuária leiteira do estado e do país, pondo em prática conceitos básicos, adotados em pecuárias leiteiras evoluídas, tais como:

a) alimentação adequada o ano todo, a partir de áreas produtivas e rentáveis;

b) controle dos rebanhos em níveis aceitáveis de doenças infecto-contagiosas e parasitárias;

c) exploração do leite a partir de um plantel especializado e adaptado à região de exploração.

As mudanças estruturais acima citadas, ainda que possam solucionar o problema sazonal da produção e do abastecimento da população, deverão estar acompanhadas de uma política de longo prazo, que além de reduzir os custos dos insumos, dê ao produtor confiança e segurança para investir na atividade.

No que diz respeito aos custos de produção apresentados na tabela 55, para os anos de 1982 e 1983, os mesmos foram, via de regra, sempre maiores que o valor efetivamente recebido a nível de propriedade<sup>(5)</sup>. Na tabela 56, apresentam-se os preços efetivamente recebidos pelo produtor (já descontado o frete) e os custos de produção. Verifica-se que em 1981 o preço subiu 68% e

(5) Comparativo do item 6 com o item 4 ou 5, conforme o caso, da tabela de custos de produção.

os custos de produção 50%, beneficiando o produtor naquele ano. Já em 1982 os preços recebidos pelos produtores subiram 46% e os custos de produção 92%, e no ano de 1983 o preço subiu 129% e os custos de produção 194%. Em todo período, jan/81 a dez/82, os preços recebidos pelo produtor foram corrigidos em 922%, enquanto os custos de produção subiram 1.082%.

Em menos de três anos, o leite teve seu preço, em relação ao custo de produção, defasado em cerca de 160%, fator que tem gerado insatisfação generalizada entre os produtores.

A persistir tal situação, ou continuam as dificuldades de se dar ao produtor uma remuneração condizente com os custos de produção, e permanecem as crises anuais de abastecimento, ou os preços aumentam para estimular uma produção maior. A segunda hipótese deverá gerar conseqüências sérias na demanda, diminuindo, sensivelmente, não só o consumo de leite in natura pela população de baixa renda, mas, também, o consumo dos derivados pela maioria da população. Tal situação, além de provocar uma redução no consumo, deixará o produtor sem mercado.

Assim sendo, a situação tende a se agravar, não só pelo aumento da população, mas também pela tendência de diminuição ou não exploração da atividade em conseqüência de sua pequena rentabilidade econômica, contribuindo para a mudança de ramo, ou para o êxodo rural.

Ciente do problema, o Governo Federal vem tomando medidas como o estabelecimento de três reajustes anuais para o leite, criação do Conselho Nacional de Leite - CONLEI, etc. Ao mesmo tempo, o Governo Estadual, através de sua Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, vem tomando medidas minimizadoras do problema, destacando-se, entre elas, a elaboração de um projeto que visa estimular e auxiliar a atividade leiteira no Estado.

Tabela 51

PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE DE LEITE "IN NATURA",  
DE 1970 A 1983

(em milhões de l)

ANO	PRODUÇÃO			ÍNDICE		VARIACÃO ANUAL DA PRODUÇÃO (%)	
	Brasil	Santa Catarina	Participação %	Brasil	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina
1970	6.303,1	360,3	5,7	100	100	-	-
1971	6.289,1	373,5	5,9	100	104	(-) 0,2	3,7
1972	6.317,6	371,6	5,9	100	103	0,4	(-)0,5
1973	6.666,9	374,2	5,6	106	104	5,5	0,7
1974	7.748,9	379,7	4,9	123	105	16,2	1,5
1975	8.591,0	394,9	4,6	136	110	10,9	4,0
1976	9.024,8	409,4	4,5	143	114	5,0	3,7
1977	9.261,1	415,7	4,5	147	115	2,6	1,5
1978	10.474,2	385,6	3,7	166	107	13,1	(-)7,2
1979	9.803,2	391,1	4,0	156	109	(-) 6,4	1,4
1980	11.160,0	414,6	3,7	177	115	13,8	6,0
1981	11.320,0	413,2	3,7	179	115	1,4	(-)0,3
1982	10.890,0	406,9	3,7	173	113	(-) 3,8	(-)1,5
1983 <sup>(*)</sup>	10.500,0	407,0	3,9	167	113	(-) 3,6	0,0

(\*) Previsão

Fonte: SNAB/MA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 52

REBANHO BOVINO, NÚMERO DE VACAS ORDENHADAS E LEITE PRODUZIDO, POR MRH, SANTA CATARINA, 1981 E 1982

MRH	1 9 8 1				1 9 8 2				LEITE/VACA/ANO (L)	
	Rebanho Bovino	Nº Vacas	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido(*)	Rebanho Bovino	Nº Vacas	Vacas Ordenhadas	Leite Produzido(*)	1981	1982
Colonial de Joinville	55.579	22.865	24.220	33.181	55.358	27.434	20.040	25.367	1.370	1.266
Litoral de Itajaí	25.634	8.831	6.432	6.450	26.497	9.144	6.657	6.677	1.002	1.003
Colonial de Blumenau	128.802	57.043	45.199	58.670	131.850	55.947	44.476	53.926	1.298	1.212
Col. Itajaí do Norte	44.987	20.142	18.264	24.537	43.667	19.976	18.037	23.920	1.343	1.326
Col. Alto Itajaí	148.130	62.315	45.970	54.862	153.875	63.710	47.740	56.417	1.193	1.182
Florianópolis	59.303	22.237	12.630	10.838	66.506	23.520	13.593	14.058	858	1.034
Col.Serrana Catarinense	91.703	35.950	19.368	17.470	103.549	38.268	23.215	21.734	902	936
Litoral de Laguna	26.492	7.291	4.675	2.948	27.252	11.759	5.172	3.679	630	711
Carbonífera	166.415	52.280	34.403	29.167	165.368	54.483	34.434	29.741	847	864
Lit.Sul Catarinense	75.843	11.913	12.980	10.234	74.014	18.476	13.088	10.258	788	784
Col.Sul Catarinense	50.619	11.895	9.440	8.358	48.855	10.295	8.075	7.011	885	868
Campos de Lages	391.305	129.370	38.770	25.321	379.714	124.581	37.270	25.093	653	673
Campos Curitibanos	351.681	124.997	56.779	37.338	343.524	131.012	49.154	35.622	657	725
Col.Rio do Peixe	361.674	120.674	63.796	74.013	377.868	115.984	65.393	75.578	1.160	1.156
Col.Oeste Catarinense	505.318	141.503	99.828	101.411	497.932	140.106	100.786	98.149	1.016	974
Planalto de Canoinhas	154.632	52.907	23.358	22.920	157.022	53.201	22.925	22.950	981	1.001
TOTAL	2.638.117	882.213	516.112	517.718	2.652.851	897.896	510.055	510.180	1.003	1.000

(\*) 1.000 litros

Fonte: IBGE e Instituto CEPA/SC

Tabela 53

PRODUÇÃO LEITEIRA APARENTE E INDUSTRIALIZADA,  
SANTA CATARINA, 1971 A 1984

ANO	PRODUÇÃO TOTAL APARENTE DE LEITE (1.000 litros)	LEITE INDUSTRIALIZADO	
		1.000 litros	% sobre a Produção Total
1971	373.452	20.602,7	5,5
1972	371.594	30.948,4	8,3
1973	374.159	32.479,6	8,7
1974	379.666	32.059	8,4
1975	394.898	39.551	10,0
1976	409.350	73.245	17,9
1977	415.660	88.150	21,2
1978	385.558	93.219	24,2
1979	391.118	71.699	18,3
1980	414.586	83.676	20,2
1981	413.205	87.644	21,2
1982	406.894	96.249	23,7
1983 (**)	407.000	100.383	24,7
1984 (**)	405.000	100.000	24,7

(\*) Destinada ao consumo humano

(\*\*) Estimativa do Instituto CEPA/SC

Fonte: Instituto CEPA/SC, EMATER/SC-ACARESC, CIDASC e MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 54

## LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA, 1982/E 1983

MÊS	RECEBIDO "IN NATURA" (1.000 £)		PASTEURIZADO 3,2% DE GORDURA (1.000 £)		APROVEITAMENTO CONDICIONAL E CONDENADO (1.000 £)		VENDIDOS P/ OUTROS ESTADOS (1.000 £)		PRODUÇÃO DE QUEIJOS (1.000 kg)		TOTAL INDUSTRIALIZADO (1.000 £)	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983	1982	1983
Jan	8.113,5	9.682,0	6.348,7	7.640,8	390,1	344,2	212,0	218,0	93,4	141,6	1.281,3	1.555,0
Fev	6.754,0	8.437,8	5.443,6	6.690,5	335,6	278,7	92,0	219,7	102,0	127,4	872,8	1.470,0
Mar	7.344,8	8.451,8	5.960,8	6.829,8	307,8	216,5	104,7	223,2	119,0	102,7	875,0	1.455,5
Abr	6.606,2	7.118,6	5.572,1	6.132,4	105,7	174,1	111,1	219,7	86,5	57,3	841,9	764,5
Mai	6.583,4	7.005,7	5.500,5	6.131,6	89,6	143,3	111,8	198,6	67,4	52,2	925,9	652,5
Jun	6.944,1	7.154,4	5.803,4	6.239,1	107,6	100,5	138,6	203,6	69,6	50,2	963,6	691,7
Jul	7.980,2	6.600,7	6.537,9	5.471,3	128,3	150,0	226,5	100,0	100,3	40,0	1.213,7	1.000,0
Ago	8.943,9	8.213,5	6.919,5	6.855,3	193,6	265,0	234,8	385,4	129,9	80,4	1.700,9	907,8
Set	9.355,6	9.689,2	6.966,5	6.899,2	265,8	261,0	200,6	388,1	59,5	126,1	2.063,8	1.646,2
Out	8.944,7	9.406,8	6.938,3	7.033,0	251,0	300,0	186,0	388,6	129,5	148,3	1.625,9	1.915,2
Nov	9.032,3	9.422,0	6.901,9	7.055,0	290,8	268,4	20,1	385,5	136,3	150,0	1.703,3	1.800,0
Dez	9.646,4	9.200,0	7.267,0	7.100,0	269,5	300,0	248,5	350,0	179,3	150,0	1.930,6	1.400,0
TOTAL	96.249,1	100.382,5	76.160,2	80.078,0	2.735,4	2.801,7	1.886,7	3.280,4	1.272,7	1.226,2	15.998,7	15.258,4

OBS.: Dezembro/83 - Previsão do Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC(SERPA) e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 55

## CUSTO DE PRODUÇÃO DO LEITE PRODUZIDO EM SANTA CATARINA EM 1982 E 1983 (\*)

ESPECIFICAÇÃO	MARÇO		JUNHO		SETEMBRO		NOVEMBRO		DEZEMBRO	
	Valor (Cr\$ 1,00/£)	Participa ção Percen tual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1,00/£)	Participa ção Percen tual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1,00/£)	Participa ção Percen tual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1,00/£)	Participa ção Percen tual das Variáveis (%)	Valor (Cr\$ 1,00/£)	Participa ção Percen tual das Variáveis (%)
<u>1982</u>										
1. CUSTOS VARIÁVEIS	24,06	72,89	33,16	73,5	36,43	73,6	45,13	74,9	47,50	74,96
. Alimentação	11,53	34,92	13,56	30,0	16,13	32,6	18,46	30,6	20,04	31,62
. Sanidade	1,27	3,84	1,56	3,5	1,74	3,5	1,77	2,9	1,78	2,81
. Melhoramento e manejo	1,55	4,68	2,20	4,9	2,50	5,1	2,67	4,4	3,24	5,12
. Mão-de-obra	8,85	26,80	14,72	32,6	14,72	29,7	20,89	34,7	20,89	32,97
. Outros Custos Variáveis	0,87	2,65	1,12	2,5	1,34	2,7	1,34	2,2	1,55	2,44
2. CUSTOS FIXOS	8,95	27,11	11,98	26,5	13,07	26,4	15,14	25,1	15,87	25,04
3. TOTAL DOS CUSTOS POR ANO	33,01	100,00	45,14	100,00	49,49	100,00	60,28	100,00	63,37	100,00
4. CUSTO POR LITRO (conside rando só a venda do leite)	33,00		45,14		49,49		60,28		63,37	
5. CUSTO POR LITRO (conside rando também venda de ex cedente do plantel)	27,43		38,56		41,13		50,91		53,82	
6. PREÇO RECEBIDO PELO PRO DUTOR	31,00		31,00		36,00		36,00		45,20	
<u>1983</u>										
1. CUSTOS VARIÁVEIS	48,19	71,09	70,17	75,06	103,12	73,41	147,18	76,31	151,43	75,80
. Alimentação	18,22	26,88	30,71	32,85	57,10	40,65	79,47	41,20	81,53	40,81
. Sanidade	2,46	3,64	3,13	3,35	4,58	3,26	5,85	3,03	5,99	3,00
. Melhoramento e manejo	4,25	6,27	4,94	5,29	8,75	6,24	11,02	5,71	12,44	6,23
. Mão-de-obra	20,88	30,81	28,45	30,43	28,45	20,25	46,73	24,23	46,73	23,39
. Outros custos variáveis	2,35	3,47	2,93	3,14	4,21	3,00	4,10	2,13	4,73	2,37
2. CUSTOS FIXOS	19,60	28,91	23,32	24,94	37,35	26,59	45,70	23,69	48,36	24,20
3. TOTAL DOS CUSTOS POR ANO	67,79	100,00	93,49	100,00	140,47	100,00	192,88	100,00	199,79	100,00
4. CUSTO POR LITRO (conside rando só a venda do leite)	67,80		93,50		140,48		192,89		199,79	
5. CUSTO POR LITRO (conside rando também a venda de ex cedentes do plantel)	58,06		80,90		121,21		164,34		170,52	
6. PREÇO RECEBIDO PELO PRO DUTOR	61,00		86,50		117,50		112,50		140,00	

(\*) O detalhamento dos Itens poderá ser obtido junto ao Instituto CEPA/SC

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 56

COMPARATIVO ENTRE PREÇOS DE LEITE E CUSTO DE PRODUÇÃO, 1981 A 1983

PERÍODO	PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR (1)		CUSTO DE PRODUÇÃO (2)		PREÇOS SUNAB (3)			
	Cr\$/litro	Índice	Cr\$/litro	Índice	Leite-cota		Leite excesso	
					Cr\$/litro	Índice	Cr\$/litro	Índice
<u>1981</u>								
Janeiro	13,70	100	16,90	100	18,00	100	12,40	100
Março	15,20	111	17,45	103	18,00	100	12,40	100
Julho	24,00	175	20,60	122	29,00	161	20,00	161
Outubro	26,00	190	21,71	129	29,00	161	20,00	161
Dezembro	23,00	168	25,40	150	29,00	161	20,00	161
<u>1982</u>								
Março	31,00	100	33,00	100	37,00	100	20,00	100
Junho	31,00	100	45,14	137	37,00	100	26,00	130
Setembro	36,00	116	49,49	150	44,00	119	31,00	155
Novembro	36,00	116	60,28	183	44,00	119	31,00	155
Dezembro	45,20	146	63,37	192	55,00	149	40,00	200
<u>1983</u>								
Março	61,00	100	67,80	100	72,00	100	55,00	100
Junho	86,50	142	93,50	138	100,00	139	77,00	140
Setembro	117,50	193	140,48	207	100,00	139	77,00	140
Novembro	112,50	184	192,89	285	140,00	194	93,00	169
Dezembro	140,00	230	199,79	295	156,50	217	93,00	169

(1) Preços efetivamente recebidos na propriedade

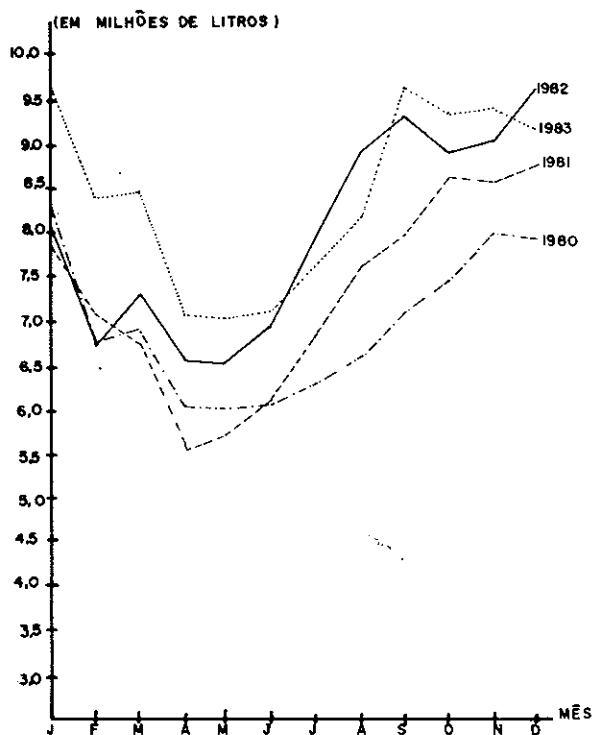
(2) Calculados pelo Instituto CEPA/SC

(3) Preço do leite entregue na plataforma da indústria

Fonte dos dados básicos: Instituto CEPA/SC e SUNAB

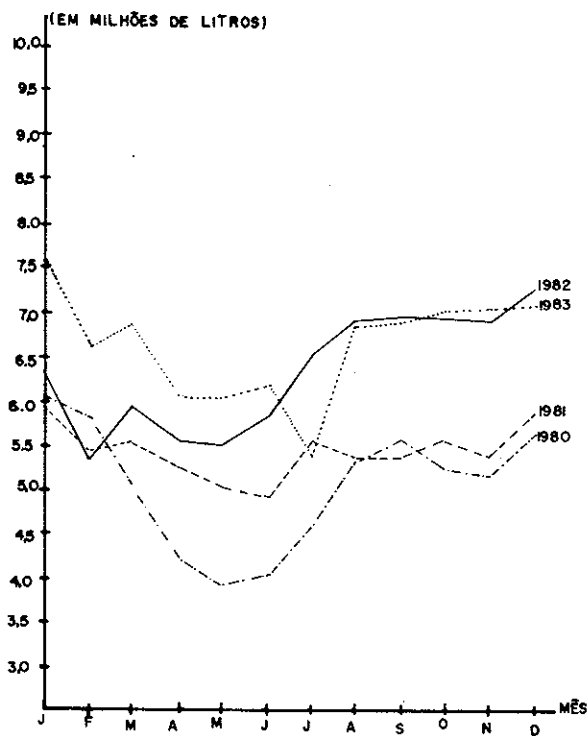
Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 4 VOLUME MENSAL DE LEITE "IN NATURA" RECEBIDO PELAS USINAS DE SANTA CATARINA DE 1980 À 1983



OBS: DEZEMBRO /83 - PREVISÕES INSTITUTO CEPA/SC  
 FONTE: MA/DFA-SC (SERPA) e INSTITUTO CEPA/SC  
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 5 - VOLUME MENSAL DE LEITE PASTEURIZADO PELAS USINAS DE SANTA CATARINA DE 1980 À 1983.



OBS: DEZEMBRO/83 - PREVISÕES INSTITUTO CEPA/SC  
 FONTE: MA/DFA-SC (SERPA) e INSTITUTO CEPA/SC  
 ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

#### 4.4. Mel de Abelha

##### PRODUÇÃO DE MEL DE ABELHA EM SANTA CATARINA, 1978 A 1984

ANO	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE EVOLUÇÃO
1978	3.200	100
1979	3.800	119
1980	4.500	141
1981	4.500	141
1982	3.600	113
1983 (*)	4.200	131
1984 (*)	5.000	156

(\*) Estimativa

Fonte: Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina

A execução da Política Estadual, no que se refere à apicultura, está sob a responsabilidade do Instituto de Apicultura de Santa Catarina - IASC, órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SAA, que atua como unidade coordenadora do desenvolvimento apícola estadual. Sua atuação se dá no sentido de congregar os esforços do setor público e da atividade privada e se estende da pesquisa à difusão da tecnologia.

É importante frisar que a apicultura é uma das atividades mais antigas do mundo, prestando significativa contribuição ao homem através da produção de mel, da geléia real, da própolis, do pólen, da cera, bem como à agricultura, pelos serviços de polinização.

Ajusta-se perfeitamente a qualquer tamanho ou tipo de propriedade, pois ocupa um reduzido espaço físico, demanda reduzida mão-de-obra, além de constituir-se numa excelente alternativa de renda para o produtor.

Não há, além disso, problemas de incompatibilidade com outras atividades desenvolvidas na propriedade. Pelo contrário, as culturas agrícolas, principalmente a fruticultura, são favorecidas pela ação polinizadora das abelhas, garantindo a produção



agrícola de grãos e frutas.

As estimativas do IASC, em 1982, de uma produção catarinense de mel de 5.000 toneladas, não se confirmaram, baixando para 3.600 toneladas, apresentando uma redução de 28%, em relação ao número estimado. Os fatores responsáveis foram a ocorrência de geadas e de fortes chuvas durante o período floral da primavera, influenciando diretamente na produtividade.

As estimativas do Instituto para 1983 são de uma produção de 4.200 toneladas, inferior em 23,64% ao volume avaliado em novembro de 1982 (5.500 t), tendo em vista as fortes chuvas constatadas durante o primeiro semestre deste ano, junto às regiões produtoras. Houve uma perda acentuada de 50% do efetivo apícola existente no estado, em consequência, principalmente, da fome das abelhas e da destruição dos apiários através das enchentes, trazendo prejuízos consideráveis para o produtor.

Entretanto, a florada primaveril foi considerada boa pelo IASC, levando-se em conta que a reposição do efetivo apícola perdido é rápido, devendo confirmar as estimativas de produção do mês de novembro de 1983 (4.200 t).

Para 1984, se não ocorrer nenhuma anormalidade, a produção de mel deverá situar-se em torno de 5.000 toneladas.

A apicultura no estado está concentrada principalmente, nas MRH do Planalto de Canoinhas, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Colonial do Alto Itajaí, Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense e Colonial do Oeste Catarinense.

A atividade apícola estadual é explorada por, aproximadamente, 5.000 produtores com 2.250 apicultores registrados e 2.750 distribuídos entre amadores e apicultores não registrados nas diversas associações espalhadas pelo Estado.

O número de propriedades, indiretamente atingidas pela exploração apícola é de 9.500 unidades, principalmente pelo uso de polinização junto a frutíferas.

Segundo a Fundação IBGE, através do Censo Agropecuário de 1980, havia no estado um total de 75.167 colméias pertencentes a apicultores profissionais, distribuídos pelas microrregiões homogêneas de Santa Catarina.

As atividades de produção e comercialização do subse - tor, segundo o IASC, está assim constituída:

Total de colméias existentes	-	200.000
Colméias utilizadas para polinização	-	20.000
Associação de apicultores	-	14
Entrepósitos de mel e cera	-	03
Empresas de produção e comercialização	-	03
Criadores de rainhas	-	02

Além de mel e cera, também são vendidos para o mercado consumidor produtos transformados como doces e geléias.

Quanto à demanda de mel, cerca de 40% da produção é consumida dentro do estado; 40% é vendida principalmente para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília; e os 20% restantes são comprados pelo mercado internacional (Estados Unidos, Japão, Inglaterra, Alemanha Ocidental, França, Itália e Grécia).

O mercado apresenta-se amplamente comprador para todo o produto apícola produzido.

Os preços a nível de produtor foram considerados estimulantes, variando em 1983, entre Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ 2.000,00 por quilo de mel, dependendo da qualidade, e em Cr\$ 3.500,00 a Cr\$ 5.000,00 por quilo de cera. A nível de consumidor, os preços de mel situaram-se entre Cr\$ 3.000,00 a Cr\$ 4.000,00, por quilo, dependendo do local de venda (feiras, supermercados, etc.), da embalagem final, da qualidade e da origem do produto.

Ocorre ainda uma produção indireta das abelhas que é a fundamental tarefa da polinização, já citada, na maioria das plantas cultivadas, sem o que a frutificação e formação de grãos ficam bastante reduzidas. A polinização pode ser, inclusive, induzida através da prática já consagrada da apicultura migratória, através da qual as colméias são trazidas de outras regiões e colocadas nos pomares durante a floração das árvores frutíferas.

O setor apícola catarinense apresenta perspectivas bastante promissoras, estando já contornado e até parcialmente absorvido o problema da abelha africana, mediante seleção e cruzamentos, com a atividade mostrando um grau de evolução satisfatório.

Essa expansão conta também com um aumento do apoio técnico proporcionado pela difusão do Projeto Apícola do Instituto de Apicultura do Estado, bem como pelo estabelecimento da sede em Florianópolis, da Comissão Internacional de Tecnologia e Equipamentos Apícolas e, também da filial para todas as Américas do Instituto de Tecnologia e Economia Apícola da APIMONDIA - Federação Internacional de Associações Apícolas.

Há em Santa Catarina um potencial disponível para exploração da atividade apícola em torno de um milhão de colméias, tendo em vista a diversidade da cobertura vegetal que possibilita a cada colméia o abastecimento em uma área aproximada de 9 hectares.

Como a atual população, segundo o IASC, é de 200 mil colméias exploradas entre apicultores amadores e profissionais, há possibilidade teórica de 400% de expansão. Em termos de produção, essa expansão poderá ser maior ainda em decorrência do avanço técnico que está havendo no estado, através dos órgãos de apoio que operam na atividade.

#### 4.5. Pescado

O setor pesqueiro de Santa Catarina dispõe de 531 quilômetros de orla marítima, de águas propícias à criação e captura e, de uma infra-estrutura pesqueira que está sendo implantada gradativamente, de acordo com as necessidades. Além disso, possui ainda um programa de trabalho, através do qual pretende intensificar, de uma forma racional, a piscicultura através da utilização do potencial de água doce existentes, tais como rios, lagoas, açudes, represas.

Entre os produtos que mais se prestam à comercialização, destacam-se aqueles de maior valor econômico como a sardinha, a anchova, o camarão, o cação, a tainha, a pescada e a corvina.

Um trabalho de conscientização vem sendo gradativamente desenvolvido com a finalidade de preservação das espécies exploradas para fins comerciais e de consumo doméstico. Procura-se, com isso, educar os pescadores amadores e profissionais em suas diferentes funções, principalmente quanto ao controle de captura.

Nesse sentido, foram criados, e estão sendo ministrados, cursos de aperfeiçoamento, especialização e valorização dos recursos disponíveis, tendo como orientação os órgãos de assistência técnica e extensão, de pesquisa, de fiscalização, bem como de fomento e comercialização.

Outra medida, visando à preservação e a exploração mais racional das espécies, foi o "defeso", baixado mediante portaria da SUDEPE, e que estipulam um prazo de proibição de captura da sardinha nos meses de dezembro e janeiro, época em que a mesma se encontra em ciclo de desova, possibilitando a formação de novos estoques, além de atuar como medida cautelar de redução do esforço de captura.

No que se refere à pesca de mar aberto, a SUDEPE, através da Portaria 50/83, proíbe a captura de camarão rosa, verdadeiro, santana, sete barbas e serrinha, durante março e abril em toda a região Sul e Sudeste do país.

Outras Portarias foram instituídas pela SUDEPE com o fim de disciplinar e determinar os locais de captura do camarão, bem como o uso de apetrechos de pesca junto a lagoas, baías, ca-

nais, desembocadores de rios, etc., possibilitando, desta forma, a ocorrência normal do ciclo biológico das espécies, havendo assim, uma reposição do estoque existente.

Santa Catarina é o segundo maior estado produtor de pescado do Brasil, participando com cerca de 13% da produção nacional.

Toda informação sobre o produto pesqueiro estadual capturado é coletada através da 5.<sup>a</sup> Coordenadoria Regional da SUDEPE, mediante formulários nos quais é registrado todo o movimento diário do produto desembarcado nos vários locais e portos de desembarque.

As espécies que apresentam maior movimentação são as de sardinhas verdadeiras, castanhas, pescadas, pescadinhas, bonito, corvina, corvinotas, cações, além de camarão rosa e sete barbas.

Em 1982, segundo a mesma fonte, foram capturados 82.825 toneladas de pescado "in natura", distribuídos entre 74.334 t de peixes, 7.668 t de crustáceos e 823 t de moluscos, representando em seu conjunto um valor total de Cr\$ 27,3 bilhões (corrigidos a preços de outubro de 1983).

Em 1983, principalmente entre junho e setembro, a pesca catarinense esteve prejudicada. Chuvas, enchentes, baixa salinidade das áreas costeiras, queda de temperatura das águas - enfim, diversos fatores climáticos negativos que provocaram, inclusive, o deslocamento de cardumes do litoral catarinense para o paulista, além de dificultarem os trabalhos de captura.

O volume de captura de janeiro a setembro, segundo a SUDEPE, foi de 61.358 t, sendo 55.197 t pertencentes ao grupo dos peixes; 4.985 t ao dos crustáceos e 1.176 t ao grupo dos moluscos e outros.

Ao se comparar o volume capturado em 1983 com o de igual período em 1982 (jan/set), observa-se um acréscimo na quantidade física de 17,38%. Contudo, comparando-se o terceiro trimestre entre os dois anos em foco percebe-se a queda brusca em 1983 - 7.766 t, 37,66% a menos. Os fatores por esse declínio, sem dúvida, foram de ordem climática, conforme acentuamos acima.

Quanto à evolução do produto pesqueiro desembarcado no período de 1978 a 1983, tomando-se por base o ano de 1978 (tabela 58), verificam-se índices de crescimento no total capturado, em 1980, de 122, enquanto que os anos de 1979, 1981 e 1982 apresentam índices negativos de 94,72 e 85, respectivamente, 1983, situação até setembro, considerado igual período de 1978 (jan/set), apresentou um decréscimo na captura, com índice negativo na produção total de 80.

Salientam-se, no período analisado, variações expressivas de captura, principalmente de 1980 para 1981, quando o grupo dos peixes decresceram em 40% devido, principalmente, à menor produção de sardinhas e tainhas. Também decaí vertiginosamente a produção de crustáceos em 27,2%, devido à redução de captura do camarão sete barbas e rosa.

No que se refere ao valor bruto do pescado desembarcado "in natura", em Santa Catarina, no mesmo período (1978 a 1983) a preços de outubro de 1983, os índices se comportaram positivos em 1979 e 1980 com 105 e 127, respectivamente, e negativos para os demais anos (1981/1982 e 1983), tendo como principal fator responsável a queda em volume do pescado capturado nas suas principais espécies (tabelas 60 e 61).

Quanto à participação relativa da pesca industrial e artesanal no total de pescado capturado em Santa Catarina, o setor industrial é responsável por cerca de 75% da produção do grupo dos peixes, tendo na sardinha verdadeira sua principal fonte de renda, enquanto que na pesca artesanal, o grupo dos crustáceos constituído pelo camarão sete barbas, rosa e legítimo, representa 80%, aproximadamente.

Ainda na formação do valor bruto da produção pesqueira, as espécies oriundas da pesca industrial, no grupo dos peixes representam 55%; no grupo dos crustáceos, a pesca artesanal participa com 63%.

Segundo a Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina, há no estado 95 empresas de pesca operando no setor industrial, distribuídas entre 34 indústrias e 61 armadores atuando na área de congelamento, conserva, semi-conserva, resfriamento, bem como na produção de óleo, farinha de peixe e gelo.

Essas empresas possuem a seguinte capacidade instalada de processamento de pescado:

DISCRIMINAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA	UNIDADE
BENEFICIAMENTO		
. Congelamento	967,6	t/dia
. Salga	3.668,4	t/dia
INDUSTRIALIZAÇÃO		
. Conservação	141,0	t/dia
. Farinha	40,0	t/dia
. Óleo	1.070,0	litro/dia
. Gelo	839,2	t/dia
ARMAZENAMENTO		
. Conserva	4.200,4	t
. Congelado	11.166,0	t
. Resfriado	2.756,0	t
. Salgado	1.050,0	t
. Gelo	2.393,0	t
. Outros	1.835,0	t

Estas empresas também possuem 91 barcos que operam com redes de cerco; 87 de arrasto; 22 de combinado; e 7 traineiras. No seu conjunto são 207 embarcações, com capacidade acima de 20 toneladas.

O transporte do pescado capturado do local de embarque até a indústria e desta até o centro consumidor, quando feito por via rodoviária, é realizado através de caminhões frigoríficos e isotérmicos.

Os recursos humanos envolvidos pelas indústrias somam, em seu conjunto, um total de 4.231 pessoas, sendo 1.380 pescadores que operam na área de captura; 2.217, na de processamento; 78 em armazenamento; 331 em comercialização; e 225 operários como mão-de-obra temporária, pois operam na instituição somente em épocas de maior movimentação.

A distribuição do produto capturado na pesca industri-

al é feita através das próprias indústrias ao mercado comprador, e deste às cadeias e redes distribuidoras, começando um novo processo distributivo que são os entrepostos de revenda, tais como mercados públicos, peixarias, supermercados, restaurantes, etc., atingindo, assim, o consumidor final.

O papel do intermediário é pouco significativo na pesca industrial, pois as indústrias, em sua maioria, obtêm matéria-prima diretamente dos barcos, seja de frota própria, ou de terceiros.

A pesca artesanal possui um contingente de recursos humanos (permanente ou eventual), atuando na captura de produtos pesqueiros, conforme dados da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, da ordem de 23.000 pescadores, distribuídos entre profissionais e amadores, pertencentes ao quadro de associados das 17 colônias de pesca implantadas ao longo do litoral catarinense.

Conforme dados da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC, o sub-setor tem disponível um contingente de 5.557 embarcações, com capacidade bruta para operar até 3 t (5.154 embarcações), de 3 a 10 t (381 embarcações); acima de 10 t (22 embarcações), distribuídas entre baleeiras, botes, canoas e bateiras.

É na pesca artesanal que a intermediação exerce forte influência no processo de comercialização, onerando sobremaneira o produto. O pescador percebe por sua produção, em alguns casos, importâncias pouco expressivas em dinheiro, havendo disparidade de preços de comunidade para comunidade, uma vez que, na maioria dos casos, assume o compromisso de entregar todo o produto capturado ao comprador, recebendo, em troca, suprimentos para manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, bem como alimentação e remédios para sua família, ficando na dependência total do intermediário.

Existe no estado, em plena atividade, a Cooperativa de Pesca de Porto Belo - COOPERBELO, com sede no município de Porto Belo, atuando numa área de abrangência desde Balneário de Camboriú até Garopaba, perfazendo um raio total de 12 municípios, para um número de 300 associados. A COOPERBELO foi criada com o objetivo de operar na área de compra e venda de insumos pesquei-



ros e gêneros de primeira necessidade. Posteriormente, ingressou nas linhas de produção e comercialização, tendo como meta normalizar a estrutura de comercialização da pesca.

A cooperativa possui a seguinte infra-estrutura de armazenagem e conservação:

MUNICÍPIO	DISCRIMINAÇÃO	CAPACIDADE INSTALADA	UNIDADE
- Porto Belo	. Fábrica de gelo	15	t/dia
	. Câmara p/peixe resfriado	20	t
	. Túnel de congelamento	10	t/dia
	. Câmara p/peixe congelado	40	t
- Garopaba	. Fábrica de gelo	4	t/dia
	. Câmara p/peixe fresco	20	t
	. Tanque p/salga	1,5	t
- Palhoça			
. Pinheira	. Câmara p/peixe fresco	15	t
- Florianópolis (*)			
. Barra da Lagoa	. Câmara p/peixe fresco	15	t
. Pântano do Sul	. Câmara p/peixe fresco	15	t
- Governador Celso Ramos (*)			
. Armação da Piedade	. Câmara p/peixe fresco	8	t

(\*) Projeto em fase final de implantação

A cooperativa conta ainda, para recepção e entrega do produto, com três caminhonetes F-4.000 de carroceria isotérmica com capacidade total de transporte de 7,5 t, além de dois caminhões Mercedes-Benz frigoríficos com capacidade total para 24 t.

Os principais mercados compradores de produtos pesqueiros oriundos da cooperativa localizam-se em toda a faixa litorânea de Santa Catarina, com penetração gradativa nas praças de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Salvador e Recife.

Em 1982, a COOPERBELO vendeu o equivalente a 150 milhões de cruzeiros (corrigidos a preços de outubro de 1983).

Já em 1983, de janeiro a novembro, foram comercializados 265 milhões de cruzeiros, também corrigidos a preços de out/83, representando um percentual de aumento na receita de vendas, comparado com igual período do ano anterior, de 89,43% (verificar tabelas 62 e 63).

Quanto aos preços praticados junto aos associados, são considerados bons em função do comportamento da demanda.

Segundo a Delegacia Federal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, o setor pesqueiro estadual produziu em 1981, na forma de produtos resfriados, 85.079 t; congeladas, 31.296 t; salgados, 5.414 t; enlatados, 3.756 t, e outros, 12.333 t. Destes produtos, 47.281 t foram industrializados ( tabela 64).

Em 1982, a situação do parque pesqueiro estadual apresentou um comportamento de crescimento ascendente da produção para todos os itens mencionados, a exceção dos salgados que mostrou uma produção de apenas 3.768 t. A transformação de produtos industriais, foi de 50.549 t (tabela 65).

Em 1983, de janeiro a setembro, as indústrias de pesca apresentaram um comportamento considerado satisfatório, prevendo, inclusive, superar as expectativas de produção constatadas em 1982, e devendo verificar o mesmo com os produtos pesqueiros transformados (tabela 66 ). Ainda, segundo a mesma fonte, foram comercializadas através das indústrias pesqueiras, 81.140 t em 1981, e 97.379,1 t em 1982 (numa evolução, portanto, de 20%) para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul e, inclusive, Santa Catarina, que representa em torno de 23% do total do produto comercializado. Em 1983, situação até setembro, foram vendidos para aqueles mercados 73.940 t (ver tabelas 64, 65, 66, 67 e 68).

Nas vendas para o mercado internacional, o subsetor vem-se firmando gradativamente, destacando-se os produtos congelados e enlatados, principalmente as espécies do camarão e da sardinha.

A participação catarinense de pescado no volume total exportado pelo Brasil, confrontando-se os dados disponíveis da DFA/SC com os da CACEX, verifica-se uma contribuição de cerca de

16%.

Em 1981, Santa Catarina vendeu 9.436 t, principalmente para os mercados dos Estados Unidos, Argentina, França, Japão e Portugal. Em 1982, foram exportados para as mesmas praças consumidoras 7.914 t; em 1983 (até setembro), 8.114 t, demonstrando que Santa Catarina vem conservando suas fatias do mercado, uma vez que a demanda internacional se apresenta receptiva para esse tipo de produto (tabela 69).

Tabela 57  
DESEMBARQUE DE PESCADO CONTROLADO EM  
SANTA CATARINA, 1978 A 1983

GRUPO	(em toneladas)					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>
Peixes	86.946	78.172	103.595	62.575	74.334	55.197
Crustáceos	10.045	7.583	9.997	7.278	7.668	4.985
Moluscos e Outros	214	5.750	4.513	445	823	1.176
<b>TOTAL</b>	<b>97.205</b>	<b>91.505</b>	<b>118.105</b>	<b>70.298</b>	<b>82.825</b>	<b>61.358</b>

(\*) Situação até setembro

Fonte: SUDEPE/PDP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 58  
ÍNDICE DE CRECIMENTO DO PESCADO DESEMBARCADO NOS  
PRINCIPAIS PORTOS E LOCAIS, SANTA CATARINA,  
1979 A 1983<sup>(\*)</sup>

GRUPO	(1978 = 100)				
	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>
Peixes	90	119	72	85	80
Crustáceos	75	100	72	76	64
Moluscos e Outros	2.687	2.108	208	384	789
<b>TOTAL</b>	<b>94</b>	<b>122</b>	<b>72</b>	<b>85</b>	<b>80</b>

(\*) Considerou-se igual período de janeiro a setembro de 1978

Fonte dos dados básicos: Tabela 57

Fonte dos dados trabalhados: Instituto CEPA/SC

Tabela 59  
VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO, "IN NATURA",  
SANTA CATARINA, 1978 A 1983

GRUPO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>
Peixes	334.023	692.765	1.350.781	1.928.972	4.954.887	7.468.159
Crustáceos	269.520	319.153	677.232	866.529	2.549.873	3.463.264
Moluscos e Outros	1.710	54.456	114.871	25.915	55.997	155.076
<b>TOTAL</b>	<b>605.253</b>	<b>1.066.374</b>	<b>2.142.884</b>	<b>2.821.416</b>	<b>7.560.757</b>	<b>11.086.499</b>

(\*) Situação até setembro

Fonte dos dados básicos: SUDEPE/PDP

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 60

VALOR BRUTO DO PESCADO DESEMBARCADO "IN NATURA", SANTA CATARINA,  
1978 A 1983

GRUPO	(a preços de outubro/83 - Cr\$ 1.000,00 <sup>(*)</sup> )					
	1978	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(**)</sup>
Peixes	16.549.600	20.369.314	24.079.430	14.073.895	17.908.120	13.202.700
Crustáceos	13.353.000	9.451.990	12.077.930	6.322.547	9.217.780	6.121.145
Moluscos e Outros	83.986	1.759.028	2.063.970	191.468	202.230	276.362
<b>TOTAL</b>	<b>29.986.586</b>	<b>31.580.332</b>	<b>38.221.330</b>	<b>20.587.910</b>	<b>27.328.130</b>	<b>19.600.207</b>

(\*) Utilizou-se o Índice Geral de Preços, mês a mês, col. 2 da Revista Conjuntura Econômica e a FGV.

(\*\*) Até setembro/83

Fonte. Tabela

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 61

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DO PESCADO  
DESEMBARCADO, "IN NATURA", SANTA CATARINA,  
1979 A 1983

GRUPO	( 1978 = 100)				
	1979	1980	1981	1982	1983 <sup>(*)</sup>
Peixes	123	145	85	108	112
Crustáceos	71	90	47	69	72
Moluscos e Outros	2.094	2.457	228	241	445
<b>TOTAL</b>	<b>105</b>	<b>127</b>	<b>69</b>	<b>91</b>	<b>96</b>

(\*) Considerou-se igual período de janeiro a setembro de 1978

Fonte dos dados brutos: Tabela 60

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 62

MOVIMENTO MENSAL DE ENTRADA E SAÍDA DE PRODUTOS  
PESQUEIROS REALIZADO PELA COOPERBELO, 1983

MÊS	QUANTIDADE (kg)		VALOR NOMINAL (Cr\$ 1,00)	
	Entrada	Saída	Entrada	Saída
Janeiro	37.231	36.314	2.875.139	4.088.015
Fevereiro	58.910	48.367	4.311.670	4.986.111
Março	45.225	44.155	3.382.178	7.721.531
Abril	75.737	64.755	7.225.410	6.933.061
Maiο	105.434	103.235	16.998.208	25.191.980
Junho	89.540	87.300	14.559.474	14.410.226
Julho	100.955	99.700	15.424.395	18.327.957
Agosto	104.577	87.408	12.996.454	21.393.951
Setembro	108.793	91.350	20.076.724	22.466.541
Outubro	107.623	99.300	21.424.263	32.886.491
Novembro	151.312	141.072	28.421.983	37.610.206
<b>TOTAL</b>	<b>985.337</b>	<b>902.956</b>	<b>147.695.898</b>	<b>196.016.070</b>

Fonte: COOPERBELO

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 63

VALOR MENSAL DAS VENDAS DE PRODUTOS PESQUEIROS  
REALIZADA PELA COOPERBELO, 1982 E 1983

MÊS	(a preços de out/83 - Cr\$ 1,00 <sup>(*)</sup> )	
	1982	1983
Janeiro	5.791.392	9.996.369
Fevereiro	8.167.612	11.446.273
Março	7.106.289	16.101.954
Abril	7.120.305	13.239.623
Maiο	8.919.545	45.085.511
Junho	23.611.000	22.968.896
Julho	14.787.723	25.782.069
Agosto	17.670.742	27.331.082
Setembro	21.350.022	25.446.303
Outubro	15.782.158	32.886.491
Novembro	9.574.313	34.695.762
Dezembro	10.475.895	-
<b>TOTAL</b>	<b>150.356.996</b>	<b>264.980.333</b>

(\*) Utilizou-se o IGP - col. 2, da Revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte dos dados básicos: Tabela 62

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 64

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO  
INSPECIONADAS EM SANTA CATARINA, 1981

DISCRIMINAÇÃO	(toneladas)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
Produção	85.078,72	31.296,15	5.414,19	3.756,30	12.332,84	-
Transf. Industrial	47.280,52	-	-	-	-	47.280,52
Comercialização	37.010,64	26.538,62	5.799,51	4.128,69	7.662,69	81.140,15

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 65

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO  
INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA, 1982

DISCRIMINAÇÃO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
Produção	90.102,37	38.319,47	3.767,88	4.897,23	14.275,90	-
Transf. Industrial	50.549,10	-	-	-	-	50.549,10
Comercialização	46.696,48	36.253,28	3.546,72	4.921,18	6.061,40	97.379,06

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 66

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO  
INSPECIONADOS EM SANTA CATARINA, 1983<sup>(\*)</sup>

DISCRIMINAÇÃO	(tonelada)					TOTAL
	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	
Produção	74.378,47	29.338,37	3.878,98	5.236,33	4.494,36	-
Transf. Industrial	34.155,69	-	-	-	-	34.155,69
Comercialização	37.141,38	24.410,64	3.969,82	5.655,05	2.762,51	73.939,40

(\*) Situação até setembro

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 67

## EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL, 1981 A 1983

(tonelada)						
ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1981	29.871,05	21.842,61	5.673,35	3.752,16	5.793,99	66.933,16
1982	37.105,30	29.169,69	3.494,73	4.632,90	2.944,43	77.347,05
1983 <sup>(*)</sup>	30.894,06	19.691,71	3.724,18	5.259,58	1.069,11	60.638,64

(\*) Situação até setembro

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 68

## COMÉRCIO ESTADUAL DE PESCADO, 1981 A 1983

(tonelada)						
ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1981	7.139,59	4.696,01	126,16	376,53	1.868,70	14.206,99
1982	9.491,18	7.083,59	51,99	288,28	3.116,97	20.032,01
1983 <sup>(*)</sup>	6.247,32	4.718,93	245,64	395,47	1.693,40	13.300,76

(\*) Situação até setembro

Fonte: DFA (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 69

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERNACIONAL,  
1981 A 1983

(tonelada)							
ANO	EUA	ARGENTINA	FRANÇA	JAPÃO	PORTUGAL	OUTROS	TOTAL
1981	6.184,12	2.959,93	37,49	24,58	-	230,02	9.436,14
1982	5.351,20	1.951,45	-	100,41	475,10	36,10	7.914,26
1983 <sup>(*)</sup>	3.737,71	2.813,11	-	1.335,54	200,00	27,03	8.113,39

(\*) Situação até setembro

Fonte: DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

## 4.6. Suínos

### 4.6.1. Produção e Mercado Mundiais

A contínua queda da produção mundial, nos últimos dois anos, está sendo determinada pelas reduções nos efetivos, nos abates e no peso das carcaças. Com o encarecimento dos custos de alimentação dos plantéis, os produtores têm considerado mais vantajoso comercializar os animais com pouco peso. Por outro lado, com custos de produção mais elevados, os produtores reduziram os plantéis e o nível de oferta de animais para abate, numa tentativa de elevar os preços recebidos.

A produção mundial de carne suína teve comportamento crescente nos anos 70, motivada pelo bom desempenho econômico, que a atividade mostrou naqueles anos, chegando a atingir, em 1981, o expressivo volume ofertado de 38,0 milhões de toneladas. A partir de 1982 comportou-se em baixa. O volume produzido de 36.329 mil toneladas métricas contra as 38.007 mil toneladas métricas produzidas em 1981 acusou uma redução de 4,4%. Para 1983 espera-se aumentar moderadamente, em relação aos baixos níveis do ano anterior (tabela 70).

Os decréscimos mais significativos na produção deverão ocorrer na Polônia, México, Grã-Bretanha, Alemanha Oriental e Checoslováquia. Entretanto, a diminuição da produção nesses países será compensada pelos possíveis acréscimos no volume ofertado da carne suína nos Estados Unidos, URSS, e CEE, pois os estoques reduzidos de animais, no início do ano, tornaram os preços mais favoráveis, ao ponto de estimular a produção.

O comércio mundial de carne suína apresentou expressiva mudança em relação ao declínio do volume transacionado, em 1982 (tabela 71).

A causa principal do aquecimento do mercado mundial esteve centrada na melhoria das condições econômicas dos países industrializados, dando um certo impulso no setor de suínos, em 1983. Assim, as exportações cresceram 3,4% e as importações, aproximadamente, 5,0%, reflexo imediato dos estoques baixos, apesar do consumo ter continuado deprimido. Basicamente, o incremento das importações se deram pelo maior volume comprado pelo EUA, Leste



Europeu e Canadá. No entanto, grande parte do aumento do comércio mundial se deu na CEE, embora as transações com os países do terceiro mundo permanecessem inalterados, devido às restrições em relação às exportações dinamarquesas, desde a eclosão da febre aftosa.

As altas cotações do dólar limitaram as exportações americanas de animais vivos, a permanecerem próximas aos níveis de 1982, mas os principais mercados continuaram sendo o Japão, o Canadá e a Venezuela. As importações americanas de carne suína fresca, congelada e industrializada, em 1983, aumentaram 1,8% sobre o alto volume de 1982, mesmo com a recuperação da produção. As diferenças de câmbio favoráveis aos produtores canadenses estimularam as exportações, que representaram 23,0% da produção total. Esse estímulo à produção interna foi em parte compensada pela diminuição das importações da Dinamarca. No Japão, a maior produção doméstica e as restrições às compras da Dinamarca declinaram as importações em 7,0%.

Os preços internacionais, apesar de terem reagido moderadamente, mostraram sinais de recuperação, pela maior agilidade do mercado em 1983. No entanto, a demanda ainda comprimida e os altos preços dos insumos utilizados na alimentação dos suínos de verão manter a produção mundial, em 1984, próxima aos níveis de 1983, ou, quando muito, apresentar um moderado crescimento, apoiado na lenta recuperação da economia mundial.

As primeiras previsões para 1984 indicam uma possível redução da produção nos EUA e Canadá, como efeito seguinte à quebra da safra americana de grãos. Por conseguinte, a produção na CEE e União Soviética poderá decrescer, devido ao encarecimento dos cereais e oleaginosas, em que pese as possibilidades de substituição por alimentos alternativos. Se essas previsões forem confirmadas, o mercado internacional continuará comprando.

Tabela 70

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE CARNE SUÍNA, MÉDIA DE 1973-77 E  
ANUAL DE 1978 A 1983

PAÍS	MÉDIA 1973-77	1978	1979	1980	1981	(em mil t métricas)		PARTICIPAÇÃO % EM 1983	VARIACÃO (b-a) X 100 a
						1982 (a)	1983 (b)		
EUA	5.921	6.075	7.008	7.537	7.200	6.454	6.573	17,97	1,84
URSS	5.108	5.302	5.289	5.092	5.200	5.100	5.200	14,22	1,96
Alemanha Ocidental	2.389	2.618	2.688	2.726	2.700	2.655	2.680	7,32	0,94
Polônia	1.765	1.843	1.855	1.768	1.430	1.455	1.230	3,36	-15,46
França	1.467	1.609	1.686	1.691	1.742	1.607	1.639	4,48	2,00
Alemanha Oriental	1.075	1.139	1.168	1.253	1.355	1.251	1.241	3,39	- 0,64
Japão	1.039	1.284	1.430	1.476	1.396	1.430	1.465	4,00	2,45
Grã-Bretanha	919	910	968	947	960	1.001	971	2,65	- 2,75
Holanda	848	989	1.045	1.062	1.134	1.157	1.215	3,32	5,01
Hungria	824	882	918	920	932	974	1.008	2,75	3,49
Romênia	763	852	925	977	925	820	875	2,39	6,10
Brasil	761	850	900	1.000	1.183	1.105	1.040	2,84	- 5,88
Dinamarca	742	812	899	971	980	970	988	2,70	1,13
Itália	738	873	933	981	990	995	1.000	2,73	0,50
Checoslováquia	724	830	828	854	858	782	769	2,10	- 0,32
Espanha	657	803	939	986	1.050	1.075	1.100	3,00	2,33
Iugoslávia	655	814	781	740	784	790	795	2,17	0,63
Canadá	564	620	750	877	865	850	870	2,37	2,35
Rep. da China	452	568	686	677	658	665	700	1,91	5,26
México	384	425	1.163	905	1.088	1.200	1.132	3,09	- 5,67
TOTAL	27.795	30.098	32.859	33.440	33.430	32.236	32.491	88,66	0,79
TOTAL DEMAIS PAÍSES	3.777	4.066	4.382	4.515	4.577	4.093	4.143	11,33	1,22
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	31.572	34.164	37.241	37.955	38.007	36.329	36.634	100,00	0,84

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 71

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE CARNE SUÍNA, MÉDIA DE 1974-78 E ANUAL DE 1979 A 1983

PAÍS/MERCADO	(em mil t métricas)															
	MÉDIA 1974-77		1979		1980		1981		1982 (a)		1983 (b)		PARTICIPAÇÃO REL. EM 1983 (%)		VARIACÃO (b-a) X 100 a	
	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.	Export.	Import.
CEE	1.455	1.403	1.736	1.575	1.798	1.692	1.967	1.652	1.894	1.724	1.973	1.735	70,09	71,32	4,17	0,63
Leste Europeu	291	44	391	10	450	26	472	96	389	36	389	46	14,39	1,48	-	27,77
EUA	109	211	132	226	114	249	139	246	97	278	97	283	3,58	11,50	-	1,79
URSS	26	59	-	125	-	100	-	115	-	115	-	115	-	4,75	-	-
Canadá	45	62	80	33	118	18	125	21	190	14	200	15	7,03	0,57	5,26	7,14
Japão	-	148	-	188	-	155	-	262	-	205	-	190	-	8,48	-	- 7,31
TOTAL	1.926	1.927	2.339	2.157	2.480	2.240	2.703	2.392	2.570	2.372	2.659	2.384	95,11	98,13	3,46	0,50
TOTAL OUTROS PAÍSES	47	58	64	105	70	58	29	46	132	45	135	45	4,88	1,86	2,27	-
TOTAL PAÍSES SELECIONADOS	1.973	1.985	2.403	2.262	2.550	2.298	2.732	2.438	2.702	2.417	2.794	2.429	100,00	100,00	3,40	4,96

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Elaboração: Instituto CEPA/SC

#### 4.6.2. Produção e Mercado Nacionais

O salto dado pela suinocultura brasileira no lustro 75/80, quando amparada pelo crédito farto e por uma política agroindustrial e cooperativista, pode demonstrar sua potencialidade. Se não fossem os problemas sanitários de 1978, as crises no abastecimento de grãos e a retração do consumo, a atividade entraria na década de 80 estabilizada economicamente. Por coexistir com a bovinocultura extensiva e depender de um mercado intermediário oligopolizado, o seu crescimento tem sido crítico. No entanto, por estar ligada à pequena propriedade resulta em uma atividade que se tem adaptado às circunstâncias conjunturais, tanto favoráveis como desfavoráveis.

O desempenho do rebanho suíno pode ser analisado através dos dados censitários, cotejados pelas informações disponíveis da produção e do mercado.

No Censo, o rebanho conhecido é estático e indica a situação no mês de fevereiro, quando os levantamentos são efetuados. Segundo o conhecimento prático do comportamento dos plantéis, o rebanho, na data do Censo encontrava-se com o efetivo reduzido, em função dos estoques de grãos estarem sempre baixos nesse período do ano, além dos problemas fisiológicos do rebanho. Mesmo com o efetivo do rebanho reduzindo-se, nos anos de 1975 a 1983, em aproximadamente 12,0%, a produtividade aumentou em 40,3% e a oferta global de animais subiu 23,5% (tabela 73). Esses números refletem o caráter ascendente da atividade, perdendo em efetivo, mas ganhando em produtividade. No entanto, a suinocultura brasileira teria o seu melhor desempenho no lustro 75/80, que culminou com a expressiva oferta de carne suína e derivados em 1981.

A partir daí, a recessão econômica, a maior competitividade, principalmente das carnes de aves, as exportações sendo suspensas, o comprometimento dos custos e a retração do consumo, foram quedas na produção, de 6,6% e 5,9%, respectivamente nos anos de 1982 e 1983. Esse decréscimo da oferta total de derivados suínos ocorreu pelo aumento do descarte de fêmeas e pela diminuição do rebanho, nas regiões Sudeste e Nordeste, já que no Sul, principal região produtora, a redução não chegou a atingir três pontos percentuais ao ano.

Assim, a distribuição espacial do rebanho no País ficaria em torno de 5,6% na região Norte, 20,4% na região Nordeste, 16,9% na região Sudeste, 48,1% na região Sul e 9% na região Centro-Oeste, destacando-se claramente o Sul como responsável por 70% dos abates totais.

Tabela 72

PRODUÇÃO E MERCADO DE CARNE SUÍNA (\*) EM EQUIVALENTE  
CARCAÇAS, NO BRASIL E SANTA CATARINA, 1982 E 1983

(em toneladas)

ANO COMPORTAMENTO	BRASIL		SANTA CATARINA		PARTICIPAÇÃO % DE SC EM RELAÇÃO AO BRASIL	
	1982	1983	1982	1983	1982	1983
1. Produção	1.105.000	1.040.000	282.134	286.554	25,5	27,6
2. Comercialização Nacional	1.105.000	1.040.000	205.393	209.774	18,6	20,2
3. Consumo						
. Interno	1.105.000	1.040.000	76.741	76.780	7,0	7,4
. Per capita/kg	8,7	8,0	19,9	19,5	-	-

(\*) Não está considerado o estoque ao final do ano, nem os componentes necessários para a fabricação dos embutidos, salgados e defumados. Se fossem incluídos, iriam mascarar o desempenho da produção.

Fonte: Instituto CEPA/SC

Apesar de o rebanho, na maioria dos estados, estar em processo de redução física, a exceção é para Santa Catarina onde o efetivo tem-se mantido estável. Com uma participação no ano de 1975 de 9,0% sobre o efetivo nacional, o rebanho catarinense passou a representar, em 1983, 11,6%, tornando-se referência pelos altos índices de produtividade nos últimos dez anos. A produção catarinense de carne suína em equivalentes-carcaça passou de 19% para 27,6% da produção nacional. No mesmo período, pela melhor qualidade tanto da carne como dos derivados, conquistou fatias consideráveis do mercado e consolidou-se como fornecedor a nível nacional. Com uma produção de 286 mil toneladas em equivalentes-carcaça, a oferta de carne suína cresceu 2,5%, em relação a 1982. Com esse aumento na oferta, cresceu 8,6% a sua participação no mercado brasileiro, passando de 18,6% para 20,2% do volume total comer

cializado no País (tabela 73).

O consumo nacional de carne suína após atingir o nível recorde de 9,5 kg "per capita" em 1981, entrou em fase de declínio, não só como reflexo natural da diminuição da oferta, mas também pela retração do consumo. As características recessivas da economia brasileira nos últimos anos foram decisivas para a diminuição do consumo, que caiu 8,4% e 8,0%, respectivamente nos anos de 1982 e 1983. O consumo catarinense por habitante ano, considerando um dos mais altos do Brasil, passou de 19,9 kg para 19,5 kg, nos dois últimos anos. Essa queda a nível estadual de apenas 2,0%, não foi tão profunda por ser a carne suína muito consumida pela população rural (tabela 72). A par dos níveis de consumo serem de crescentes, deve-se levar em conta que os estoques, ao final de 1983, foram considerados altos, o que pode ter determinado patamares de consumo bem mais inferiores.

Tinha-se como certa a redução da produção nacional a partir do segundo semestre/83, quando a oferta mostrava-se em baixa nos principais estados produtores. A exceção era para Santa Catarina, onde os abates em 1983 cresceram 12,8% (tabela 76). Esse dado foi importante indicador de que o aumento da produção catarinense cresceu na medida em que abria novas fatias do mercado. Como a produção vinha decrescendo, sem o correspondente conhecimento das condições do consumo, os preços se mantiveram altos, desde dezembro/82 até outubro/83. Essa expectativa altista para o mercado da carne suína e derivados fornecia um ritmo, cuja tendência era de acompanhar os custos de produção, que cresceram com a quebra da safra de grãos. Apesar do Índice Geral de Preços, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, tomando-se por base o período de dez/82 a out/83, ter evoluído em 167%, e o custo de vida na cidade do Rio de Janeiro ter atingido 139%, os preços reais para os suínos vivos reagiram apenas 52,0% no período considerado.

Em valores correntes, os preços recebidos pelos produtores se elevaram 304%, enquanto o milho reagiu 429% e os concentrados proteicos 387%, no mesmo período (tabela 82), comprovando a inferioridade dos preços em relação aos custos. Por outro lado, tomando-se como exemplo a região Sul, constata-se que a "relação do valor de 6,0 kg de milho para 1,0 kg de suíno vivo" mostrou-se desfavorável para os suinocultores desde maio/83. Na medida em que

os produtores se aperceberam da relação desfavorável e da perspectiva do comprometimento do abastecimento de milho, começaram a descartar fêmeas acima das taxas recomendadas e a enviar para o abate animais com pouco peso. (gráfico 6).

Com os preços sempre crescentes, a retração do consumo explica, em parte, a baixa do mercado. Diminuiu a procura de congelados e mantiveram-se as vendas de embutidos nobres, uma vez que estes últimos são demandados por uma faixa de consumidores de renda alta. Os salgados e defumados, por serem produtos de consumo popular, tiveram a demanda aumentada, e os estoques de gorduras, importante na composição dos custos industriais, mantiveram fluxos normais durante o ano. Dessa forma, ao final de 83, apenas os estoques dos congelados eram preocupantes, uma vez que os consumidores desses produtos tiveram os salários achatados. No entanto, para analisar essa conjuntura mais desfavorável para o produtor tem-se de considerar a oligopolização do mercado e a excessiva industrialização de carne suína.

Como a oferta se manteve acima do consumo potencial, o mercado se acomodou diante de muitos fornecedores para uns poucos compradores. Pelo grosso da produção ser transformado em embutidos, principalmente, cuja procura manteve-se firme, os preços recebidos pelos produtores deveriam continuar aquecidos.

Todavia, como a oferta de suínos se manteve além do esperado até meados de dezembro/83, os preços se aviltaram em todos os níveis. Mesmo assim, o consumo ao final do ano, não reagindo, espelhou um mercado bastante atípico.

Na composição dos custos é deduzível a observação de que a atividade suinícola se descapitalizou de forma mais clara a partir de outubro/83, pois se admite ter sido após a configuração da escassez do milho que a suinocultura começou a operar em vermelho, pois, caso contrário, os atuais preços seriam remuneradores.

Mesmo assim um bom número de produtores, até outubro, comercializou animais alimentados com milho de produção própria. Foi com a descaracterização do mercado, pela forte depressão do consumo de carnes, de um modo geral contrariando os acontecimentos de anos anteriores, que a situação para os suinocultores, principalmente da região Sul, tornou-se mais preocupante.

Para um diagnóstico mais otimista, o fato dessa atividade de estar operando em negativo não será o suficiente para desarticular totalmente o processo produtivo, pois está ligado à pequena propriedade, com grande contingente de criadores ligados aos sistemas integrados ou cooperativas, que diminuem os plantéis, mas não abandonam completamente o ramo. Por outro lado, os elevados descartes, quase sempre são acompanhados por ganhos de produtividade. Tal fato é verificado em Santa Catarina, onde os decréscimos do rebanho beneficiaram a qualidade e o desempenho dos plantéis.

A comercialização da carne suína em 1983 não foi favorecida pela menor oferta de carne bovina e de aves, pois os preços dos cortes nobres de suínos se mantiveram próximos aos da carne bovina e bem inferiores aos do frango, no mercado varejista da cidade de São Paulo, importante balizador do comportamento dos consumidores (gráfico 7). Uma vez que um reduzido volume de carne suína "in natura" vai ao mercado comparado com o total produzido, os preços afastam ou mantêm os consumidores tradicionais desses produtos. No entanto, a entrada da safra do boi e a diminuição da oferta de suínos, que irá configurar-se em meados de 1984, irão puxar os preços para a suinocultura em todos os patamares.

O alto índice de eliminação de matrizes, que ocorreu na região Sul do País, ainda não pode ser melhor analisado, mas por certo irá influir nos níveis de oferta de carne suína para 1984. No caso particular de Santa Catarina, a suinocultura por estar tecnologicamente mais preparada, com um grau de organização mais avançado, superou a fase mais aguda da descapitalização. A julgar pelos anos ou períodos desfavoráveis em que semelhantes problemas ocorreram, os suinocultores, ao se confirmarem as previsões da próxima safra de grãos, voltaram a apostar na atividade. Eliminaram as fêmeas mais velhas e menos produtivas, substituindo-as por leitões de conhecida produtividade. Dessa forma, a oferta tenderá a decrescer nos primeiros meses de 1984, voltando aos níveis normais no segundo semestre, mantendo-se, com isso, a produção nos níveis de 1982. Todavia, tanto a produção catarinense, como a nacional, dependerá do comportamento da safra de milho.

Se o ano de 1984 for um período de abastecimento apertado para o milho, a produção suinícola nacional continuará sendo

comprimida, pela pressão de custos incontroláveis. Por outro lado, o achatamento salarial deverá continuar a deprimir o consumo, restando a alternativa da reabertura das exportações.

Diante desta possibilidade, a suinocultura poderá tirar proveito, pois a frustração da safra americana de grãos significaria redução do rebanho suíno, com aumento das importações por parte dos EUA e conseqüente procura de carne suína e derivados no mercado externo.

Tabela 73

REBANHO SUÍNO<sup>(\*)</sup>, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO DE CARNE EM EQUIVALENTE CARÇAÇA NO BRASIL, 1970, 1975 E 1980 A 1983

DISCRIMINAÇÃO	1970	1975	1980	1981	1982	1983
Rebanho (milhões cab.)	31,5	35,2	32,6	32,1	31,6	31,0
Abate (milhões cab.)	11,2	13,2	17,7	18,2	17,0	16,3
Taxa de Abate (%)	35,5	37,5	54,3	56,7	54,0	52,6
Produção de carne (1.000 t)	728	884	1.150	1.183	1.105	1.040

(\*) Analizadas a partir dos dados censitários, levantados nos meses de fevereiro de cada ano, onde não foram levados em consideração o comportamento conjuntural da produção. Estão cotejados com o acompanhamento da produção e do mercado nos respectivos anos estudados.

Fonte: IBGE (Aspectos da Evolução da Agropecuária Brasileira 1940 a 1980)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 74

ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA, 1977 A 1983

ANO	REBANHO (1.000 cab)	PRODUÇÃO <sup>(*)</sup> (1.000 cab)	TAXA DE ABATE <sup>(*)</sup> (%)	DESRUTE (%)
1977	3.242	2.643	81,5	-
1978	3.200	3.001	93,8	92,5
1979	3.400	3.352	98,6	104,5
1980	3.600	3.882	107,8	113,4
1981	3.600	4.175	116,8	116,7
1982	3.550	4.045	113,9	112,5
1983	3.600	4.277	118,8	118,8
1984 <sup>(**)</sup>	3.550	4.140	116,6	

(\*) Abate SIF e não SIF, auto-consumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual

(\*\*) Estimativa: Instituto CEPA/SC

Fonte: MA/DFA-SC(SERPA), CIDASC e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC



Tabela 75

SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO,  
SANTA CATARINA, 1975 A 1983

(cabeça)

ANO	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA		
	Abate SIF	Comércio In- terestadual de Suínos	Auto-consumo	Abate não SIF	Total
1975	1.335.400	700.000	369.000	118.000	2.522.400
1976	1.552.318	700.000	375.000	124.000	2.751.318
1977	1.499.592	633.162	380.000	130.000	2.642.754
1978	1.999.346	480.000	386.000	136.000	3.001.346
1979	2.297.505	520.000	392.000	142.000	3.351.505
1980	2.912.027	500.000	304.426	165.280	3.881.733
1981	3.045.446	650.000	308.255	172.160	4.175.861
1982	2.951.793	600.000	309.732	174.275	4.035.800
1983	3.494.641	350.000	299.171	133.104	4.276.916

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 76

ABATE TOTAL DE SUÍNOS (SIF, NÃO SIF E AUTO-CONSUMO),  
SANTA CATARINA, 1980 A 1983

(1.000 cabeças)

MÊS \ ANO	1980	1981	1982 (a)	1983 (b)	VARIAÇÃO ANUAL (b/a)
Janeiro	243,2	273,5	256,7	282,7	10,13
Fevereiro	223,7	259,4	246,8	260,4	5,51
Março	255,1	257,5	291,9	330,6	13,26
Abril	255,5	284,5	262,9	299,5	13,92
Maio	246,4	289,8	275,7	325,1	17,92
Junho	295,1	314,5	282,0	340,3	20,67
Julho	314,5	310,4	332,6	327,3	-1,59
Agosto	321,7	338,4	305,1	356,3	16,78
Setembro	335,1	387,5	312,2	341,7	9,45
Outubro	302,5	296,9	299,3	354,8	18,54
Novembro	297,6	289,9	297,8	355,0	19,21
Dezembro	296,6	286,7	316,8	354,0	11,74
TOTAL	3.387,0	3.589,0	3.479,8	3.927,7	12,87

Fonte: MA/DFA-SC (SERPA)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 77

PREÇOS MÉDIOS MENSAIS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DE SANTA CATARINA,  
1979 A 1983 (a preços correntes e a preços de outubro/83<sup>(\*)</sup> - Cr\$/kg)

MÊS	1979		1980		1981		1982		1983	
	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais	Preços Correntes	Preços Reais
Janeiro	16,64	621,82	37,52	772,02	48,49	473,00	102,20	511,57	226,00	552,63
Fevereiro	19,19	691,28	37,25	735,44	50,30	452,30	124,00	581,45	228,00	523,40
Março	21,23	723,09	38,10	705,69	55,25	462,80	122,80	537,04	237,00	494,22
Abril	20,21	663,06	36,30	636,06	65,28	518,40	125,00	518,84	244,00	465,95
Mai	20,05	642,83	37,33	614,79	58,40	436,70	133,70	522,94	247,00	442,05
Junho	20,45	633,72	36,70	571,03	57,46	411,30	142,00	514,33	268,00	427,17
Julho	21,83	648,16	37,85	543,04	55,30	376,70	160,00	546,41	320,00	450,15
Agosto	23,76	666,67	38,00	509,93	65,20	416,10	153,00	493,81	418,00	534,00
Setembro	23,68	616,89	38,85	495,09	65,34	397,00	156,00	485,77	607,30	687,85
Outubro	29,38	727,41	39,35	465,85	70,66	411,50	165,00	490,34	760,00	760,00
Novembro	30,54	716,23	40,85	449,69	77,78	429,90	181,00	512,29	710,00	-
Dezembro	32,88	718,53	48,80	507,22	89,30	475,70	188,00	501,29	-	-
MÉDIA ANUAL	23,32	672,47	38,91	583,82	63,23	438,45	146,06	518,01	387,75	533,74

(\*) Utilizou-se o IGP - Col.2 da revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 78

PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES DA REGIÃO SUL, 1982 E 1983

(Cr\$/kg)

ANO	PREÇOS CORRENTES			PREÇOS DE OUTUBRO/83 <sup>(1)</sup>			ÍNDICE DE PREÇOS REAIS		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR	RS	SC	PR
<u>1982</u>									
Janeiro	87,34	102,20	94,00	473,62	512,08	470,99	100	100	100
Fevereiro	140,00	124,00	109,80	656,48	581,45	514,86	150	114	109
Março	122,20	122,80	123,40	534,42	537,04	539,67	122	105	115
Abril	124,17	125,00	121,60	515,40	518,84	504,73	118	101	107
Mai	131,58	133,70	126,20	514,65	522,94	493,61	118	102	105
Junho	144,00	142,00	138,00	521,57	514,33	499,84	119	100	106
Julho	146,20	160,00	157,00	499,28	546,41	536,17	114	107	114
Agosto	145,00	153,00	153,00	468,04	493,87	493,87	107	96	105
Setembro	155,00	156,00	156,00	482,66	485,77	485,77	110	95	103
Outubro	159,00	165,00	170,00	472,51	490,34	505,20	108	96	107
Novembro	168,00	181,00	179,00	475,48	512,27	506,61	109	100	108
Dezembro	191,50	188,00	202,00	509,29	501,29	538,62	116	98	114
<u>1983</u>									
Janeiro	209,38	226,00	201,00	511,99	552,63	491,50	117	108	104
Fevereiro	218,15	228,00	214,00	500,79	523,40	491,26	114	102	104
Março	231,12	237,00	226,00	481,96	494,22	471,28	110	97	100
Abril	244,55	244,00	226,00	467,00	465,95	431,57	107	91	92
Mai	252,25	247,00	234,00	451,45	442,05	418,78	103	86	89
Junho	276,52	268,00	249,00	440,75	427,17	396,88	101	83	84
Julho	313,01	320,00	267,00	440,31	450,15	375,59	101	88	80
Agosto	361,20	418,00	320,00	461,44	534,00	408,80	105	104	87
Setembro	579,15	607,30	468,00	655,96	687,85	530,07	150	134	113
Outubro	763,00	760,00	681,00	763,00	760,00	681,00	174	148	145
Novembro	728,25	710,00	660,00						

(1) Utilizou-se o IGP-Col.2 da revista Conjuntura Econômica da FGV

Fonte: CEPA/RS, CEPA/PR e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 79

RELAÇÃO DE PREÇOS MENSIS DO MILHO/PREÇOS DO SUÍNO,  
PRATICADOS NA REGIÃO SUL, 1982 E 1983

(preço corrente - Cr\$ 1,00/kg)

ANO	MILHO			RELAÇÃO PREÇOS DO MILHO/ PREÇOS DO SUÍNO (1)		
	RS	SC	PR	RS	SC	PR
<b>1982</b>						
Janeiro	13,67	15,89	13,25	6,39	6,43	7,09
Fevereiro	14,72	16,66	13,32	7,47	7,44	8,24
Março	17,14	18,39	13,98	7,13	6,68	8,83
Abril	17,14	16,50	15,34	7,24	7,58	7,93
Mai	17,50	17,17	15,24	7,52	7,79	8,28
Junho	17,13	17,13	15,88	8,41	8,29	8,69
Julho	18,45	17,13	15,88	7,92	9,34	9,89
Agosto	18,58	17,13	15,88	7,80	8,93	9,63
Setembro	18,33	17,15	16,33	8,46	9,10	9,55
Outubro	23,00	20,00	18,16	6,91	8,25	9,36
Novembro	25,83	25,00	21,83	6,50	7,24	8,20
Dezembro	27,44	28,33	27,38	6,98	6,64	7,37
<b>1983</b>						
Janeiro	30,04	33,33	29,46	6,97	7,78	6,82
Fevereiro	31,34	33,33	30,65	6,96	6,84	6,98
Março	33,35	34,17	33,15	6,93	6,94	6,81
Abril	35,55	35,00	34,57	6,88	6,97	6,53
Mai	43,69	48,33	39,92	5,77	5,11	5,86
Junho	56,62	60,00	54,41	4,88	4,47	4,57
Julho	66,77	68,33	62,38	4,69	4,67	4,28
Agosto	80,23	83,33	74,90	4,50	5,02	4,27
Setembro	105,44	166,67	141,33	5,49	3,64	3,31
Outubro	157,60	150,00	160,75	4,84	5,07	4,23
Novembro	150,09	150,00	154,53	4,58	4,73	

(1) Baseado na relação prática de um quilograma do suíno vivo para comprar 6,0 kg de milho.

Fonte: CEPA/RS, CEPA/PR e Instituto CEPA/SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 80

PREÇOS MÉDIOS MENSIS, A NÍVEL DE VAREJO EM SÃO PAULO (CAPITAL), DE CARNES E GORDURA, 1981 A 1983

(Cr\$ 1,00/kg)

MÊS	1 9 8 1					1 9 8 2					1 9 8 3				
	Bovina	Suína	Frango	Banha	Óleo de Soja	Bovina	Suína	Frango	Banha	Óleo de Soja	Bovina	Suína	Frango	Banha	Óleo de Soja
Janeiro	196,51	182,85	121,14	66,99	54,84	313,30	333,70	182,85	162,60	96,55	594,85	766,70	351,60	299,25	195,70
Fevereiro	197,44	187,87	121,79	70,66	65,77	321,40	362,20	196,00	214,85	104,80	650,90	800,60	352,55	328,40	201,00
Março	201,31	189,32	117,57	68,54	66,02	321,05	399,30	204,64	259,30	110,02	699,60	796,40	401,80	338,65	205,95
Abril	203,41	206,84	120,15	81,95	65,08	336,00	405,00	202,15	263,15	112,90	839,00	815,30	440,00	348,15	232,80
Mai	205,94	211,31	116,40	78,01	66,37	338,25	423,75	200,05	277,05	128,20	855,25	830,15	535,55	369,90	268,05
Junho	203,88	211,59	120,00	80,33	68,18	373,70	459,15	200,65	341,05	163,45	910,50	926,25	585,55	467,70	318,85
Julho	221,61	218,06	128,62	86,20	73,38	477,70	494,35	221,15	359,65	177,50	1.239,00	1.121,00	614,00	571,00	372,00
Agosto	243,51	231,30	145,66	87,62	85,13	504,00	489,70	234,55	340,45	178,75	1.376,00	1.221,00	676,00	751,00	476,00
Setembro	266,52	223,34	149,82	86,72	90,93	532,00	510,90	239,60	309,55	169,35	1.889,00	1.591,00	858,00	1.181,00	734,00
Outubro	283,86	242,06	150,23	91,62	89,70	549,35	542,25	247,70	271,65	169,10	1.978,00	2.055,00	1.228,00	1.665,00	943,00
Novembro	289,82	273,38	152,58	99,82	91,80	557,30	593,60	268,50	266,35	166,65	2.076,00	2.122,00	1.090,00	1.462,00	967,00
Dezembro	300,39	305,29	156,72	104,32	91,87	572,30	690,85	330,60	281,85	183,85					

Fonte: Instituto de Economia Agrícola de São Paulo

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 81

## CUSTO DE PRODUÇÃO DE SUÍNOS, SANTA CATARINA, 1982 E 1983

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS			TOTAL DOS CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	(Cr\$ 1,00)	
	Alimentação	Sanidade	Outros Custos Variáveis			TOTAL DOS CUSTOS P/ANO	CUSTO P/kg
Março/82	1.689.500	49.590	424.549	2.163.639	211.875	2.375.514	119,55
Junho/82	1.869.215	46.920	506.542	2.422.677	265.808	2.688.485	135,30
Setembro/82	1.965.476	44.360	536.579	2.546.415	309.370	2.855.785	143,72
Novembro/82	2.542.010	52.932	819.104	3.414.046	370.422	3.784.468	190,46
Março/83	3.476.051	59.914	914.509	4.450.474	496.677	4.947.152	248,98
Junho/83	5.354.360	71.122	1.261.470	6.686.960	553.692	7.240.650	364,40
Setembro/83	10.465.000	92.490	2.020.780	12.578.300	712.857	13.291.100	668,90
Novembro/83	13.647.400	95.830	3.023.970	16.767.200	873.001	17.640.200	887,78

Fonte: Instituto CEPA/SC

Tabela 82

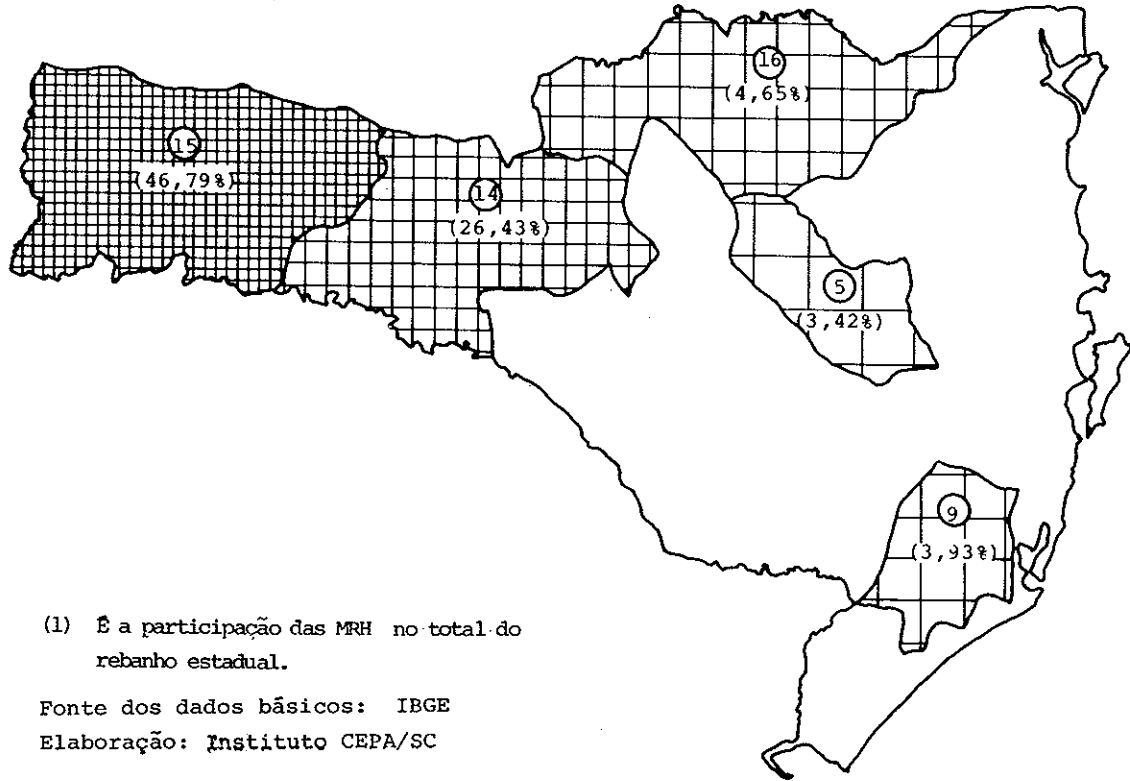
## ÍNDICE MENSAL DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS, A NÍVEL DE PRODUTOR, DE SUÍNOS, DE MILHO E CONCENTRADOS, BEM COMO DO IGP E ORTN, DEZ/82 A NOV/83

MÊS	PREÇOS DO SUÍNO VIVO (Cr\$/kg)	ÍNDICE	PREÇO DO MILHO (Cr\$/kg)	ÍNDICE	IGP	ÍNDICE	ORTN	ÍNDICE	CONCEN TRADO (Cr\$/kg)	ÍNDICE
Dez/82	188,00	100	28,33	100	2.319,4	100	2.733,27	100	1.947,50	100
Janeiro	226,00	120	33,33	118	2.529,2	109	2.910,93	106	2.103,33	108
Fevereiro	228,00	121	33,33	118	2.694,1	116	3.085,59	113	2.140,00	110
Março	237,00	126	34,17	121	2.965,8	128	3.292,32	120	2.307,72	118
Abril	244,00	130	35,00	124	3.238,6	140	3.588,63	131	2.634,73	135
Maiο	247,00	131	48,33	171	3.455,7	149	3.911,61	143	2.782,22	143
Junho	268,00	143	60,00	212	3.880,1	167	4.224,54	155	3.137,61	161
Julho	320,00	170	68,33	241	4.396,5	190	4.554,05	167	3.534,18	181
Agosto	418,00	222	83,33	294	4.841,1	209	4.963,91	182	4.461,90	229
Setembro	607,30	323	166,67	588	5.460,4	235	5.385,84	197	5.988,82	306
Outubro	760,00	404	150,00	529	6.184,6	267	5.897,49	216	9.500,00	487
Novembro	710,00	378	150,00	529			6.469,55	237		

Fonte: Instituto CEPA/SC e FGV

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Mapa 18 - PARTICIPAÇÃO DAS PRINCIPAIS MRH NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM S C, 1982 (1)



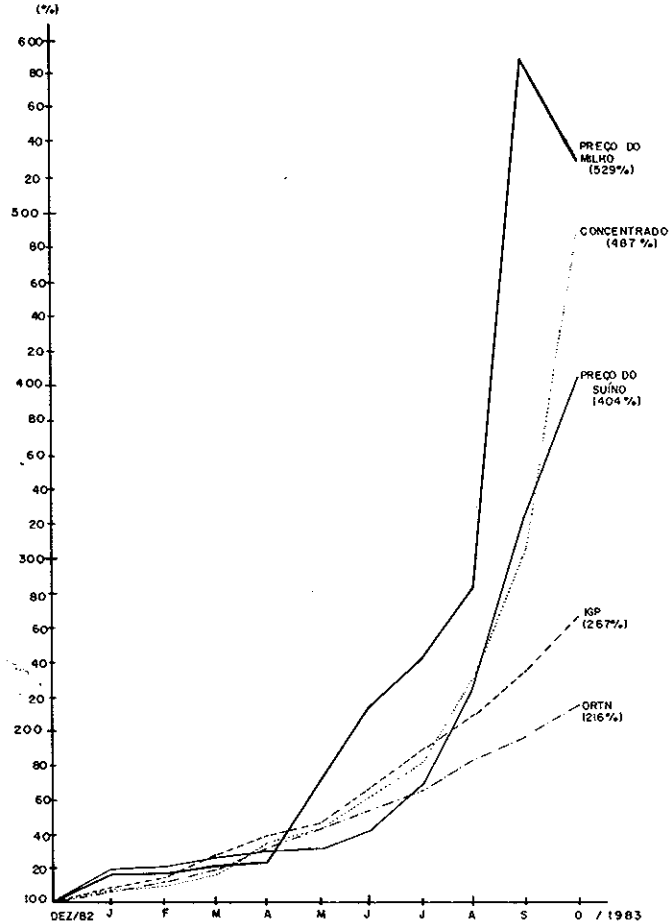
(1) É a participação das MRH no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: IBGE

Elaboração: Instituto CEPA/SC

GRÁFICO 6

ÍNDICE MENSAL DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS DE SUÍNOS, MILHO E DE CONCENTRADOS, DO IGP E DA ORTN, DEZ/82 À OUT/83



FONTE: INSTITUTO CEPA/SC • FGV

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 7

PREÇOS MÉDIOS MENSIAIS, A NÍVEL DE VAREJO VERIFICADOS EM SÃO PAULO (CAPITAL), DE CARNES E GORDURAS, 1982 Á 1983

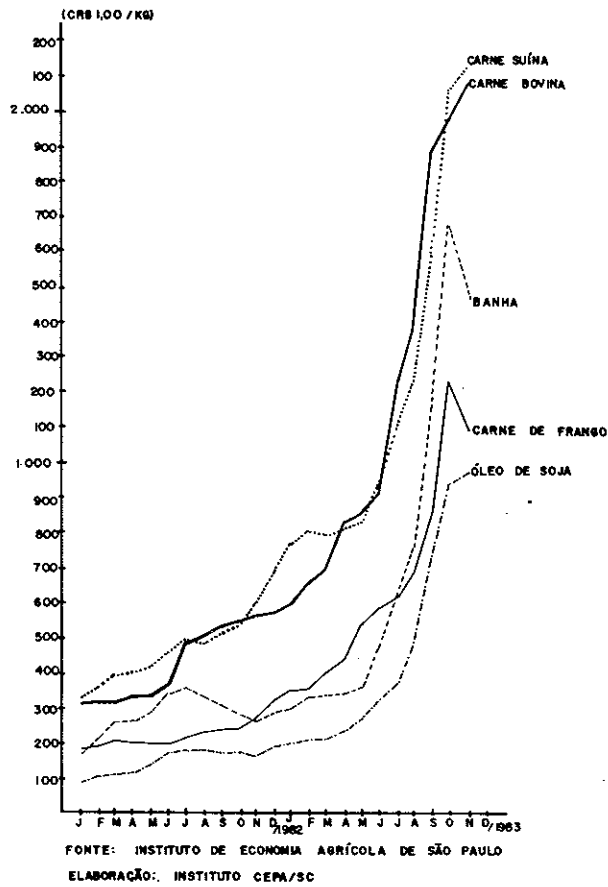
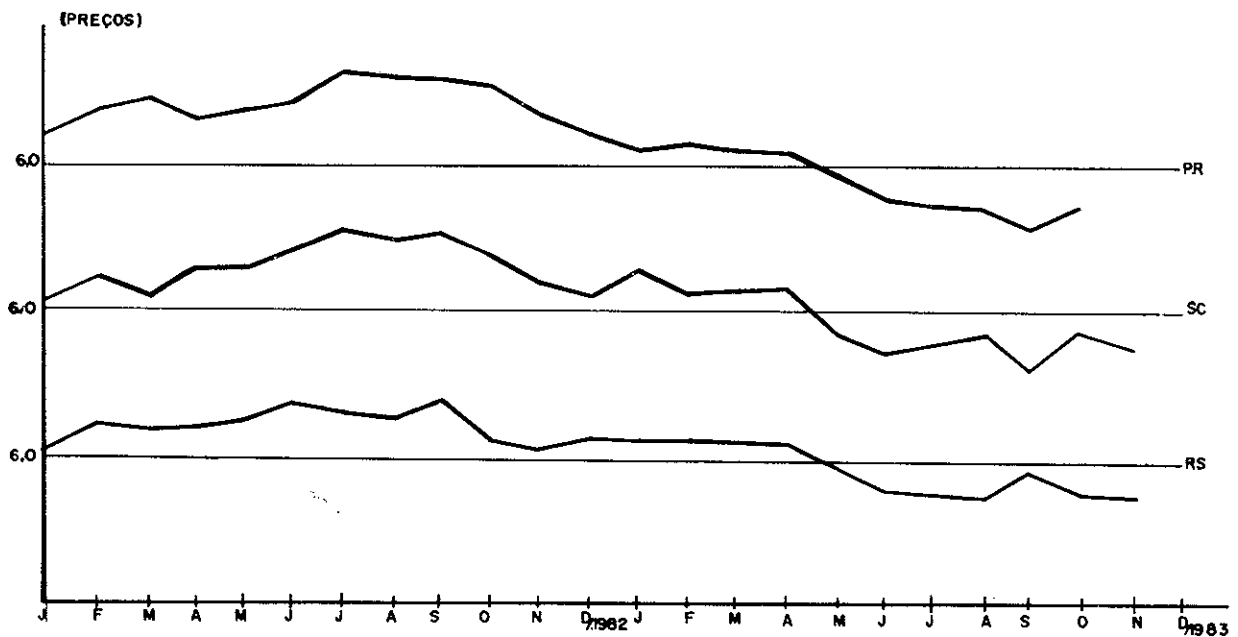


GRÁFICO 8

RELAÇÃO DOS PREÇOS MENSIAIS DE MILHO /PREÇOS DE SUÍNOS, PRATICADOS NA REGIÃO SUL, 1982 E 1983





## ***5-INFORMAÇÕES BÁSICAS***





Tabela 83

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MUN.	(ha)															
		COLONIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CARAMURÊ	COLONIAL SUL CARAMURÊ	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL CESTE CRT.	PLANILTO CARAMURÊ
Alho	-	-	-	-	9	11	4	6	4	51	5	-	-	37	50	-	63
Arroz	14.240	3.495	15.767	1.161	9.050	1.988	725	915	915	7.902	10.605	17.750	510	4.378	8.022	34.153	17.503
Betate	251	-	513	153	3.248	365	1.237	20	20	2.155	47	69	1.830	1.075	1.152	1.952	1.897
Cana-de-açúcar	3.607	3.230	1.610	-	-	2.158	2.901	75	75	1.322	566	690	-	-	575	2.330	-
Cebola	-	-	35	13	3.908	24	1.405	35	35	458	332	8	-	60	146	95	327
Fumo	-	184	5.495	5.200	17.240	697	4.404	235	830	8.890	6.320	12.976	1.400	2.064	477	10.486	4.465
Fedjão	-	285	1.434	1.180	4.388	987	1.675	830	830	7.824	3.400	3.641	6.550	18.450	8.184	102.349	27.703
Raiz de mandioca	4.371	626	3.699	791	13.872	3.380	2.300	2.280	550	12.043	17.866	2.905	-	523	1.576	9.645	7.085
Milho	7.310	474	13.945	7.550	29.834	1.255	12.545	16	16	17.042	6.450	12.950	17.846	83.900	254.953	515.460	81.520
Soja	-	-	91	405	751	5	16	-	-	430	260	60	1.230	26.420	63.105	245.369	12.480
Tomate	-	37	61	2	38	87	119	-	-	204	-	2	156	69	35	24	52
Trigo	-	-	-	20	40	-	5	-	-	171	150	75	300	4.945	8.360	21.670	1.786

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1977)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 84

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MUN.	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CRT.	COLONIAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CARAMURÊ	COLONIAL SUL CARAMURÊ	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL CESTE CRT.	PLANILTO CARAMURÊ
Alho	-	-	-	2	-	28	15	15	4	15	11	1	21	61	10	-	93
Arroz	12.630	3.542	15.424	810	8.827	1.914	594	985	985	7.774	9.680	17.156	647	4.083	5.260	27.390	16.614
Betate	340	-	580	81	2.999	414	1.660	10	10	2.424	66	29	1.180	1.280	1.058	1.980	1.754
Cana-de-açúcar	3.552	4.586	1.815	-	-	2.687	2.359	75	75	1.442	510	686	-	-	573	2.588	-
Cebola	-	-	35	11	3.120	27	1.448	25	25	204	209	8	55	71	149	70	292
Fumo	154	220	6.466	5.975	20.921	679	5.108	350	730	8.435	6.600	12.485	1.300	2.831	1.450	12.191	5.362
Fedjão	20	277	1.825	831	5.574	1.004	2.275	730	730	7.310	3.080	3.454	5.500	21.978	8.949	100.219	32.080
Raiz de mandioca	3.256	523	3.884	1.709	16.383	2.132	1.980	2.820	2.820	11.905	11.750	2.192	-	355	1.355	10.249	7.035
Milho	7.245	499	13.092	8.240	31.620	1.305	10.752	4	4	16.484	4.730	15.500	17.006	73.960	221.300	513.500	69.670
Soja	-	-	75	45	880	-	4	116	-	181	320	2	3.170	45.400	66.985	276.000	15.790
Tomate	-	27	46	-	89	98	95	-	-	246	5	2	246	52	42	24	62
Trigo	-	-	-	-	23	-	5	-	-	5	5	120	170	589	1.991	7.362	950

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1978)

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 85

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHI, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	(ha)															
	COLONIAL DE JORNILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE EUMENHU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO AUTO ITAJAI	FLORENÓPOLIS	CELESTIA SERRANA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARONITERA	LITORAL SUL CHURRIENSE	COLONIAL SUL CHURRIENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL CESTE CRT.	PLANALTO CANOINHAS
Alho	-	-	-	-	40	2	26	4	42	13	4	37	243	24	-	80
Aroz	15.575	3.750	17.793	947	7.597	1.885	926	980	6.745	10.800	19.938	290	977	2.855	14.278	12.257
Batata	382	-	847	120	3.246	460	2.256	6	2.497	73	37	1.940	1.720	1.515	2.701	2.149
Caná-de-açúcar	3.300	3.844	1.730	-	-	2.911	2.445	85	1.513	590	516	-	10	660	2.520	-
Cebola	-	-	110	37	5.344	64	3.569	20	265	253	21	340	151	170	-	322
Fumo	458	214	6.455	5.139	17.463	575	5.034	433	8.959	5.777	9.787	906	1.293	2.094	3.646	7.897
Felção	350	246	1.885	1.182	5.621	1.119	2.157	1.040	7.264	4.450	5.962	2.950	20.870	9.890	127.787	36.733
Mandioca	3.492	773	3.825	1.450	12.980	2.050	2.018	2.260	11.471	10.730	2.251	-	755	934	7.700	4.190
Milho	7.100	469	14.596	8.190	32.770	1.480	12.635	561	15.987	4.600	12.550	8.040	49.630	214.090	514.265	71.510
Soja	-	-	40	90	865	-	-	-	140	340	-	2.970	51.140	71.910	321.760	26.130
Tomate	86	25	34	15	64	152	134	-	209	70	3	130	96	76	-	58
Trigo	-	-	-	-	9	-	-	-	5	66	66	170	160	400	2.442	1.265

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1979).

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 86

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHI, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	(ha)															
	COLONIAL DE JORNILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE EUMENHU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO AUTO ITAJAI	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARONITERA	LITORAL SUL CHURRIENSE	COLONIAL SUL CHURRIENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL CESTE CRT.	PLANALTO CANOINHAS
Alho	3	-	16	5	118	10	40	4	38	14	4	121	798	25	-	93
Aroz	17.707	4.125	17.964	1.138	11.423	2.293	1.090	2.500	7.439	11.977	20.205	410	4.461	11.427	26.772	12.590
Batata	508	18	757	162	2.878	513	2.417	11	2.217	156	71	1.434	1.048	2.451	3.350	1.832
Caná-de-açúcar	3.880	4.203	1.795	-	-	2.943	2.610	95	1.828	405	530	-	15	1.178	3.150	-
Cebola	-	-	209	39	6.150	93	3.922	20	208	196	5	510	118	386	45	347
Felção	591	374	2.592	1.665	8.446	1.242	2.669	845	9.949	4.326	4.287	5.840	30.410	13.242	115.559	36.315
Fumo	471	247	5.943	5.658	17.187	552	4.997	436	10.178	6.145	9.677	980	1.285	1.580	3.127	8.179
Mandioca	3.417	333	3.885	1.880	11.874	1.815	1.954	2.040	8.442	11.420	1.389	-	271	1.415	6.775	4.205
Milho	8.465	498	16.890	8.425	41.215	1.890	13.070	410	21.154	6.300	16.392	18.480	76.450	243.670	574.570	79.582
Soja	-	-	160	222	1.335	-	3	-	58	333	-	4.200	50.090	79.080	351.180	33.830
Tomate	111	18	68	-	57	241	130	-	170	46	3	140	85	91	35	65
Trigo	-	-	-	-	36	-	-	-	-	50	-	130	3.540	1.705	22.421	2.767

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1980).

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 87

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MREH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	(ha)																
	MREH	COLÔNIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BULMENBU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DE ALTO ITAJAI	FIGUEIRAS	COLÔNIA DE SERRANA CNT.	LITORAL DE LAGUNA	CARONITEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA RIO DO PEDE	COLÔNIA OESTE CNT.	PLANALTO CAMOINHAS
Alho	-	-	-	16	5	98	14	66	8	48	17	8	57	2.651	292	123	141
Arroz	17.370	4.250	4.250	16.530	1.025	10.862	2.641	979	2.400	8.338	11.225	18.700	410	4.107	10.825	26.310	12.948
Batata inglesa	199	-	-	567	116	2.130	716	2.312	5	2.647	106	42	1.330	1.270	1.852	2.835	2.280
Cebola	-	-	4.203	350	135	8.902	124	5.142	16	270	317	7	585	145	369	183	375
Feijão	634	417	3.404	3.404	1.940	14.980	1.255	3.370	538	10.625	4.900	4.320	6.630	29.132	16.323	149.810	42.350
Fumo	339	163	4.702	4.702	3.931	15.036	410	3.719	352	8.723	4.849	7.547	651	662	907	3.057	6.241
Milho	7.070	800	18.210	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200	81.450
Soja	-	-	-	50	195	748	2	4	-	48	405	-	3.560	45.550	72.420	324.200	36.700
Tronete	88	10	37	37	-	52	213	184	8	232	25	3	148	171	108	35	75

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 88

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MREH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	(ha)																
	MREH	COLÔNIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BULMENBU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DE ALTO ITAJAI	FIGUEIRAS	COLÔNIA DE SERRANA CNT.	LITORAL DE LAGUNA	CARONITEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA RIO DO PEDE	COLÔNIA OESTE CNT.	PLANALTO CAMOINHAS
Alho	-	-	-	16	5	98	14	66	8	48	17	8	57	2.651	292	123	141
Arroz	17.094	4.250	4.250	16.463	1.025	10.852	2.641	979	2.400	8.317	10.565	18.700	410	4.002	10.825	25.265	12.068
Batata inglesa	199	-	-	567	116	2.130	716	2.307	5	2.647	106	42	1.340	1.220	1.852	2.835	2.245
Cana-de-açúcar	3.454	4.203	4.203	1.225	-	-	3.943	3.123	105	828	320	15	-	15	778	150	-
Cebola	350	-	-	-	135	8.857	127	5.142	16	270	317	7	585	140	378	173	375
Feijão	634	417	3.364	3.364	1.940	14.915	1.255	3.370	502	10.186	4.800	4.320	6.610	27.925	16.234	144.032	42.240
Fumo	339	163	4.702	4.702	3.931	15.036	410	3.719	352	8.723	4.849	7.547	651	662	907	3.057	6.241
Mandioca	3.108	493	4.300	4.300	1.945	13.450	3.846	2.690	2.545	9.430	15.550	1.985	344	344	1.116	9.430	5.641
Milho	7.070	800	18.210	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200	81.450
Soja	50	-	-	37	195	748	2	4	-	48	405	-	3.560	45.550	72.420	324.200	36.700
Tronete	88	10	37	37	-	52	219	184	8	212	25	3	133	170	115	35	75
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	30	1.610	226	8.384	1.480

Fonte: IBGE (Produção Agrícola Municipal, 1981).

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 89

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MRH	(ha)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO FEIJE	COLONIAL OESTE CRT.	PIANTILHO CHOCORRÁS
Alho	-	-	-	21	-	67	12	89	12	36	18	16	31	1.681	315	49	150
Aroz	17.650	4.555	17.860	901	10.528	2.750	1.094	2.800	7.585	10.710	20.810	165	3.760	10.160	25.930	10.910	
Batata	447	30	630	95	2.195	956	2.480	7	2.847	145	98	1.210	1.220	1.704	2.275	2.725	
Cebola	-	-	265	44	5.750	95	3.875	21	1.70	188	25	155	96	351	100	245	
Fenô	589	466	3.370	4.126	29.966	1.317	4.115	560	11.570	5.150	4.170	8.470	32.600	19.735	200.116	46.670	
Fumo em folha	331	199	5.349	5.208	16.447	377	4.398	216	10.460	6.655	9.335	944	636	1.201	3.507	6.121	
Milho	5.800	510	17.950	8.300	37.530	2.305	13.520	370	21.090	7.250	14.900	23.010	72.700	234.340	573.800	75.200	
Soja	-	-	6	200	314	-	266	-	40	360	-	-	42.180	69.210	292.100	37.030	
Tomate	93	92	44	-	51	186	266	-	202	25	3	152	100	62	6	144	
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	264	7.504	835	

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 90

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MRH	(ha)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO FEIJE	COLONIAL OESTE CRT.
Alho	-	-	21	-	67	12	89	12	36	18	16	31	1.686	315	49	140
Aroz	17.650	4.555	17.860	901	10.328	2.750	1.094	2.800	7.585	10.710	20.330	165	2.960	9.615	22.895	10.910
Batata inglesa	447	30	625	95	2.120	956	2.470	7	2.835	145	98	1.210	1.220	1.704	2.275	2.725
Cana-de-açúcar	3.406	4.203	1.685	-	-	3.713	2.895	90	851	316	230	-	12	800	1.380	-
Cebola	-	-	265	44	5.750	95	3.875	21	1.70	188	25	155	96	351	100	245
Fenô	599	466	3.370	4.126	29.966	1.317	4.115	560	11.570	5.150	4.170	8.470	32.600	19.735	200.116	46.670
Fumo	331	199	5.349	5.208	16.447	377	4.398	216	10.460	6.655	9.335	944	636	1.201	3.507	6.121
Mandioca	3.258	485	3.790	2.950	16.805	4.131	3.720	1.885	8.332	14.430	1.550	-	315	1.514	11.060	4.808
Milho	5.800	510	17.950	8.300	37.530	2.305	13.520	370	21.090	7.250	14.900	23.010	72.700	234.340	573.800	75.200
Soja	-	-	6	200	314	-	266	-	40	360	-	-	42.180	69.210	292.100	37.030
Tomate	93	92	43	-	51	186	266	-	180	25	3	152	100	62	6	144
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350	259	7.504	835

Fonte: IBGE/GCEA-SC

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 91  
ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MSH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	(ha)																
	MSH	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BULMENSU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE AUTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL CESTE CAT.	PIANILTO CHOCÓRNIS
Alho	-	-	27	-	-	75	12	99	8	43	15	5	36	1.792	296	62	121
Arroz	17.990	4.635	17.765	17.765	855	9.719	2.670	1.299	2.882	7.720	10.690	21.380	182	3.326	9.784	22.090	12.000
Batata inglesa	180	-	362	-	220	1.560	786	2.315	13	2.591	68	81	1.760	1.170	1.671	2.270	2.085
Cebola	-	-	195	-	62	6.340	98	4.210	11	245	195	25	118	90	383	95	271
Feijão	545	489	4.295	4.380	36.270	1.260	1.260	4.045	900	12.575	5.970	4.850	7.018	36.600	26.013	228.720	48.147
Fumo	442	355	6.642	5.800	17.073	511	511	5.817	645	13.669	9.232	11.585	1.234	934	1.964	5.846	7.620
Milho	5.920	560	17.180	8.100	35.500	2.356	13.770	13.770	390	19.930	7.100	16.100	20.270	64.600	234.140	575.900	74.070
Soja	-	-	6	-	-	245	-	-	-	20	698	65	3.000	35.980	61.350	266.470	36.470
Tomate	72	92	47	-	-	23	372	211	6	209	40	3	142	109	85	7	120
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	120	4	-	3.066	1.192	19.935	1.445

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 92  
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MSH, SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	(ha)																
	MSH	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BULMENSU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE AUTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEDE	COLONIAL CESTE CAT.	PIANILTO CHOCÓRNIS
Alho	-	-	27	-	-	75	12	99	8	43	15	5	36	1.792	294	62	120
Arroz	17.618	4.635	17.765	17.765	855	9.694	2.274	1.299	2.810	7.705	10.690	21.380	182	3.316	9.779	22.065	10.566
Batata inglesa	180	-	222	-	220	1.404	524	2.258	13	2.526	68	81	1.603	1.170	1.666	1.990	2.085
Cava-de-açúcar	2.423	4.255	1.635	-	-	-	3.088	2.600	122	888	326	290	-	12	820	2.040	-
Cebola	-	-	195	-	62	6.340	98	4.210	11	245	195	25	116	90	383	95	271
Feijão	535	329	2.557	3.930	28.790	1.222	1.222	3.837	880	12.447	5.790	4.460	6.846	35.700	25.506	171.490	44.769
Fumo	442	355	6.642	5.800	17.073	511	511	5.817	645	13.669	9.232	11.585	1.234	934	1.964	5.846	7.620
Mandioca	3.226	432	4.147	2.800	14.325	3.650	2.650	2.650	2.696	8.591	14.048	1.890	-	330	1.102	11.760	4.831
Milho	5.900	560	16.575	8.100	34.690	2.356	13.270	13.270	390	19.915	5.200	10.360	13.570	54.000	233.940	571.500	72.195
Soja	-	-	-	-	-	140	-	-	-	20	640	65	2.093	35.793	60.700	231.900	28.120
Tomate	69	87	42	-	-	23	375	208	6	209	40	3	103	109	85	7	100
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	50	120	4	-	2.966	1.158	17.460	1.445

Fonte: IBGE/GCEA-SC (Dados sujeitos a confirmação)  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 93

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHI, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MHI	(toneladas)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	COLONIAL DE FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CAT.	LITORAL DE LAGES	CARBONIFERA	LITORAL SUL CARAMURENSE	COLONIAL SUL CARAMURENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CANDIENAS
Alho	-	-	-	-	42	44	14	29	12	216	16	-	-	136	155	-	282
Arroz	39.002	10.427	50.067	2.383	27.122	5.423	1.293	1.293	2.230	14.750	25.428	35.798	8.484	8.484	15.444	67.814	26.553
Batata	1.473	-	4.429	1.130	26.650	2.929	10.365	10.365	90	15.356	324	386	10.892	10.892	7.963	9.560	15.451
Cana-de-açúcar	185.090	216.985	74.340	-	-	126.952	170.127	170.127	1.875	40.675	17.145	18.728	-	-	15.555	87.550	-
Cebola	-	-	135	65	31.378	157	8.082	8.082	235	2.533	2.783	64	365	365	1.007	541	2.459
Fumo	-	270	7.030	6.510	27.498	1.012	6.331	6.331	280	13.042	9.835	22.641	2.965	2.965	786	12.221	7.584
Feijão	-	209	1.485	1.011	4.624	851	1.680	1.680	390	5.549	2.218	2.388	11.000	11.000	6.582	75.856	15.684
Mandioca	76.378	9.935	71.032	13.728	277.913	47.126	41.311	41.311	22.016	135.326	168.368	35.846	10.320	10.320	26.270	199.535	104.583
Milho	13.940	666	28.277	12.705	68.757	3.224	17.539	17.539	948	36.927	12.069	30.196	147.010	147.010	681.893	1.442.972	144.777
Soja	-	-	125	291	1.281	8	19	19	-	624	426	87	38.811	38.811	73.173	338.111	21.213
Tomate	-	542	1.485	40	1.140	2.478	2.452	2.452	-	6.412	-	16	1.114	1.114	738	120	512
Trigo	-	-	-	18	24	-	3	3	-	107	60	76	240	240	5.041	11.361	1.108

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CBPA/SC

Tabela 94

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHI, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MHI	(toneladas)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	COLONIAL DE FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CHRONIFERA	LITORAL SUL CARAMURENSE	COLONIAL SUL CARAMURENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CANDIENAS
Alho	-	-	-	-	-	-	34	34	14	73	40	3	54	404	30	-	177
Arroz	37.339	12.056	52.784	1.249	26.209	5.113	1.002	1.002	2.895	19.324	26.580	36.621	3.286	3.286	3.836	41.505	8.613
Batata	1.980	-	3.867	350	20.578	3.448	15.226	15.226	60	15.124	560	193	12.171	12.171	6.216	8.955	13.133
Cana-de-açúcar	180.025	332.640	95.030	-	-	140.978	123.301	123.301	1.800	44.060	15.420	18.512	-	-	14.930	76.430	-
Cebola	-	-	250	58	28.101	133	11.666	11.666	190	1.622	1.867	32	380	380	635	245	1.620
Fumo	225	302	8.441	8.093	29.435	929	6.866	6.866	405	13.824	10.912	21.720	3.830	3.830	2.113	12.365	8.909
Feijão	5	183	1.033	639	5.705	562	1.614	1.614	376	4.340	2.059	1.800	9.805	9.805	6.731	67.889	16.725
Mandioca	59.920	9.910	68.182	35.773	317.402	28.480	33.640	33.640	31.620	140.700	115.250	25.640	6.385	6.385	23.680	204.317	107.240
Milho	14.373	715	23.821	9.247	54.138	3.252	17.979	17.979	1.095	33.760	9.931	38.488	78.110	78.110	388.245	813.214	71.106
Soja	-	-	72	45	1.155	-	7	7	-	164	529	-	43.797	43.797	59.183	222.849	22.974
Tomate	838	675	1.034	-	1.574	3.507	3.696	3.696	-	5.847	50	24	1.814	1.814	884	1.120	642
Trigo	-	-	-	15	-	-	4	4	-	3	3	54	413	413	913	2.229	507

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CBPA/SC

Tabela 95  
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MUN.	(toneladas)														
		JOINVILLE	LITORAL DE ITAPUI	COLONIAL DE BULMEU	COLONIAL DE ITAPUI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAPUI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERENA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CRT.
Alho	-	-	-	-	-	105	89	20	152	48	8	215	807	66	-	182
Arroz	52.159	13.140	63.836	671	22.490	5.182	1.148	2.875	16.192	24.838	40.663	253	804	1.220	7.873	6.450
Batata	2.773	-	7.889	640	26.960	4.729	21.982	36	20.012	506	252	28.146	15.925	10.887	16.752	15.128
Cana-de-açúcar	218.225	250.861	89.550	-	-	215.411	148.760	2.050	47.951	21.670	14.192	-	300	18.055	57.755	-
Cebola	-	-	964	242	52.047	597	29.725	141	1.757	2.159	141	2.155	936	924	-	2.229
Fumo	866	386	11.251	9.010	29.315	1.065	8.828	831	18.875	11.703	19.104	1.572	2.086	3.356	7.439	14.189
Felção	203	153	1.564	1.066	5.878	887	1.849	531	4.779	2.956	4.297	1.534	18.345	9.314	111.225	27.202
Mandioca	64.440	15.140	79.010	29.450	286.250	27.340	36.100	28.970	155.495	118.810	29.832	-	11.975	16.565	1.43.120	78.470
Milho	16.241	682	35.112	11.180	54.259	2.616	20.723	893	27.085	7.164	22.095	15.616	48.319	321.922	1.066.982	57.760
Soja	-	-	36	85	1.323	-	-	-	214	524	-	2.556	40.827	48.491	302.457	28.598
Tomate	1.752	500	591	185	1.490	4.522	3.702	-	5.686	500	69	7.950	3.599	1.659	-	770
Trigo	-	-	-	-	11	-	-	-	-	53	69	146	175	421	1.836	1.077

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 96  
PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	MUN.	(toneladas)														
		JOINVILLE	LITORAL DE ITAPUI	COLONIAL DE BULMEU	COLONIAL DE ITAPUI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAPUI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERENA CRT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CRT.
Alho	5	-	-	92	30	442	118	18	198	52	12	323	3.083	97	-	195
Arroz	67.844	14.380	72.492	2.725	38.925	6.642	2.175	7.435	21.560	35.129	57.573	492	7.287	21.865	49.277	23.070
Batata	3.721	144	5.817	934	17.971	5.314	30.548	72	18.299	1.640	404	13.929	8.877	15.281	17.943	11.982
Cana-de-açúcar	242.100	285.080	90.325	-	-	209.635	155.080	2.275	55.486	11.810	15.470	-	600	35.650	66.850	-
Cebola	-	-	1.572	320	56.889	831	32.285	148	1.467	1.481	20	3.910	786	2.117	210	1.569
Fumo	859	404	10.012	8.558	27.177	808	8.057	741	19.439	11.938	17.305	1.508	2.008	2.354	3.525	12.608
Felção	351	158	2.174	1.395	8.502	844	2.120	487	7.310	3.089	2.609	4.199	18.891	7.426	36.985	23.432
Mandioca	61.260	6.895	74.835	39.020	237.480	25.000	35.130	25.140	113.375	134.000	20.280	-	5.315	22.430	111.945	83.090
Milho	19.851	1.021	42.937	20.160	114.525	5.079	28.626	726	56.007	14.860	43.329	36.664	130.768	702.780	1.623.950	174.950
Soja	-	-	193	349	2.259	-	-	-	79	637	-	6.300	72.052	92.805	482.382	61.704
Tomate	2.994	432	1.680	-	1.066	8.350	3.450	-	4.725	955	24	5.600	2.475	2.421	140	885
Trigo	-	-	-	-	23	-	-	-	-	45	-	117	3.774	855	11.535	2.515

Fonte: IBGE/GCEA  
Elaboração: Instituto CEPA/SC



Tabela 97

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	MH	(tabela)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BURENBU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAI	FLORINOPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CNT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CARAMURÊ	COLONIAL SUL CARAMURÊ	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CNT.	PLANTIO DE CAROINHAS
Alho	-	-	-	56	20	330	37	161	28	192	56	31	166	4.443	637	361	202
Arroz	60.376	14.868	63.424	2.605	36.083	7.437	1.974	6.565	21.971	29.783	29.783	47.723	700	7.103	23.759	55.265	24.432
Batata	1.772	-	5.148	692	14.548	7.682	23.025	32	24.754	876	876	323	13.880	8.980	14.305	17.909	18.010
Cana-de-açúcar	190.470	251.530	63.425	-	-	252.687	181.398	2.815	27.680	9.450	9.450	450	-	375	17.140	4.500	-
Cebola	-	-	3.550	1.295	82.949	1.231	46.183	115	2.090	2.366	2.366	7	4.640	1.064	2.416	1.050	2.625
Feijão	369	239	3.215	1.573	16.911	1.007	2.795	316	9.118	4.773	4.773	3.416	6.862	24.800	14.101	113.280	43.475
Fumo	625	323	7.789	6.320	23.693	743	5.857	620	16.325	8.570	8.570	12.350	799	934	1.386	3.731	10.238
Saiz de maridoca	48.225	9.249	83.900	41.640	311.100	53.602	48.240	32.625	121.240	202.600	202.600	25.770	3.600	3.560	17.955	160.460	91.160
Milho	16.506	1.752	43.045	20.530	104.365	5.556	36.019	780	57.319	18.273	18.273	52.554	47.110	133.000	697.675	1.760.853	167.162
Soja	-	-	67	327	1.196	2	6	-	61	818	818	-	5.358	81.417	82.901	411.297	64.550
Tomate	2.715	300	666	-	1.187	6.370	5.201	96	6.085	355	355	45	5.220	8.205	3.274	175	1.110
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	20	-	27	2.889	179	5.128	790

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 98

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MH, SANTA CATARINA, SAFRA 1981/82

PRODUTO	MH	(tabela)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BURENBU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE ALTO ITAJAI	FLORINOPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CNT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CARAMURÊ	COLONIAL SUL CARAMURÊ	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CNT.	PLANTIO DE CAROINHAS
Alho	-	-	72	-	226	39	283	45	144	48	48	48	116	5.235	1.030	188	431
Arroz	66.807	17.273	72.669	1.458	32.424	8.262	1.709	11.060	22.561	33.385	33.385	55.860	156	3.087	9.227	21.476	16.564
Batata	2.318	360	5.516	720	16.716	7.229	21.541	47	26.826	1.352	1.352	735	11.990	10.646	13.606	17.165	24.052
Cana-de-açúcar	144.150	279.080	80.325	-	-	220.645	181.620	2.100	23.040	9.300	9.300	6.990	-	240	16.250	59.000	-
Cebola	-	-	2.710	337	59.110	869	39.720	164	1.393	1.640	1.640	235	1.255	722	2.486	1.500	1.569
Fumo	640	391	9.892	8.968	30.808	724	7.994	448	20.450	13.442	13.442	17.085	1.591	875	2.242	5.418	11.162
Feijão	461	258	2.730	3.241	29.431	1.090	3.664	387	9.269	4.538	4.538	3.600	5.979	25.980	18.776	165.386	46.250
Mandioca	41.806	6.510	57.035	53.800	315.135	51.177	46.280	22.620	114.114	178.540	178.540	18.720	-	3.475	18.053	150.270	63.562
Milho	13.440	879	44.683	18.568	88.693	5.725	32.271	756	56.200	18.087	18.087	35.380	37.416	104.745	515.000	1.511.649	145.264
Soja	-	-	7	336	508	-	-	-	44	825	825	-	5.358	55.447	55.692	353.457	62.226
Tomate	2.651	2.760	597	-	1.270	5.556	7.165	-	5.172	375	375	45	5.220	4.430	1.720	120	1.808
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	525	260	7.025	796

Fonte: IBGE/GCEA

Elaboração: Instituto CEPA/SC

Tabela 99

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR REG. SANTA CATARINA, SAFRA 1982/83

PRODUTO	MSE	(toneladas)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITUPAJÁ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITUPAJÁ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITUPAJÁ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CAT. LAGUNA	LITORAL DE CARONIERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	LAGOS	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CANOINHAS	
Alho	-	-	-	89	-	179	39	332	26	168	44	15	121	6.114	1.014	170	284
Arroz	59.298	18.020	71.834	2.086	42.448	6.967	2.517	6.980	6.980	18.324	27.302	57.427	229	5.291	16.459	42.544	17.581
Batata Inglesa	1.234	-	1.305	1.509	7.963	3.225	15.934	93	93	24.366	548	968	17.034	6.618	11.760	13.845	12.092
Cana-de-açúcar	103.685	266.925	66.850	-	-	148.699	136.893	4.080	4.080	21.060	7.600	6.010	-	240	16.130	53.230	-
Cebola	-	-	1.740	450	66.460	919	45.568	94	94	1.911	1.650	235	770	670	2.633	980	1.660
Feijão	310	207	1.402	1.322	13.174	837	2.882	356	356	5.432	2.368	2.269	3.729	21.873	13.941	64.537	27.751
Fumo	871	646	10.491	7.942	23.773	927	8.780	997	997	21.486	14.150	17.097	1.521	1.626	3.289	6.564	11.903
Mandioca	33.656	4.858	44.713	43.400	231.522	32.550	28.620	29.562	29.562	107.070	159.167	22.880	-	3.700	12.765	181.460	63.803
Milho	9.866	663	30.120	7.821	36.247	4.608	20.754	661	661	31.276	7.301	21.476	13.245	43.336	353.338	1.014.895	89.718
Soja	-	-	-	-	151	-	-	-	-	6	1.273	143	3.570	58.922	40.575	260.594	40.163
Tomate	2.267	2.300	697	-	540	5.016	5.515	89	89	5.260	950	45	3.060	4.966	1.721	150	1.098
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60	48	3	-	1.951	688	10.105	795

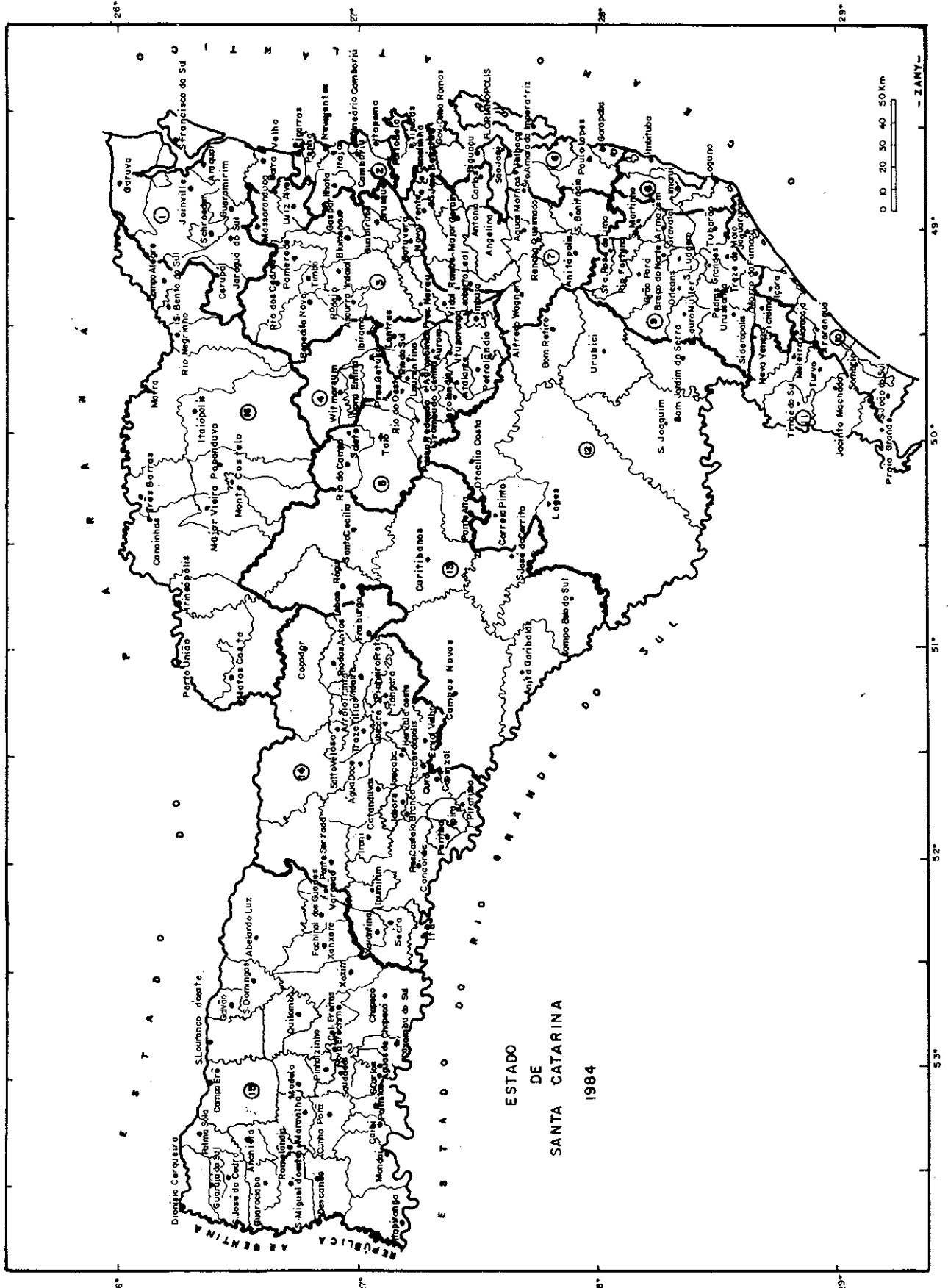
Fonte: IBGE/CCEA

Elaboração: Instituto CEPRA/SC

COMPOSIÇÃO DAS MICRORREGIÕES DE SANTA CATARINA (\*)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	DENOMINAÇÃO
1 292	Colonial de Joinville
2 293	Litoral de Itajaí
3 294	Colonial de Blumenau
4 295	Colonial de Itajaí Norte
5 296	Colonial do Alto Itajaí
6 297	Florianópolis
7 298	Colonial Serrana Catarinense
8 299	Litoral de Laguna
9 300	Carbonífera
10 301	Litoral Sul Catarinense
11 302	Colonial Sul Catarinense
12 303	Campos de Lages
13 304	Campos de Curitibanos
14 305	Colonial do Rio do Peixe
15 306	Colonial do Oeste Catarinense
16 307	Planalto de Canoinhas

(\*) Ver mapa do Estado de Santa Catarina apresentado a seguir.



ESTADO DE SANTA CATARINA 1984

CALENDÁRIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA

PRODUTO	FASE	MÊS											
		JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
ALHO	PLANTIO				///	///	///	///	///				
	COLHEITA									■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■						■	■	■	■
ARROZ IRIGADO	PLANTIO								///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
ARROZ SEQUEIRO	PLANTIO									///	///	///	///
	COLHEITA			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
BATATA 1ª SAFRA	PLANTIO								///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
BATATA 2ª SAFRA	PLANTIO	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///
	COLHEITA				■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.				■	■	■	■	■	■	■	■	■
CANA DE AÇÚCAR	PLANTIO	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///
	COLHEITA					■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.					■	■	■	■	■	■	■	■
CEBOLA	PLANTIO								///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
FEIJÃO 1ª SAFRA	PLANTIO									///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
FEIJÃO 2ª SAFRA	PLANTIO	///	///										
	COLHEITA				■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.				■	■	■	■	■	■	■	■	■
FUMO	PLANTIO								///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
MANDIOCA	PLANTIO								///	///	///	///	///
	COLHEITA				■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.				■	■	■	■	■	■	■	■	■
MILHO	PLANTIO	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
SOJA	PLANTIO	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///
	COLHEITA			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.			■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
TRIGO	PLANTIO							///	///	///	///	///	///
	COLHEITA									■	■	■	■
	COMERC.									■	■	■	■
TOMATE	PLANTIO	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
MAÇÃ	PLANTIO							///	///	///	///	///	///
	COLHEITA	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
	COMERC.	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

FONTE: INSTITUTO CEPA/SC

## ***6-FONTES CONSULTADAS***



1. ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE: Florianópolis, 5(1-12)jan-dez, 1983.
2. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 7(1-12)jan-dez, 1983.
3. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
4. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
5. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1977.
6. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1978.
7. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1979.
8. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
9. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1981.
10. BOLETIM ESTATÍSTICO DO AÇÚCAR; safra 1981/82. Rio de Janeiro, IAA, 1982.
11. BOLETIM ESTATÍSTICO DO ALCOOL; safra 1981/82. Rio de Janeiro, IAA, 1982.
12. BUBLITZ, E.O. et alii. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980. 84 p. (EMPASC. Boletim Técnico, 5)
13. CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1970.
14. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, IBGE, 1975.
15. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-CEPA/SC. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-março-1981. Florianópolis, 1981. 32 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 2)
16. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-julho-1981. Florianópolis, 1981. 32 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 3)
17. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-outubro-1981. Florianópolis, 1981. 44p. (Cadernos de Economia Agrícola, 5)



18. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-CEPA/SC. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-dezembro-1981. Florianópolis, 1981. 47 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 6)
19. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.37, n.9, set. 1983.
20. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, v.37, n.10, out. 1983.
21. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, v.37, n.11, nov. 1983.
22. \_\_\_\_\_. Índices econômicos; retrospectivo na nova base. Rio de Janeiro, v.33, n.11, nov. 1979. Suplemento Especial.
23. FAO PRODUCTION YEARBOOK. Roma, 1981. v.35.
24. FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO; produções da safra 1981/82. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1982.
25. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-março-1983. Florianópolis, 1983. Cadernos de Economia Agrícola, 14)
26. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-junho-1983. Florianópolis, 1983.
27. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-setembro-1983. Florianópolis, 1983.
28. \_\_\_\_\_. Custos de produção dos principais produtos agrícolas-novembro-1983. Florianópolis, 1983.
29. LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IBGE, out. 1983.
30. PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1971/1976; médias mensais 1976. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
31. \_\_\_\_\_; médias anuais 1972/1977; médias mensais 1977. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
32. \_\_\_\_\_; médias anuais 1973/1978; médias mensais 1978. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
33. \_\_\_\_\_; médias anuais 1974/1979; médias mensais 1979. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
34. \_\_\_\_\_; médias anuais 1979/1980; médias mensais 1980. Rio de Janeiro, FGV, 1980.

35. PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1980/1981; médias mensais 1981. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
36. \_\_\_\_\_; médias anuais 1981/1982; médias mensais 1982. Rio de Janeiro, FGV, 1982.
37. PROGNÓSTICO 83/84. São Paulo, IEA, 1983.
38. PROGNÓSTICO; Região Sul. São Paulo, IEA, 1983.
39. SANTA CATARINA. Secretaria da Indústria e do Comércio.  
Linha de ação para o programa estadual do álcool. Florianópolis, 1980. 25 p.
40. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO; Paranã, Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.
41. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1983.
42. WIESE, H. Apicultura. Brasília, EMBRATER/COPER, 1982. 71 p.
43. \_\_\_\_\_. Nova apicultura. Florianópolis, EDEME, 1974. 533 p.

**INSTITUTO CEPA/SC**  
**INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA**

**CONSELHO DELIBERATIVO**

Secretário da Agricultura e do Abastecimento	Presidente
Delegado Federal da Agricultura em SC	Vice-Presidente
Secretário-Chefe do GAPLAN	Membro
Presidente da FETAESC	Membro
Presidente da FAESC	Membro

**SECRETARIA EXECUTIVA**

Walter Antonio Casagrande	Secretário Executivo
Hugo Gustavo Hädrich	Secretário Executivo-Adjunto
José Maria Paul	Assessor Téc. e Administrativo

**COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO**

Econ. Jesiel de Marco Gomes – COORDENADOR  
Engo. Agro. Cesar Augusto Freyesleben Silva  
Engo. Agro. Helio de Oliveira Filho  
Engo. Agro. Ingo Jordan  
Engo. Agro. Luiz Toresan  
Engo. Agro. José Carlos Madruga da Silva  
Jocenír Miriam Cardoso de Sousa

**COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL**

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina – COORDENADOR  
Engo. Agro. Geraldo Buôgo  
Engo. Agro. Guido Boing  
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado  
Engo. Agro. Osmar Alcides da Conceição  
Engo. Agro. Simão Brugnago Neto  
Sidaura Lessa

**COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO**

Engo. Agro. Júlio Alberto Rodigheri – COORDENADOR  
Cláudio Cesar Reiter  
Bíbl. Edina Nami Régis  
Téc. Agrícola Francisco Carlos Heiden  
Estatístico Gilberto de Oliveira  
Téc. Agrícola Imenésio de Souza  
Luiz Lima  
Econ. Luiz Marcelino Vieira  
Osvaldo Monguilhott  
Engo. Agro. Tabajara Marcondes  
Bíbl. Telmelita Maria Senna Ronsoni

**UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

Aldo Cesar Machado Cruz  
Econ. Custódio Horácio da Silveira  
Daniel Gomes Caldeira  
Janice Maria Waintuch  
João Manoel Anderson  
José Souza Filho  
Manoel de Aguiar Pereira  
Manoel Rodrigues Júnior  
Margarete Ramos Bento  
Tania Mara Pinheiro de Paula  
Terezinha Maria Pamplona  
Udo Luiz Arns  
Vaniido Antonio Furtado

